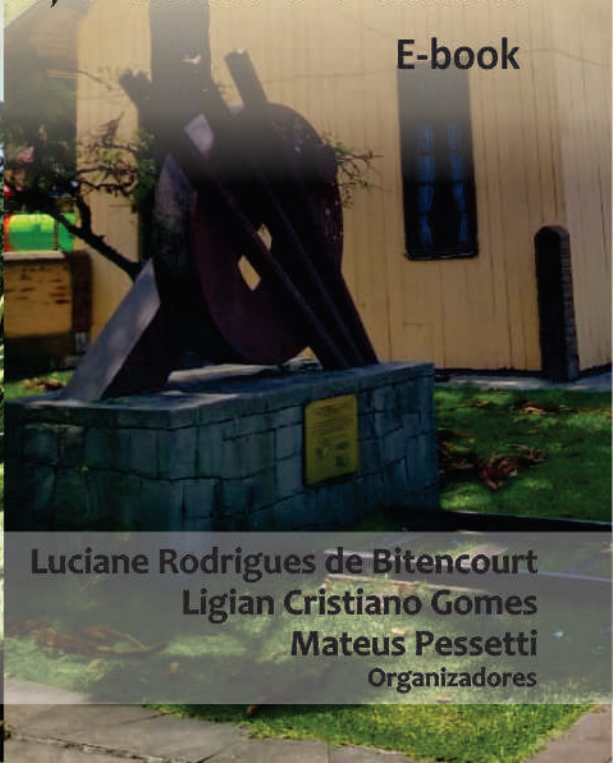




# DINÂMICAS ESPACIAIS

Olhares sobre o agrário, o urbano e o cultural

E-book



**OKOS**  
EDITORA

**Luciane Rodrigues de Bitencourt**  
**Ligian Cristiano Gomes**  
**Mateus Pessetti**  
Organizadores

## Organizadores

Os sentidos do urbano e do rural e as transformações culturais em processo nos dias atuais são uma preocupação cada vez mais presente para os encarregados da formulação e implementação de políticas públicas, bem como para os que desenvolvem atividades produtivas. Conhecer as dinâmicas espaciais é o primeiro passo para aproveitar as oportunidades e propor alternativas para o enfrentamento dos problemas. Essa é uma contribuição fundamental da Geografia que, por sua natureza e amplitude, pode integrar diferentes aspectos do conhecimento. Nesse sentido, a obra coletiva “Dinâmicas espaciais: olhares sobre o agrário, o urbano e o cultural”, organizada por Luciane Rodrigues de Bitencourt, Ligian Cristiano Gomes e Mateus Pessetti, nos seus dezessete capítulos, aprofunda a análise das dinâmicas nessas três direções fundamentais para o entendimento das dinâmicas espaciais.

**Mateus Pessetti** é Professor de Geografia no Colégio Marista Conceição, Passo Fundo/RS. Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade de Passo Fundo e Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Tem interesse em pesquisas relacionadas à Geografia Humana, com ênfase nos seguintes temas: geografia agrária, geografia regional, organização do espaço, epistemologia da geografia e ensino de geografia.

**Ligian Cristiano Gomes** é Geógrafo, formado pelo curso de Geografia (Bacharelado) da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, é Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Tem interesse em pesquisas relacionadas à Geografia Humana, com ênfase nos seguintes temas: geografia cultural, região e regionalização, organização do espaço e epistemologia da geografia.

**Luciane Rodrigues de Bitencourt** é Professora do curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo. Graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando nos seguintes temas: espaço rural, espaço urbano, população, desenvolvimento regional; ensino de geografia e geotecnologias.

# **Dinâmicas espaciais**

**Olhares sobre o agrário,  
o urbano e o cultural**

**Luciane Rodrigues de Bitencourt  
Ligian Cristiano Gomes  
Mateus Pessetti  
Organizadores**

# **Dinâmicas espaciais**

## **Olhares sobre o agrário, o urbano e o cultural**

**2ª edição – E-book**



São Leopoldo  
2020

© Dos organizadores – 2020

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

D583 Dinâmicas espaciais: olhares sobre o agrário, o urbano e o cultural. [E-book]. / Organizadores: Luciane Rodrigues de Bitencourt, Ligian Cristiano Gomes e Mateus Pessetti – São Leopoldo: Oikos, 2020.

311 p.; il.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-86578-35-5

1. Planejamento territorial – Planejamento urbano. 2. Produção agropecuária – Dinâmica. 3. Agricultura familiar – Dinâmica. 4. Geografia cultural. I. Bitencourt, Luciane Rodrigues de. II. Gomes, Ligian Cristiano. III. Pessetti, Mateus.

CDU 711

# Sumário

Prefácio .....	7
<i>Antonio Paulo Cargnin</i>	

## Parte I – Olhares sobre o agrário

A expansão da produção agroexportadora em países em desenvolvimento e os impactos resultantes .....	10
<i>Jonas Marcelo Meltzer</i>	
<i>Thales Silveira Souto</i>	

As políticas indigenistas e as intervenções do Estado na vida do índio Kaingang .....	25
<i>Cláudia Aresi</i>	

A dinâmica da produção agropecuária na região do COREDE Produção/RS – 1996, 2006 e 2015 .....	46
<i>Luciane Rodrigues de Bitencourt</i>	

A importância da diversificação produtiva para a dinamização da agricultura familiar de Pinhal Grande/RS .....	77
<i>Ivani Belenice Dallanôra</i>	
<i>Meri Lourdes Bezzi</i>	

A organização do espaço agrário de União da Serra/RS pelo viés da agricultura familiar .....	87
<i>Mateus Pessetti</i>	
<i>Janete Webler Cancelier</i>	

A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: desvelando a questão do trabalho feminino .....	107
<i>Denise Lenise Machado</i>	
<i>Carmen Rejane Flores</i>	

## Parte II – Olhares sobre o urbano

Cidades pequenas e articulações urbano-regionais através do transporte rodoviário de passageiros .....	124
<i>João Henrique Zöhler Lemos</i>	

Reestruturação da cidade e atividade turística: o caso de Itá-SC .....	142
<i>Daniela Feyh Wagner</i>	

Condomínios de moradia popular: o caso do Residencial Dom Ivo Lorscheiter no município de Santa Maria/RS .....	161
<i>Ricardo Stedile Neto</i>	
<i>Daniéli Uliana</i>	
<i>Sandra Ana Bolfe</i>	
A expansão urbana da cidade de Venâncio Aires/RS no período de 2005 a 2012 .....	178
<i>Elvis Ricardo Fengler da Rosa</i>	
<i>Lilian Hahn Mariano da Rocha</i>	
<b>Parte III – Olhares sobre o cultural</b>	
A Geografia Cultural e sua discussão conceitual .....	196
<i>Maria Medianeira dos Santos</i>	
Compreensão do código cultural da gastronomia entre os descendentes de imigrantes alemães no contexto regional do Vale do Taquari/RS .....	209
<i>Juliana Cristina Franz</i>	
<i>Meri Lourdes Bezzi</i>	
As marcas culturais mediadas pela arquitetura alemã na paisagem do município de Picada Café/RS .....	220
<i>Ligian Cristiano Gomes</i>	
<i>Meri Lourdes Bezzi</i>	
A cultura italiana no município de Serafina Corrêa/RS: sua (i)materialidade no espaço .....	236
<i>Ricardo Stedile Neto</i>	
<i>Meri Lourdes Bezzi</i>	
Geografia Cultural e a poesia musical gaúcha: a construção da paisagem cantada de Santa Maria/RS .....	253
<i>Deise Caroline Trindade Lorensi</i>	
<i>Elsbeth Leia Spode Becker</i>	
<i>Meri Lourdes Bezzi</i>	
Olhar sobre a Região Turística Central do Rio Grande do Sul na perspectiva da identidade territorial .....	271
<i>Mirele Milani da Silva</i>	
Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul .....	284
<i>Helena Brum Neto</i>	
Sobre os autores e as autoras .....	305

## Prefácio

O processo de formação econômica e territorial brasileiro evidencia um desconforto com a concentração das atividades econômicas no território. Essas condições e a carência de conhecimentos aprofundados sobre as dinâmicas socioespaciais são agravantes para problemas de toda ordem, que afetam o cotidiano das pessoas e o ambiente. Alguns dos mais evidentes são a carência de infraestruturas para o deslocamento diário, a falta de acesso à habitação, de saneamento e a manifestação dos efeitos da pobreza, tanto territorial como no atendimento das necessidades básicas dos grupos marginalizados.

Incorporado à rotina estatal na recuperação da “grande depressão”, o planejamento com enfoque territorial ganhou importância na definição de estratégias para a busca de equilíbrio territorial no pós-guerra. No caso brasileiro, foi a partir da democratização, no final da década de 1980, e da emergência de um contexto econômico flexível e globalizado que o planejamento deixou de ser baseado unicamente na concepção estatal, e o planejamento territorial adquiriu um sentido multiescalar com protagonismo de maior número de atores.

Nesse contexto, o planejamento territorial passou a ser visto em diferentes perspectivas, das quais duas merecem especial destaque. A primeira trata da elaboração de planos, de instrumentos e da implementação de políticas que explicitam a intenção do poder público de introduzir um componente de racionalidade no território, ordenando o processo de desenvolvimento e atuando no sentido da promoção do desenvolvimento regional e da redução dos seus desequilíbrios. A segunda perspectiva alinha-se na direção da promoção do desenvolvimento regional por meio de ações nas regiões e do protagonismo dos atores que lá vivem, tendo como objetivo a criação de um ambiente que contenha as condições necessárias para o desenvolvimento.

Nessas duas abordagens não excludentes, o modelo atual de planejamento, que se assenta em um ambiente democrático e plural, não pode prescindir do desenvolvimento de processos participativos e, principalmente, de conhecer com profundidade as dinâmicas socioespaciais.

Movimentos como as migrações e suas consequências nos diferentes níveis de hierarquia e o envelhecimento da população alertam para a necessidade de aprofundar a discussão de temáticas que, embora se apresentem de formas diferentes, são elementos de um mesmo processo. Seus efeitos ocorrem em todos os níveis da hierarquia urbana e na sua relação com o rural, seja na integração dos pequenos centros às cidades médias ou na ligação dessas com as regiões metropolitanas.



O rural representa hoje um conjunto de atividades integradas ao sistema produtivo mundial, tanto do ponto de vista das técnicas como da sua articulação com os mercados consumidores. Entretanto muitas pessoas envolvidas na atividade rural são marginalizadas, excluídas dos ganhos e obrigadas a adaptar-se a situações desfavoráveis.

Esses sentidos do urbano e do rural e as transformações culturais em processo nos dias atuais são uma preocupação cada vez mais presente para os encarregados da formulação e implementação de políticas públicas, bem como para os que desenvolvem atividades produtivas. Conhecer as dinâmicas espaciais é o primeiro passo para aproveitar as oportunidades e propor alternativas para o enfrentamento dos problemas. Essa é uma contribuição fundamental da Geografia, que, por sua natureza e amplitude, pode integrar diferentes aspectos do conhecimento

Nesse sentido, a obra coletiva **Dinâmicas espaciais: olhares sobre o agrário, o urbano e o cultural**, organizada por Luciane Rodrigues de Biten-court, Ligian Cristiano Gomes e Mateus Pessetti, em seus 17 capítulos aprofunda a análise das dinâmicas nessas três direções fundamentais.

Em seus **olhares sobre o agrário**, abordam-se temas como expansão das áreas agroexportadoras e seus impactos, políticas agrárias destinadas às comunidades indígenas, dinâmicas socioeconômicas intermunicipais, diversificação e organização da agricultura familiar e importância do trabalho feminino no campo. No que tange aos **olhares sobre o urbano**, trata-se das articulações urbanorregionais do transporte de passageiros, da articulação das cidades com as atividades turísticas, da moradia popular e da expansão urbana. O livro fecha em seus **olhares sobre o cultural**, com diferentes aspectos materiais e imateriais dessa temática, que vão da abordagem conceitual até fatores decorrentes da colonização, passando pelo turismo, gastronomia, música e sua territorialidade.

Este livro é uma contribuição de uma rede de pesquisadores de diferentes universidades, imbuídos da missão de estender diferentes olhares sobre os fenômenos e seus significados. Os trabalhos trazem uma importante contribuição acadêmica e um significativo aporte para a aproximação da produção das unidades de ensino superior à realidade vivida pelos gestores e pela sociedade em geral.

*Antonio Paulo Cargnin*

Geógrafo da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia da UFRGS

## PARTE I



Olhares sobre o agrário

# A expansão da produção agroexportadora em países em desenvolvimento e os impactos resultantes

*Jonas Marcelo Meltzer  
Thales Silveira Souto*

## **Introdução**

Analisar os processos que culminaram no incremento da agricultura em diferentes momentos é essencial para compreender a sua importância para a dinâmica da evolução da sociedade. A esse respeito, cabe buscar reflexões à racionalização dos meios de produção, às maneiras para aumentar a quantidade de produtos necessários à sobrevivência humana e ainda às ações e medidas para um destaque significativo no cenário socioeconômico das transações entre diferentes nações.

A agricultura é uma atividade que é idealizada de forma bastante diversificada, apresentando peculiaridades de uma área para outra. Ressalta-se a existência em um mesmo país, região ou município de atividades munidas de alta dependência tecnológica e com técnicas eficazes em algumas propriedades e a permanência do desenvolvimento de atividades que são realizadas com técnicas e ferramentas rudimentares em outras propriedades.

Enfatiza-se a importância da agricultura na atualidade, uma vez que é fundamental para atender a demanda da população tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento. A esse respeito, deve-se levar em consideração que os sistemas agrícolas são essenciais para a subsistência, como também para o processo de incremento social e econômico global.

Neste apontamento, destaca-se o Brasil como sendo um país em desenvolvimento, portador de um dos maiores territórios do mundo, 8.515.767,049 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), e com uma expressiva parcela da população mundial, cerca de 210.640.000 (IBGE, 2019). Diante dos números apontados e da significativa produção da agricultura em países em desenvolvimento e sobretudo do Brasil, a presente investigação tem como objetivo analisar a especialização agroexportadora dos países em desenvolvimento, enfocando o Brasil, conhecendo os desafios e os impactos resultantes.

Essa pesquisa foi organizada a partir da realização de etapas metodológicas, as quais se caracterizam na pesquisa bibliográfica, no levantamento de

dados secundários e, posteriormente, na análise e interpretação das informações obtidas e produzidas durante a composição do trabalho. O presente capítulo é estruturado inicialmente na apresentação da modernização da agricultura e na dependência agroexportadora; posteriormente, é relatada a agricultura nos países em desenvolvimento; em seguida, são enfocados os sistemas agrícolas realizados no Brasil e, por fim, destacam-se os principais impasses e desafios procedentes da especialização agroexportadora em países em desenvolvimento.

### **Da modernização à dependência agroexportadora**

Os ciclos de evolução da agricultura dependem das inovações em curso na sociedade. Desde a primeira vez em que o ser humano desenvolveu uma nova técnica ou uma nova ferramenta, esses processos são considerados evoluídos diante da realidade existente no momento ocorrido (MAZOYER; ROURDART, 2010).

A modernização do campo caracteriza-se pela presença de ciclos tecnológicos e por novas formas de organização do processo produtivo. Nos países em desenvolvimento, a modernização da agricultura foi arraigada pela expansão do uso do solo para o cultivo de monoculturas e, posteriormente, pela introdução de técnicas, equipamentos e produtos químicos para proteger e maximizar a produção, com o intuito de assegurar maior produtividade, principalmente a partir da segunda metade do século XX (GRAZIANO NETO, 1982; BRUM, 1988; GRAZIANO DA SILVA, 1996; MATOS e PESSÔA, 2011).

Como forma de identificação do modo de produção, destaca-se a existência da classificação dos ciclos produtivos em extensivo e intensivo. Mediante o processo de modernização do espaço rural, observa-se uma passagem de uma produção tradicional ou em atraso (extensiva) para uma estrutura de produção avançada e altamente produtiva (intensiva) (LIMA; PIACENTI; ALVES, 2005).

A agricultura extensiva é realizada de uma forma que é considerada tradicional e/ou rudimentar. Essa atividade ocorre em pequenas propriedades rurais para a subsistência e também em latifúndios para a comercialização. As características desse ciclo referem-se à utilização, em algumas propriedades rurais, de mão de obra familiar e com pouca ou nenhuma especialização e/ou conhecimento científico. Nesse tipo de atividade, não ocorre o preparo do solo, como por exemplo a correção. Devido à falta ou ao baixo investimento, ocorre o arado por meio da tração animal. O resultado dessa atividade é uma baixa produtividade. No que tange à pecuária extensiva, o rebanho consome a vegetação com baixo ou nenhum manejo para a melhoria da pastagem, é criado à

solta, resultando em baixa produção de carne e leite, ou seja, os níveis de produtividade são baixos.

No caso da atividade intensiva, as propriedades rurais desenvolvem suas atividades vinculadas à introdução de tecnologias, relacionadas ao uso de biotecnologia, insumos, fertilizantes, máquinas, implementos e técnicas apropriadas para uma maior produtividade. Ocorre uma intensa aplicação de técnicas no preparo do solo, cultivo e colheita; o resultado é um alto índice de produtividade. Ressalta-se ainda a maximização da exploração do solo, ou seja, utiliza-se por um tempo maior. Em relação à pecuária, a produtividade é avaliada a partir do número de animais por hectare, em que um maior número de animais em uma área reduzida apresentará maior índice de produtividade, o que é alicerçado pelo uso de ração, manejo do pasto, utilização de profissionais especializados; além disso, há preocupação com o melhoramento genético, entre outros processos.

Em lugares onde é desenvolvida a agricultura extensiva, para alcançar uma produtividade satisfatória, é fundamental que as condições naturais sejam favoráveis, relacionadas a pluviosidade e temperatura. Nesse sentido, variações climáticas bruscas podem ocasionar perdas na produção. Em relação à agricultura intensiva, os fatores supramencionados não exercem tanta influência, pois são utilizados sistemas de irrigação, estufas que controlam a temperatura. Na pecuária, os animais são confinados, amenizando os impactos derivados do tempo.

Todavia se ressalta que os ciclos de produção supramencionados ocorreram e ainda ocorrem em grande parte dos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, salienta-se que, até o início do século XX, a agricultura extensiva predominava devido à abundância de terras, à oferta de mão de obra barata, como também devido ao clima tropical (principalmente no centro do país).

Lima, Piacenti e Alves (2005) sinalizam que houve um modelo estimulado pela fronteira agrícola móvel e pelo progresso técnico, no qual as propriedades rurais estabeleceram formas de organização, em sua grande maioria sob a forma de empresas agromercantis. Nesse sistema, o trabalhador rural ficava atrelado à empresa agromercantil através de diversas formas de relações de trabalho, como por exemplo o trabalho assalariado, arrendatário ou morador.

A prática chamada de agricultura itinerante exigia sempre uma maior quantidade de terras e novas frentes de ocupação agrícola, mesmo que as terras fossem subutilizadas. Diante da utilização de um número cada vez maior de terras para a produção, tem-se a concentração fundiária, induzindo ao uso extensivo das terras e perpetuando técnicas agrícolas rudimentares (FURTADO, 1974).

Embora a agricultura extensiva tenha sido realizada, em grande parte do país, até o início da chamada Revolução Verde, deve-se salientar que o processo que marca a mudança do tipo de uso e ocupação do solo para a produção tanto agrícola como pecuária está altamente atrelado aos interesses não somente nacionais, mas principalmente dos grupos estrangeiros, os quais são os detentores do capital.

Sendo assim, no caso do Brasil, a partir de 1960, a estrutura agrária começa a ingressar na chamada “modernização dolorosa”, marcada pela mecanização das lavouras (frente à “expulsão” do homem e da mulher do campo), pelo uso de sementes melhoradas, pela introdução de produtos químicos para proteger e aumentar a produção; como consequência, houve uma maior produção agroexportadora (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

Em decorrência da modernização, ocorreu a expansão do uso de tratores e insumos, exigindo a capitalização das propriedades. Essa capitalização, que viabiliza a aquisição de máquinas e equipamentos, deu-se via subsídios estatais. As expansões do crédito facilitado e dos grãos de alta rentabilidade aos latifundiários, como a soja, impulsionaram as mudanças na base tecnológica (SOARES, 1997).

No Brasil, a tendência do modelo intensivo, que seguiu a partir de 1980, foi estimulada pela política econômica dos governos na promoção das exportações e pela demanda dos mercados internacionais. Dessa forma, a agricultura brasileira, que era mista, voltada para o mercado local, regional e internacional, a partir da maximização do sistema intensivo marca a transição para uma estrutura agrária mais internacionalizada, subordinada aos mercados mundiais. Zamberlan e Froncheti (1994) enfatizam que a viabilidade do aumento da produção ficou dependente do aumento dos rendimentos físicos e da capacidade de atender a pauta de exportações.

Segundo Lima, Piacenti e Alves (2005), formaram-se três grupos de agricultores no Brasil: o primeiro grupo altamente modernizado com atividade ligada à produção agroindustrial; o segundo grupo altamente capitalizado e modernizado, produzindo em grandes extensões de terras e não dependente das agroindústrias; e o terceiro grupo, os agricultores excluídos do processo de integração com as agroindústrias e altamente dependentes dos programas estatais para manter a produção.

Portanto o sistema agrário dos países em desenvolvimento, destacando o caso brasileiro, é constituído de um modo desigual, sobretudo a partir da modernização da agricultura, a qual promoveu um maior impulso para o desenvolvimento das propriedades rurais com maior poder de capitalização.

A modernização expandiu a produção da agricultura, como também a produtividade. Entretanto não atingiu todos os níveis de produtores, deixando

à margem os menos capitalizados. Nesse sentido, é fundamental analisar os desafios e as perspectivas resultantes da agricultura nos países em desenvolvimento.

### **A agricultura nos países em desenvolvimento: uma breve discussão**

Os países em desenvolvimento possuem sérias restrições técnicas, tecnológicas e, por consequência, produtivas. A razão para o atraso econômico e sobretudo social dos países em desenvolvimento deve-se a diversas questões, entre as quais o processo de colonização, a inserção do interesse internacional após a “independência” das colônias e, na atualidade, o aparelhamento das ações políticas induzidas para atender os interesses dos grupos dominantes nacionais e principalmente internacionais.

Aos países considerados em desenvolvimento são atribuídas as especificidades que lhes conferem os fatores que se relacionam às relações sociais, produtivas, econômicas e políticas em curso. Lacoste (1976) refere à palavra subdesenvolvimento a uma série de significados, destacando que é o resultado do processo histórico de produção e acumulação.

Considerando a agricultura realizada nos países em desenvolvimento, deve-se destacar que existem tanto as produções modernizadas como as produções realizadas de forma tradicional e rudimentar. Sobre as atividades ainda pouco modernizadas, Mazoyer e Roudart (2010, p. 492) sinalizam que “progressivamente privada de atividades rentáveis, a imensa maioria dos agricultores subequipados e pouco produtivos dos países em desenvolvimento se viu com ganhos insuficientes para investir e para progredir”.

Sendo assim, observam-se os desafios que os produtores rurais menos capitalizados enfrentam no cenário de desenvolvimento de uma agricultura cada vez mais moderna e dependente de investimento. Ainda nessa perspectiva, Mazoyer e Roudart (2010, p. 493) relatam os desafios dos pequenos produtores dos países em desenvolvimento:

[...] a baixa dos preços agrícolas reais levou os agricultores a dedicarem uma parte crescente de suas forças às produções destinadas à venda e, em consequência, à redução da produção para o autoconsumo e dos trabalhos de preservação do ecossistema cultivado. Daí resulta um enfraquecimento da força de trabalho e uma degradação da fertilidade que levarão, por sua vez, a uma baixa da produção. Esta se conjuga com a queda dos preços para reduzir ainda um pouco mais o ganho, já insignificante, desses agricultores. Rapidamente atinge-se a situação em que esses agricultores já subalimentados não conseguem nem mesmo renovar suas sementes e seus equipamentos. Eles atingem então um patamar abaixo do limite de sobrevivência e não têm outra saída a não ser o êxodo para as favelas ou os campos de refúgia-

dos, caso nenhum acidente econômico, climático, biológico ou político venha brutalmente agravar a situação e condená-los à fome.

A esse respeito, o pequeno produtor dos países em desenvolvimento vivencia dificuldades para a sua existência/permanência nessa atividade. Os desafios que os pequenos produtores enfrentam referem-se, especialmente, às desigualdades existentes no panorama da agricultura, ou seja, frente aos produtores capitalizados e especializados, os quais possuem maior aptidão (capital) para o desenvolvimento do agronegócio.

A agricultura dos países em desenvolvimento, portanto, é altamente dependente das ações e sobretudo dos interesses do mercado consumidor externo, os quais são alicerçados pelas corporações transnacionais detentoras do conhecimento científico e das inovações tecnológicas. Sendo assim, o capital passa a ser o maior beneficiário frente ao modelo aplicado. A modernização do setor tem garantido às propriedades organizadas nos novos modelos de desenvolvimento um crescimento significativo na produção, produtividade e lucratividade.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a produção agrícola mundial crescerá em média 1,5% ao ano ao longo da década (2013-2022). A FAO afirma que, até 2022, os países em desenvolvimento serão responsáveis por 80% do crescimento da produção mundial de carne, como também alcançarão a maior parte do crescimento do comércio ao longo dos dez anos. As projeções da FAO sinalizam que a maioria das exportações mundiais de cereais, arroz, sementes oleaginosas, óleos vegetais, açúcar, carne bovina, frango e peixe será desse grupo de países (FAO, 2013).

Nessa perspectiva, deve-se salientar a importância dos pequenos produtores. Sendo assim, a FAO faz referência à necessidade do incentivo ao aumento da produção, principalmente pelos produtores menos capitalizados, enfatizando que “[...] não nos esqueçamos que 70% da população mundial em situação de insegurança alimentar vive nas áreas rurais de países em desenvolvimento e que, na sua maioria, são pequenos agricultores que praticam uma agricultura de subsistência” (FAO, 2014).

Embora nas últimas décadas tenha ocorrido uma expansão significativa do uso do solo para a agricultura nos países em desenvolvimento, vale ressaltar que esse processo é dotado de diferentes realidades entre os países. Sendo assim, a seguir, enfatizará a importância e os impactos resultantes da agricultura para o Brasil.



## **Os sistemas agrícolas realizados no Brasil: a importância econômica e os impactos resultantes**

O Brasil é um dos principais produtores e fornecedores mundiais de alimentos. No entanto ressalta-se que a agricultura brasileira enfrenta desafios. Entre as dificuldades que esse setor produtivo vive, destaca-se o atendimento à crescente demanda por alimentos e produtos agropecuários com níveis cada vez maiores de qualidade (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2018).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017) destacou estudos feitos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos que mostram que o Brasil é um dos países em que a produtividade mais cresce. Segundo esse estudo, de 2006 a 2010, o rendimento da agropecuária aumentou 4,28% ao ano no Brasil, seguido pela China (3,25%), Chile (3,08%), Japão (2,86%), Argentina (2,7%), Indonésia (2,62%), Estados Unidos (1,93%) e México (1,46%).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2019) aponta, a partir dos dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), que os principais produtos exportados (em US\$ milhões) em 2018 foram: soja mesmo triturada (33.191), celulose (8.349), farelo e resíduos da extração de óleo de soja (6.697), carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos (5.885), carne bovina congelada, fresca ou refrigerada (5.458), açúcar de cana em bruto (5.390), café cru em grão (4.357), milho em grãos (4.035), fumo em folhas e desperdícios (1.894) e demais produtos (17.931).

Nos casos da soja, carne de aves, açúcar, café em grão e tabaco, com base nos dados de 2017, o Brasil é o maior exportador mundial. E no caso do farelo de soja e milho, o segundo maior exportador (Ipea, 2019) a partir dos dados da Secex. A esse respeito, evidencia-se a importância da produção desses grãos, leguminosas, gramíneas e da criação de animais para o atendimento da demanda externa, contribuindo para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Enfatiza-se que a exportação brasileira obteve um crescimento exponencial na comercialização de produtos do agronegócio, proporcionando a liderança mundial tanto na produção como na exportação de alguns produtos da agricultura. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol e suco de laranja; além disso, no ranking das vendas externas do complexo de soja, é um dos principais do mundo, sendo um importante gerador de divisas cambiais (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2017).

A União Europeia vem se concretizando como um dos principais destinos das vendas agrícolas brasileiras ao resto do mundo. Os países do *North*

*American Free Trade Agreement* (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA) também são um dos principais destinos dos produtos agrobrasileiros. Em relação aos países do Mercosul, desde 1990, o Brasil vem alcançando maior participação na comercialização dos produtos agropecuários. No início de 2010, um em quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo eram brasileiros. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem como projeção que, até 2030, um terço dos produtos comercializados no mundo seja brasileiro. Tal projeção se alicerça na crescente demanda dos países asiáticos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2017).

Todavia, diante dos espetaculares números relacionados ao sucesso concebido pela modernização da agricultura e, conseqüentemente, à expansão da fronteira agrícola, no aumento da produção e da produtividade brasileira deve-se levar em consideração que esse processo é altamente impactante. Enfatiza-se que o crescimento da agricultura e da exportação é induzido pelas necessidades do mercado externo.

Nesse sentido, ressaltam-se as desigualdades na agricultura, uma vez que os segmentos produtivos, tanto agrícola como pecuário, estão cada vez mais dependentes de investimentos do produtor rural. Entretanto a realidade vivenciada no campo é heterogênea. Sendo assim, ao levar em consideração os pequenos produtores rurais e os agricultores familiares, observa-se um baixo ou até mesmo, em alguns casos, nenhum tipo de alternativa ou política de subsídio e auxílio para a expansão ou manutenção das atividades realizadas por esses produtores.

A desigualdade a ser analisada, compreendida e, principalmente, foco da discussão de políticas públicas e de ações do setor privado nos países em desenvolvimento e sobretudo no Brasil refere-se, portanto, à disparidade entre os segmentos da agricultura realizada no território brasileiro. Pois, de um lado, temos a agricultura empresarial arraigada de capital e investimento e, do outro lado, temos a agricultura que resiste sob os cuidados do pequeno produtor e do agricultor familiar, ou seja, com baixos investimentos devido à falta de capital.

Paralelamente às considerações a respeito da desigualdade do agro brasileiro, aponta-se que a agricultura empresarial do Brasil caracteriza-se como uma das mais fortes do mundo (IPEA, 2011). Dessa forma, fica claro que tanto o poder público como o setor privado se esforçam para maximizar a produção empresarial, até porque há um altíssimo rendimento e retorno.

Matos e Pessoa (2011) destacam que a participação na financeirização da agricultura pelas corporações internacionais do agronegócio é um modelo de dominação que o capital privado aplica sobre os produtores. Porém essa

dominação não se reserva apenas aos agricultores, indo além; controla a produção, monopoliza as exportações, a economia e o território nacional. A consequência é a reestruturação das relações de produção para atender a lógica de um mercado cada vez mais global.

Embora os grupos transnacionais sejam os grandes reestruturadores do agronegócio e, conseqüentemente, obtenham altos lucros e dominam todo o setor da cadeia produtiva, ressalta-se que não há como o setor privado ter sucesso se o Estado não aparelhar suas ações junto às necessidades do capital. Sendo assim, para atender as demandas do processo produtivo do agronegócio, o Estado investe em infraestrutura (MATOS; PESSÓA, 2011). Ainda nessa discussão, Cleps Júnior (2010) enfatiza que há um pacto do Estado com o agronegócio no Brasil, evidente nas políticas públicas dos investimentos na agricultura empresarial e nas parcerias estabelecidas entre Estado e agronegócio.

Nessa perspectiva, fica claro que a agricultura empresarial é idealizada para atender o mercado externo. Em contrapartida, para alimentar a população brasileira, deve-se apontar a agricultura familiar. Segundo informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017), a agricultura familiar “[...] contribui para a redução do êxodo rural e para a geração de capital no setor agropecuário, ao promover o desenvolvimento rural com a geração de renda e emprego, bem como se mostra uma importante fonte de alimentos de qualidade para o mercado interno, solidificando as estratégias de segurança alimentar do país”.

Nesse sentido, ressalta-se que a agricultura familiar possui fundamental importância para o atendimento da necessidade do mercado consumidor interno e, além disso, promove a manutenção do homem e da mulher no campo, minimizando os problemas sociais do Brasil. A CONAB enfatiza que as famílias que trabalham no campo são responsáveis pela geração de mais de 80% da ocupação no setor rural e respondem por sete em cada dez empregos no campo. No que diz respeito à produção agrícola, colaboram com cerca de 40% do total.

Enfatiza-se ainda que a agricultura familiar é uma importante fonte de alimentos considerados saudáveis, uma vez que a produção orgânica tem tido uma crescente produção nas propriedades de agricultura familiar. Dessa forma, desempenha um papel essencial na formação de nichos de mercados, gerando produtos de qualidade, aumentando a geração de renda e o emprego no meio rural (IPEA, 2011).

A agricultura familiar é importante na geração de emprego rural, abastecimento interno do mercado e também como uma minimizadora dos problemas sociais. Todavia destaca-se que, em termos de representação na balança comercial, essa atividade não possui representatividade se comparada à agri-

cultura empresarial. Tal aspecto promove a atuação das empresas e dos grupos transnacionais detentores do capital no ordenamento e aparelhamento no cenário da exportação, contribuindo, de certa forma, para a maximização das divisas e, conseqüentemente, para o PIB brasileiro.

Nesse sentido, ressalta-se a importância tanto do agronegócio como também da agricultura familiar para a economia do país. Entretanto não se pode esquecer os impactos sociais e ambientais resultantes da maximização produtiva da agricultura vinculada à exportação, a qual utiliza uma área cada vez maior, um número de substâncias químicas exorbitante, como também o desgaste do solo, a expansão do uso dos recursos hídricos, o desmatamento, entre outros impactos de caráter altamente negativos para o meio ambiente.

Embora os números e as perspectivas da agricultura brasileira sejam representativos, não se pode esquecer que por ser um país em desenvolvimento, o Brasil possui sérias restrições técnicas, tecnológicas e, até mesmo, de qualidade ambiental. Destarte, são indispensáveis a análise e a compreensão dos sistemas agrícolas dos países em desenvolvimento para assegurar uma produção sustentável e que de fato seja uma potencializadora para a redução das disparidades sociais.

### **Os sistemas agrícolas em regiões em desenvolvimento**

A FAO realiza a classificação dos sistemas de produção agrícola em seis regiões em desenvolvimento, sendo essas: África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa Oriental e Ásia Central; Sul da Ásia; Leste da Ásia e Pacífico; América Latina e Caribe. Nas seis regiões em desenvolvimento há o delineamento de até 16 sistemas agrícolas. Essa classificação é fundamentada em critérios como disponibilidade de recursos naturais (água, solo e vegetação), clima, padrão de desenvolvimento da agricultura e meios de subsistência, considerando as culturas de campo, a criação do gado, a aquicultura, a caça e a coleta, ponderando também o processamento e atividades não agrícolas, avaliando as tecnologias utilizadas, as quais determinam a intensidade da produção e integração de culturas, pecuária, como também outras atividades.

Na África Subsaariana, a FAO identificou quinze sistemas agrícolas. Mesmo diante de um considerável sistema agrícola, ressalta-se que, na África Subsaariana, a fome e a pobreza são desafios para o desenvolvimento social. Estima-se que 80% da população pobre dependam da agricultura como meio de subsistência (FAO, 2014).

No Oriente Médio e Norte da África, foram identificados oito sistemas agrícolas. Essa região possui uma expressiva reserva de petróleo, o que contribui para a economia. Todavia se deve enfatizar que a agricultura é extrema-

mente importante para a subsistência de muitas famílias de agricultores. De acordo com a FAO, o desenvolvimento da agricultura é uma estratégia para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar na região (FAO, 2014).

Na Europa Oriental e na Ásia Central, existem onze sistemas agrícolas. Nessa região, há peculiaridades que promovem certas desigualdades, uma vez que existem diferenças significativas devido à heterogeneidade das ações e condições políticas, como também econômicas e, sobretudo, sociais. Além disso, destacam-se as questões edafoclimáticas, pois, enquanto o sudeste da Europa é dotado de regiões férteis, na Ásia Central ocorre a escassez de água. Para a FAO, existem possibilidades para a redução da pobreza nas regiões mais sofridas, como por exemplo o crescimento da agricultura por meio do desenvolvimento de estratégias de intensificação da produção.

No sul da Ásia, foram identificados onze sistemas agrícolas. Segundo a FAO, o incremento da agricultura permanecerá como um importante dinamizador econômico e, por conseguinte, social nessa região. Definiram-se estratégias para aumentar a produção e reduzir as disparidades sociais, tais como melhoria da gestão dos recursos hídricos, reorientação de serviços agrícolas e melhoria da infraestrutura rural.

No leste da Ásia e do Pacífico, identificaram-se onze sistemas. Entre as regiões definidas pela FAO, essa é a mais populosa das regiões em desenvolvimento. Salienta-se que está ocorrendo um crescimento econômico considerável, o qual é acompanhado por uma redução constante na pobreza de alguns países dessa região. Todavia se deve destacar que a fome e a pobreza ainda persistem, e exige-se uma preocupação para reduzir os problemas sociais.

Na América Latina e Caribe, foram identificados dezesseis sistemas agrícolas. Essa região possui peculiaridades que são intrínsecas às questões físicas e naturais, relacionadas a amplitude latitudinal, topografia, riqueza da biodiversidade e, como reflexo, são altamente diversificados os tipos de sistemas de produção. Além das diferenças e riquezas naturais, vale ressaltar que essa região também é constituída de um alto grau de desigualdade econômica e social.

Os sistemas agrícolas em regiões em desenvolvimento definidos pela FAO possuem peculiaridades que emergem dos desafios que os países constituintes vivenciam no tocante ao desenvolvimento econômico e, principalmente, social. As dificuldades e os problemas enfrentados nessas regiões em desenvolvimento são históricas, as quais perpassam o processo de colonização e os interesses da produção e acumulação capitalista.

Entretanto se deve enfatizar a necessidade de formulação de ações e medidas condizentes com a realidade averiguada em cada região. As políticas adotadas, como também em elaboração, são altamente necessárias para redu-

zir os impactos nesses países, uma vez que a taxa de natalidade nos países em desenvolvimento é crescente e, conseqüentemente, a necessidade de alimentos, recursos e capital também.

Ressalta-se ainda que a maximização do uso do solo para a agricultura e a intensificação do uso de máquinas, equipamentos, produtos químicos e, por conseguinte, a exploração dos recursos naturais e a devastação da vegetação natural, entre tantos outros meios, processos, elementos e fatores, tendem a aumentar os danos ambientais. Sendo assim, torna-se cada vez mais urgente pensar na agricultura e nas estratégias para reduzir os impactos negativos.

### **Considerações finais: os sistemas agrícolas e a dependência agroexportadora dos países em desenvolvimento**

Constata-se a relevância dos sistemas agrícolas nos países em desenvolvimento, assim como a importância da criação de ações e políticas públicas para aprimorar a agricultura e sobretudo apoiar os principais atores dessa atividade, que são os produtores rurais, os quais muitas vezes ficam à margem do processo de modernização e desenvolvimento econômico.

As ações e medidas podem fortalecer esse importante setor produtivo dos países em desenvolvimento. Dessa forma, compreende-se que o incremento das políticas públicas para a agricultura é essencial para promover a maximização da produção e sobretudo os desenvolvimentos local e regional, aprimorando o crescimento social.

Enfatiza-se que a especialização agroexportadora dos países em desenvolvimento proporciona impactos, os quais são tanto de caráter social como econômico e também ambiental. Os impactos são históricos, entretanto, após a modernização da agricultura (pós-1950), houve uma maximização dos problemas resultantes da expansão dessa atividade econômica.

Portanto, após o processo de modernização da atividade agrícola e pecuária, incrementou-se a inserção do interesse do capital externo. Dessa forma, as desigualdades existentes nos sistemas agrícolas tiveram uma amplitude multiplicada, pois a produção intensiva, visando ao mercado externo, obteve maior valorização devido à grande relevância na balança comercial.

Em contrapartida, as atividades desenvolvidas pelos produtores rurais com menor capacidade de investimento e que possuem menor importância para o mercado externo ficou em segundo plano no interesse do governo e sobretudo da iniciativa privada, potencializando as fragilidades, as dificuldades e os problemas ressaltados pela especialização produtiva e dependência agroexportadora.

Por fim, enfatiza-se que, mesmo diante do atual cenário de abrangência das atividades produtivas, tendo em vista uma valorização e integração regional, observa-se que o desenvolvimento rural dos países em desenvolvimento se estabelece em função do mercado externo. O impacto desse processo são as dependências e cobranças que o mercado mundial exige para manter os altos níveis da exportação agropecuária.

Frente à realidade averiguada e aos desafios postos, é de fundamental importância o desenvolvimento de ações e medidas eficazes para buscar a sistematização de alternativas que sejam efetivamente favoráveis à manutenção do uso do solo paralelamente à sustentabilidade, ao crescimento econômico e à redução das disparidades sociais nos países em desenvolvimento.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Brasil lidera produtividade agropecuária mundial**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/brasil-lidera-productividade-agropecuaria-mundial>>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Vegetal**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/>>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura** – trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CIMA, E. G.; AMORIM, L. S. B. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.unifae.br/publicacoes/fae\\_v10\\_2/06\\_ELIZABETH.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/fae_v10_2/06_ELIZABETH.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- CLEPS JUNIOR, J. Questão agrária, Estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Informações agropecuárias**. 2017. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>>. Acesso em 27 jun. 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Farming Systems and Poverty**. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/Y1860E/y1860e03.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Análise dos sistemas de produção**. 2014. Disponível em: <[http://www.fao.org/farmingsystems/description\\_es.htm](http://www.fao.org/farmingsystems/description_es.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2014.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.

GRAZIANO DA SILVA, J. Evolução do emprego rural na década de 80. In: **O Mundo do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1994. p. 619-640.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=destaques>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **População**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **IBGE apresenta nova área territorial brasileira**. Sala de imprensa. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Agricultura do subsídio à política agrícola**. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 05 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Economia agrícola**. Editores Ana Cecília Kreter e José Ronaldo de C. Souza Júnior. Carta de conjuntura. N. 42, 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190220\\_cc42\\_economia\\_agricola.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190220_cc42_economia_agricola.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LACOSTE, Y. **Géographie du sous-développement, géopolitique d’une crise**, PUF. 3. ed., 1976.

LIMA, J. F.; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R. **Ciclos de produção extensiva e intensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão-de-obra agrícola (1960-2000)**. Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, n. 60, v. 30, p. 93-116, 2005.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, n. 22, v. 2, p. 290-322. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2456/1730>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



MELTZER, J. M.; SOUTO, T. S. • A expansão da produção agroexportadora em países em desenvolvimento e os impactos resultantes

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Baluino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2010. 568 p. Tradução de: Histoire des agricultures du monde.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Brasil e países em desenvolvimento manterão domínio do setor agrícola por mais 10 anos**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/brasil-e-paises-em-desenvolvimento-manterao-dominio-do-setor-agricola-por-mais-10-anos>>. Acesso em: 18 set. 2014.

SOARES, D. M. Crédito e Modernização na agricultura brasileira. **Revista Vanguarda Econômica**, n. 5, v. 5, p. 27-41, set. 1997.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura alternativa**: um enfrentamento a agricultura química. Passo Fundo: Berthier, 1994.

# As políticas indigenistas e as intervenções do Estado na vida do índio Kaingang<sup>1</sup>

*Cláudia Aresi*

## **Introdução**

O papel do Estado foi relevante para o processo de ocupação das terras pertencentes à reserva indígena de Serrinha-RS, localizada ao norte do Rio Grande do Sul e que abrange parte do território dos municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras. As ações governamentais de demarcação e redemarcação das terras pertencentes à reserva no decorrer de sucessivos governos originaram os problemas referentes à posse da terra e os conflitos entre colonos<sup>2</sup> e indígenas, que ainda se apresentam atualmente na região. Dessa forma, este artigo tem por objetivo resgatar as raízes do problema pela posse das terras através das políticas indigenistas dos vários períodos, referentes à área pertencente à reserva indígena de Serrinha, bem como as consequências advindas do processo de ocupação no decorrer do tempo (1908 a 2004). Para isso, buscamos reconstruir as etapas desse processo de (re)demarcação das terras pertencentes à reserva com o ímpeto de identificar até que ponto o papel do Estado foi fundamental na configuração da área da reserva que se apresenta demarcada atualmente. A fim de esclarecimentos, quando nos referimos ao Estado, estamos falando dos poderes executivo federal, estadual e dos órgãos representativos dos indígenas, como o SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e, posteriormente, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

## **A política indigenista no Brasil**

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi instituído através do Decreto nº 8.072, de 20 julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano com a criação de 13 inspetorias, entre elas uma no Rio Grande do Sul. Seu objetivo era organizar os indígenas hostis e arredios em núcleos de atração, passando-os posterior-

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação do capítulo 3 da Dissertação de Mestrado intitulada: Transformações Culturais e Território: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS, defendida em 2008 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

<sup>2</sup> Em nosso trabalho, utilizaremos sempre o termo colono ao invés de agricultor ou camponês, porque se trata de um termo de uso regional (RÜCKERT, 1997, p. 27).

mente às povoações destinadas aos indígenas com hábitos um pouco mais sedentários. Mais tarde, seriam levados a centros agrícolas, pois se entendia que já estariam acostumados com o trabalho realizado no rural brasileiro e poderiam receber uma gleba de terra para cultivar.

Pezat (1997, p. 125) destaca que o objetivo central de confinar os indígenas em aldeamentos “era o de acabar com os conflitos agrários e fixar o trabalhador rural no campo”. Ao sugerir a criação de um aldeamento com divisão de lotes cedidos pelo Estado, tentou-se inculcar no indígena a noção da propriedade privada da terra e prepará-lo para manter relações capitalistas de trabalho (principalmente a venda de mão de obra). Fica clara a ausência do respeito à forma de organização social dos Kaingang, uma vez que, por serem seminômades, eram considerados preguiçosos e indolentes pelos não índios, com os quais mantinham contato na época.

É importante ressaltar que a perspectiva da Comissão do SPILTN era que, após a sua pacificação, os indígenas não necessitariam de tanta terra para sobreviver, uma vez que se tornariam agricultores. Essa também era a perspectiva do governo, que poderia assentar colonos nas terras que outrora foram povoadas por indígenas.

Nos anos seguintes à criação do SPILTN, suas regulamentações sofreram algumas alterações. Em 1918, através da lei federal nº 3.454, o SPI passou a dedicar-se apenas à causa indígena, transferindo o problema da Localização dos Trabalhadores Nacionais para outro órgão governamental, o Serviço de Povoamento, também vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A criação do SPI, juntamente com o Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, que instituiu algumas modificações, delimitou as linhas mestras para a política indigenista brasileira a partir dessa data.

Esse regulamento marca uma nova era para os indígenas, pois até então esses eram considerados pela legislação como uma espécie de matéria bruta que deveria ser polida. Através desse regulamento, o “homem branco” abria mão de sua fé e de sua moral como sendo a única a ser seguida. Isso não significava que nivelasse as crenças, mas aceitava e compreendia que existia um relativismo cultural. Além disso, entendia que as diferentes culturas não poderiam ser substituídas por outras abruptamente. Outro aspecto importante do regulamento era a proteção ao indígena em seu próprio território. O indígena não seria mais retirado de seu território habitual e transferido para vilarejos onde não pudesse reproduzir sua vida da maneira a que era acostumado. Um terceiro aspecto, que o regulamento proibia, era a separação de membros da família indígena, como vinha acontecendo, sob o pretexto de educação ou de catequese.

Para garantir o cumprimento dos princípios acima expostos e garantir ao indígena a posse de suas terras ocupadas, foi criada uma organização administrativa com sede na capital da República. Essa organização tinha a função de controlar as relações entre indígenas e civilizados com o intuito de impedir que os primeiros fossem oprimidos e explorados, além de promover a punição dos crimes que viessem a ocorrer contra eles. Para a realização dessas práticas pelo SPI, seria necessário superar uma série de obstáculos, como, por exemplo, “dificuldade de acesso às regiões habitadas por indígenas, as variedades de línguas e tradições culturais, diversidade de ambientes e de condições de vida e, sobretudo, as desconfianças que séculos de amargas experiências com os civilizados haviam deixado em cada grupo indígena” (RIBEIRO, 1982, p. 142).

Iniciava-se, assim, uma missão que levaria muito tempo para ser colocada em prática e, quase sempre, aplicada de forma pouco significativa. Para que houvesse sucesso em sua implantação, eram necessárias três condições indispensáveis: verbas suficientes para financiá-la, funcionários altamente qualificados para a realização da delicada tarefa e poder político para se impor aos obstáculos locais.

Nos primeiros anos de atividades do SPI, todas as condições eram propícias para a sua realização. O Parlamento, na maioria das vezes, pressionado para resolver o problema do impasse entre indígenas e não índios, votava prontamente as verbas solícitas. No entanto, com o passar do tempo, Ribeiro (1982, p. 144) afirma que “começaram a faltar, um após o outro, todos aqueles requisitos essenciais, e o SPI entrou na sua verdadeira história: breves períodos de atividade intensiva, seguidos de longos períodos de inoperosidade e quase estagnação”. Três anos após a sua criação, quando suas atividades já se haviam expandido por todo o território nacional, o SPI teve 60% das verbas cortadas. A explicação para essa redução nas verbas estava na I Guerra e na crise econômica, principalmente na crise da borracha, que o país vinha enfrentando. As verbas somente foram restabelecidas em 1925, apresentando aumento até 1930, quando então apresentou novo declínio.

Entre os fatores de integração dos indígenas à sociedade nacional estava a construção de linhas telegráficas, coordenada pelo marechal Cândido Rondon<sup>3</sup>, que auxiliaria na transformação dos indígenas em brasileiros, em traba-

---

<sup>3</sup> Além de ser diretor do SPI de 1910 a 1930, Rondon ainda foi, nesse mesmo período, chefe de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. Apesar de Rondon ter se negado a assumir cargos políticos, sob a alegação da incompatibilidade com seus princípios filosóficos positivistas, ao longo dos anos em que permaneceu na Chefia da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas exerceu um comportamento político digno de qualquer coronel da Primeira República (BIGIO, 2003, p. 257).

lhadores. Assim, Bigio (2003, p. 26) escreve que “ao incorporar os indígenas às Comissões de Linhas Telegráficas, Rondon realizava dois propósitos: ao mesmo tempo em que compelia os indígenas a adquirir outra forma de trabalho, supria a falta de mão de obra permanente na Comissão”.

A sobrevivência do SPI sempre esteve relacionada ao prestígio pessoal de Rondon. Assim, ao se negar em participar da revolução de 1930, Rondon viu o SPI quase ser extinto. Porém, naquele mesmo ano, Rondon havia pacificado dezenas de tribos e possibilitado a ocupação pacífica de vastas terras, garantindo a sobrevivência do SPI. Nos anos seguintes, as verbas foram tão baixas, que não permitiram manter nem a máquina administrativa, e o SPI tornou-se um serviço autônomo, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio através do decreto nº 19.433, de 26 de dezembro de 1930.

Nos anos seguintes, o SPI voltou a ser subordinado ao Ministério da Guerra através do decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934, “sob o argumento de que era preciso proteger as fronteiras e resguardar a nacionalidade” (PEZAT, 1997, p. 133). A partir disso, o SPI conseguiu aumentar aos poucos o seu orçamento, no entanto o quadro de pessoal não permanecia mais o mesmo, dificultando a continuidade do trabalho.

Outro problema enfrentado pelo SPI foi a falta de colaboração dos poderes locais, necessitando muitas vezes ir buscar apoio do poder central. Os chefes de polícia negavam-se a prender assassinos de indígenas, os juízes absolviam os criminosos apesar de todas as evidências de sua culpa, e os prefeitos negavam-se a tomar qualquer medida administrativa contra as apropriações indevidas de terras indígenas.

Após conseguir a pacificação de tribos mais hostis próximas às grandes cidades, o SPI tornou-se mais um incômodo do que um aliado para o governo central. O SPI pôs em prática o seu programa e, dessa forma, se opôs aos interesses dos investidores locais, cujos negócios baseavam-se na exploração de mão de obra indígena e na possibilidade de futuramente expropriar suas terras. Além disso, o SPI levava o conhecimento das leis para os lugares mais distantes, libertando sertanejos e indígenas da prática de escravidão nos seringaais e nas fazendas.

O SPI careceu de verbas até 1940, quando, em uma visita à Ilha do Bananal, Getúlio Vargas compadeceu-se com a situação em que se encontravam as crianças Karajás e decidiu, portanto, destinar mais verbas para o serviço. Nesse período, com as novas verbas, as atividades voltaram a ser intensivas, passando a ser novamente subordinadas ao Ministério da Agricultura, e seu quadro de funcionários é novamente renovado. Além disso, são retomadas inúmeras atividades anteriormente abandonadas por falta de verbas. No

entanto, com essas mudanças, o SPI passou a obedecer aos regulamentos do governo federal, e os novos funcionários não passavam de meros burocratas urbanos, que nada entendiam do modo de vida dos indígenas.

Em 1955, o SPI passou a fazer parte de barganhas políticas durante o período eleitoral. Os últimos anos de administração militar do SPI já não possuíam as aspirações filosóficas de Rondon. Na década de 1960, o SPI deixou de ser um órgão que promovia a proteção dos indígenas e passou a ser um aliado no extermínio dos mesmos e na expropriação de suas terras.

As táticas utilizadas pelo SPI atingiram profundamente a identidade cultural indígena, em especial o modo de ser do Kaingang. Apesar do esforço de oferecer serviços de saúde, de apoio nas atividades agrícolas, o órgão cometeu erros ao introduzir na reserva uma escola sem adaptá-la à realidade indígena, ao organizar contratos de arrendamento de terras da reserva e de exploração florestal com o objetivo de aumentar a renda da mesma. Além disso, interferiu nos critérios de escolha das lideranças indígenas, impondo normas e regulamentos utilizados pelos não índios. Ao analisarmos suas ações, percebemos que foram atendidos os objetivos das populações regionais e não os interesses dos indígenas por ele tutelados.

Em 1967, após um processo administrativo criado para investigar atos de corrupção por parte dos funcionários, que escandalizou o país e o exterior, o SPI foi extinto. Nesse período, ocorreu um incêndio em seu arquivo, destruindo todo o acervo, configurando literalmente uma “queima de arquivos”. A partir dessa data, o governo federal criou a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

### **A Fundação Nacional do Índio – FUNAI**

A FUNAI foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, com a finalidade de fundir os antigos Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o Conselho Nacional de Pesquisas Indígenas (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu. A FUNAI foi instituída com o objetivo de exercer “os poderes de representação ou assistência jurídica, inerentes ao regime tutelar do índio, na forma estabelecida na legislação civil comum ou em leis especiais” (LEGISLAÇÃO INDIGENISTA, 1999, p. 58).

A principal finalidade do novo Estatuto da FUNAI, criado em 1980, era “exercer em nome da União a tutela dos indígenas e das suas comunidades ainda não integradas à comunidade nacional” (MOONEN, 1983, p. 83). No entanto a FUNAI não exerceu seu papel de proteger e defender os indígenas; ao contrário, negou às Nações Indígenas o direito de se autogovernar e, princi-

palmente, de opinar sobre o desencadear de seu próprio destino. As políticas indigenistas simplesmente eram impostas pela FUNAI, não permitindo opiniões, sugestões e muito menos críticas por parte dos indígenas. Outra prática bastante comum da FUNAI era a tentativa de acabar com os líderes indígenas existentes e impedir o surgimento de novos líderes. Para isso, era nomeado um chefe da tribo pela própria FUNAI, com direito à aposentadoria após 35 anos de trabalhos prestados à mesma. Essa prática também ocorreu entre os índios Kaingang que viviam nas reservas do Rio Grande do Sul.

A FUNAI visava integrar o indígena à sociedade “civilizada”, projeto vigente desde o período colonial, baseado numa equivocada concepção evolucionista de humanidade, em que se pregava que a sociedade indígena vivia num estágio atrasado e inferior do que se convencionou chamar de “civilização”. Para atingir essa etapa, era necessário abreviar as demais etapas do processo evolutivo (etapas essas defendidas outrora pelo SPI), levando os indígenas a serem “integrados” na sociedade nacional.

Além disso, a figura jurídica da tutela, ou seja, o fato de os indígenas serem considerados “relativamente incapazes” perante a lei, contribuiu para reforçar a relação paternalista entre o governo e as populações indígenas. Na maioria das vezes, os indígenas eram totalmente dependentes das ações do órgão de proteção, o que facilitava para que fossem manipulados.

Apesar de todas as ações e medidas contrárias aos indígenas, nos últimos anos, a FUNAI tem se dedicado a resolver os problemas fundiários relacionados a essa população. É importante lembrar que essas ações somente foram efetivamente tomadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que devolve o direito da posse das terras às populações indígenas, outrora já demarcadas.

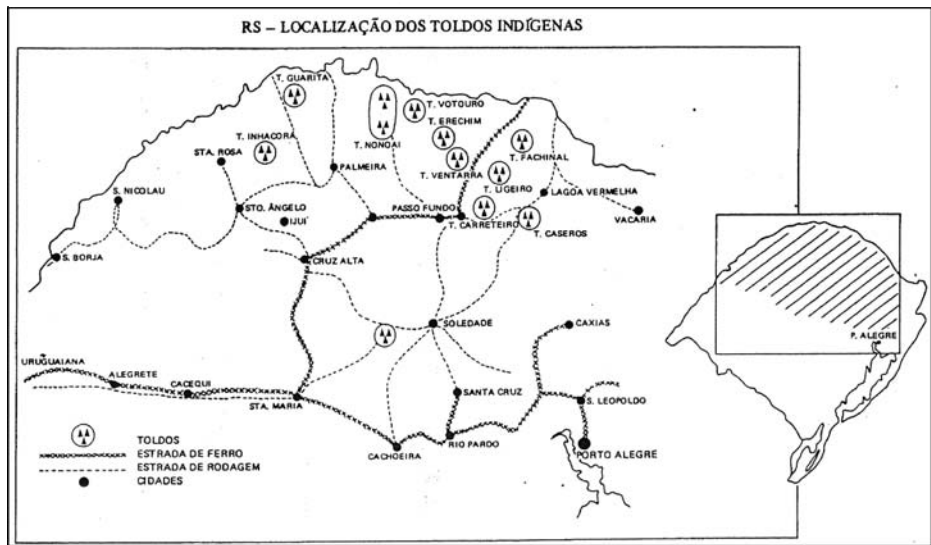
Com referência à nossa área de estudo, podemos destacar que a Reserva de Serrinha permaneceu, no século XX, sob a tutela da Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria e Comércio, assim como as reservas de Votouro (localizada em Erechim), Água Santa (Passo Fundo), Rolante (Lagoa Vermelha) e Inhaçorá (Três Passos). Essas cinco reservas permaneceram sob a tutela do governo estadual, porque o governo federal alegou não possuir verbas suficientes para mantê-las. Dessa forma, compreende-se por que a Reserva Indígena de Serrinha sofreu tantas intervenções em seu território pelo governo estadual, fato que será estudado no decorrer deste artigo.

## A política indigenista no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a política indigenista foi criada antes da federal. Apesar disso, houve, na maioria das vezes, sintonia entre as duas, uma vez que o representante do SPI no estado autorizou “arrendar a particulares partes das terras dos toldos de Nonoai e da Serrinha no princípio de 1912” (PEZAT, 1997, p. 369).

A atuação do SPI no Rio Grande do Sul somente teve transformações significativas a partir de 1939 no período do Estado Novo. Naquele ano, os onze toldos que estavam sendo administrados pelo governo estadual foram transferidos para a administração federal, conforme Figura 1.

**Figura 1:** Demarcação das terras indígenas



Fonte: PEZAT, 2003, p. 17.

Desses doze toldos, quatro localizavam-se no município de Palmeira das Missões (Inhacorá, Nonoai, Serrinha e Guarita), cinco em Passo Fundo (Ligeiro, Carreteiro, Ventarra, Erechim e Votouro), dois em Lagoa Vermelha (Faxinal e Caseros) e um em Soledade (Lagoão). É importante ressaltar que essas demarcações foram efetuadas por Torres Gonçalves, quando esse estava à frente da Diretoria de Terras e Colonização.

Entre 1911 e 1918 foram demarcados dez toldos indígenas no Rio Grande do Sul, conforme tabela a seguir:



**Tabela 1:** Toldos demarcados entre 1911 e 1918 no Rio Grande do Sul

<b>Toldo</b>	<b>Ano</b>	<b>Local (atuais municípios)</b>	<b>Área (hectares)</b>
Ligeiro	1911	Charrua	4.552
Faxinal	1911	Cândido de Abreu (PR)	5.676
Caseros	1911	Ibiraiaras e Muliterno	1.004
Carreteiro	1911	Água Santa	607
Ventarra e Erechim	1911	Erebango	753
Serrinha	1911	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras	11.950
Nonoai	1911	Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros e Planalto	34.907
Inhacorá	1918	São Valério do Sul	8.023
Guarita	1918	Tenente Portela e Redentora	23.183
<b>Votouro</b>	1918	Benjamin Constant do Sul	3.053

Fonte: Fundação Nacional do Índio.

O toldo de Lagoão não foi demarcado, pois era composto por índios M'bya Guaranis, vindos do Paraguai, que se recusavam a viver confinados em aldeamentos.

No Rio Grande do Sul, o SPI esteve ativo de 1908 até 1967. A partir da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), essas áreas deixaram de estar submetidas à administração estadual e passaram à administração federal. A atuação da FUNAI e suas políticas indigenistas serão estudadas no tópico a seguir.

### **A origem da luta do Kaingang pela terra**

A cultura do café tornou-se, no século XIX, uma lavoura fundamental de exportação para a economia do país. As fazendas de café foram instaladas nas matas próximas à cidade do Rio de Janeiro e, mais tarde, de São Paulo. Os índios Kaingang que viviam próximos a São Paulo viram-se obrigados a migrar para áreas de mata mais ao sul do país, mais precisamente para os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os Kaingang que viviam próximos aos cafezais não despertaram o interesse dos bandeirantes como mão de obra escrava. Ribeiro (1982, p. 101) especula que isso se deu, talvez, “por serem mais aguerridos e pouco numerosos em relação aos grandes estoques humanos mais dóceis que existiam mais a oeste ou talvez porque, como gente de língua travada e que só conhecia uma agricultura muito primitiva, não dessem escravos de qualidade”. Diferente-

mente dos demais índios Jê, que desenvolveram atividades especializadas no cerrado e nos cocais, o Kaingang do sul do país dedicava-se ao cultivo da lavoura de milho, muitas vezes incipiente, buscando complementar a sua subsistência na caça, na pesca e na coleta.

De acordo com os registros encontrados, inúmeras foram as expedições realizadas contra os Kaingang na região de São Paulo. As mais importantes foram realizadas em 1908, 1909 e 1910, financiadas, principalmente, pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e por fazendeiros de café. Para realizar a expedição eram contratados bugreiros, que possuíam uma técnica especial para realizar a chacina, resultando em inúmeras mortes e poucos sobreviventes.

Para Tau Golin (2007, p. 71), esse trabalho indigno era realizado pelos bugreiros, “grupos de valentões, invariavelmente bandidos sanguinários, contratados pelas empresas particulares de colonização para *limpar* as áreas”. Segundo o autor, hoje essas figuras são consideradas como heróicos capitães-do-mato, dando origem a nomes de ruas, praças e estátuas consagradas nos logradouros das cidades, ao contrário do indígena, que era considerado apenas “um animal exótico na paisagem, sem história, como se não tivesse entre eles parâmetros de sociedade, sistema cultural, complexidade de parentesco, religiosidade, etc.” (TAU GOLIN, 2007, p. 75).

A expansão econômica de São Paulo fez com que o território do Kaingang se tornasse cada vez mais reduzido. Dessa forma, sua migração para o sul do país tornou-se inevitável, uma vez que nessa região ainda existiam florestas nativas pouco ocupadas. No entanto, além da expansão econômica de São Paulo, o Kaingang também se deparou com a presença das frentes de expansão na região de Santa Catarina, formadas pelos colonizadores europeus (italianos, alemães e eslavos). Com mais essa ocupação, o território indígena tornava-se cada vez mais estreito e os conflitos cada vez mais frequentes.

Ribeiro (1982, p. 108) chama a atenção para a iniciativa tomada pelos governos de Paraná e Santa Catarina, cuja prática também foi introduzida no Rio Grande do Sul, que através de financiamentos era possível contratar bugreiros que se encarregariam de exterminar os indígenas. Essas investidas eram de tamanha eficiência, que os indígenas mal podiam reagir, uma vez que, na maioria das vezes, eram surpreendidos em seus ranchos enquanto dormiam. As ações eram sempre muito eficientes, não permitindo nenhuma reação contrária dos indígenas. Ao terminarem o serviço, as armas e utensílios indígenas eram vendidos a quem pagava mais, e as crianças sobreviventes da chacina eram entregues a famílias de brancos para criá-las.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto ver RIBEIRO, 1982, p. 110.

No norte do estado do Rio Grande do Sul, eram comuns as incursões de bugreiros sobre o território Kaingang com a finalidade de efetuar uma *limpeza* étnica. Assim, mediante as ações de extermínio dos indígenas, promovidas pelos não índios, o Kaingang foi perdendo gradativamente seus territórios. A atitude do governo da época em confinar os indígenas a reservas tinha por objetivo “liberar o território aos nacionais e aos projetos de colonização” (TAU GOLIN, 2007, p. 70).

Depois de passados muitos anos, a Constituição Federal de 1988 devolveu o direito de posse aos indígenas dessas terras a eles pertencentes. Essas ações do passado garantiram, de certa forma, a posse das terras aos indígenas e legitimaram suas reivindicações no presente para reconquistar seus territórios anteriormente perdidos.

No próximo tópico, buscaremos desenvolver um pouco da trajetória do Kaingang do Rio Grande do Sul durante o processo de colonização das regiões norte e noroeste do estado, além de resgatar algumas ações governamentais a respeito da questão indígena.

## O Kaingang do Rio Grande do Sul

O povo Kaingang<sup>5</sup> ou Coroado<sup>6</sup>, como também é denominado, foi visto no Rio Grande do Sul pela primeira vez no século XVI. No ano de 1900, segundo a descrição de Cafruni (1966, p. 624), a Secretaria das Obras Públicas fez, através da Diretoria de Terras e Colonização, uma carta geográfica espacial, descrevendo a situação dos toldos<sup>7</sup> de indígenas que existiam no Rio Grande do Sul.

Os Kaingang estabeleceram-se na parte norte do Rio Grande do Sul e nas regiões das cidades jesuíticas (São Miguel, São José, Caaró, etc.). Com a entrada dos luso-brasileiros no Rio Grande do Sul, o espaço indígena diminuiu, e esses passaram a sofrer exploração e escravidão, impostas pelos não índios. A expropriação do indígena ocorreu também pela fixação dos não índios nas áreas de campo na região de Passo Fundo (caminho dos tropeiros) através da concessão de sesmarias aos estancieiros oriundos de São Paulo e Laguna no início do século XIX.

---

<sup>5</sup> O termo Kaingang foi utilizado pela primeira vez por Jules Henry (1941) para designar os Xokleng (cujo termo significa taipa de pedra), significando apenas “homem”, qualquer homem. Ver SANTOS, 1973, p. 31.

<sup>6</sup> Os índios Kaingang são chamados também de Coroados devido a seu cabelo cortado no alto da cabeça em forma de coroa. Para maiores esclarecimentos, ver SANTOS, 1973.

<sup>7</sup> Toldo era o nome dado no passado ao que hoje se denomina reserva indígena.

Mais tarde, com a Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, o processo de expropriação dos indígenas acelerou-se ainda mais. O governo imperial decretou o fim da doação de terras públicas por sesmarias e, dessa forma, a aquisição de terras devolutas seria somente a partir da compra. De acordo com Simonian (1981, p. 155-156), “a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras de 1850, não traz em seu texto o tema posse dos índios, quando se refere à necessidade de se resguardar as áreas por eles ocupadas”. Segundo a autora (1981), os grandes posseiros e futuros fazendeiros amparavam-se na Lei de Terras para regularizar suas posses.

A exclusão dos indígenas através da Lei das Terras fez com que esses exigissem do governo a garantia de terras para a sua sobrevivência através da demarcação de aldeamentos ou toldos. Os primeiros aldeamentos criados foram o de Nonoai, ao norte, e o de Guarita, a oeste, pelo Conde de Caxias. Segundo Pezat (1997, p. 264), “as tentativas de desenvolver a agricultura nos aldeamentos ofereceram resultados modestos, enquanto que o auxílio enviado pelo governo provincial era insuficiente”. Os indígenas permaneciam na maior parte do tempo fora da aldeia do que aldeados. Apenas apareciam quando os recursos obtidos através da caça, da pesca e da coleta tornavam-se escassos.

Em 1856, o governo do Estado do Rio Grande do Sul foi obrigado a demarcar algumas áreas de terras que deveriam ser usadas somente pelos Kaingang. Essas áreas foram chamadas de aldeamentos de Guarita (com 23.183 ha demarcados somente em 1918), de Campo do Meio e de Nonoai, sendo que este último era o maior, com aproximadamente 34.980 hectares, demarcados somente nos anos de 1911/1912. A província criou esses aldeamentos com a finalidade de fazer o indígena trabalhar e, assim, torná-lo autossustentável; ou seja, os aldeamentos deveriam possuir autonomia econômica e não depender mais de verbas oriundas da província.

No século XX, as áreas das colônias tradicionais ou “velhas” (Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Veranópolis, etc.), como eram conhecidas, estavam saturadas, isto é, não disponibilizavam mais de terras suficientes para todos os descendentes das famílias numerosas que lá viviam. A saída para resolver o problema da falta de terras era migrar para outras regiões, que ainda disponibilizavam de terras não ocupadas. No norte do estado do Rio Grande do Sul, os indígenas possuíam aproximadamente 100 mil hectares de terras consideradas propícias para atividades agrícolas, motivo pelo qual atraíam constantemente os posseiros (SIMONIAN, 1981). Essas terras foram o destino dos colonos que migraram das colônias “velhas” na primeira metade do século XX.

Com a chegada dos colonos, a disputa pela terra entre esses e os indígenas provocou muitas mortes. Os conflitos aconteciam, principalmente, por-

que os colonos que viviam fora da reserva queriam plantar a terra da mesma sem a autorização dos indígenas. Aos poucos, os indígenas foram sendo contatados e confinados em aldeamentos com a finalidade de não atrapalhar a vida e o trabalho dos novos ocupantes do território (RÜCKERT, 1997).

Nesse momento, é importante fazer uma ressalva sobre a importância e o sentido do conceito de território, visto aqui como a terra, para todos os envolvidos. Para o “homem branco”, a terra significava poder, um instrumento para gerar riqueza. Já para o colono, a terra é um meio de vida e de reprodução social simples, e para o indígena, a terra é como uma mãe, que o abastece de alimento e de água. Por isso, nessa ótica, o não índio não reconhece o indígena como seu semelhante e, portanto, o persegue e discrimina. Da mesma forma, esses não índios não se preocupavam em saber se a perda da terra (toda ou em parte) pelos indígenas tinha como consequência imediata a destruição do seu modo de vida e a necessidade de reorganização para a sua sobrevivência. A relação existente entre o indígena e a apropriação de uma parcela do território e sua transformação é marcante e complexa. No entanto, os não índios jamais se preocuparam com essa questão; ela jamais fez parte dos interesses e discussões da sociedade brasileira, uma vez que o próprio governo via o indígena como um predador e destruidor da natureza, alegando que esse era quem matava os animais com sua caça e pesca, colocava fogo nas florestas e cortava as árvores que nela existiam.

A colonização é considerada responsável pela retirada do indígena de seu espaço, ou seja, de seu ambiente de sobrevivência. Ela o transformou em sedentário, pois, ao ser confinado nos aldeamentos, passou a depender da agricultura para subsistir. No entanto, na visão do governo, não havia outra solução: a colonização era vista como necessária, pois tornaria as terras de matas produtivas e valorizadas. Atualmente, os Kaingang não são mais sedentários, uma vez que migram de uma reserva para outra sempre que necessitam ou desejam.

O Estado sempre teve o interesse de reduzir os territórios indígenas, buscando satisfazer os interesses dos latifundiários, que rapidamente expandiam suas atividades no sul do país. A proposta do Estado, conforme Simonian (1981), era reunir os indígenas em um único aldeamento e, uma vez atingido esse objetivo, restaria transformá-lo em trabalhador útil, caso seu extermínio não fosse possível. Além disso, era mais interessante se a duração do aldeamento fosse relativamente curta, ou seja, após o treinamento recebido, os indígenas seriam dispersos pelo território para buscar a sua própria subsistência, fazendo com que o aldeamento tivesse apenas a função de aclimatação dos mesmos.

Mas a ideia de reunir todos os indígenas em um mesmo aldeamento, como o de Nonoai, não surtiu efeito. Os indígenas de outros aldeamentos não aceitaram de forma passiva a ideia e acabaram brigando entre si ou com os colonos que ocupavam suas terras. Alguns foram para o aldeamento de Nonoai, e outros acabaram voltando para as matas.

Nesse período, as mudanças na organização social dos indígenas foram determinadas, por um lado, pela ação administrativa do aldeamento e, de outro, pela presença de fatores específicos, principalmente de natureza econômica, através do contato direto com outras culturas. As mudanças no sistema social eram inevitáveis, pois os aldeamentos sofriam pressão do governo da província para ser autossustentáveis e independentes economicamente.

### **A história da Reserva Indígena de Serrinha-RS**

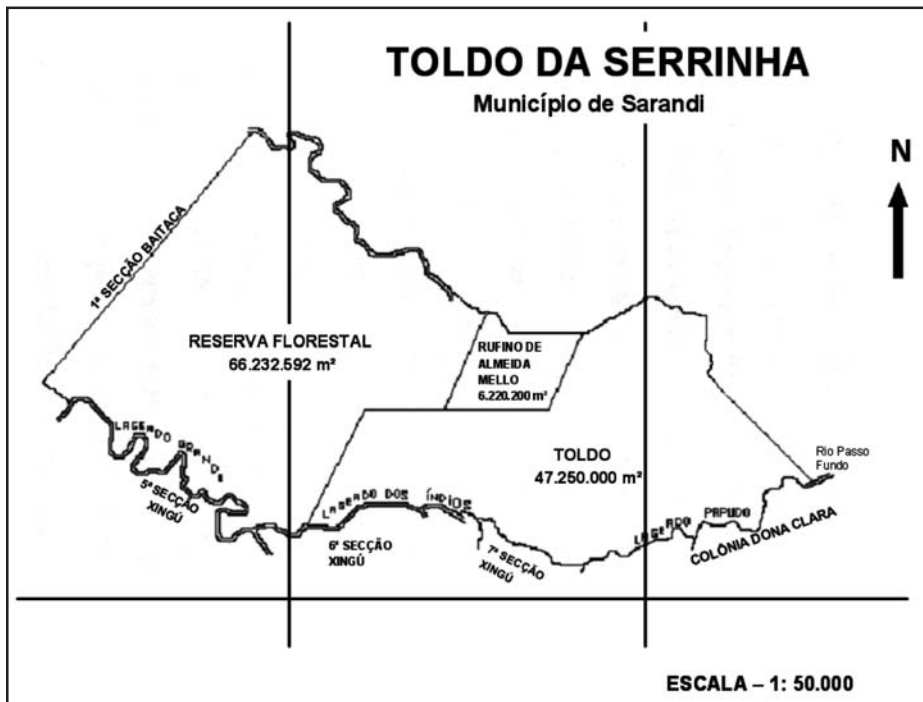
Em 1908, estiveram na capital do estado (Porto Alegre) dois caciques com o objetivo de conversar com o governador da época, Carlos Barbosa Gonçalves. O governador recebeu-os de forma carinhosa e indagou o que os trazia de tão longe até a capital. O cacique Antônio Pedro, de Nonoai, expôs que sua tribo vivia nas proximidades da Serrinha há muitos anos em paz e tranquilidade. No entanto, a partir desse período, passou a ser ameaçada e perseguida por intrusos que tinham o propósito de tirar suas terras. Como considerava esse ato ilegal, além da violação dos direitos de seu povo, dirigiram-se a ele para que este lhe garantisse a posse de suas terras e devolvesse a tranquilidade a seu grupo. O governador, por sua vez, prometeu tomar as medidas necessárias para que suas terras não fossem usurpadas. Sua promessa aos caciques Kaingang foi cumprida nesse mesmo ano, quando determinou a adoção de medidas para a demarcação das terras ocupadas. Esse acontecimento ainda está vivo na memória e é constantemente lembrado pelos atuais moradores da reserva de Serrinha, que fazem questão de passá-la para gerações através da cultura oral.

Nesse mesmo ano, o governador Carlos Barbosa concedeu aos Kaingang a posse das terras da reserva indígena de Serrinha, constituída de 11.950 hectares no município de Nonoai. Sua origem é a reserva de Nonoai, que foi criada e demarcada em 1848, medindo aproximadamente 10 léguas, abrangendo áreas de terras entre os rios Passo Fundo, Uruguai, Rio da Várzea e Lajeado Papudo (Sarandi). Na década de 1910, a mesma foi dividida em duas, ficando Nonoai ao norte, com 34.908 hectares, e mais ao sul a Serrinha, com 11.950 hectares, ambas reduzidas em relação à demarcação original. O restante da área usurpada foi distribuído entre os colonos que chegavam de outras

regiões do estado (NASCIMENTO, 2001). A demarcação efetiva da área ocorreu somente no ano de 1912.

No Rio Grande do Sul, de 1908 até 1967, existia um serviço estadual que era responsável por algumas reservas indígenas Kaingang, todas alvos dos mais diversos escândalos. A partir da criação da FUNAI em 1967, essas áreas deixaram de estar submetidas à administração estadual e passaram à administração federal. Antes disso, em 1941, o governador do Estado, Cordeiro de Farias, através do Decreto nº 658, de 10 de março de 1941, retirara uma parte da terra e designara-a para a criação de um Parque Florestal (6.624 hectares) retirou também outra parte (622 hectares), alegando não fazer parte do território indígena, demarcada outrora por engano, por se tratar de terras particulares (Figura 2).

**Figura 2:** Divisão da Reserva de Serrinha efetuada por Cordeiro de Farias em 1941



Fonte: SIMONIAN, 1981, p. 118.

Após a criação do Parque Florestal na área da reserva de Serrinha, a sua posse foi concedida aos colonos visando à exploração da madeira e, mais tar-

de, com a floresta totalmente devastada, a área do Parque Florestal foi dividida em 826 lotes, distribuídos entre as famílias de colonos, dando origem à Secção Marechal Rondon.

Em 1962, concluiu-se a expropriação total das terras indígenas com a distribuição dos demais lotes restantes aos colonos. Além da Secção Marechal Rondon, foram criadas a 1ª e 2ª Secções Alto Recreio, que juntas somam 493 lotes, e a 4ª Secção Serrinha, formada por 19 lotes. No montante, a área da reserva de Serrinha ficou composta por um total de 1.381 lotes distribuídos aos colonos (Figura 3).

**Figura 3:** Concessões no Toldo da Serrinha – Sarandi – 1962



A causa dessa expropriação de terras indígenas estava legitimada na necessidade de disponibilizar novas terras para a agricultura, uma vez que aumentava o cultivo de trigo e surgiam numerosas empresas agrícolas no norte do estado. Além disso, esgotavam-se as possibilidades de apropriação de terras devolutas e intensificava-se a migração oriunda das chamadas “colônias velhas”.



Por volta de 1940, as terras da Serrinha foram arrendadas aos colonos pelos funcionários do Estado, que cuidavam da reserva florestal. Os funcionários da reserva firmavam contratos com os colonos e afirmavam que os mesmos lhes davam direito de ficar como proprietários das terras mais tarde. Os colonos aproveitavam-se da situação, exploravam e expulsavam os indígenas e, em alguns casos, chegavam a matá-los. Devido aos arrendamentos, a mata do Parque Florestal foi totalmente destruída.

Entre 1942 e 1962, aconteceram as piores ações contra o território indígena, em que várias reservas foram praticamente extintas, entre elas a da Serrinha, uma vez que suas áreas foram destinadas à colonização e os indígenas expulsos ou simplesmente dizimados.

No governo de Ildo Meneghetti (1955-1959), foi autorizada a venda das terras da reserva indígena de Serrinha para colonos. Porém a Lei 3.381, de 06 de janeiro de 1958, que autorizava a venda, omitia que as terras pertenciam ao Parque Florestal. Em 1962, houve outra divisão das terras da reserva indígena de Serrinha pelo governador do Estado Leonel de Moura Brizola através do processo administrativo nº 15.703/61, de 16 de fevereiro de 1962. Foram retirados 2.499 hectares dos 4.704 hectares utilizados pelos indígenas para assentar colonos. Dos 11.950 hectares demarcados para os indígenas restavam aproximadamente apenas 1.060 hectares.

Os colonos, que nesse período entraram na área da reserva de Serrinha, eram provenientes de vários lugares do estado e estavam em busca de terras férteis, pois a maioria possuía poucos recursos financeiros para investir na recuperação do solo. A compra de terras na área indígena foi uma alternativa encontrada pelos colonos, oferecida pelo governo. Os colonos foram se instalando gradativamente na área da reserva a partir de 1955. Em 1962, toda a área indígena já estava ocupada por colonos. No entanto, desde o momento em que chegaram, os colonos nunca foram livres e puderam agir de acordo com a sua vontade, uma vez que eram dominados pelo *coronel* dos indígenas (chamado João Maria) e depois pelos fiscais do governo. Para poder entrar na reserva, os colonos eram obrigados a pagar pelas terras, que eram vendidas pelo *coronel* dos indígenas, por um preço mínimo de três cruzeiros por *aguada* (pedaço de terra medido a olho). O número de *aguadas* era comprado de acordo com a condição financeira do colono, que não recebia nenhum documento que comprovasse a compra das terras, e em função disso nem sempre ficava com a extensão certa que havia adquirido. Por esse motivo, o *coronel* dos indígenas vendia mais de uma vez o mesmo lote de terra (RÜCKERT, 1999). A venda das terras tinha como objetivo minimizar os conflitos e atender o contingente de colonos sem-terra que surgiam.

Em 1963, ocorreu a expulsão definitiva dos índios da reserva da Serrinha. Ocorre, nesse período, uma mudança significativa na cultura dos índios Kaingang, uma vez que seus hábitos e costumes foram se perdendo em decorrência das novas alternativas de sobrevivência buscadas pelos mesmos devido à expulsão de suas terras. Os colonos, por sua vez, receberam da Diretoria de Terras do Estado o contrato de compra e venda, legitimando a posse de suas parcelas de terras. Algumas pessoas beneficiadas já possuíam parcelas próprias fora da reserva ou já estavam afastadas das atividades agrícolas.

A Constituição Federal de 1988 devolveu aos indígenas da Serrinha o direito de reaver a posse de suas terras (Art. 67 das Disposições Constitucionais Transitórias). O responsável pela demarcação das terras seria o Governo Federal no prazo de cinco anos após a promulgação da lei. Da mesma forma, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 1989, estabelecia o prazo de quatro anos a partir da data de sua promulgação para realizar a indenização ou o reassentamento dos colonos ocupantes das áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado, situadas em terras indígenas. O prazo final para ambos terminaria no ano de 1993, no entanto até esta data nada aconteceu.

Mediante esse cenário, os indígenas viram-se obrigados a lutar para reaver suas terras. A segunda<sup>8</sup> tentativa de retomada das terras pelos mesmos data de setembro de 1993, porém, por estarem pouco mobilizados, não lograram êxito. Os colonos viam a possibilidade de deixar as terras como remota, não aceitavam e nem acreditavam na possibilidade da devolução das mesmas aos indígenas. Enquanto aguardavam reconhecimento de seus direitos por parte do Estado, indígenas e colonos conviviam em meio a um ambiente de conflitos. Em 6 de setembro de 1996, houve a terceira tentativa de retomada das terras pelos indígenas, e seu retorno ocorreu a partir de um acampamento improvisado às margens da RS-324 no distrito de Alto Recreio, pertencente ao município de Ronda Alta. Dessa vez, os índios estavam organizados e decididos a recuperar suas terras a qualquer preço. Sua organização e persistência ficam evidentes na fala de um dos nossos entrevistados quando relata que o grupo estava coeso nas decisões tomadas e disposto a enfrentar qualquer pressão vinda de colonos ou dos políticos da região (prefeitos, deputados, etc.).

Surge dessa forma um fator novo e fundamental na trajetória indígena, que é a pressão que o mesmo passou a exercer sobre os não índios, ao contrá-

---

<sup>8</sup> Sobre a primeira tentativa de retomada das terras da reserva de Serrinha não encontramos nenhum registro. Os indígenas, atuais moradores da reserva, narram a retomada a partir da segunda tentativa; também não sabem explicar como aconteceu a primeira.

rio de períodos anteriores, quando o não índio era quem pressionava o indígena com a finalidade de se apoderar de seus territórios. Esse êxito em suas ações fez com que houvesse uma expansão das fronteiras de seus territórios de confinamento, ou seja, ocorre a recuperação de áreas que antes eram ocupadas ilegalmente por colonos, como é o caso da reserva de Serrinha.

Da mesma forma, Martins (1997, p. 202) destaca que os colonos não estão apenas buscando terra e os indígenas apenas tentando reter ou ampliar seus territórios. “Eles estão, certamente, também buscando terra para trabalhar e assegurar a sua sobrevivência e a continuidade da família ou tentando manter territórios revestidos de certa sacralidade na memória tribal.” Assim, é importante destacar que o principal objetivo das famílias indígenas banidas da reserva indígena de Serrinha é reaver suas terras e não qualquer terra. As famílias querem a terra que é sua por direito, a terra da reserva, da qual os indígenas não abrem mão, uma vez que é uma terra revestida de sacralidade, pois é onde estão enterrados seus antepassados. A luta do povo Kaingang pela permanência em suas terras está fundamentada na antiguidade da ocupação do território, na presença de cemitérios, que representam uma profunda significação mítico-religiosa e cultural para o grupo, além dos pomares plantados ainda por seus ancestrais, etc.

A legitimidade de sua posse e o conhecimento de seus direitos ficam explícitos quando perguntamos a um dos entrevistados por que queriam essa terra, por que não aceitaram aquela oferecida pelo governo em outro lugar. A resposta obtida foi de que essa já está demarcada, ao contrário de outra, que poderá ser tomada a cada nova troca de governo, como já aconteceu no passado. Os Kaingangs entendem que não estão mais desamparados, à mercê das ações dos não índios. Eles aprenderam, com os próprios não índios, que as ações devem estar pautadas na lei, e agora eles se protegem justamente com esse argumento, tantas vezes utilizado pelo “homem civilizado”. Após tanta luta para reaver suas terras, era mais do que justo que os indígenas permanecessem com aquelas que estavam garantidas por lei, não aceitando outra que poderia vir a ser expropriada no futuro.

As transformações socioculturais são marcantes em ambos os grupos: indígenas e colonos. Os indígenas retornam para terras totalmente desmatadas e completamente diferentes daquelas deixadas para os colonos e, em decorrência, abandonam seus costumes de caça e pesca e passam a cultivar lavouras de forma mecanizada, com fertilizantes e agrotóxicos, a exemplo dos não índios. Os colonos, por sua vez, em sua maioria, abandonam a vida no campo e transferem-se para a cidade, fixando-se normalmente em bairros periféricos. Passam a viver com o dinheiro da indenização de suas terras, da apo-

sentadoria de agricultor ou, muitas vezes, de pequenos trabalhos que conseguem realizar na cidade.

Martins (1994, p. 96) afirma que “os camponeses e índios do país não vivem em mera situação de pobreza. Vivem um doloroso processo de exclusão social, que se materializa principalmente na expropriação territorial e seus efeitos sociais dramáticos”. Fica evidente que, para indígenas e colonos retirados de sua terra, trata-se de um problema de território, pois ambos necessitam dele para a sua reprodução social. O autor (1994, p. 135) ainda destaca que “o território indígena é delimitado pelas necessidades de perambulação que demarcam o ciclo vital da tribo”. Portanto os indígenas precisam, para sobreviver, não apenas do espaço que utilizam de forma mais intensa, mas também de seu entorno; por isso a necessidade de retomada de toda a extensão da reserva e não apenas de um lote, a exemplo dos colonos.

### **Considerações finais**

Para elaborar algumas considerações sobre o exposto no texto e diante da retomada histórica citada anteriormente, é possível afirmar que os atuais conflitos pela posse das terras entre índios e colonos originaram-se justamente pela ação do Estado, uma vez que esse demarcou as terras indígenas e vendeu-as de forma ilegal para os colonos. Portanto a questão das demarcações de terras indígenas é, sem dúvida, um problema social de grande relevância e deve ser incluído de forma prioritária nas ações do Estado. Não é nossa intenção neste artigo resolver o problema das ações do Estado em relação aos indígenas, mas levantar alguns apontamentos que servirão de inspiração, talvez, para pesquisas futuras.

Dentre esses apontamentos destacamos a intensa interferência do Estado na vida do povo Kaingang, levando-o a se instrumentalizar e conhecer seus direitos através das legislações vigentes no país. Dessa forma, ao apossar-se desses conhecimentos sobre os seus direitos, passou a cobrar ações mais efetivas por parte dos órgãos governamentais para que o mesmo cumprisse a lei e lhes devolvesse o que lhes é de direito, nesse caso específico, as terras da Reserva Indígena de Serrinha.

Outro aspecto importante que merece destaque é que, na maioria das vezes, vemos o indígena como um grupo aculturado e distante do modo de vida herdado por seus antepassados. Deixamos aqui alguns questionamentos: ainda desejamos ver os indígenas confinados em reservas como patrimônio cultural intocável ou incorporados em nossa sociedade moderna como parte da nossa identidade nacional? Será que não é possível que façam parte da

nossa sociedade e preservem sua cultura ao mesmo tempo? Isso não aconteceu com os imigrantes que vieram para o Brasil: incorporaram-se à sociedade e preservaram hábitos oriundos de seus países de origem. Será que com os indígenas isso não é possível? Será que deverão permanecer à margem da sociedade?

Esses são alguns questionamentos para que possamos pensar sobre a realidade atual dos indígenas e o quanto a nossa sociedade interferiu em sua estrutura social através de intervenções principalmente pautadas em ações governamentais de expropriação de seus territórios.

### Referências

BIGIO, Elia dos Santos. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas**: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930). Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAFRUNI, Jorge E. **Passo Fundo das Missões**: história do período jesuítico. Passo Fundo: Gráfica e Editora A Nação S/A, 1966.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA. **Dispositivos constitucionais, atos internacionais, legislação, normas correlatas**. ed. rev., atual. e aum. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

**LEI Nº 601 DE 18 DE SETEMBRO DE 1850** (Lei de Terras). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOONEN, Francisco. **Pindorama Conquistada**. Repensando a questão indígena no Brasil. João Pessoa/PB: Alternativa, 1983.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Muita Terra para Pouco Índio**: ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PEZAT, Paulo Ricardo. **Auguste Comte e os Fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-grandense e a política indigenista na República Velha. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1982.

RÜCKERT, Aldomar A. **Trajetória da Terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SIMONIAN, Lígia T. L. **Terra de Posseiros**: um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

TAU GOLIN. Passo Fundo do Território Caingangue. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 65-79.

# A dinâmica da produção agropecuária na região do COREDE Produção/RS – 1996, 2006 e 2015

*Luciane Rodrigues de Bitencourt*

## **Introdução**

Partindo do princípio de que a estrutura econômica do Rio Grande do Sul é baseada no setor primário, a agropecuária tem sido, desde os primórdios da ocupação territorial, o grande vetor responsável na (re)organização socioeconômica e territorial do estado. Dessa forma, o espaço agrário é resultado de diferentes processos, sendo assim dotado de particularidades e peculiaridades que se evidenciam no tempo/espaço.

O presente capítulo<sup>1</sup> buscou compreender a organização do espaço agrário na região do COREDE Produção, que se localiza ao norte do estado do Rio Grande do Sul e é composta por 21 municípios: Almirante Tamandaré do Sul, Camargo, Carazinho, Casca, Coxilha, Ciríaco, Coqueiros do Sul, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, Vanini e Vila Maria (Figura 1). Assim, é necessário analisar as transformações no setor agropecuário, buscando em que aspectos se evidenciam mais mudanças no recorte espacial. Considerando ser essa uma região dinâmica, mantém-se em constante dialética, uma vez que as transformações ocorridas nas cadeias produtivas acarretam mudanças no perfil fundiário dos seus estabelecimentos produtores.

Para o levantamento das informações, utilizou-se a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foram compilados e organizados em tabelas, quadros e gráficos. Ao realizar a análise, utilizaram-se percentuais para facilitar a compreensão e a identificação da expressividade das informações no recorte espacial. As variáveis utilizadas foram: estrutura fundiária (nº de estabelecimentos por estrato de área), uso da terra (nº de estabelecimentos e quantidade de área), coletados nos censos agropecuários de 1996 e 2006; lavoura temporária e permanente (área colhi-

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante de minha tese de doutorado, defendida em 2018, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO/UFSM).

da – ha; quantidade produzida – ton; rendimento médio – kg/ha; e valor da produção – %<sup>2</sup>) e rebanhos (nº de efetivos), coletados nos censos agropecuários do IBGE de 1996, 2006 e estimativas de 2015.

A região de estudo constitui uma área espacial de 6.002,7 km<sup>2</sup>, que em 2010 apresentava uma população de 338.049 habitantes, correspondendo a 3,16% da população do estado (IBGE, 2010). O município com maior contingente populacional é Passo Fundo, que, no censo demográfico de 2010, apresentava uma população total de 184.826 habitantes<sup>3</sup> (IBGE, 2010).

Geograficamente, a região corediana da produção está localizada na metade norte do estado, no Planalto Meridional, com uma altitude média de 616 metros acima do nível do mar (Figura 1). No entanto, alguns municípios apresentam-se entre 750 e 800 metros, como Gentil, Ciríaco, Muliterno e Vanini a nordeste da região. A maior parte da região apresenta solo do tipo Latossolos, caracterizado por ser profundo, bem drenado, ácido e de baixa fertilidade. A sua profundidade, associada ao relevo suave, torna-o de boa aptidão agrícola a partir da correção da fertilidade (STRECK *et al.*, 2002).

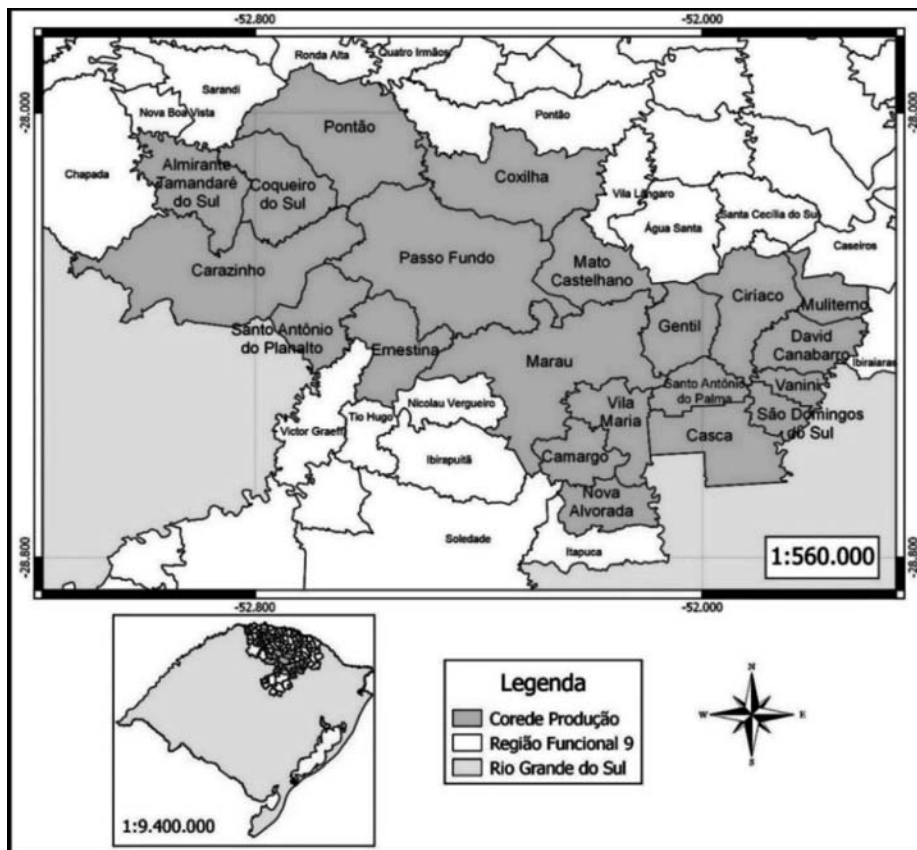
---

<sup>2</sup> Informação extraída da plataforma SIDRA no IBGE em percentagem.

<sup>3</sup> População estimada em 2018: 201.767 habitantes. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>>. Acesso em: 11 mar. 2019.



**Figura 1:** Mapa de localização e configuração atual da região do COREDE Produção/RS



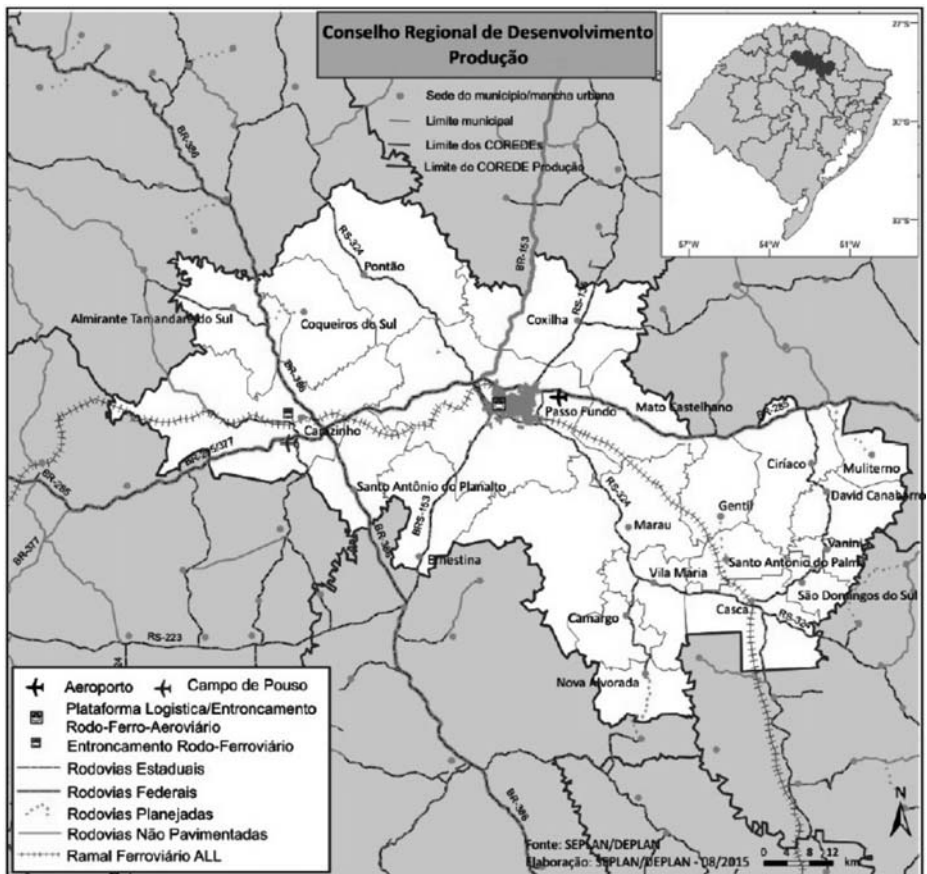
Fonte: Malha Municipal do IBGE (2010) – Sistema de Informações Geográficas QGIS (DATUM SIRGAS 2000).

A região de estudo conta com uma rede hidrográfica formada por rios e arroios das bacias do Uruguai e do Guaíba, constituindo-se em quatro sub-bacias: Passo Fundo-Várzea e Apuae-Inhandava; Alto Jacuí e Taquari-Antas, respectivamente. Sobre a região corediana da Produção está o divisor de águas entre as duas bacias hidrográficas. Cabe destacar que, por constituir-se de uma região produtora de grãos, há uma tendência de perda de áreas da vegetação natural, especialmente ao longo dos cursos d'água, além de contaminantes provenientes da agricultura e pecuária, principalmente resíduos de fertilizantes e agrotóxicos que fragilizam e degradam os recursos hídricos da região. Nos núcleos urbanos maiores, são os despejos de esgotos tanto residencial como industrial que causam contaminações nas águas desses recursos hídricos.

Ao considerar os aspectos de infraestrutura, destaca-se que a região, em termos de transporte, apresenta modais rodo, ferro e aeroviário que atendem a circulação de elevadas quantidades de mercadorias e pessoas. A Figura 2 permite constatar a infraestrutura disponível na região, conferindo ao município de Passo Fundo a articulação da rede de transporte e circulação da região (SEPLAG, 2015).

As rodovias BR-153 e RS-324 fazem a ligação da região com o sul do estado e com o norte do país. A RS-324 é a principal ligação com a capital do estado, Porto Alegre. A BR-386, conhecida como a Rodovia da Produção, tem seu entroncamento com a BR-285 (corta a região no sentido oeste-leste) no município de Carazinho.

**Figura 2:** Mapa da infraestrutura de transportes na região do COREDE Produção



Fonte: SEPLAN/DEPLAN, 2015.

Um importante ramal ferroviário localiza-se no município de Passo Fundo, onde há uma plataforma logística, principal ponto de articulação do norte do estado com as rodovias que atravessam o município. A partir de Passo Fundo, esse ramal toma a direção leste, chegando a Porto Alegre, articulando a região do COREDE Produção com as hidrovias e portos do estado. Apesar da presença da ferrovia na região em tempos anteriores ter sido fundamental para o transporte de carga e passageiros, além de ter concedido destaque econômico e ser responsável pela criação de muitas cidades no norte do estado, atualmente são as rodovias a principal rede de transporte da região, tanto de carga como de passageiros. O transporte ferroviário é utilizado, principalmente, com combustíveis, fertilizantes, *commodities* agrícolas, farelos e óleos vegetais e produtos industrializados (SEPLAG, 2016).

O transporte aéreo da região é realizado pelo Aeroporto Lauro Kurtz em Passo Fundo com voos diários para Campinas (SP), conectando-se com as demais regiões do país via conexões aéreas.

Em relação à infraestrutura energética, a região corediana da Produção é o nono maior consumidor do estado, com Passo Fundo consumindo 56,65% do total. A maioria dos municípios da região é atendida pela RGE, onde 98% do total de domicílios urbanos e os domicílios rurais estão acima da média do estado.

No que diz respeito a redes de comunicação, a região corediana da Produção apresentava 32% dos seus domicílios com acesso a internet, 90% com celulares e 40% com telefonia fixa. A telefonia fixa média do estado é de 30 telefones para cada 100 habitantes, média essa superada por Passo Fundo, que apresentava 50 para cada 100 habitantes (SEPLAG, 2015).

Considerando os princípios básicos da chamada Revolução Verde do final da década de 1960, os sistemas produtivos agrícolas sofreram transformações importantes, cujos reflexos também foram significativos na região do COREDE Produção – RS na medida em que permitiram aumento de produtividade com o uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinários. As transformações foram absorvidas por essa região, pois seu desenvolvimento sempre esteve baseado no setor primário, sendo considerada tradicionalmente uma região produtora de grãos.

### **A estrutura fundiária e o uso da terra na região do COREDE Produção**

Historicamente, a estrutura fundiária brasileira é concentrada. Tradicionalmente, vastas extensões de terras pertencem a um número pequeno de pes-

soas, enquanto uma grande parcela da sociedade não possui terras no Brasil. O sistema de capitâneas hereditárias e de sesmarias foi a gênese dos grandes latifúndios. Dessa forma, as pessoas ligadas à Coroa portuguesa, expropriando indígenas, posseiros e outros que sobreviviam da terra, tiveram acesso a ela independentemente de sua função social.

Com a criação da Lei de Terras em 1850, o processo de formação da estrutura fundiária brasileira passa a ter sua gestão legal, cujo acesso somente poderia ser realizado através da compra do imóvel. No entanto, conforme Moreira (1990, p. 11), a formação do espaço agrário no Brasil origina-se nas sesmarias, em que o acesso à terra “[...] era proporcional ao número de escravos de propriedade que tinha cada senhor”.

Com a criação da Lei nº 4.504, denominada Estatuto da Terra, foi criado o conceito de módulo rural, que tem como base a propriedade familiar variando quanto à dimensão de uma região para outra, levando em conta localização, qualidade da terra e demais condições de produção, além do tipo de exploração e atividade predominante na região, como se verifica no referido dispositivo legal.

No Rio Grande do Sul, a estrutura fundiária diferencia-se de acordo com a região em pequeno, médio e grande estabelecimento rural. Segundo o censo agropecuário, 38,90% dos 441.472 estabelecimentos agropecuários do estado possuem tamanho inferior a 10 ha e 2% são superiores a 500 ha (IBGE, 2006). Isso indica que a concentração fundiária do estado mantém-se praticamente inalterada desde meados do século XX, resultado também do sistema de concentração fundiária que caracterizou a formação econômica territorial brasileira.

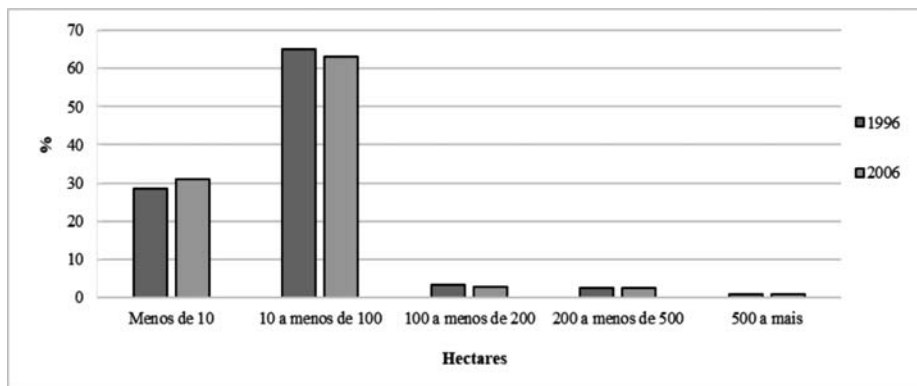
Com base nas informações sobre a estrutura fundiária da região corediana da Produção, verifica-se que o número de estabelecimentos agropecuários, segundo estratos de área, apresentava, em 1996, 28,40% dos 14.555 estabelecimentos com área inferior a 10 ha e menos de 1% (0,92) com área superior a 500 ha. Em 2006, apesar da diminuição no número total de estabelecimentos agropecuários na região (13.979), aqueles com menos de 10 ha apresentaram um crescimento em 30,97%. Contrariamente, ocorre uma diminuição de 0,01% nos estabelecimentos com mais de 500 ha (Figura 3).

A maior concentração de estabelecimentos agropecuários na região corediana – mais de 60% – encontrava-se no estrato de área entre mais de 10 e menos de 100 hectares, muito embora esse percentual tenha reduzido em 2,13% de 1996 para 2006 (Figura 3).

Na região do COREDE Produção, o módulo fiscal (MF) varia entre 16 e 20 hectares. Conforme os censos agropecuários do IBGE, a pequena unida-

de produtiva corresponde a menos de 4 módulos fiscais; a média, de 4 a menos de 15 módulos fiscais; e a grande, a mais de 15 módulos fiscais.

**Figura 3:** Comparativo percentual do número de estabelecimentos agropecuários, segundo estratos de área, na região do COREDE Produção/RS, 1996 e 2006



Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006 (IBGE).

Considerando a definição de módulos fiscais na região corediana, nos municípios de Almirante Tamandaré do Sul, Carazinho, Coqueiros do Sul, Coxilha, Ernestina, Mato Castelhano, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do Planalto e Vanini, o módulo fiscal corresponde a 16 hectares. Em Camargo, Casca, Ciríaco, David Canabarro, Gentil, Marau, Muliterno, Nova Alvorada, Santo Antônio do Palma e Vila Maria, o módulo fiscal é de 20 hectares (INCRA, 2017). Verifica-se a seguir o valor do módulo fiscal de cada município e o equivalente em hectares, bem como o enquadramento na classificação em pequena, média e grande unidade produtiva (Figura 4).

O módulo fiscal (MF) corresponde à unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para uma propriedade rural ser considerada economicamente viável. É definido conforme o tipo de exploração predominante do município, a renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada e do conceito de propriedade familiar (Lei 6.746 de 10/12/1979 – Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra – e dá outras providências).

**Figura 4:** Estrutura fundiária da unidade produtiva dos municípios da região do COREDE Produção/RS, conforme Módulo Fiscal (MF)

Municípios	Estrutura Fundiária da Unidade Produtiva		
	Pequena ( - 4 MF)	Média (4 a 15 MF)	Grande (+ de 15 MF)
Almirante Tamandaré do Sul	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Camargo	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Carazinho	até 63,9 ha	64 a 239,9 ha	240 ha ou +
Casca	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Chapada	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Ciriaco	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Coqueiros do Sul	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Coxilha	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
David Canabarro	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Ernestina	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Gentil	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Marau	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Mato Castelhano	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Muliterno	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Nova Alvorada	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Nova Boa Vista	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Passo Fundo	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Pontão	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Santo Antônio do Palma	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Santo Antônio do Planalto	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
São Domingos do Sul	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +
Vanini	até 63,9 ha	64 a 239,9 há	240 ha ou +
Vila Maria	até 79,9 ha	80 a 299,9 ha	300 ha ou +

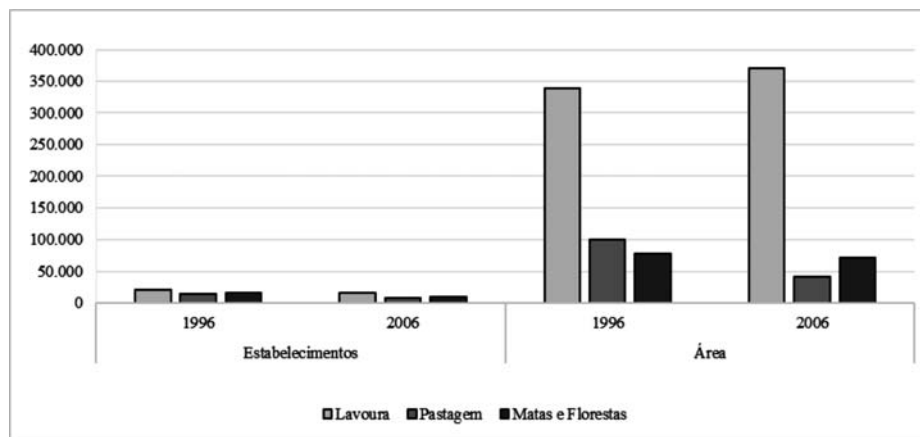
Fonte: INCRA, 2017.

Considerando o uso das terras, verifica-se que a região corediana tem suas unidades de produção voltadas principalmente às atividades agropecuárias ou florestais nos diferentes usos da terra: lavouras (temporárias e permanentes), pastagens, matas e florestas. Interpretando os dados dessa variável, verificou-se que o número de estabelecimentos com lavouras no período de 1996 a 2006 teve uma redução pouco expressiva, 25,64%, porém em área total a lavoura teve um aumento de 9,27% (Figura 5).

No mesmo período, a pastagem reduziu 38,11% em número de estabelecimentos, o que equivale a 58,02% de redução de área. Também as matas e

florestas reduziram em 41,88% do número de estabelecimentos, equivalente a 6,58% de redução em área (Figura 5).

**Figura 5:** Utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários da região do COREDE Produção/RS (unidades e área), 1996 e 2006



Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006 (IBGE).

Analisando essas informações, constata-se que, apesar do número de estabelecimentos com lavouras ter reduzido no período de 1996 a 2006, a quantidade de área com essa atividade aumentou, indicando, portanto, que as áreas que eram dedicadas à pastagem, às matas e florestas foram sendo substituídas por lavouras, uma vez que diminuíram não só em número de estabelecimentos, mas também em áreas. Tal situação justifica a expansão de lavouras, principalmente da soja, na região corediana em foco (Figura 5).

### A produção agrícola regional

Para analisar a dinâmica da produção agrícola da região do COREDE Produção, utilizaram-se os dados do IBGE dos anos de 1996, 2006 e 2015<sup>4</sup>, disponíveis na plataforma de dados agregados SIDRA, a partir da classificação em lavouras temporárias e permanentes. As variáveis utilizadas foram: área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas), rendimento médio (quilograma por hectare) e valor da produção (percentagem).

<sup>4</sup> Para as informações sobre lavouras temporárias e permanentes já se encontravam disponíveis as informações municipais na plataforma do IBGE para o ano de 2015.

As lavouras temporárias são aquelas que abrangem áreas plantadas ou estão preparadas para o plantio de culturas de curta duração, sujeitas ao replantio após a colheita. As lavouras permanentes correspondem àquelas áreas plantadas ou que estão sendo preparadas para um plantio de longa duração, as quais, após a colheita, não estão sujeitas ao replantio, uma vez que propiciam mais de uma colheita ou produção (IBGE, 2017).

#### *A lavoura temporária*

A produção agrícola temporária na região do COREDE Produção é, teoricamente, a de maior expressividade quando se considera o processo histórico regional. Assim, analisa-se e interpreta-se a dinâmica regional buscando as particularidades, no que diz respeito à área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas), rendimento médio da produção (quilograma por hectares) e valor médio da produção (percentual).

Observando as informações apresentadas sequencialmente, confirma-se a característica da região COREDE Produção como produtora de grãos, com destaque, principalmente, à cultura de soja (carro-chefe no período analisado) e milho (ambas culturas de verão); trigo, aveia e cevada (cultura de inverno), no que diz respeito à área colhida (Tabela 1).

A cultura de soja, como já comentado anteriormente ao analisar-se o uso da terra, tem dividido espaço com a do trigo. Ambas formaram a partir de 1960 o binômio trigo-soja em substituição à policultura, que até então era dominante (MANTELLI, 2006).

A queda no valor da produção do trigo e os problemas climáticos fizeram com que essa cultura deixasse de ser a mais importante do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a expansão da soja ocorre pelo movimento contrário ao do trigo, uma vez que o valor de sua produção cresce significativamente.

Na constituição da região corediana da Produção, a soja já era considerada, em 1991, o carro-chefe no Planalto Gaúcho. No período de análise (1996 – 2015), observa-se, pelos dados, que a soja continua em destaque na região, apresentando, de 1996 para 2006, um aumento de 5,89% e, de 2006 para 2015, 20,09%, referindo-se à área colhida. No intervalo de 2006 a 2015, foi o período de maior aumento na região do COREDE Produção da cultura da soja (Tabela 1; Figura 6).



**Tabela 1:** Lavoura temporária da região do COREDE Produção – área colhida (ha) – 1996, 2006, 2015

<b>CULTURAS TEMPORÁRIAS (ha)</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2015</b>
Alho	77	65	17
Amendoim	133	147	71
Arroz	1.262	345	9
Aveia	10.610	8.815	22.250
Batata-doce	240	215	234
Batata-inglesa	1.481	753	355
Cana-de-açúcar	587	808	116
Cebola	137	230	148
Cevada	10.111	9.330	3.630
Feijão	3.614	3.083	1.249
Fumo	3.406	3.344	2.325
Mandioca	1.648	1.766	663
Melancia	55	70	76
Melão	31	35	35
Milho	105.902	90.450	36.242
Soja	251.723	266.550	320.100
Tomate	100	109	49
Trigo	33.860	44.270	32.320
<b>TOTAL REGIÃO</b>	<b>424.977</b>	<b>430.385</b>	<b>419.889</b>

Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

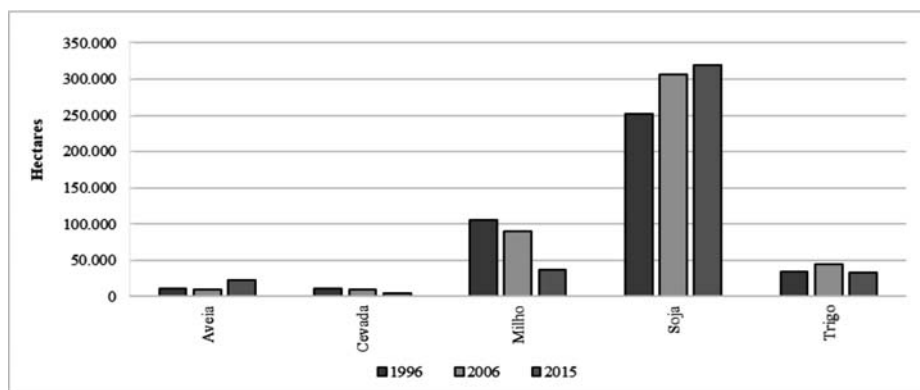
O trigo, cultura de inverno, apresenta oscilações na área colhida, conforme mostram as informações: de 1996 para 2006, cresceu 30,74%; de 2006 para 2015, diminuiu 26,99%. Além da queda no valor da produção desse cereal, das alterações na política nacional, que retirou a garantia de preço e de compra pelo governo federal nos anos 1990, as oscilações na cultura do trigo também ocorrem pelas questões de ordem climática, as quais acabam por provocar um cenário desfavorável à sua expansão, não só na região corediana da Produção, mas em todo o estado gaúcho, que passou a concorrer com o trigo importado, especialmente de outros países do MERCOSUL (Tabela 1; Figura 6).

O milho divide espaço com a soja como cultura de verão, no entanto com menor expressividade. Reduziu em área colhida 14,59% de 1996 para 2006 e 59,93% de 2006 para 2015, o que demonstra que gradativamente a

região vai substituindo determinadas culturas. Na região corediana, o milho é utilizado basicamente para a alimentação dos animais, especialmente aves, suínos e bovinos, que são criatórios expressivos na área. Nesse sentido, as áreas que eram plantadas com o milho estão gradativamente sendo utilizadas pela soja. Percebe-se um arranjo na dinâmica produtiva regional, que pressiona a expansão da soja em detrimento de outras culturas (Tabela 1; Figura 6).

De 1996 para 2006, a aveia teve a área colhida reduzida em 16,91% e, de 2006 para 2015, apresentou um salto quantitativo para 152,41% de aumento em área colhida. Essa cultura está entrando em áreas que antes eram ocupadas pelo trigo (Tabela 1; Figura 6).

**Figura 6:** Comparativo da lavoura temporária da região do COREDE Produção/RS – área colhida de aveia, cevada, milho, soja e trigo – 1996, 2006 e 2015



Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA (IBGE, 2016).

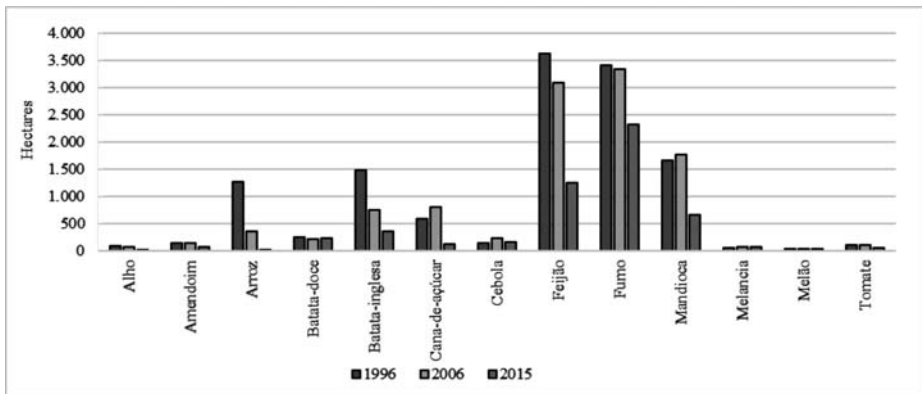
Muitos agricultores estão reduzindo suas áreas plantadas com trigo por problemas causados pela instabilidade meteorológica, que acaba colocando em risco a produção. A aveia é utilizada na alimentação dos animais (aveia-preta) e na dos humanos (aveia-branca) em forma de flocos, farinha, farelo ou em barras de cereal, biscoitos, pães e bolos integrais. No uso da alimentação humana, abre um nicho de mercado significativamente rentável, que tem sido aproveitado pelos comerciantes ligados ao ramo de padarias e lojas de venda de produtos naturais, especialmente nos municípios de Passo Fundo, Marau e Carazinho. Também é utilizada na confecção artesanal de pães e bolos pelos pequenos produtores rurais, que trazem seus produtos às feiras agrícolas da região, especialmente nos centros maiores já citados (EMATER, 2015).

Em contrapartida, a redução da cevada foi constante, apresentando queda maior no último período: 7,72% (1996-2006) e 60,09% (2006-2015). Segundo

a Emater (2015), essa queda ocorreu em razão da quantidade de chuvas em 2015, provocando o surgimento de moléstias fúngicas, assim como a dificuldade de crescimento da planta pela falta de sol no período certo. A cevada tem se destacado como insumo fundamental na produção de cerveja em todo o Brasil. Na região corediana da Produção, com a instalação da Cervejaria AMBEV em Passo Fundo, dedicada à produção do malte, a produção da cevada tem sido direcionada para atender esse segmento (Tabela 1; Figura 6).

As culturas apresentadas no Figura 7 tiveram em todo o período de análise (1996 a 2015) uma área colhida inferior a 4.000 hectares. Algumas, como feijão e fumo, chegaram a colher em 1996 e 2006 mais de 3.000 mil hectares. No entanto, o feijão, de 2006 para 2015, diminuiu 59,48%, e o fumo, 30,47%. Outras culturas, como alho, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, mandioca, melancia, melão e tomate, têm área colhida inferior a 2.000 hectares. Essas culturas da agricultura familiar são plantadas nos pequenos estabelecimentos rurais. Elas também são afetadas gradativamente pela produção de soja. Algumas são produzidas em todos os municípios, e outras são mais pontuais, cultivadas em poucos municípios da região. Tal situação pode ser observada na sequência do capítulo quando se interpreta a produção de cada unidade territorial.

**Figura 7:** Comparativo da lavoura temporária da região do COREDE Produção/RS com área colhida inferior a 4.000 hectares – 1996, 2006 e 2015



Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006 (IBGE).

Em relação à quantidade produzida, o que mantém um aumento constante em todos os municípios da região ao longo de todo o período analisado é a soja. No entanto verifica-se que alguns produtos considerados da agricultura familiar apresentaram produção significativa, como são os casos da melancia e do melão.

O milho apresentou oscilações em quantidade produzida, assim como em área colhida – cresceu 69,84% de 1996 para 2006 e, posteriormente, no intervalo seguinte, de 2006 para 2015, diminuiu 33,12%. Por outro lado, a aveia voltou a recuperar-se depois de uma queda de 13,48% em 2006, aumentando 122,93% em 2015.

A cevada, que gradativamente reduziu a área colhida, também diminuiu a quantidade produzida – de 1996 para 2006 reduziu em 22,90% e de 2006 para 2015, 68,40%. O trigo, tanto em área como em quantidade, apresentou oscilações no período: aumento de 36,43% e redução de 51,53%.

As oscilações nesses quatro produtos, como comentado anteriormente, devem-se ao fato de o trigo estar sendo substituído pela aveia, que tem sido usada como alimento de animais e também com mais ênfase na alimentação humana nos últimos anos. O milho perde espaço para a soja, uma vez que sua utilização é, basicamente, como alimento de aves e suínos, enquanto a soja é produto de exportação (Tabelas 1 e 2).

**Tabela 2:** Lavoura temporária da região do COREDE Produção/RS – quantidade produzida (Ton.) – 1996, 2006 e 2015

CULTURAS TEMPORÁRIAS (ha)	1996	2006	2015
Alho	167	265	84
Amendoim	160	236	148
Arroz	1.682	685	28
Aveia	17.229	14.906	33.230
Batata-doce	1.832	3.460	2.079
Batata-inglesa	9.968	8.536	6.387
Cana-de-açúcar	11.040	19.537	3.930
Cebola	676	1.673	1.486
Cevada	22.998	17.730	5.601
Feijão	2.465	4.638	1.896
Fumo	4.898	7.489	5.266
Mandioca	19.100	29.551	11.266
Melancia	97	1.126	1.537
Melão	43	157	243
Milho (2)	276.862	470.240	314.462
Soja (1)	487.212	750.160	1.159.254
Tomate	1.891	2.564	1.198
Trigo (3)	64.123	87.484	42.396
<b>TOTAL COREDE PRODUÇÃO</b>	<b>922.443</b>	<b>1.420.437</b>	<b>1.590.491</b>

Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA (IBGE, 2016).

Os cultivos considerados da agricultura familiar, produzidos em menores quantidades, como alho, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca e tomate, tiveram oscilação na produção. Outros, como melancia e melão, têm demonstrado aumento em quantidade produzida. O arroz, entretanto, diminuiu a quantidade produzida a cada período, indicando que a região corediana está deixando de investir nessa cultura. Com base nessas informações, infere-se que os produtos da agricultura familiar, embora ainda tenham expressões produtivas nos pequenos estabelecimentos, tendem a abrir espaço para a lavoura empresarial de soja devido às demandas de mercado e ao retorno compensatório (Tabela 2).

Ao interpretar os dados referentes ao rendimento médio da produção (kg/ha) da lavoura temporária na região do COREDE Produção, verifica-se que as culturas variam ao longo do período analisado. As produções que mantiveram aumento constante no rendimento foram amendoim, aveia, feijão, mandioca, melancia, melão, milho e soja. Outros produtos, como alho, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, fumo, tomate e trigo, oscilaram. A cevada foi o único produto que teve diminuição constante ao longo do tempo (Tabela 3).

**Tabela 3:** Lavoura temporária da região do COREDE Produção/RS – rendimento médio da produção (kg/ha) – 1996, 2006 e 2015

CULTURAS TEMPORÁRIAS (ha)	1996	2006	2015
Alho	48.270	75.500	24.000
Amendoim	24.598	36.760	38.667
Arroz	28.149	35.966	6.000
Aveia	14.180	18.080	22.500
Batata-doce	186.421	349.000	273.000
Batata-inglesa	102.625	174.465	142.968
Cana-de-açúcar	391.111	643.000	375.000
Cebola	93.635	191.600	180.333
Cevada	41.783	32.925	15.616
Feijão	13.985	29.368	31.579
Fumo	17.644	42.139	29.914
Mandioca	258.185	305.500	353.500
Melancia	32.916	299.000	361.000
Melão	22.242	85.500	118.000
Milho	54.947	120.780	178.406
Soja	38.935	56.376	76.480
Tomate	320.000	476.000	408.000
Trigo	38.400	42.772	28.673
<b>TOTAL COREDE PRODUÇÃO</b>	<b>1.728.026</b>	<b>2.655.120</b>	<b>2.563.636</b>

Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA (IBGE, 2016).

Interpretando os dados referentes ao valor da produção (%), constata-se que a soja é a cultura de maior valor e também a única que manteve aumento constante ao longo do período em análise, com 6,85% e 62,75%, respectivamente, de 1996 para 2006 e de 2006 para 2015 (Tabela 4).

Outros produtos, como alho, amendoim, aveia, batata-doce, melancia e trigo, oscilaram entre aumento e redução de valores de produção. Arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, cevada, feijão, fumo, mandioca, milho e tomate apresentaram redução constante no valor da produção ao longo do período (Tabela 4).

Em síntese, na região do COREDE Produção, constata-se que as culturas de maior destaque na lavoura temporária em área colhida, quantidade produzida e valor da produção são a soja e o milho, culturas de verão, produzidas nos 21 municípios que atualmente a compõem. O trigo e a aveia são os produtos de destaque como culturas de inverno em termos de área e quantidade produzida. O trigo está presente em todos os municípios da região, enquanto que a aveia está em 76% desses municípios. Nos outros 24%, aparecem o fumo, a mandioca, a cevada, a batata-doce e a cana-de-açúcar, que não são tradicionais em toda a região, mas específicas de alguns municípios e estabelecimentos de pequeno porte.

**Tabela 4:** Lavoura temporária da região do COREDE Produção/RS – valor da produção (%) – 1996, 2006 e 2015

<b>CULTURAS TEMPORÁRIAS (%)</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2015</b>
<b>Alho</b>	0,25	0,58	0,07
<b>Amendoim</b>	0,12	0,19	0,07
<b>Arroz</b>	0,16	0,04	0
<b>Aveia</b>	0,64	0,53	0,55
<b>Batata-doce</b>	0,56	0,66	0,34
<b>Batata-inglesa</b>	3,05	1,43	1,06
<b>Cana-de-açúcar</b>	0,44	0,37	0,05
<b>Cebola</b>	0,19	0,18	0,17
<b>Cevada</b>	1,64	1,03	0,11
<b>Feijão</b>	1,21	0,95	0,39
<b>Fumo</b>	12,34	10,91	4,73
<b>Mandioca</b>	2,97	2,94	1,26
<b>Melancia</b>	0,08	0,15	0,13
<b>Melão</b>	0,02	0,03	0,04
<b>Milho</b>	26,42	26,01	11,13
<b>Soja</b>	44,9	47,98	78,09
<b>Tomate</b>	0,76	0,39	0,26
<b>Trigo</b>	4,17	5,56	1,46
<b>TOTAL COREDE PRODUÇÃO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA (IBGE, 2016).

O detalhamento da importância das culturas em cada um dos municípios da região do COREDE Produção faz-se a seguir, com identificação e interpretação dessas culturas agrícolas da lavoura temporária pontualmente.

#### *A lavoura permanente*

Partindo da vocação da região do COREDE Produção como produtora de grãos no estado gaúcho, enfoca-se, portanto, que a expressividade da lavoura permanente no cenário agrícola regional não pode ser comparada à lavoura temporária. No entanto, pela importância que a agricultura tem para as pequenas propriedades rurais, especialmente para as pequenas unidades territoriais da região, é necessário analisar também essas informações. Assim, os cultivos da lavoura permanente que se encontram na região são: abacate, caqui, erva-mate, figo, laranja, limão, maçã, noz, pera, pêssego, tangerina (bergamota) e uva.

De modo geral, verifica-se que, ao longo do período analisado, ocorreu uma oscilação de área colhida na lavoura permanente, crescendo 15,57% de 1996 a 2006 e, posteriormente, entre 2006 e 2015, apresenta um decréscimo de 40,12% (Tabela 5).

**Tabela 5:** Lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – área colhida (ha) – 1996, 2006 e 2015

CULTURAS PERMANENTES (ha)	1996	2006	2015
Abacate	8	9	4
Caqui	38	54	39
Erva-mate	859	1.090	674
Figo	42	47	33
Laranja	430	474	189
Limão	14	30	7
Maçã	70	12	-
Noz	28	20	16
Pera	28	24	9
Pêssego	154	145	126
Tangerina	155	150	73
Uva	749	921	612
<b>TOTAL COREDE PRODUÇÃO</b>	<b>2.575</b>	<b>2.976</b>	<b>1.782</b>

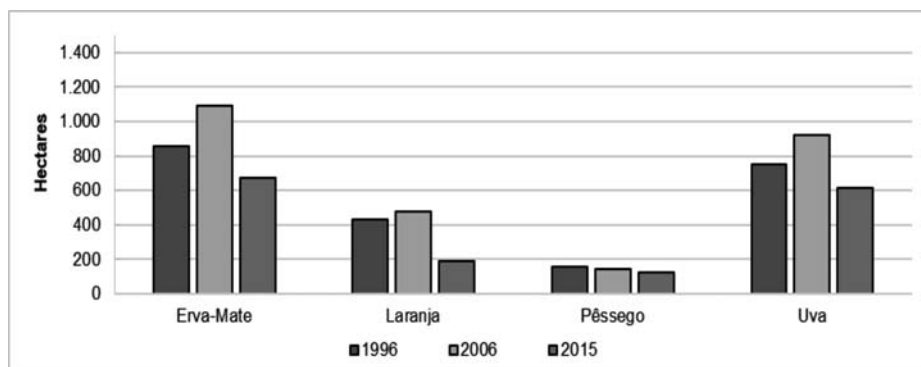
Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

A cultura de maior destaque é a erva-mate, que, inicialmente, aumentou em área colhida de 26,89% (1996-2006) e, na sequência, diminuiu 38,16% (2006-2015). A uva aumentou 22,96% em área colhida no primeiro período e diminuiu 33,55% no segundo (Tabela 5 e Figura 8). Cabe destacar que a erva-mate vem sendo uma importante fonte de renda para os pequenos estabelecimentos rurais. Geralmente, ela é produzida em área média de cinco a dez hectares, utilizando mão de obra familiar, permitindo ao agricultor agregar renda através da venda do produto nas ervateiras locais ou em outros municípios do entorno do COREDE Produção, mas que fazem parte de outras regiões coredianas.

Outras culturas que se encontram na região e que ocupam o terceiro e o quarto lugares são a laranja e o pêssego. A exemplo da erva-mate e da uva, a laranja aumentou em área colhida, mas, posteriormente, começou a diminuir; o pêssego diminuiu gradativamente a área colhida ao longo do período analisado, mas para os pequenos estabelecimentos ainda é expressivo (Figura 8).

A dinâmica da laranja e do pêssego não é específica da região corediana em foco. Em todo o estado gaúcho, essas culturas são produzidas, embora tenha ocorrido diminuição em todos os municípios.

**Figura 8:** Comparativo da lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – área colhida de erva-mate, laranja, pêssego e uva – 1996, 2006, 2015

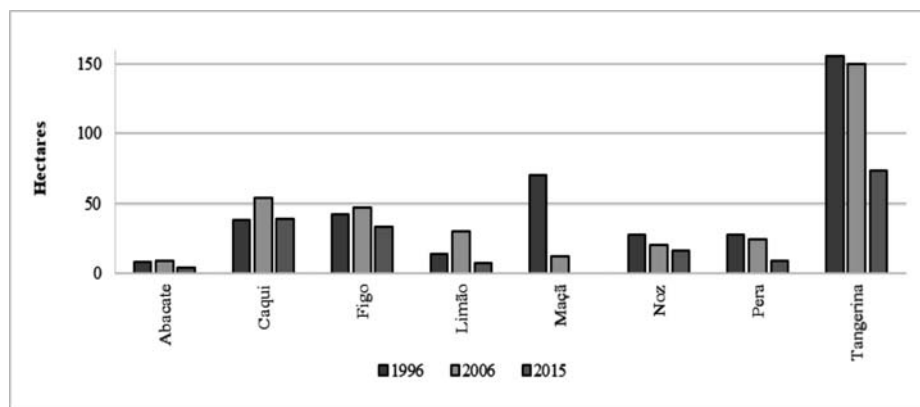


Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Comparadas às anteriores, as culturas de abacate, caqui, figo, limão, maçã, noz, pera e tangerina são inexpressivas, não ultrapassando 80 hectares em área colhida no último ano analisado, embora nos períodos de 1996 e 2006 tivessem mais área colhida (Figura 9).



**Figura 9:** Comparativo da lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – área colhida menor que 160 hectares – 1996, 2006, 2015



Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Analisando os dados referentes à quantidade produzida, percebe-se que a maior parte das culturas apresentou diminuição em quantidade produzida, com exceção da erva-mate, do pêssego e da uva, que, ao longo do período, apresentaram oscilações entre aumento e diminuição. A cultura da noz cresceu 85% de 1996 para 2006 e, no ano de 2015, manteve a mesma quantidade produzida em 2006 (Tabela 6).

De 1996 para 2006, a produção de uva aumentou 113,75% e, de 2006 para 2015, ocorreu uma queda de 9,16%, apesar da área colhida ter apresentado crescimento de 22,96% e, posteriormente, diminuição de 33,55%, respectivamente, no primeiro e no segundo intervalos de tempo, indicando uma produtividade rentável da cultura no período. A erva-mate apresentou um aumento de 29,09% de 1996 para 2006 e uma diminuição de 35,57% (Tabela 6).

**Tabela 6:** Lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – quantidade produzida – 1996, 2006 e 2015

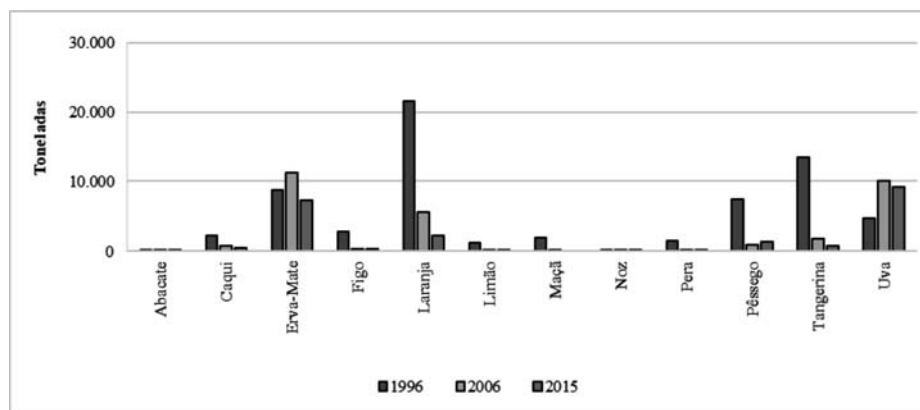
<b>CULTURAS PERMANENTES (Ton)</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>2015</b>
<b>Abacate</b>	180	50	21
<b>Caqui</b>	2.307	833	552
<b>Erva-mate</b>	8.720	11.257	7.252
<b>Figo</b>	2.851	372	316
<b>Laranja</b>	21.615	5.609	2.223
<b>Limão</b>	1.274	269	68
<b>Maçã</b>	2.035	208	-
<b>Noz</b>	20	37	37
<b>Pera</b>	1.460	261	78
<b>Pêssego</b>	7.482	986	1.305
<b>Tangerina</b>	13.431	1.762	786
<b>Uva</b>	4.720	10.089	9.164
<b>TOTAL COREDE PRODUÇÃO</b>	<b>65.995</b>	<b>31.733</b>	<b>21.802</b>

Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Algumas culturas chamam atenção em função da alta redução de quantidade produzida. É o caso da laranja, que reduziu 74,05% de 1996 para 2006 e 60,36% de 2006 para 2015. O limão diminuiu 78,88% e 74,72%, respectivamente. Como já comentado quando se interpretou a área colhida, os cítricos, apesar de serem produzidos em praticamente todas as unidades territoriais do estado gaúcho, principalmente por serem culturas com valor de produção baixo, não têm apresentado grandes quantidades em sua produção (Figura 10).

A maçã é uma cultura cultivada em poucos municípios. Em 2006, a cultura diminuiu 89,77% em relação a 1996 e, em 2015, ela não aparece mais nos dados, significando que houve abandono de sua produção. Essa cultura é característica de outras regiões do estado, especialmente daquelas onde as condições de clima e de solo são favoráveis, destacando-se o nordeste gaúcho. A pera diminuiu 82,12% (de 1996 para 2006) e 70,11% (de 2006 para 2015). Já o pêssego, apesar de ter reduzido 86,82% no primeiro intervalo, voltou a crescer no segundo intervalo em 32,35%. E a tangerina, que reduziu 86,88% no primeiro período, reduziu mais 55,39% no segundo (Figura 10).

**Figura 10:** Comparativo da lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – quantidade produzida – 1996, 2006 e 2015



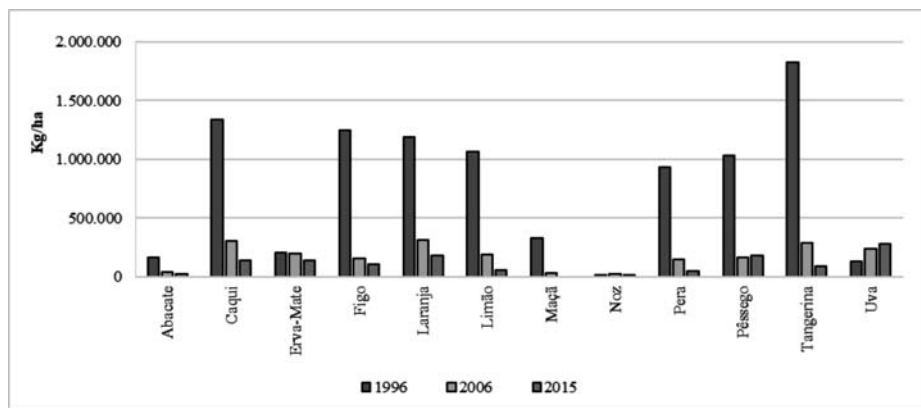
Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Observando a variação do rendimento médio da produção na região do COREDE Produção, constata-se que o ano de 1996 foi o mais rentável para as culturas da lavoura permanente, com exceção da uva (maior produtividade em 2015) e da noz (maior produtividade em 2006) (Figura 11).

A culturas de uva, de 1996 para 2006, cresceu 83,29% e, de 2006 para 2015, 17,27%. A noz, apesar de ser uma produção muito pequena regionalmente e que aparece em poucas unidades territoriais, obteve um aumento no rendimento médio de 73,38% de 1996 para 2006, porém voltou a reduzir de 2006 para 2015 em 24,08% (Figura 11).

Na lavoura permanente da região corediana, a uva é o único produto que apresentou rendimento médio constante ao longo do período analisado. As demais culturas foram gradativamente reduzindo (Figura 11).

**Figura 11:** Comparativo da lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – rendimento médio da produção – 1996, 2006, 2015



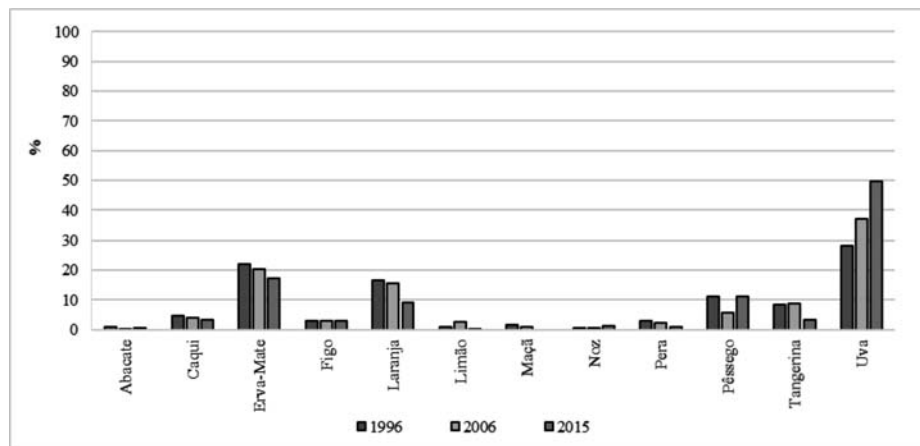
Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Interpretando os dados sobre o valor da produção da lavoura permanente, constatou-se que o produto com maior valor na região do COREDE Produção em todo o período é, comprovadamente, a uva e, posteriormente, a erva-mate, como já indicavam as demais variáveis. No ano de 2015, a uva representava 49,71% da produção da lavoura permanente na região corediana, e a erva-mate, 17,32%.

Ao passo que os demais produtos diminuíram ao longo do período analisado, a uva vem obtendo rentabilidade no valor de produção. O aumento dessas duas culturas abastece o mercado considerado local. No caso da uva, essa rentabilidade ocorre também com a produção de sucos e vinhos de mesa em cantinas de alguns municípios localizados na porção leste da região corediana, em que a aptidão do solo e clima são mais propícios. Esses produtos provenientes da uva também são vendidos nas feiras de produtos agrícolas nos municípios maiores, como Passo Fundo e Carazinho, onde a produção dessa frutífera é muito pequena.

Diferentemente da uva, a erva-mate, apesar de ser o segundo produto da lavoura permanente, tem decrescido o valor da produção na região corediana no período analisado. A produção da região atende o comércio local e de outras regiões próximas, que têm tradição no beneficiamento dessa cultura (Figura 12).

**Figura 12:** Comparativo da lavoura permanente na região do COREDE Produção/RS – valor da produção – 1996, 2006 e 2015



Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Dessa forma, pode-se afirmar que a uva é a produção de destaque na lavoura permanente da região do COREDE Produção, demonstrando índices ascendentes de crescimento, especialmente no rendimento médio e no valor da produção. Outros produtos, como a erva-mate, a laranja, o pêssego e a tangerina, apesar de estarem presentes na maioria dos municípios, desaceleraram em rentabilidade, uma vez que gradativamente foram diminuindo em área colhida e quantidade produzida, bem como em valor da produção.

### A produção da pecuária regional

Para analisar os rebanhos que compõem a pecuária da região corediana da Produção, utilizaram-se os dados do IBGE dos anos de 1996, 2006 e 2015, disponíveis na plataforma de dados agregados SIDRA. A variável utilizada corresponde ao número de cabeças (efetivo) total da região corediana e por unidade territorial.

A pecuária da região do COREDE Produção está composta por diversos rebanhos, entre eles bovinos, bubalinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos e galináceos (Tabela 7). No entanto os de maior destaque são os bovinos, os galináceos (o maior em número de cabeças) e os suínos.

Cabe lembrar, como já referido, que a região do COREDE Produção tem como principal vocação a produção de grãos e, quando se retomam as informações sobre o uso das terras, é a lavoura temporária que representa o

maior potencial e as pastagens, o menor. Entretanto, mesmo mediante da redução de área, a pecuária é importante atividade na região corediana em estudo.

**Tabela 7:** Comparativo do efetivo total dos rebanhos na pecuária na região do COREDE Produção – N° de cabeças – 1996, 2006, 2015

Ano	N° de Cabeças					
	Bovinos	Equinos	Suínos	Caprinos	Ovinos	Galináceos
1996	208.568	5.233	196.089	1.704	26.676	7.367.220
2006	149.089	3.027	142.069	2.216	16.935	18.785.830
2015	168.874	5.174	214.255	1.775	22.732	11.998.438

Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Observando os dados da Tabela 7, é perceptível que os galináceos representam o maior efetivo em número de animais na região corediana<sup>13</sup>, embora tenham diminuído em 2015.

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Brasil exportou, em 2016, 34% de sua produção, e os outros 66% foram para o abastecimento interno. Isso equivale a dizer que o país é o maior exportador global de carne de frango.

Os estados que compõem a Região Sul do Brasil são os maiores exportadores de galináceos, sendo o Rio Grande do Sul o terceiro em exportações de frangos (17,20%) no país, perdendo apenas para o Paraná (35,85%), que é o primeiro, e o estado de Santa Catarina (23,24%), que é o segundo (ABPA, 2017).

Conforme referido por Trennepohl, Alves e Flores (2008, p. 217),

A avicultura existente no Rio Grande do Sul até 1970 possuía características muito distintas das atuais. Predominavam as criações de quintal, e praticamente todas as unidades agrícolas possuíam certo número de aves que exigiam poucos cuidados e forneciam pequenas quantidades de ovos e carnes. [...] Posteriormente, a avicultura sofreu transformações importantes e foi organizada como atividade empresarial.

O aumento dessa atividade foi consequência de sua inserção no processo de modernização. Ela passou a incorporar tecnologia em sua produção, especialização e integração com os segmentos envolvidos na cadeia produtiva da avicultura. Atualmente, a produção é realizada em grande escala com tec-

<sup>5</sup> Considerando a grande diferença de valores totais entre os galináceos e os demais rebanhos, os gráficos referentes a esse rebanho serão apresentados separados dos demais.

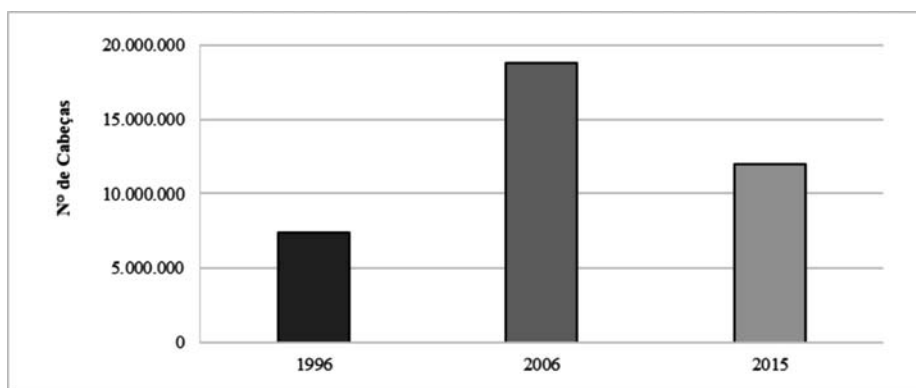
nologia de ponta. Os maiores criatórios de galináceos estão localizados nos municípios ao leste da região corediana da Produção e compõem o polo produtivo de aves que se estende desde o Vale do Rio Taquari até próximo a Passo Fundo (TRENNEPOHL; ALVES; FLORES, 2008).

Na região do COREDE Produção, os galináceos apresentaram um crescimento significativo de 154,99% de 1996 para 2006, com aumento de mais de 18 milhões de aves. De 2006 para 2015, houve um decréscimo de 36,13%, mas, mesmo assim, continuou sendo o rebanho mais expressivo no COREDE Produção.

A expressiva produção de galináceos é justificada pela cadeia produtiva de aves, a qual atende as empresas ligadas à atividade e que se encontram presentes na região, a exemplo da BRF Brasil Foods (fusão da Perdigão com a Sadia) em Marau, JBS Foods International em Passo Fundo (Tabela 7, Figura 13).

Os demais rebanhos apresentaram efetivos inferiores a 214.255 cabeças em todo o período analisado (1996, 2006 e 2015), ou seja, um número muitas vezes menor do que o de aves. A região, apesar de ter a economia primária baseada na agricultura, apresenta rebanhos distribuídos em todos os municípios que compõem o COREDE Produção, sendo uma atividade bastante significativa para a economia dessa região corediana (Figura 13).

**Figura 13:** Comparativo efetivo de total de galináceos na região do COREDE Produção/RS, 1996, 2006 e 2015

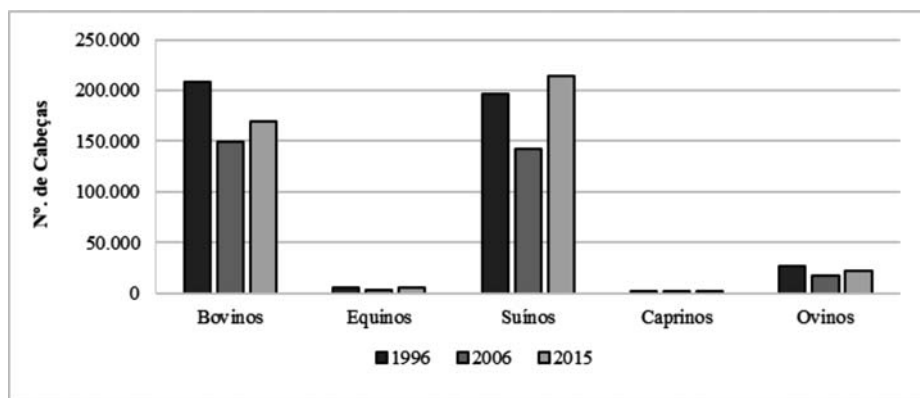


Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

Observando os rebanhos de suínos e bovinos, percebe-se que eles apresentam quantidades muito semelhantes em número de cabeças. Em 1996 e

2006, o rebanho de bovinos era o segundo maior da região, porém em 2015 a suinocultura ultrapassou a bovinocultura em número de cabeças (Figura 14).

**Figura 14:** Efetivo de rebanhos inferior a 250.000 cabeças na região do COREDE Produção/RS, 1996, 2006, 2015



Fonte: Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (IBGE, 2016).

A bovinocultura é atividade tradicional no estado e na região do COREDE Produção, que está presente em todos os municípios, diferentemente dos galináceos, que estão presentes nos municípios localizados ao leste, bem como os suínos.

A região corediana da Produção apresenta outros criatórios, como os de equinos, caprinos e ovinos. Entretanto eles têm pouca expressão na pecuária da região, o que justifica o baixo número de cabeças, ou seja, inferior a 30.000 (Figura 14).

### **Perspectivas da dinâmica agropecuária da região COREDE Produção**

Ao examinar comparativamente a agricultura representada pelas lavouras temporárias e permanentes e a pecuária analisada principalmente pelos rebanhos de bovinos e a avicultura, que são os principais componentes do setor primário da região do COREDE Produção, verificaram-se as principais perspectivas desse setor. A seguir, explanam-se essas perspectivas, objetivando sinalizar questões que merecem um olhar atento dos gestores ao pensar o planejamento estratégico para a continuidade do desenvolvimento local/regional.



Em relação à agricultura regional, na lavoura temporária há, em especial, uma difusão constante de soja, comprovadamente quando se interpretam variáveis como área colhida (hectares), quantidade produzida (toneladas), rendimento médio (quilograma/hectares) e valor da produção (porcentagem). A região corediana da Produção apresenta destaque na produção desse grão em relação às demais regiões do país e também em relação ao Rio Grande do Sul, especialmente em termos de rendimento médio. Na Tabela 8, apresentam-se dados comparativos dos três períodos já analisados na pesquisa, acrescidos dos dados de 2016, disponibilizados recentemente pelo IBGE (2017).

Com base na análise e interpretação dos dados coletados, tem-se como perspectiva regional a disseminação da cultura de soja na região, a qual continuará como cultivo dinamizador da economia local/regional. Percebeu-se também que, em relação ao território brasileiro, às macrorregiões brasileiras e ao próprio estado gaúcho, a região corediana da Produção vem apresentando maior rendimento médio de produção na cultura da soja. Aliado a esses fatores e, principalmente, por ser um produto de exportação que alavanca o agrogócio brasileiro e na região de estudo, a soja destaca-se quando se consideram a quantidade produzida e exportada e sua articulação com o setor industrial, que está fortemente agregado à produção agrícola pelo desenvolvimento dos serviços. Portanto é um produto que apresenta garantia de mercado e preço, se comparado aos demais produtos cultivados na lavoura temporária da região corediana da Produção, que são elementos estimuladores para sua expansão no setor agrícola regional (Tabela 8).

Por outro lado, a difusão da cultura de soja na região corediana da Produção causa um abandono de outras culturas típicas da região e do próprio estado. É o que ocorre, por exemplo, com o milho, que, apesar de atualmente apresentar os maiores rendimentos médios nos municípios da região corediana em estudo, tem diminuído a área colhida e a quantidade produzida na maioria dos municípios do COREDE Produção.

Outro produto considerado importante na economia regional é o trigo. Na análise das variáveis, constatou-se, porém, que as perspectivas para essa cultura são de gradual abandono ou estagnação. Em compensação, outros cereais começam a aparecer em substituição ao trigo. É o caso da aveia e da cevada. O trigo é uma cultura que tem forte relação com as intempéries, o que muitas vezes entrava seu desenvolvimento. Como é uma cultura de inverno, está sujeita a consequências como o excesso ou mesmo falta de chuvas e frio no momento certo. Também concorre com a qualidade da cultura em outros países da América Latina, que faz com que o Brasil deixe de exportar e, portanto, plantar, comprando também o produto do exterior. Por outro lado, tanto a aveia como a

cevada são perspectivas para a região, pois são mais resistentes ao clima e podem ser usadas na alimentação humana e de animais, apesar de ainda representar um valor pouco significativo se comparado ao da soja ou mesmo do trigo.

**Tabela 8:** Comparativo do rendimento médio da soja dos municípios da região do COREDE Produção com Brasil, Macrorregiões e Rio Grande do Sul

Brasil, Macrorregiões, Rio Grande do Sul e Região do COREDE Produção	Ano			
	1996	2006	2015	2016
Brasil	2.249	2.379	3.029	2.905
Norte	1.987	2.483	2.978	2.648
Nordeste	1.697	2.330	2.924	1.785
Sudeste	2.072	2.468	2.798	3.267
Sul	2.195	2.180	3.144	3.071
Centro-Oeste	2.448	2.524	3.000	2.963
Rio Grande do Sul	1.698	1.956	2.983	2.982
Região do COREDE Produção*	1.769	2.451	3.451	3.436
Município do COREDE Produção	1996	2006	2015	2016
Almirante Tamandaré do Sul	**	2.800	3.720	3.600
Camargo	1.600	2.400	3.600	3.600
Carazinho	2.200	2.520	3.600	3.420
Casca	1.799	2.400	3.900	3.600
Chapada	2.200	2.000	***	***
Ciríaco	1.500	2.700	3.200	3.200
Coqueiros do Sul	2.100	2.000	3.300	3.240
Coxilha	1.800	2.700	3.800	3.800
David Canabarro	1.260	2.700	3.600	3.200
Ernestina	1.699	2.700	3.500	3.000
Gentil	1.599	2.700	3.600	3.780
Marau	1.500	2.160	3.780	3.300
Mato Castelhano	1.500	2.400	3.900	3.600
Muliterno – RS	1.899	2.700	3.900	3.500
Nova Alvorada	1.800	2.000	3.480	3.480
Nova Boa Vista	2.100	2.400	***	***
Passo Fundo	1.860	2.500	3.600	3.400
Pontão	2.342	2.700	3.300	3.600
Santo Antônio do Palma	1.200	2.400	3.900	3.500
Santo Antônio do Planalto	1.800	2.400	3.600	3.600
São Domingos do Sul	1.777	2.296	3.600	3.000
Vanini	1.500	2.400	3.700	3.147
Vila Maria	1.900	2.400	3.900	3.600

Fonte: Banco de Dados Agregados – SIDRA IBGE (2017).

Nota:

\* Os dados do último ano são preliminares e podem sofrer alterações até nova divulgação (IBGE, 2017).

\*\*O município de Almirante Tamandaré do Sul passou a integrar a região do COREDE Produção em 2006.

\*\*\*Os municípios de Chapada e Nova Boa Vista integraram a região do COREDE Produção até o ano de 2006.

Outras culturas plantadas e colhidas na região de estudo, mas que, paulatinamente, reduzem a área colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o valor da produção, são as da agricultura familiar. Produtos como batata-doce, batata-inglesa, feijão, fumo e mandioca apresentaram um período (1996) de maior destaque e, posteriormente, foram diminuindo (2015) em área e produção. No entanto essas culturas podem ser uma alternativa de renda para os estabelecimentos rurais de pequeno porte.

O mercado consumidor dos produtos oriundos da agricultura familiar são supermercados, feiras e fruteiras dos municípios com maior população. Já o fumo necessita ser levado a empresas do COREDE Vale do Rio Pardo, e isso faz com que essa cultura diminua, gradualmente, nos municípios que a cultivam, sendo substituída pela soja.

No que diz respeito à lavoura permanente, a região do COREDE Produção está vinculada às frutíferas, com exceção da erva-mate, que é um produto típico da cultura gaúcha, usada em forma de chás e mate e também na indústria farmacológica. A segunda perspectiva da lavoura permanente é o cultivo da uva, usada na produção de vinhos, sucos e *in natura*.

Apesar do destaque da erva-mate na região em estudo, ao observar-se a variável valor da produção, constata-se que a uva é o único produto que mantém crescimento constante e que, portanto, merece análise aprofundada, pois se apresenta como alternativa para muitos municípios da região do COREDE Produção. Dessa forma, a cadeia produtiva da uva deve ser dinamizada, estruturada, buscando principalmente políticas regionais e estaduais para seu desenvolvimento, vinculadas às pequenas unidades produtivas.

No que tange à pecuária, em termos de perspectivas para o desenvolvimento regional, a avicultura é o criatório de maior destaque regional, mas, contrariamente aos dados do estado e do próprio território brasileiro, vem oscilando em produção ao longo do período de análise. Isso ocorre em função da perda de peso dos animais em relação às demais regiões coredianas e à diminuição do consumo interno. Uma das causas da perda de peso do frango na região está vinculada à redução da produção de milho, principal suprimento alimentar das aves, que vem sendo substituído, gradativamente, por ração à base de soja.

O Brasil é o quarto maior produtor de aves do mundo, perdendo apenas para China, Estados Unidos e Indonésia. Além da exportação da carne de aves (frango, peru, pato, entre outras), o país também exporta ovos e material genético. O Rio Grande do Sul é o quarto estado em produção de aves abaixo apenas do Paraná, de São Paulo e Santa Catarina. A produção de aves, no estado gaúcho, assim como em outros estados, é integrada à indústria de carnes de aves e derivados, formando uma cadeia produtiva (SEPLAG, 2017).

Apesar desses fatores que interferem diretamente na produção, a perspectiva para o setor de aves na região corediana da Produção é de crescimento, considerando a significativa aceitação dos produtos (carne e ovos) no mercado internacional.

No entanto alternativas têm se destacado na região em termos de pecuária, tais como os rebanhos de suínos e bovinos. Segundo informações do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2017), o estado gaúcho é terceiro produtor de carne suína no Brasil, superado pelos outros dois estados sulinos. A produção gaúcha nos últimos dez anos vem se mantendo estável.

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (SEPLAG, 2017),

[...] a participação gaúcha na produção nacional aumentou de 13% em 2000 para 15% em 2015. Do mesmo modo que a cadeia produtiva de bovinos, a cadeia produtiva de suínos é considerada uma das mais tradicionais do estado e possui grande importância econômica e social, poder de integração regional, possibilidade de aumento de valor agregado de seus produtos finais e de melhoria da pauta de exportações.

Apesar de não ser o principal rebanho da região corediana em estudo, o cenário é que a produção de suínos permaneça em crescimento, não para o mercado interno, mas para o externo, como expressa o Informativo Técnico da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (2014, p. 1):

Sobre o mercado interno brasileiro, o consumo de carne suína ainda é baixo, com menos de 15 quilos (kg) de carne por habitante/ano, quando comparado com outros países, onde a média anual de consumo per capita, como por exemplo, em Hong Kong, que é o maior consumidor mundial, foi de 66,5 kg, seguido de Macau com 54,6 kg.

Com referência ao rebanho de bovinos, o Rio Grande do Sul é o sexto maior produtor de gado do Brasil. É a cadeia produtiva mais tradicional do estado com importante destaque econômico, concentrada, principalmente, no oeste e sul do território.

### **Considerações finais**

No setor agropecuário, a região do COREDE Produção é dinamizada pela lavoura temporária da soja, que apresentou, nos três períodos analisados na pesquisa, valores crescentes de área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção em toda a região, o que permite dizer que esse é o produto de maior importância no COREDE Produção. Portanto a cadeia produtiva da soja foi responsável pelo processo de modernização da agricultura, sendo responsável pela dinâmica produtiva local/regional.

Em contrapartida, produtos como o milho e o trigo estão sendo gradativamente substituídos por outros. Áreas antes cultivadas por esses produtos passaram a ser utilizadas por lavouras mais rentáveis, como a soja e a aveia. A soja por ser um produto com preços e mercado garantido até o momento, e a aveia, além de apresentar mais resistência às intempéries, é usada na alimentação de animais em substituição às tradicionais pastagens, uma vez que essas reduziram em toda a região corediana da Produção. Mais recentemente, a aveia tem uma boa aceitação na dieta alimentar de humanos, apresentando-se como uma alternativa rentável principalmente para as pequenas unidades produtivas.

Em relação à lavoura permanente, há uma redução em termos de área colhida e quantidade produzida na região, porém, em relação ao rendimento médio e ao valor da produção, a uva vem apresentando índices positivos e um gradativo aumento na região, enquanto os demais produtos continuam com diminuição progressiva. A erva-mate, apesar de ser o segundo produto de maior destaque na lavoura permanente da região, vem diminuindo sua produção.

A pecuária na região do COREDE Produção tem seu maior efetivo na produção de aves (frangos), seguido pelo rebanho de suínos, posteriormente pela bovinocultura.

É importante destacar que, na metade leste da região corediana, por apresentar terrenos mais íngremes e uma estrutura fundiária com o predomínio das pequenas propriedades, é onde está concentrada a maior quantidade de rebanhos, enquanto que, na porção oeste, localizam-se maiores produtores de soja, predominando as médias e grandes propriedades.

## Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – **SIDRA**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SECRETARIA PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEPLAG, 2016 (Edição eletrônica). Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS – Projeto Rumos 2015**. Porto Alegre: SCP, 2006.

\_\_\_\_\_. **RS 2030. Agenda de Desenvolvimento Territorial**. Porto Alegre: FEE, 2014.

# A importância da diversificação produtiva para a dinamização da agricultura familiar de Pinhal Grande/RS

*Ivani Belenice Dallanôra  
Meri Lourdes Bezzi*

## **Introdução**

A presença da diversificação produtiva nas propriedades familiares é uma prática que vem sendo desenvolvida no Brasil desde a chegada dos colonos imigrantes europeus. Como salienta Schneider (2006), a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas entre os imigrantes era comum, os quais associavam a agricultura a outras atividades no interior da propriedade.

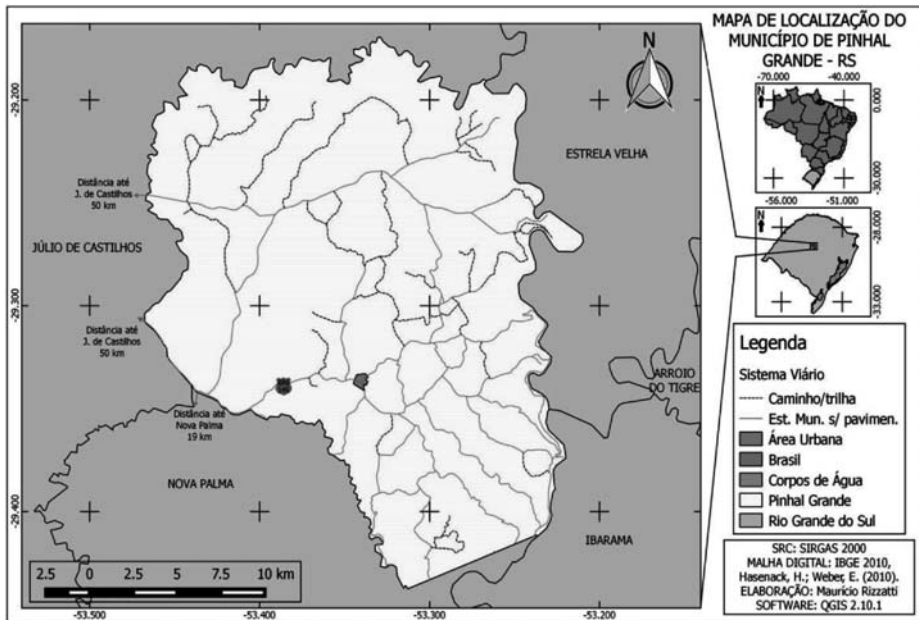
A modernização das atividades agrícolas realizadas e a inserção da tecnologia no espaço rural possibilitaram a redução do tempo de trabalho no interior das propriedades agrícolas, gerando tempo livre e liberando mão de obra para a realização de outras atividades rurais ou urbanas, agrícolas ou não agrícolas, possibilitando o aumento de renda à família e sua continuidade no campo. Franz e Salamoni (2016) expõem que a pluriatividade, ao permitir a continuidade das famílias no campo, pode ser considerada uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares.

O desenvolvimento das práticas pluriativas no Brasil foi baseado no modelo da agricultura europeia e foi inserido no interior da agricultura familiar no processo de colonização do sul do país através da imigração. Entretanto seu estudo é recente, tendo início na década de 1990 entre os estudos acadêmicos (SCHNEIDER, 2009). Desse modo, a justificativa deste trabalho ampara-se na importância da diversificação das atividades produtivas no espaço rural do município de Pinhal Grande/RS como elemento responsável pelo processo de geração de renda no interior das pequenas propriedades rurais e pela contenção do êxodo rural. Muitos agricultores familiares vêm diversificando suas atividades produtivas, desenvolvendo novas atividades agrícolas e não agrícolas na propriedade ou fora dela, contribuindo para a sucessão familiar e a permanência das famílias no espaço rural, agregando renda às pequenas unidades produtivas.

Mediante essas considerações, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as atividades produtivas presentes na agricultura familiar de Pinhal

Grande, que vem contribuindo para a dinamização do seu espaço rural. Especificamente, busca-se (a) identificar as localidades do município que estão diversificando a sua produção; (b) verificar quais as atividades produtivas e não produtivas que são responsáveis pela geração de renda para as famílias. O município em estudo localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1).

**Figura 1:** Mapa da localização do município de Pinhal Grande/RS



Org.: RIZZATTI, M., 2016.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, a metodologia foi organizada em torno das matrizes teóricas, destacando-se os conceitos de modernização da agricultura, pluriatividade, agricultura familiar, entre outros. A coleta de dados esteve baseada em fontes primárias (entrevistas com os agricultores familiares) e secundárias (dados dos censos agropecuários do IBGE). O trabalho de campo aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas com 126 agricultores familiares. Também foram entrevistadas a EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

A relevância deste estudo está em apresentar um diagnóstico e posterior prognóstico da agricultura familiar no município, salientando a presença da diversificação produtiva e das atividades não agrícolas como geradoras de renda

para o meio rural. No entanto essa análise nos permite identificar em quais localidades a pluriatividade encontra-se presente, o que vem também contribuindo para a reprodução da propriedade familiar no referido município.

### **A agricultura familiar, a diversificação produtiva e a pluriatividade em Pinhal Grande**

As mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro, proporcionadas pelo processo de modernização da agricultura e pelo reconhecimento da agricultura familiar a partir do desenvolvimento das políticas públicas, e a inserção de novas atividades, tanto agrícolas como não agrícolas, são uma realidade. O agricultor familiar que, diante do processo de mecanização da agricultura, permaneceu no espaço rural desenvolvendo o trabalho familiar buscou novas alternativas através da diversificação das atividades produtivas. Nesse sentido, para Schneider (2009), a análise da pluriatividade a partir do ambiente familiar representa um esforço para demonstrar que, embora a forma familiar seja afetada e condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista, ela vem revelando capacidade para estabelecer estratégias de adaptação que vêm garantindo sua reprodução social. Para Wanderley (2003, p. 48), é importante “[...] considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais”.

Essa distinção produtiva presente no interior da agricultura familiar, resultante da ação do capital sobre o espaço, contribuiu para que as formas de produção e de trabalho presentes fossem reestruturadas para que o campo não seja apenas o universo das atividades agrícolas e agrárias, mas o espaço da diversificação das atividades produtivas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o campo não pode mais ser visto como o lugar onde predominam somente a agricultura e a pecuária, pois as transformações no modo de produção ocasionada pelo processo de modernização tecnológica reestruturaram esse espaço, proporcionando uma reorganização através da diversificação das atividades e do trabalho familiar. Novas funções foram inseridas no espaço rural através do desenvolvimento das atividades não agrícolas. Nesse contexto, as atividades pluriativas vêm ganhando projeção nacional, contribuindo para fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares.

O espaço rural apresenta-se como um espaço polissêmico, pois abrange atividades econômicas de natureza diversa, como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, o ambientalismo, o lazer, entre outros. Do mesmo modo, Godoy e Wizniewsky (2013) também entendem a pluriatividade como a interação das atividades agrícolas e não agrícolas exercidas pela família den-



tro ou fora de sua propriedade, conforme suas possibilidades existentes, criando um mercado amplo de trabalho. Dessa forma, a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agropecuária, constituirá uma família como pluriativa.

A pluriatividade constituída a partir da integração dessas atividades proporciona uma maior diversificação produtiva e de trabalho entre os membros da família, aumentando a renda, a autonomia do agricultor e a diminuição da dependência econômica em relação às empresas privadas e aos bancos. O meio rural é mais do que o espaço de produção agrícola, ou seja, é formado a partir da construção social, histórica e subjetiva, em que o agricultor familiar e sua família são os protagonistas, responsáveis pelo processo de dinamização desse local através da intensa relação de trabalho, estabelecendo estratégias que visam não apenas à sobrevivência imediata, mas à garantia da reprodução das gerações futuras.

Entretanto a agricultura familiar no referido município encontra-se organizada através da presença do agricultor familiar, que possui propriedade com extensão territorial de até 140 hectares, visto que, no município, segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), o módulo fiscal é de 35 hectares. Destaca-se que as unidades familiares vêm assumindo uma grande relevância não só para a economia do agronegócio, mas também para a economia do município. Sua importância social é bastante notória, seja pelo perfil dos produtores como também pela grande capacidade de produção de alimentos para o consumo interno e para o abastecimento da população urbana, seja pela geração de renda e emprego no espaço rural.

Essa categoria social encontra-se representada pelo predomínio das atividades agropecuárias. Sua participação está representada entre as principais atividades desenvolvidas nas propriedades familiares no município, visando à diversificação produtiva e ao aumento da renda familiar. Essas atividades encontram-se organizadas através da presença de dois espaços produtivos distintos. No norte do município, destaca-se o predomínio da cultura da soja e da pecuária. No sul, as propriedades familiares são marcadas pela presença da produção do milho, do feijão e do fumo. O conjunto dessas atividades “tradicionalistas” é responsável pelo processo de organização do espaço rural.

Entretanto o que se vem observando no município é que as culturas tradicionais não estão contribuindo para a permanência do agricultor familiar e sua família no campo com renda e qualidade de vida. Em vista da importância do segmento da produção familiar para a dinamização do espaço rural, muitos agricultores familiares vêm desenvolvendo novas atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, permanecendo em suas propriedades e preservando os costumes e modos de vida ligados à ruralidade.

Com base na Tabela 1, podemos visualizar que, nos estabelecimentos agropecuários familiares, a atividade pecuarista bovina vem se destacando, sendo destinada grande parte de sua produção à comercialização local e regional. Os efetivos de suínos e ovinos assumem a segunda e terceira posições respectivamente, sendo que a suinocultura é destinada prioritariamente à subsistência das famílias com venda do excedente por algumas propriedades familiares.

**Tabela 1:** Efetivos da pecuária bovina, suína e ovina nos estabelecimentos agropecuários familiares no município de Pinhal Grande/RS

	Número de estabelecimentos agropecuários familiares		
	Bovinos	Suínos	Ovinos
Autoconsumo	35	83	12
Comercialização	78	27	14
Total	113	110	26

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Org.: DALLANÔRA, I. B., 2017.

A ovinocultura é uma atividade que vem crescendo, mas ainda sua presença se limita a poucas propriedades no norte do município, ficando sua comercialização apenas em nível local. A atividade pecuarista encontra-se expressiva nas propriedades familiares localizadas no norte e noroeste do município, destacando as localidades de Medianeira, Rincão do Appel, Rincão da Várzea, Dois Irmãos, Rincão dos Salles, São Cristóvão, São José e Invernadinha.

No ano de 2016, conforme pesquisa de campo, dos 116 agricultores familiares que desenvolvem a atividade pecuarista, 92 destinam a produção para o autoconsumo e a venda do excedente no mercado local e regional (Tabela 2).

**Tabela 2:** Comercialização da produção bovina das propriedades familiares em Pinhal Grande/RS no ano de 2016

Comercialização	Propriedades familiares
Leite e animal para abate	28
Queijo colonial	6
Animal para abate	50
Queijo e animal para abate	14
Total	92

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Org.: DALLANÔRA, I. B., 2017.

Os dados da Tabela 2 demonstram que mais da metade dos agricultores entrevistados destina a produção bovina à venda do animal para o abate. Os demais, além de comercializarem os animais, também utilizam os seus derivados, como a produção do leite e a fabricação de queijo, para comercialização e consequentemente agregar renda à sua propriedade.

A pecuária leiteira vem atualmente se reestruturando no município, sendo incentivada entre os agricultores familiares pela EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio e Indústria.

A pecuária leiteira no município é desenvolvida por 126 agricultores familiares entrevistados, sendo que 28 estão desenvolvendo essa atividade, incentivados pela EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura, Comércio e Indústria. Essa atividade destaca-se nas localidades de Medianeira, Rincão da Várzea, São José e Assentamento Fazenda do Sobrado (Figura 2). Sua expansão ocorre também a passos lentos, pois requer investimentos altos em virtude das inspeções sanitárias, que são uma exigência, e do controle de qualidade do produto, o que muitas vezes dificulta a inserção de novas famílias.

A produção do leite *in natura* apresenta-se como uma potencialidade produtiva em Pinhal Grande, pois o município possui mercados para o produto, como a Cooperativa Agrícola Camnpal de Nova Palma, Cooperativa Santa Clara de Carlos Barbosa e a Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL) de Cruz Alta, que oferecem assistência técnica aos sócios e compram toda a produção leiteira. Outra atividade que está sendo desenvolvida pelos pequenos produtores locais é a produção de queijo. Essa agrega renda aos agricultores familiares que não possuem condições financeiras para inserir-se na venda de leite *in natura*. Salienta-se que essa atividade ainda não possui nenhuma política pública no município para subsidiá-la ou incrementá-la. No entanto os agricultores familiares comercializam a produção de queijo somente no mercado local sem inspeção sanitária, pois o município ainda não oferece esse serviço, limitando a expansão dessa atividade na agricultura familiar.

Novas atividades produtivas, além da agropecuária, são uma realidade em Pinhal Grande. A piscicultura é uma atividade que vem crescendo com incentivos da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio. É nas propriedades familiares na localidade do Assentamento Fazenda do Sobrado que a piscicultura vem se expandindo. É uma atividade nova, pois muitos agricultores relataram que a inseriram recentemente. No ano de 2016, entre as propriedades familiares entrevistadas, sete agricultores vêm desenvolvendo a produção de peixes e sua comercialização. O principal mercado para a produção é o local, o que dificulta a inserção de novos produtores (Figura 2).

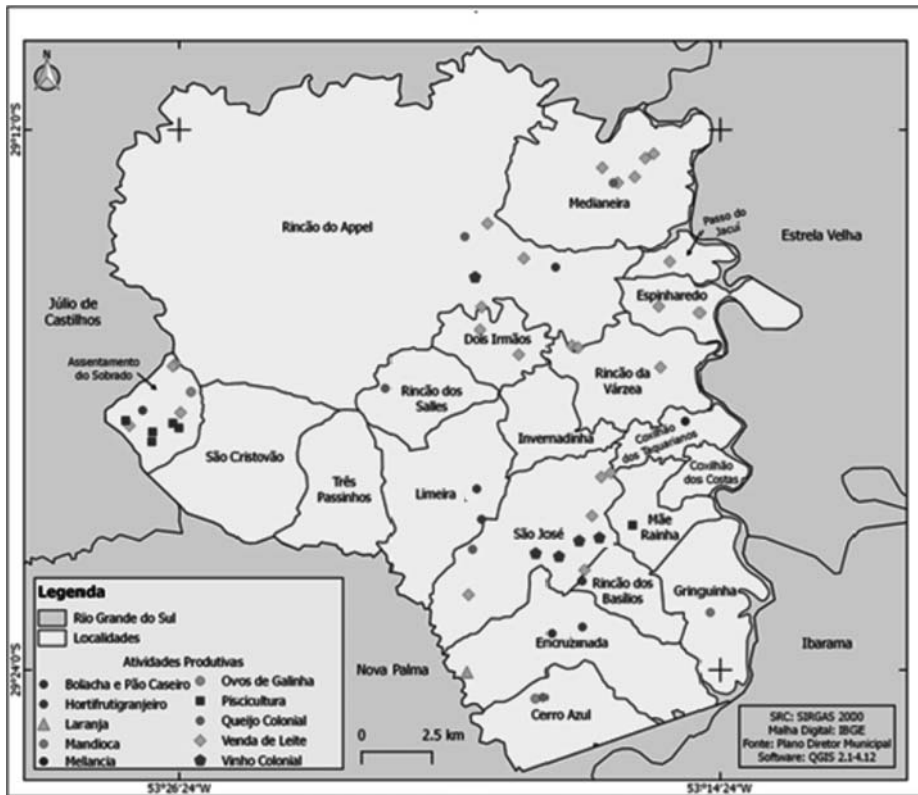
A produção de vinho colonial vem perdendo espaço entre as propriedades familiares, sendo que entre os entrevistados apenas seis agricultores desenvolvem a atividade. Esses relataram que, em virtude a de terem inserido há anos na propriedade e adquirido conhecimento referente à sua produção, não pretendem abandoná-la, mas salientaram que a mesma está diminuindo em virtude do alto índice de agrotóxicos utilizados na produção da soja (Figura 2).

A produção de hortifrutigranjeiros é desenvolvida por quatro agricultores familiares. Um agricultor produz na área de Assentamento da Reforma Agrária na localidade Assentamento do Sobrado e comercializa diretamente ao consumidor em suas residências. O segundo agricultor formou uma associação chamada “Vale do Pororó” na localidade de Encruzilhada. Ela agrega um grupo de famílias que produzem e fornecem a produção para ser comercializada na cidade de Santa Maria. A feira é realizada todos os sábados. Já o terceiro e o quarto agricultores da localidade de Limeira possuem um ponto para comercialização no centro da cidade, realizando a feira duas vezes por semana (Figura 2).

A atividade de hortifrutigranjeiros em Pinhal Grande apresenta-se como desafio à busca de novos mercados para que novas famílias possam inserir-se nessa atividade, agregando renda à sua propriedade. As demais atividades apresentadas vêm sendo desenvolvidas como forma de complementação da renda familiar sem muitas perspectivas de desenvolvimento, pois os agricultores familiares destacam que não existe mercado para os produtos no município. Dessa forma, acabam permanecendo com a produção das culturas tradicionais (fumo, feijão, milho e soja).

Para a inserção da diversificação produtiva nas propriedades familiares, a presença e a efetivação das políticas públicas são fundamentais, pois essas possuem o papel de contribuir para o desenvolvimento de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural através de recursos financeiros, assistência técnica e integração aos mercados locais, regionais e nacionais.

**Figura 2:** Principais atividades que contribuem na diversificação produtiva nas localidades do município de Pinhal Grande em 2016



Fonte: Plano Diretor Municipal, Malha digital IBGE.  
Org.: RIZZATTI, M.

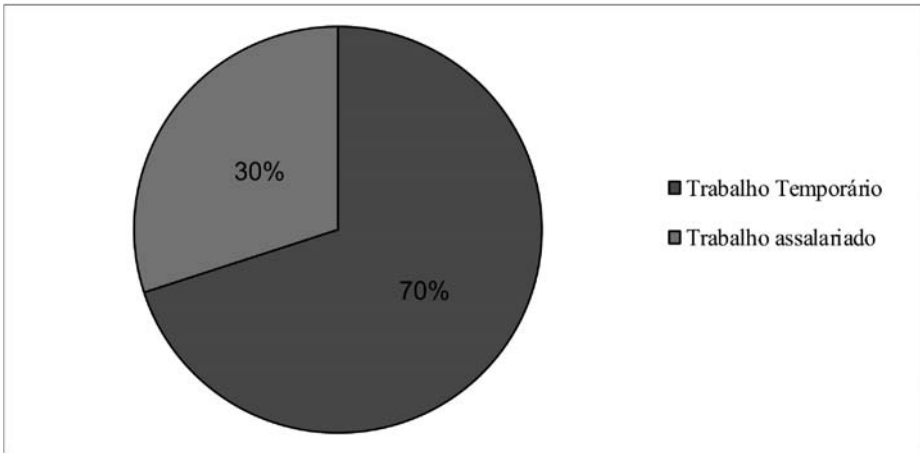
Em Pinhal Grande, entre as principais políticas públicas voltadas à diversificação produtiva nas propriedades familiares destaca-se o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), implantado no ano de 2009. Seu objetivo é fornecer produtos da agricultura familiar às escolas do município. Atualmente, apenas oito agricultores estão cadastrados, pois o programa no município contempla apenas a venda de produtos *in natura* e a percentagem mínima (30%) estabelecida para a compra, inviabilizando a participação do agricultor familiar. A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS), que é desenvolvida em 25 propriedades das 126 entrevistadas, demonstra que apenas 20% da agricultura familiar são abrangidas por essa política, que é ofertada no município pela EMATER. Essa política é efetivada

através de palestras, oficinas, trabalho de campo, abrangendo as partes produtiva e social da propriedade familiar.

As demais políticas em nível municipal, como Mais peixe Mais renda, o pró-leite e aquisição de mudas frutíferas, têm como objetivo o desenvolvimento da piscicultura, da bacia leiteira e a diversificação da lavoura permanente no município, visando agregar renda à propriedade. Essas políticas são de caráter secundário e, muitas vezes, estão associadas às políticas de governo e não de Estado, o que inviabiliza sua eficácia e a abrangência de um maior número de propriedades familiares.

Quanto às atividades desenvolvidas externas à propriedade familiar pelo proprietário ou algum membro, destacam-se o trabalho temporário e o trabalho assalariado, atrelados ao setor de serviços. O trabalho temporário prevalece diante do assalariado, mas ambos vêm sendo uma opção entre as famílias para auxiliar na manutenção da propriedade agrícola (Gráfico 1).

**Gráfico 1:** Atividades desenvolvidas por algum membro da família, externa à propriedade em Pinhal Grande, RS



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Org.: DALLANÓRA, I. B., 2017.

A pluriatividade entre as propriedades familiares está relacionada à nova caracterização do espaço rural, combinando vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que seus membros possuam vários tipos de inserção profissional (SCHNEIDER, 2009). Apresenta-se como uma unidade produtiva multidimensional, em que, além da prática da agricultura, outras atividades também são desen-

volvidas interna ou externamente à propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas, o que permite ao produtor rural agregar renda à propriedade e permanecer no espaço rural.

### Considerações finais

A diversificação produtiva no município abrange todas as localidades, porém sua reprodução entre as propriedades familiares ocorre de forma lenta. A dinamização da agricultura familiar é visualizada a partir do processo de diversificação produtiva e da presença das atividades não agrícolas, independentemente da localização da propriedade familiar. Desse modo, as famílias que vêm inserindo novas atividades, como a pecuária de corte, a pecuária leiteira, a piscicultura, os hortifrutigranjeiros e os produtos coloniais, estão conseguindo agregar mais renda à propriedade, dinamizando-a, contribuindo para a sucessão familiar e a reprodução das atividades agrícolas.

Do mesmo modo, nas famílias em que a diversificação das atividades produtivas não contribui para a geração de renda, as atividades não agrícolas fora da propriedade estão sendo uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares, contribuindo para aumentar a renda e permitindo a continuidade das famílias no campo.

### Referências

FRANZ, J. C.; SALAMONI, G. Pluriatividade com estratégia de reprodução social da agricultura familiar: uma análise no município de Lajeado/RS. In: ALVES, D.; VALE, A. R. (Org.). **Faces da Agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016. p. 205-222.

GODOY, C. M. T.; WIZNIEWSKY, J. G. **O Papel da Pluriatividade no Fortalecimento da Agricultura Familiar no Município de Santa Rosa/RS**. Desafio Online, Campo Grande, v. 1, n. III, art. 4, set./dez. 2013. Disponível em: <[www.desafioonline.com.br/publicacoes](http://www.desafioonline.com.br/publicacoes)>. Acesso em: 14 maio 2016.

SCHNEIDER, S. Os colonos da indústria calçadista; expansão industrial e as transformações da agricultura familiar do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-323, 1996. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios>>. Acesso em: 22 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. J. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e descontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 1993.

# A organização do espaço agrário de União da Serra/RS pelo viés da agricultura familiar

*Mateus Pessetti  
Janete Webler Cancelier*

## **Introdução**

O espaço agrário passa por constantes transformações, sendo que a compreensão de tais dinâmicas tem movimentado pesquisas no meio acadêmico, especialmente nas ciências humanas e sociais. A inserção de novos agentes, assim como a ação do Estado por meio de políticas públicas oportunizam novas dinâmicas espaciais. Nesse sentido, a agricultura familiar, considerada aqui como elemento central para o entendimento da organização espacial, ganhou relevância ao passo em que houve o seu reconhecimento através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996 e da Lei 11.326 de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Assim, a agricultura familiar tem como característica central a diversidade tanto no que tange à sua definição, bem como na sua forma de organização, sendo essa o resultado do contexto em que os agricultores estão inseridos. Cabe destacar que o estabelecimento de parâmetros via criação de leis, embora reconheça esses sujeitos como agentes do espaço, desconsidera a heterogeneidade existente dentro da própria categoria, limitando o acesso a determinados grupos, ficando esses desamparados pelas políticas.

As diferenças existentes entre os agricultores familiares tangenciam, não só, a situação social ou a definição conceitual, mas também a organização do espaço produtivo, variando conforme a região e as relações estabelecidas com o meio. Nesse ponto, devemos destacar a inserção da monocultura em estabelecimentos familiares. Não cabe neste texto discutir a viabilidade da produção em termos de lucratividade, mas sim entender a organização do espaço agrário pelas atividades desenvolvidas.

Nessa perspectiva, busca-se compreender como ocorre a organização do espaço agrário no município de União da Serra/RS pelo viés da agricultura familiar. Para atender o objetivo central, identificou-se a dinâmica produtiva,



ou seja, as principais culturas agropecuárias, assim como os desafios, fragilidades e potencialidades para a agricultura familiar na área investigada.

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, apresentando uma análise interpretativa que se propõe a traduzir e expressar o fenômeno estudado (MATOS; PESSÔA, 2009). Assim, para seu desenvolvimento, utilizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Inicialmente, a busca pelo caminho investigativo direcionou-nos à pesquisa bibliográfica, que procura, de forma sucinta, compreender a agricultura familiar e a organização espacial.

Num segundo momento, houve a pesquisa documental, o levantamento e a coleta de dados secundários junto a um órgão público qualificado, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa fase permitiu acesso a informações sobre a área de estudo referentes à organização dos estabelecimentos agropecuários e das cadeias produtivas de União da Serra.

O terceiro momento da investigação consistiu no levantamento de dados primários via aplicação de questionário na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater do município de União da Serra/RS. Por fim, a quarta e última etapa configurou-se na análise dos dados e informações coletadas. Nesse sentido, diante do estabelecimento dos objetivos, aliados ao cumprimento das etapas metodológicas, compreendeu-se a organização do espaço agrário de União da Serra/RS, tendo como fio condutor a agricultura familiar.

### **Referencial teórico**

Este fragmento do texto busca discutir teoricamente os conceitos centrais da pesquisa, sendo eles: organização espacial e agricultura familiar. A discussão é fundamentada em autores centrais para a compreensão da temática e que norteiam as ideias aqui defendidas.

#### *Breves considerações sobre (re)organização do espaço*

Dentre as matrizes conceituais da Geografia destaca-se o conceito de espaço. Tal categoria, não diferente das demais, sofreu mudanças conceituais enquanto as matrizes teórico-metodológicas da ciência eram transformadas. Sendo assim, as percepções acerca do conceito de espaço eram e são diversas.

Desde a institucionalização da Geografia Tradicional até a atual Geografia Humanística, a notoriedade do conceito de espaço aumentou a cada renovação metodológica, sobretudo na Geografia Crítica, quando a mesma se insere nas discussões relacionadas ao materialismo histórico e dialético. Isso posto, nos debates mais recentes, alicerçados na perspectiva mais subjetivista da Geografia Humanística, o espaço estreita relações com o conceito de lugar, fazendo referências às experiências do espaço vivido.

Assim, espaço é conceituado por Santos (1978, p. 122)

[...] como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.

De acordo com a perspectiva de Santos (1978), podem inferir que à medida que os grupos sociais se apropriam, organizam e se reorganizam novas dinâmicas espaciais são concebidas, características são evidenciadas e uma nova organização do espaço se materializa. Desse modo, a Geografia passou a objetivar os estudos das relações estabelecidas entre sociedade e natureza que dinamizam e reorganizam o espaço.

Segundo Moro (1990, p. 8), compete à organização do espaço

[...] o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais em análise.

Nesse sentido, entende-se que tais transformações ocorrem à medida que o homem toma posse de seu espaço e passa a explorá-lo, dotando-o de técnica e, conseqüentemente, de geografia. Corrêa (2000, p. 28) afirma que “a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

Dessa forma, constata-se que o processo de (re)organização do espaço é interrupto, uma vez que as bases técnicas implantadas servirão de “motor” para as transformações que resultarão na criação de outras novas técnicas, tornando a dinâmica espacial algo infinito e que será vista como o retrato do grupo social que o ocupa.

Ressalta-se que atualmente a organização espacial consolidada é resultante das relações sociais, tal como a ação do capital e do Estado. Corrêa (2000, p. 31) evidencia o papel do capital e do Estado como agentes que organizam e dinamizam o espaço no atual cenário capitalista. O autor ainda destaca que “o Estado capitalista tem progressivamente investido mais e mais, contribuindo para a organização do espaço. Este crescente papel do Estado na organização espacial está ligado às necessidades de socialização dos custos necessários à acumulação do grande capital”. Todavia se deve salientar que a ação do capital na organização do espaço acontece de forma heterogênea, desencadeando problemas de desigualdade social tanto no campo como na cidade.

Além do Estado e do capital, devemos destacar a importância do saber técnico e científico na fragmentação e organização do espaço. Sobre a temática, Santos (2014, p. 55) infere que

[...] dentro de cada país há tendência a uma especialização cada vez maior nas áreas produtivas. Isso está ligado à necessidade de maior rentabilidade do capital, mas não seria possível se todos os tipos de produção, incluindo a agropecuária, não estivessem dependentes, em diferentes medidas, do saber científico e técnico.

Sobre as atividades agropecuárias e sua influência na organização do espaço, podemos destacar a inserção do cultivo da soja. Em função da maior rentabilidade, a partir da segunda metade do século XX, houve um maior incentivo por parte dos países capitalistas desenvolvidos na industrialização da agricultura. Assim, produtos como a soja passaram a ser produzidos em grande escala e de maneira concentrada em regiões específicas, aumentando as exportações e acarretando a reorganização produtiva do espaço. Tal produção só foi possibilitada pelo uso de técnicas voltadas aos insumos, fertilizantes e de maquinários avançados.

O processo que desencadeou o avanço das técnicas e a viabilização da produção ficou conhecido como modernização da agricultura. Desse modo, a técnica desempenha papel fundamental no processo de reconfiguração espacial. De acordo com Santos (1994, p. 19):

As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época.

Nesse sentido, conclui-se que o processo de reorganização do espaço é possibilitado pelo desenvolvimento da sociedade no que tange às questões técnicas e científicas e, principalmente, mediante o cenário capitalista atual, alimentado pela ação do Estado na administração, acumulação e aplicação do capital.

### *Reflexões sobre a agricultura familiar*

Conforme já elucidado na introdução, a agricultura familiar tem como característica central a heterogeneidade. Salienta-se que tal aspecto perpassa também as correntes teóricas, sendo uma das grandes dificuldades a definição desse conceito.

Basicamente, existem duas perspectivas teóricas a respeito do tema. A primeira considera os agricultores familiares como resultado da evolução da

sociedade, tendo sua formação atrelada ao processo histórico, e a segunda vertente analisa a agricultura familiar como um produto gerado por meio do emergir das relações capitalistas de produção do espaço agrário (ALTAFIN, 2007).

Outro ponto destacado por Altafin (2007) refere-se às nomenclaturas utilizadas como sinônimos para o agricultor familiar no Brasil. De norte a sul, encontramos terminologias diversas, sendo algumas delas caipira, caboclo, colono e roceiro, apontando novamente para a heterogeneidade da categoria.

Dessa maneira, concordamos com a primeira corrente, evidenciando que a agricultura familiar consiste em um produto das transformações socioespaciais e que, portanto, deve ser compreendida como o resultado de mudanças exercidas por múltiplos agentes. Na atualidade, muito embora visualizemos uma maior inserção do agricultor familiar no mercado, especialmente na agricultura capitalista, esse não pode ser considerado um produtor do capital, uma vez que essa se constitui em uma estratégia que oportuniza a sua permanência no espaço agrário, preservando seu modo de vida.

Tal perspectiva é salientada por Dallanôra (2018, p. 26) ao afirmar que

[...] o agricultor familiar, mesmo diante das transformações presentes na organização da sociedade e dos modos de produção, não rompeu definitivamente com seus vínculos anteriores; pelo contrário, mantém suas tradições camponesas, fortalecendo-se diante da capacidade de adaptação das novas exigências da sociedade capitalista.

Com relação ao espaço produtivo das unidades familiares, destaca-se que essas, na maioria dos casos, desenvolvem uma diversidade de atividades, aliando a produção agropecuária com atividades artesanais que tangenciam a produção de geleias, doces, massas, sucos, produzindo distintas paisagens. Assim, a complexidade de realidades existentes dentro do espaço geográfico está evidenciada nas características distintas presentes no território.

É importante evidenciar que o surgimento da agricultura familiar no Brasil, especialmente na metade norte do Rio Grande do Sul, contexto regional em que o município de União da Serra/RS está inserido, esteve atrelado à colonização europeia. Imigrantes alemães e italianos desenvolveram a pequena propriedade e, conseqüentemente, a gestão familiar da mesma.

Assim, segundo Dallanôra (2018, p. 52),

Esta organização produtiva no Estado teve a imigração europeia como protagonista e contribuiu para o surgimento de novas relações de trabalho e diversificação das atividades econômicas, através da produção de gêneros alimentícios e a formação de um mercado interno consumidor, desenvolvendo-se paralela à grande propriedade capitalista.

Além dos produtos que objetivam o mercado, sendo essa uma estratégia econômica, podemos destacar as atividades que visam à permanência dos aspectos culturais, como o artesanato e as festividades. Portanto nem somente de estratégias econômicas vive a agricultura familiar, uma vez que, entre suas características, estão: seu modo de vida, o saber fazer tradicional, a identidade, o sentimento de pertencimento, entre outros.

Wanderley (2000) evidencia em suas discussões o quanto o espaço rural é palco de relações sociais, oportunizando a esse recorte espacial a construção de um modo de vida específico. Nesse sentido, a autora deixa implícito que a agricultura familiar se constituiria em um dos agentes promotores das singularidades que permeiam o espaço rural.

Procurando estabelecer tipologias para a compreensão do espaço rural brasileiro, Wanderley (2000, p. 35) destaca que “de modo geral, as áreas onde a agricultura familiar é predominante correspondem às situações de maior intensidade da vida social local”. Todavia a autora evidencia a necessidade de o espaço rural oportunizar a permanência desse modo de vida mediante uma estrutura que beneficie a família no que tange às perspectivas da produção agrícola, assim como às atividades não agrícolas, materializando a pluriatividade (WANDERLEY, 2000).

Outra questão pertinente quanto à compreensão conceitual da agricultura familiar refere-se à preocupação com o desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, além das relações sociais intensificadas na propriedade familiar, destacam-se as relações harmoniosas com a natureza.

Salamoni (2015, p. 166) destaca que

[...] a produção familiar na agricultura representa o espaço que possui as condições adequadas para realizar a transição para um processo de desenvolvimento rural sustentável. A capacidade de adaptação deste segmento vai atuar favoravelmente à aplicação de princípios agroecológicos, uma vez que a escala da propriedade é relativamente pequena, voltada prioritariamente para o abastecimento local e regional, em vez de mercados externos.

Todavia, embora a autora destaque que a agricultura de cunho familiar tem como característica os princípios ecológicos, cabe inferir que atualmente se materializa nessas unidades familiares a expansão das monoculturas exportadoras, a exemplo da soja. A produção dessa cadeia produtiva é viabilizada, especialmente, através do uso de insumos e fertilizantes que promovem a degradação dos solos, comprometem os recursos hídricos e a qualidade dos alimentos.

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil diante do estabelecimento de parâmetros nacionais ocorreu em 2006 com a criação da Lei 11.326. Essa “estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formula-

ção das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Dentre os requisitos determinados destacam-se:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Embora critérios tenham sido definidos, vale a ressalva de que o espaço agrário brasileiro é dinâmico e, portanto, caracteriza-se pela heterogeneidade. Assim, ao mesmo tempo em que se buscou amparar as atividades familiares no campo, restringiram-se as políticas públicas para determinados grupos, uma vez que a lei está atrelada aos aspectos quantitativos das propriedades, desconsiderando as diferenças regionais existentes, tal como o modo de vida preservado pela agricultura familiar.

Atualmente, a agricultura familiar tem como função primordial a segurança alimentar da sociedade. Além desse aspecto próprio, as atividades familiares contribuem para a preservação do espaço rural no que tange ao modo de vida desenvolvido, além de sua valorização e preservação ambiental. Considerados como agentes (re)produtores do espaço agrário, os agricultores familiares são dotados de conhecimento empírico, adquirido ao longo do processo de reorganização do espaço; sendo assim, tal aspecto deve ser ponderado quando se busca compreender o modo de vida destes sujeitos.

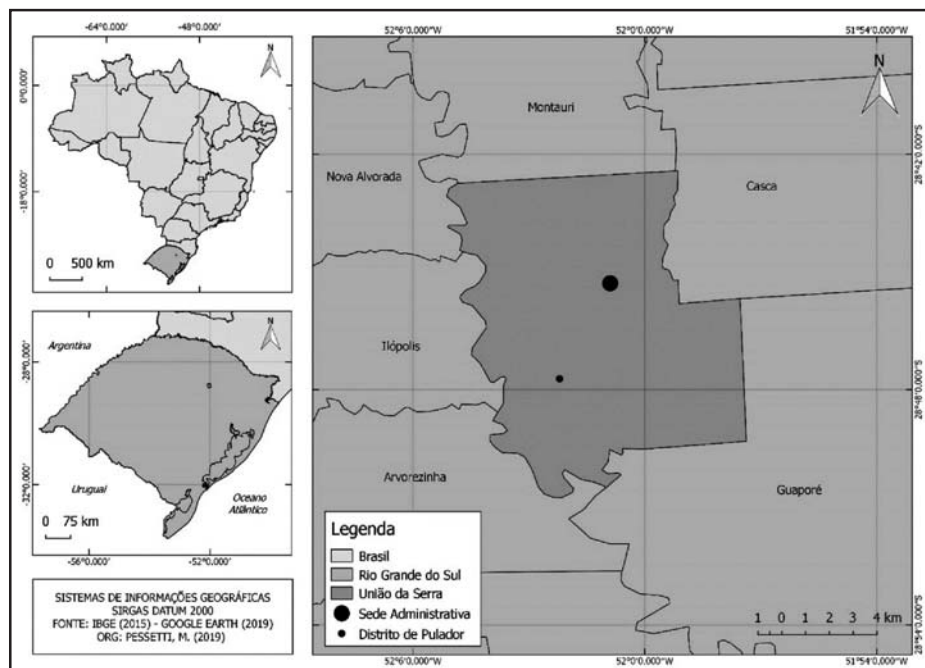
Finalizando a discussão, a agricultura familiar ganha notoriedade à medida que se expande a monocultura, visto que esse modelo produtivo não objetiva a produção de alimentos voltada à sociedade local, visando em grande escala o comércio exterior e a produção das *commodities*. Dessa maneira, o aspecto produtivo deve estar aliado à permanência de seus saberes e fazeres no meio rural, contribuindo assim para a preservação do seu modo de vida e, acima de tudo, oportunizando a sua reprodução social.

### **Caracterização da área de estudo**

Localizado na porção norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Serra Gaúcha, na região denominada pelo IBGE como Região Geográfica Imediata Nova Prata – Guaporé, União da Serra, tem como limites, a leste, Serafina Corrêa e Guaporé, a sul, Anta Gorda, a sudoeste, Arvorezinha e Ilópolis, a oeste, Itapuca, e, a norte, Montauri, conforme Figura 1. Possui um

território de aproximadamente 130 km<sup>2</sup>, apresentando uma população no último censo de 1.487 habitantes e uma estimativa de 1.192 habitantes (IBGE, 2018), dos quais 14,99% estão na área urbana e 85,01% na área rural, uma característica dos pequenos municípios do Rio Grande do Sul (IBGE, 2010).

**Figura 1:** Localização de União da Serra/RS



Org.: PESSETTI, M. (2019).

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2019), União da Serra apresenta uma densidade demográfica de 11,35hab/km<sup>2</sup>, com um índice de analfabetismo de 4,98%, IDH de 0.813 e um PIB de R\$ 50.150,25 milhões e R\$ 39.706,06 per/capita, uma expectativa de vida de 76 anos em 2010. Em meio à Mata Atlântica, o município é conhecido por estar localizado entre morros, a cerca de 550 metros acima do nível do mar, características que fazem do local um dos pontos mais frios do estado, podendo registrar temperaturas negativas durante o inverno.

O surgimento das primeiras comunidades em seu território deu-se em meados de 1890, quando as famílias Galliazzi e Giordani chegaram ao local onde hoje está o distrito de Pulador. Toda a sua colonização é de descendência italiana. Poucos quilômetros dividiam a área, que, em meados de 1908, come-

cou também a ser ocupada; o novo vilarejo hoje se denomina Vila Oeste. Por cerca de 80 anos, os distritos eram entendidos como parte da cidade-mãe Guaporé, que tinha sede principal a 24 km dos mesmos (PREFEITURA DE UNIÃO DA SERRA, 1996).

Apesar de ainda não estarem emancipados, até 1960, os distritos eram rotas comerciais, possuíam fábricas, frigoríficos e um pequeno hospital. Muitas pessoas passaram por ali, pois eram duas localidades obrigatórias para quem quisesse chegar ao centro do país. Sua “boa organização” não durou muito. Esses pequenos negócios estavam todos localizados longe do asfalto, fazendo com que as poucas indústrias e fábricas que existiam fechassem. Tudo começou a mudar quando os resultados das lutas pela emancipação começaram a chegar em 1992 (PREFEITURA DE UNIÃO DA SERRA, 1996).

Em 1990, iniciam os procedimentos para o desmembramento do município de Guaporé. Sendo assim, Pulador e Vila Oeste passariam a constituir um único município. É importante destacar que o início de todos os trâmites para sua emancipação foi oriundo e referendado pela população que já se havia instalado no local. Em 10 de janeiro de 1991, foi intitulado União da Serra como uma nova unidade territorial da Microrregião Geográfica de Guaporé. O nome surgiu devido a suas características geográficas, já que está localizado entre vales e morros e por ser resultado da união de dois distritos (PREFEITURA DE UNIÃO DA SERRA, 2019).

### **O espaço agrário de União da Serra**

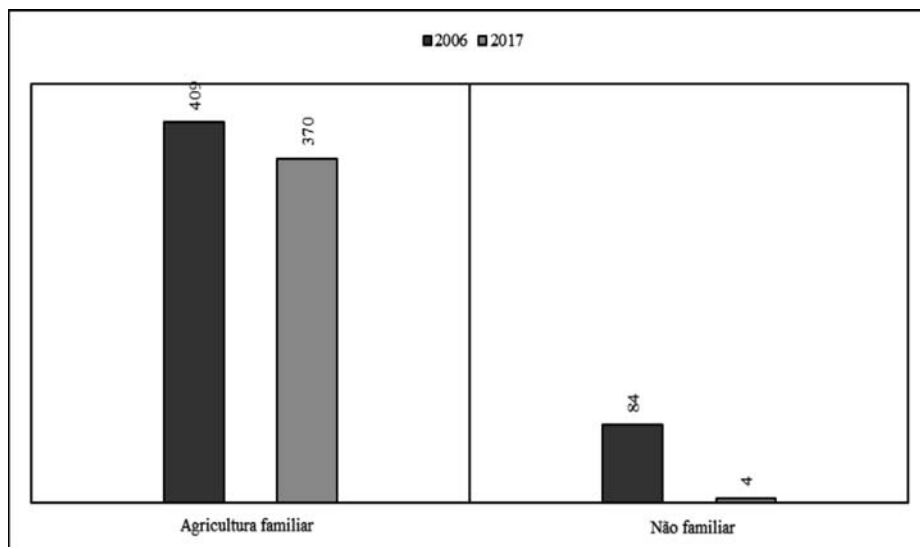
Mediante coleta de dados, pesquisa bibliográfica e levantamento de informações primárias via aplicação de questionário, pode-se compreender a organização do espaço agrário de União da Serra/RS, considerando o papel da agricultura familiar. Tais resultados serão elucidados ao longo deste fragmento do trabalho.

#### *A organização dos estabelecimentos agropecuários familiares*

De acordo com os dados obtidos através da EMATER, no ano de 2017, o município de União da Serra possuía 374 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses 370 eram considerados unidades familiares, conforme Gráfico 1. Dessa maneira, levando em conta que o módulo fiscal da municipalidade é de 20 ha, os estabelecimentos que possuem sua gestão atrelada à agricultura familiar são aqueles com até 80 ha. Neste estudo, utiliza-se como parâmetro para definir agricultor familiar a lei 11.326 (2006), a qual considera como propriedade familiar aquela que não ultrapassa quatro módulos fiscais.



**Gráfico 1:** Comparativo do número de estabelecimentos agropecuários em União da Serra/RS



Fonte: SIDRA/IBGE (2019).

Org.: PESSETTI, M. (2019).

Quanto ao estabelecimento de padrões quantitativos para a compreensão da complexidade agrária materializada no espaço brasileiro, Navarro (2015, p. 175) evidencia que tais limitações quantitativas

[...] podem comportar atividades produtivas (e resultados econômicos) muito distintas, englobando desde subconjuntos totalmente integrados a mercados (como a avicultura ou a suinocultura sulista) ou certos tipos de produção hortifrutigranjeiros, em oposição a outras famílias rurais que poderiam estar ainda escassamente monetarizadas em sua vida social, ainda que detentoras de áreas maiores.

Desse modo, determinar padrões dessa natureza limita e restringe o acesso às políticas desenvolvidas pelo Estado, o qual desconsidera questões sociais e as diversas formas como o espaço agrário é apropriado pela agricultura familiar. Diante de tais constatações, cabe destacar que a diversidade de atividades agropecuárias no Brasil é refletida no espaço agrário de União da Serra.

Nesse sentido, infere-se que, embora os estabelecimentos acima de 80 ha não sejam considerados unidades familiares pelas lentes da lei 11.326, evidencia-se que, conforme já alertado por Navarro (2015), esses podem apresentar práticas familiares, muitas vezes mais expressivas do que unidades entendidas como agricultura familiar (IBGE, 2019).

No Censo Agropecuário de 2006, União da Serra apresentou números com diferenças expressivas em relação aos números recém-divulgados. Naquele ano, a municipalidade dispunha de 493 estabelecimentos agropecuários, sendo entendidos como unidades familiares 409 do total. De acordo com a análise dos dados, constatou-se que houve uma diminuição expressiva no número de estabelecimentos nos estratos de área que comportam unidades de 0 a menos de 20 ha, contrapondo um aumento nas propriedades consideradas de agricultura patronal, especialmente aquelas que tangenciam o estrato de área de 100 a menos de 200 ha. Cabe destacar que, diferentemente de outros municípios da região, as unidades familiares sobressaem-se em número, tal como na área ocupada.

Considerando que a lei 11.326 foi estabelecida em 2006, não se pode obter dados referentes ao número de estabelecimentos caracterizados por atividades familiares no Censo Agropecuário de 1995. Porém, ao consultar os estratos de área do referido ano, infere-se que, desde a década de 1990, quando acontece a emancipação municipal de União da Serra, a unidade é caracterizada pela maior concentração de estabelecimentos rurais que permeiam os estratos de 0 a 50 ha, perdendo espaço para as unidades acima de 100 ha.

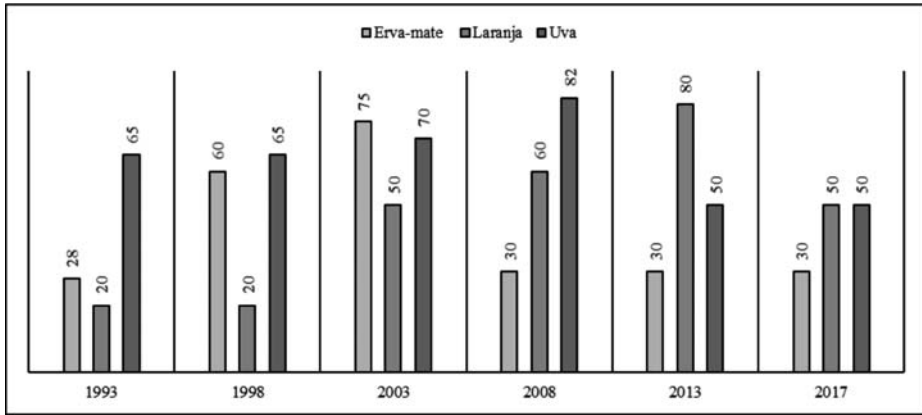
### **A organização da produção agropecuária**

De acordo com as informações obtidas por meio do questionário e da coleta de dados, averiguou-se que a unidade municipal tem uma produção agropecuária familiar diversificada, porém com objetivos que variam de uma produção para outra. Destaca-se a produção de milho, soja, erva-mate, uva, laranja, bovinos, galináceos e suínos.

#### *Lavouras permanentes*

Como nos demais municípios que integram a Microrregião Geográfica de Guaporé/RS, União da Serra tem sua matriz produtiva das lavouras permanentes sustentada pelo cultivo de erva-mate, laranja e, de maneira mais expressiva, pela vitivinicultura. Ressalta-se que essa última se encontra consolidada em área plantada desde o surgimento das primeiras comunidades que deram origem à municipalidade, conforme se constata no Gráfico 2. Portanto a cultura da uva e do vinho está fortemente atrelada à cultura italiana.

**Gráfico 2:** Área colhida em hectares das produções de erva-mate, uva e laranja em União da Serra/RS



Fonte: SIDRE/IBGE (2019).

Org.: PESSETTI, M. (2019).

Embora não seja desenvolvida uma produção em larga escala com o objetivo do comércio regional, o cultivo de uvas oportuniza aos agricultores familiares a permanência de suas tradições. Assim, de acordo com Brum Neto (2017, p. 2), “a produção de uva voltada à vitivinicultura tornou-se uma ‘marca’ dos territórios da imigração italiana, embora não de forma generalizada, concentrando-se no entorno de Bento Gonçalves e Caxias do Sul”. Deslocado do “eixo” Bento Gonçalves e Caxias do Sul, o município de União da Serra desenvolve o cultivo da uva para a produção de vinhos coloniais, sendo esses comercializados a nível local e para o próprio consumo dos agricultores familiares.

A produção de erva-mate teve grande expressividade produtiva durante a década de 1990, apresentando números em área plantada acima da produção de uvas. Cabe destacar que a significativa diminuição da produção de erva-mate pode ser explicada pelo crescimento da referida produção em outros municípios, que se tornaram grandes produtores da região; a exemplo, destacamos Arvorezinha e Itapuça, que desenvolvem uma produção comercializada a nível regional.

Com relação à produção de laranjas, essa encontra-se em expansão, ocupando áreas antes voltadas à produção de erva-mate, configurando-se como uma das potencialidades produtivas da unidade. Juntamente com a erva-mate e a uva, conforme destacado pela EMATER, essas são comercializadas a nível local e não dispunham de grandes tecnologias para a produção.

### *Lavouras temporárias*

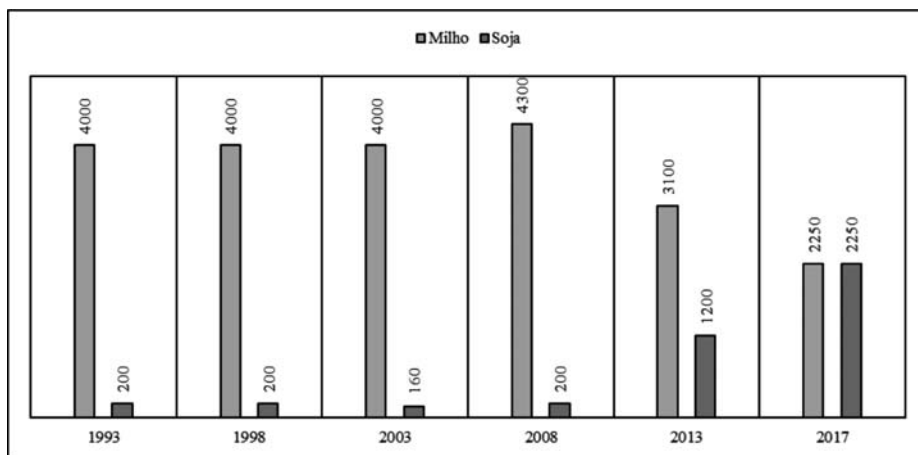
No que tange à matriz produtiva das lavouras temporárias em União da Serra, a mesma é sustentada pelo binômio milho e soja. Com relação a essas cadeias produtivas, cabe destacar que, conforme evidenciado pela EMATER da unidade investigada, as referidas produções são os principais meios de geração de renda. Assim, infere-se que o binômio produtivo viabiliza a permanência dos agricultores familiares no espaço rural.

Retrocedendo no tempo, deve-se considerar que o contexto regional em que a unidade municipal em análise se encontra teve suas bases atreladas à produção de milho, que permitiu o desenvolvimento econômico e social. Durante o processo de formação das comunidades italianas, o milho passou a ser cultivado, sendo utilizado para diversas finalidades, entre elas a produção de farinha, aproveitada para o preparo da polenta e de bolos, bem como servindo como alimentação de animais, especialmente dos suínos. Aliava-se uma agricultura de subsistência à mão de obra familiar.

Contudo, na última década, a produção de milho vem perdendo espaço para a sojicultura. Dessa maneira, cabe evidenciar que a pluriatividade em unidades familiares não se torna mais tão expressiva, uma vez que, conforme destacado por Sacool e Bezzi (2016, p. 131), “apesar da lavoura de soja ter por característica a grande propriedade, sua expansão mais significativa ocorre nas pequenas e médias propriedades, nas quais a soja conseguiu alcançar um novo sistema de produção”.

Analisando o Gráfico 3, constata-se que o decréscimo da área colhida do milho ocorre simultaneamente à expansão expressiva da área da soja, o que ressalta que o município de União da Serra vem passando por uma reestruturação produtiva. Nesse sentido, os agricultores familiares vêm buscando viabilizar a sua permanência no espaço agrário por meio da produção de soja; os mesmos consideram que esse cultivo oportuniza maior geração de renda e, conseqüentemente, o melhoramento estrutural das propriedades.

**Gráfico 3:** Área colhida em hectares das produções de milho e soja em União da Serra/RS



Fonte: SIDRE/IBGE (2019).

Org.: PESSETTI, M. (2019).

Conforme destacado pela EMATER, nos últimos anos, a sojicultura teve um crescimento expressivo. Contudo os dados indicam *a priori* que essa deve manter-se equilibrada juntamente com a produção de milho, fenômeno que decorre da dificuldade com a escala da produção e o valor do produto no mercado. Desse modo, infere-se que a viabilização econômica dos agricultores familiares no espaço agrário de União da Serra se dá por meio da dinâmica do binômio milho e soja.

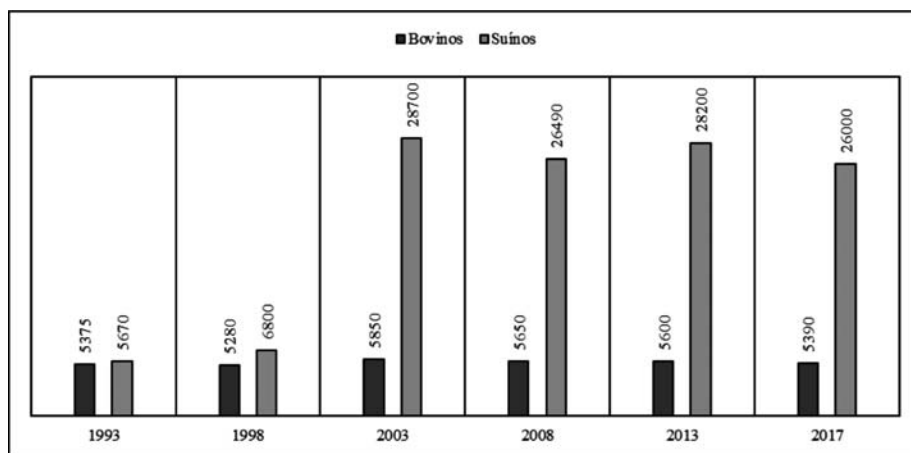
### Rebanhos

A organização produtiva dos rebanhos nas unidades familiares de União da Serra é calcada na criação de bovinos, suínos e galináceos. Cabe destacar que, embora os bovinos e suínos apresentem quantidades significativas para a dinâmica produtiva municipal, a produção de frango em números é mais expressiva, sendo viabilizada pelas políticas desenvolvidas pela prefeitura juntamente com a EMATER.

De acordo com os Gráficos 4 e 5, as produções de bovinos e suínos passam despercebidas frente à expressividade dos galináceos. Destaca-se que a bovinocultura e suinocultura são voltadas, na maioria dos casos, à subsistência e ao comércio local. Através das referidas criações oportuniza-se a comercialização de seus derivados, especialmente no que se refere à bovino-

cultura de leite. Quanto às áreas ocupadas para a criação de bovinos de leite, ressalta-se que essas vêm, aos poucos, sendo suprimidas pela produção de soja.

**Gráfico 4:** Número de cabeças de suínos e bovinos



Fonte: SIDRA/IBGE (2019).

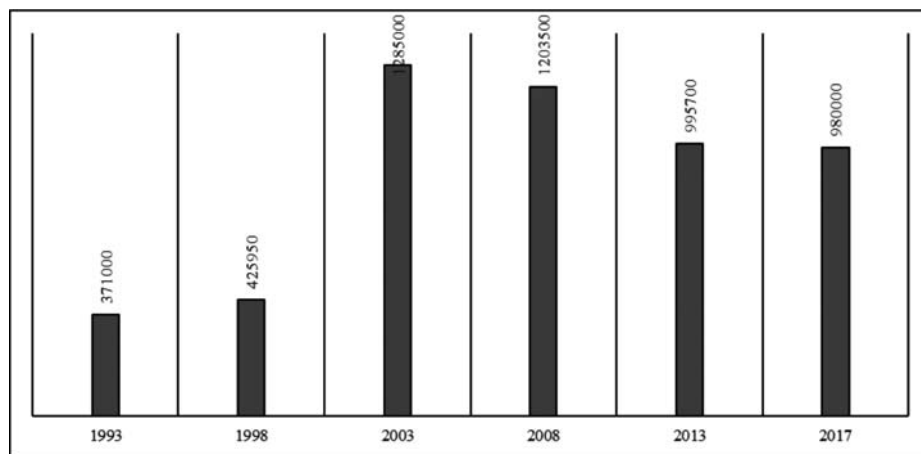
Org.: PESSETTI, M. (2019).

A expressividade da produção de frangos da unidade municipal atrela-se em virtude de que essa cadeia produtiva tem destaque internacional, sendo voltada para a exportação. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística-FEE (2015), 80% do efetivo de aves no Rio Grande do Sul, contexto federativo em que União da Serra se encontra, são realizados por estabelecimentos de agricultura familiar.

Cabe destacar que alguns municípios limítrofes a União da Serra possuem sedes de grandes indústrias que processam os galináceos por meio da produção de *fast-food*<sup>1</sup>. A expressiva e permanente produção de milho está ligada também ao abastecimento alimentar dos aviários dos produtores de frango. Todavia a expansão da soja também vem oportunizando o desenvolvimento de novas rações.

<sup>1</sup> *Fast-food* significa “comida rápida” em inglês. É o tipo de comida, geralmente lanches, para pessoas que não dispõem de muito tempo para fazer suas refeições e optam por alimentos *fast-food*, pois são preparados e servidos rapidamente (SIGNIFICADOS, 2019).

**Gráfico 5:** Número de cabeças de galináceos



Fonte: SIDRA/IBGE (2019).

Org.: PESSETTI, M. (2019).

Ao longo dos últimos anos, conforme evidenciado pela EMATER, houve mudanças positivas nas bases técnicas da produção dos rebanhos. Tais transformações estão relacionadas às estruturas de aviários<sup>2</sup>, pocilgas<sup>3</sup> e estábulos<sup>4</sup>, equipamentos, bem como em conhecimento técnico, manejo e trato animal.

### **Potencialidades e fragilidades da agricultura familiar**

Não diferente das demais unidades de agricultura familiar no Brasil, as referidas propriedades em União da Serra passam por dificuldades. Contudo se evidencia que a EMATER em parceria com a prefeitura municipal desenvolve algumas ações que viabilizam a permanência e a reprodução social dos agricultores familiares.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares refere-se ao envelhecimento das famílias rurais, à falta de sucessão nas propriedades, além da insegurança quanto a normativas para o desenvolvimento das propriedades, especialmente no que está relacionado com a bovinocultura leiteira. Sendo a mão de obra da família o principal aporte para o desenvolvi-

<sup>2</sup> Local de criação de galináceos (SIGNIFICADOS, 2019).

<sup>3</sup> Local de criação de suínos (SIGNIFICADOS, 2019).

<sup>4</sup> Local vedado onde animais domésticos como gado bovinos são recolhidos, permanecendo para dormir e alimentar-se (SIGNIFICADOS, 2019).

mento das atividades, a falta dessa inviabiliza a reprodução socioeconômica da propriedade, colocando em risco sua permanência.

Outra dificuldade apontada refere-se à falta de feiras consolidadas e permanentes para a comercialização dos produtos cultivados e produzidos nas propriedades. Grande parte do que se produz é destinado ao consumo próprio, sem a possibilidade do desenvolvimento de um comércio mais expressivo a nível de município, apenas através do contato com familiares, vizinhos e demais integrantes das comunidades.

Com relação às ações desenvolvidas em prol da reprodução social dos agricultores familiares, destaca-se que a EMATER incentiva a permanência dos jovens no campo, entendendo-os como principal meio para a permanência das famílias. Cabe destacar a importância das ações do órgão, entretanto essas não têm sido suficientes para promover a sucessão familiar no campo. É necessária uma política abrangente de nível nacional que torne o campo atrativo para o jovem em termos de lazer, cultura e reprodução econômica. Atualmente, também se busca trabalhar com o turismo rural, bem como com a legalização da primeira agroindústria familiar.

No que tange às questões técnicas, o órgão trabalha com a geração de renda, oferecendo apoio e viabilizando o andamento das culturas e criações. Dentre esses serviços disponibilizados destacam-se: máquinas para a realização de silagem, arcando com 70% dos custos; realização de terraplanagens para a construção de estábulos, aviários, chiqueiros, casas e galpões gratuitamente, além de serviços de médicos veterinários gratuitamente durante todos os dias da semana e apoio ao melhoramento genético. Além dessas atividades oferecidas, salienta-se que também o órgão desenvolve assistência social que envolve todos os agricultores, especialmente os que estão em vulnerabilidade social no meio rural.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou compreender a organização do espaço agrário de União da Serra/RS pelo viés da agricultura familiar. Assim, no que se refere à organização dos estabelecimentos agropecuários, União da Serra é um município caracterizado basicamente por propriedades que tangenciam os estratos de área de 0 a 50 ha, mas com um expressivo aumento nas unidades acima de 100 ha. Os produtores adquiriram ao longo dos anos mais porções de terra e desenvolveram em maior escala sua matriz produtiva entre milho e soja.

Com relação à produção agrícola, salienta-se que essa é diversificada nos tipos de culturas agrícolas desenvolvidas, porém cada uma das cadeias



produtivas desempenha funções e papéis diferentes na organização espacial de União da Serra. No caso das lavouras permanentes, a produção de erva-mate, uva e laranja é voltada para o consumo próprio e local, além da permanência da cultura colonial italiana por meio da produção de vinhos e sucos.

O caráter comercial da produção agrícola dos agricultores familiares está voltado para a dinâmica produtiva materializada no espaço agrário pelo binômio milho e soja. Essas cadeias produtivas são a principal fonte de renda das unidades familiares, as quais viabilizam a permanência dos agricultores no espaço, uma vez que o seu retorno econômico é mais expressivo, o que oportuniza o melhoramento da estrutura das propriedades, bem como a qualidade de vida.

No tocante aos rebanhos, o município apresenta expressiva produção de frangos, voltada, majoritariamente, para a exportação. A referida cadeia produtiva é viabilizada pela alta valorização no mercado internacional, bem como por ações desenvolvidas pela prefeitura municipal juntamente com a EMATER em prol do melhoramento e andamento da produção. De maneira menos expressiva, temos a produção de suínos e bovinos, voltada para a subsistência e comercialização local de seus derivados.

A viabilização da permanência dos agricultores familiares acontece por meio de ações relacionadas ao fortalecimento da juventude no campo, promovendo a sucessão familiar, tal como o apoio técnico em diversos setores do setor agrário. Tais ações promovem o melhor andamento das produções e, conseqüentemente, a geração de renda.

Findando, cabe evidenciar que a estrutura produtiva dos agricultores familiares de União da Serra vem passando por transformações, o que promove e acelera o processo de reorganização do espaço agrário municipal, necessitando que esse seja constantemente investigado, objetivando atender os novos cenários produtivos que se materializam frente à agricultura moderna globalizada.

## Referências

- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UNB, 2007. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635683>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- BEZZI, Meri Lourdes; SACCOL, Paloma Tavares. A expansão da lavoura empresarial da soja e sua contribuição para o desenvolvimento local de Dilermando de Aguiar/RS. In: BEZZI, Meri Lourdes; BRUM NETO, Helena. **Geografia Agrária e Transformações Socioespaciais: Enfoques teóricos, regionais e locais**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 131-145.

BRASIL, decreto-lei **lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/L11326.htm)>.

BRUM NETO, Helena. Os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. **Estudos de Geografia Cultural no Rio Grande do Sul**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 11-36.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DALLANÔRA, Ivani. **A organização do espaço rural de Pinhal Grande/RS: Potencialidades e desafios da agricultura familiar**. 2018. 163p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Evolução Municipal**: Rio Grande do Sul 1809-1996. Porto Alegre: Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa, 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Perfil socioeconômico dos municípios**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Uni%E3o+da+Serra>>.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Características da agropecuária do Rio Grande do Sul 2015**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 1995, 2006, 2017**. Banco de Dados. Disponível em: <[www.sidra.ibge.org.br](http://www.sidra.ibge.org.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Banco de Dados. Disponível em: <[www.sidra.ibge.org.br](http://www.sidra.ibge.org.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2019. Banco de Dados. Disponível em: <[www.sidra.ibge.org.br](http://www.sidra.ibge.org.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados**, 1993, 1998, 2003, 2008, 2013, 2017. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>.

MORO, Dalton Aureo. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 1-19, abril 1990.

NAVARRO, Zander. Agricultura Familiar e a nova fase da agricultura brasileira. In: GRAZANO, Xico; NAVARRO, Zander. **Novo Mundo Rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 171-190.

PREFEITURA DE UNIÃO DA SERRA. União da Serra: **Uma nova proposta de vida**. União da Serra/RS, dez. 1996, p. 46.

PREFEITURA DE UNIÃO DA SERRA. Disponível em: <<http://www.uniaodaserra-rs.com.br>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

PESSETTI, M.; CANCELIER, J. W. • A organização do espaço agrário de União da Serra/RS pelo viés da agricultura familiar

SALAMONI, Giancarla. Produção familiar camponesa: a agroecologia como estratégia frente a integração aos complexos agroindustriais. In: DE DAVID, César; WIZNIEWSKY, Carmem Rejane Flores (Orgs.). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. 1. ed. Porto Alegre: JADEDITORA, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico-científico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <[www.significados.com.br](http://www.significados.com.br)>. Acesso em: 13 jun. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000. Editora da UFPR 29.

# A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: desvelando a questão do trabalho feminino

*Denise Lenise Machado  
Carmen Rejane Flores*

## **Introdução**

No sistema capitalista, o discurso ideológico hegemônico estabelece diferentes funções tanto para o trabalho dos homens como para o trabalho das mulheres. Dessa forma são instituídos trabalhos, designados como tarefas ou atividades femininas, aquelas que se caracterizam como leves e referentes ao cuidado e às emoções, associadas à maternidade e ao lar, designando as mulheres às esferas reprodutivas e familiares. Essas tarefas são vistas como impregnadas de suposta fragilidade e incapacidade. Já aos homens são vinculadas as tarefas caracterizadas como trabalho pesado e correlacionado com a razão, sendo a eles destinadas as esferas de decisão, públicas e produtivas.

No espaço rural brasileiro, mais especificamente na unidade de produção familiar, o trabalho realizado pelas mulheres, agricultoras familiares, mesmo que se trate de atividades muito relevantes para o desenvolvimento da agricultura, é visto como uma mera “ajuda” ao trabalho realizado pelos homens. Sendo esse não vinculado à renda familiar e justificado pelo trabalho da mulher agricultora não ser gerador de valores econômicos importantes, o que acaba por reafirmar a tradicional divisão<sup>1</sup> sexual do trabalho.

Desse modo, a divisão sexual do trabalho configura-se da seguinte forma: aos homens cabem o controle e a decisão sobre o trabalho na produção agrícola, sobre a posse da terra, a fonte de renda; às mulheres compete a subalternidade, ou seja, um trabalho tido como complementar, visto como “auxílio” na lavoura; a elas competem a educação dos filhos e os afazeres domésticos, os quais não são vistos como trabalho, mas sim como algo relacionado diretamente à natureza<sup>2</sup> da mulher.

---

<sup>1</sup> Conforme SOUSA; GUEDES (2016, p. 123-139): “A história do século XIX revela que havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os homens ‘pertenciam’ à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres ‘pertenciam’ à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido”.

<sup>2</sup> De acordo com HERRERA (2016, p. 208-233): “A situação de desigualdade de gênero no meio rural está relacionada com a naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada

Dessa forma, pode-se afirmar que, ao longo da história e até a contemporaneidade, as mulheres foram e permanecem invisíveis em diversos espaços de produção e de poder. A participação da mulher nos espaços de produção é restrita em decorrência do atrelamento desses espaços ao sistema capitalista patriarcal, com valorização e protagonismo dos homens. Sendo relegadas às mulheres as ocupações precárias, salários mais baixos e sem poder de decisão. Analisando esse fenômeno sob o ponto de vista de gênero, o processo de exclusão ou de inserção precária da força de trabalho nas atividades econômicas não é homogêneo, sendo mais intenso para a população feminina (CAMPOS, 2011).

As afirmativas de que as mulheres se destinam a pequenas tarefas são inconsistentes, já que as mulheres contribuem muito mais para a agricultura do que se supõe. Elas participam ativamente de todas as etapas da produção das unidades de produção familiar, trabalhando incessantemente para o desenvolvimento produtivo e o bem-estar da família e dos membros que a compõem. No entanto a sociedade conferiu às mulheres uma condição inferior, que se reflete em todas as dimensões de suas vidas, principalmente na divisão sexual dos papéis<sup>3</sup>. Essa forma de pensar sustenta ideologias (aceitas muitas vezes pelas próprias mulheres) de complementaridade de seu trabalho ou tornando-o invisível e sem importância para a esfera econômica e produtiva no espaço rural. Esse fato tomou forma principalmente a partir do domínio do capital; a produção das pequenas unidades de subsistência, assim como o trabalho doméstico sem valor mercantil, passa a ser desinteressante (MAIA; LOPES, 2001).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo compreender como ocorre a divisão sexual do trabalho dentro da unidade de produção familiar e qual é o papel da mulher agricultora familiar na produção e reprodução social no espaço rural no município de Paraíso do Sul/RS. E como objetivos específicos temos que: (a) apreender sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro do contexto familiar e da propriedade; (b) reconhecer a importância do trabalho realizado pelas mulheres agricultoras familiares; e (c) refletir sobre a estrutura patriarcal da sociedade capitalista contemporânea no espaço rural brasileiro.

A área territorial da presente pesquisa pertence ao município de Paraíso do Sul (Figura 1), que está localizado na região central do estado do Rio Gran-

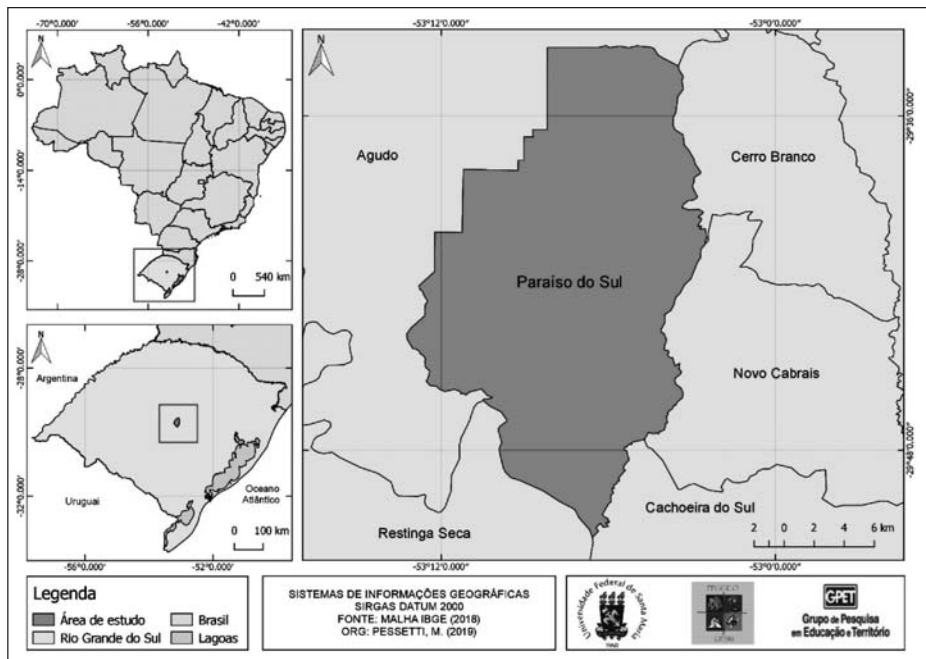
---

à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho. Essa diferenciação é condicionada socialmente através de vivências, símbolos e representações e se reproduz no cotidiano da dinâmica familiar”.

<sup>3</sup> Fator que se deve à divisão biológica entre os sexos, destinando a mulheres e homens funções sociais e sexuais diferenciadas.

de do Sul, possuindo uma população total de 7.336 habitantes, distribuídos em uma área de 337,842 km<sup>2</sup>, apresentando majoritariamente concentração da população na zona rural; são 4.484 moradores, enquanto na zona urbana residem 2.852 pessoas (IBGE, 2010). Apresenta aproximadamente duas mil unidades de produção agrícola, consideradas pequenas unidades de exploração familiar e que têm como base econômica o predomínio do cultivo do tabaco e arroz.

**Figura 1:** Mapa de localização do município de Paraíso do Sul/RS



Org.: PESSETTI, M. (2019)

Era parte integrante da chamada Colônia Santo Ângelo<sup>4</sup>, atual município de Agudo, do qual também faziam parte Dona Francisca e Cachoeira do Sul. É um município tipicamente rural de colonização formada quase que exclusivamente por descendentes germânicos, e desde sua ocupação a agricultura familiar esteve presente, bem como o cultivo do tabaco.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> WERLANG, William. *História da Colônia Santo Ângelo*, 1995.

<sup>5</sup> Conforme Santos (2001), o fumo sempre foi uma das atividades da agricultura familiar desde o início da colonização alemã na região, sendo que, a partir das décadas de 1970 e 1980, a cultura do tabaco passa a ter sua secagem em fornos de estufas, como um novo padrão tecnológico.

Paraíso do Sul/RS integra o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) Jacuí Centro, criado no ano de 2004 juntamente com mais seis municípios da região: Novo Cabrais, Cerro Branco, Vila Nova do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Cachoeira do Sul<sup>6</sup>. Tem sua base econômica voltada para a agropecuária, destacando-se o cultivo do arroz e a criação de bovinos de corte e de leite nas áreas onde predominam as grandes unidades de produção. O cultivo do fumo também está presente mais ao norte do COREDE, onde está localizado o município de Paraíso do Sul, onde predominam as áreas de pequenas unidades de produção, caracterizadas pela mão de obra familiar.

Percebe-se, dessa maneira, a importância da agricultura para o desenvolvimento do município. A agricultura familiar é praticada desde a ocupação e formação de Paraíso do Sul/RS. Caracterizada pelo trabalho de todos os integrantes da família, a mulher sempre se fez e ainda se faz presente como força fundamental para o desenvolvimento da propriedade rural, devendo ser reconhecida por sua capacidade e eficácia como trabalhadora.

Desse modo, ao estudar o trabalho da mulher do campo no desenvolvimento da agricultura familiar e como esse se caracteriza, isso proporcionará compreender de que forma ocorrem as relações existentes dentro da unidade de produção, referentes à divisão estabelecida entre os sexos, que acaba por refletir-se nas relações econômicas, sociais e culturais estabelecidas na sociedade.

Cabe destacar que, apesar dos avanços no campo dos direitos humanos e sociais, que foram resultados das lutas estabelecidas pelos movimentos sociais do campo e dos movimentos feministas, ainda é perceptível a necessidade de equidade de direitos entre homens e mulheres. Apesar dessas sensíveis mudanças no trabalho da agricultura familiar, ainda é muito forte a percepção de superioridade e protagonismo do trabalho masculino, privilegiando os homens e desvalorizando o trabalho realizado pelas mulheres na produção agrícola, mesmo sendo sua presença de suma importância para o desenvolvimento da agricultura familiar.

---

<sup>6</sup> O COREDE Jacuí Centro integra a Região Funcional 8. As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento a partir do agrupamento de COREDEs como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

## **Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento da pesquisa e o atendimento à solução das questões básicas implícitas no trabalho, foram desenvolvidos procedimentos metodológicos como forma de atender o desenho heurístico proposto, que será caracterizado a seguir. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, buscando a compreensão dos fatos sociais de forma a analisar a realidade vivenciada. Conforme Silveira e Córdova (2009, p. 32), “as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno”.

Dessa forma, visando a uma melhor compreensão dos fatos, buscou-se a construção de um referencial teórico a partir de uma revisão de literatura, na qual torna-se base dos conceitos norteadores da pesquisa. Tal construção teórica possibilitou analisar e discutir a respeito da agricultura familiar, das relações de trabalho e gênero na unidade de produção familiar e como essas se caracterizam a partir da divisão sexual do trabalho.

Na forma empírica, foram realizadas observações em campo e conversas informais com as trabalhadoras no intuito de verificar as atividades realizadas pelas mesmas na unidade de produção familiar, como ocorre a divisão das tarefas e como é visto o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais, de modo que contribuíssem para o enriquecimento do presente trabalho.

A partir do levantamento bibliográfico sobre os conceitos, da revisão teórica, bem como das observações realizadas em campo no município de Paraíso do Sul/RS e de conversas informais com as trabalhadoras rurais, pode-se atingir os objetivos propostos pela pesquisa, a qual proporcionou uma discussão teórica necessária para a valorização do trabalho feminino no meio rural.

## **A construção social da divisão sexual do trabalho**

Nas diferentes formas que assumiu ao longo da história, o trabalho foi e é responsável por transformar as relações sociais e as pessoas. A partir dele tornamo-nos seres sociais, compartilhando os mesmos territórios, e nossos corpos moldam-se para servir como instrumentos cada vez mais precisos (ENGELS, 1876 apud SANTOS; SANTOS, 2015), como máquinas a serviço do capital, contribuindo para as formas estabelecidas na divisão do trabalho construídas ao longo dos séculos.

Conforme Saquet (2015), o trabalho está inserido na interface entre a sociedade e a natureza, apresenta um conteúdo social e significa, portanto, relações de poder e ideologia. O trabalho está na base da construção, descons-



trução e reconstrução do habitat e do território através da produção de objetos concretos e de representações simbólicas. Esses, por sua vez, se materializam e se caracterizam por aspectos econômicos, políticos e culturais.

Nesse sentido, o trabalho torna-se uma ferramenta fundamental, no campo teórico e empírico, para o entendimento das relações existentes nas mais diversas sociedades e culturas. Tornando-se uma atividade voltada para a produção de bens, materiais e imateriais, sendo de importância crucial para a sobrevivência e reprodução dos seres vivos, bem como para a manutenção das mais diversas formas de organização social, que, por sua vez, acabam por hierarquizar e segregar cargos, funções e pessoas.

No sistema capitalista, o discurso ideológico hegemônico estabelece diferentes funções para homens e mulheres. Institui trabalhos designados como tarefas femininas aqueles que se caracterizam como leves e referentes ao cuidado e às emoções, enquanto as tarefas masculinas são caracterizadas como trabalho pesado e correlacionado com a razão. A essa separação se nomeia divisão sexual do trabalho, produzindo diferentes espaços para homens e mulheres, sendo destinados aos homens os espaços públicos e produtivos e às mulheres destinados os espaços privados e reprodutivos.

Em relação ao conceito sobre divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 595-609) salientam:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 595-609).

Para Engels (2010, p. 87), a divisão estabelecida entre os sexos, referente ao trabalho executado, dá-se a partir da criação dos filhos dentro da unidade de produção familiar. Conforme o autor, “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Corroborando o pensamento de Engels, Bourdieu (2015) afirma que a dominação masculina ocorre primeiramente dentro do contexto familiar. Para ele, a família tem o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, porque é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão.

Kergoat (1993, apud HIRATA, 2002, p. 280) declara que a divisão sexual do trabalho “[...] é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contido. Essa di-

visão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder”. É válido destacar que “[...] a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino”.

A dominação masculina, histórica e culturalmente difundida, ainda prevalece e é plenamente percebida como algo normal e acaba sendo reproduzida, muitas vezes, pelas próprias mulheres, a ponto de ser internalizado e aceito por toda a sociedade. Reflete toda a construção social atrelada ao feminino e ao masculino, a começar pela divisão construída entre os sexos, na qual a “diferença biológica surge como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente a divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2015, p. 20), privilegiando os homens com os melhores cargos e salários em todas as esferas (políticas, econômicas e sociais), tanto no campo como na cidade, contribuindo para a legitimação da visão patriarcal da sociedade.

*O Segundo Sexo*, obra de Simone de Beauvoir publicada originalmente em 1949, traz em sua análise que homens e mulheres constituem duas castas, separadas economicamente. Conforme a autora, em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Além disso, possuem poder e prestígio concretos, tradicionais, que se reafirmam a partir da educação: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo ainda pertence aos homens.

Outro ponto muito importante para essa discussão é o trabalho doméstico. Esse, desde o princípio, atrelado às mulheres e naturalizado como “serviço de mulher”, teve seu reconhecimento como atividade de trabalho somente no último século. A partir desse momento, caminhos foram abertos para pensar, conforme Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho.

Até os dias atuais, os afazeres domésticos estão atrelados ao sexo feminino, condicionados ao capitalismo como sem valor lucrativo. E o trabalho desempenhado pelas mulheres que é atribuído ao valor produtivo é visto como auxílio ao complemento das necessidades familiares. Isso acaba por contribuir, ainda mais, para sua opressão. Para Bottomore (2001, p. 384), “de forma mais significativa da divisão sexual do trabalho é a que se faz entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado pelo capital”.

Corroborando essa realidade, Santos e Santos (2015, p. 201) afirmam que “o capitalismo utiliza a força de trabalho feminino de modo a explorá-la

mais nos espaços produtivos. Nos espaços reprodutivos, quando o trabalho exercido se constitui tarefa doméstica, ele é desvalorizado”.

Esse é o cenário de atuação das mulheres a partir de então envoltas pela dupla relação dominação/exploração. A já experimentada opressão no ambiente doméstico é externalizada para o espaço público, agora também seu espaço de trabalho e, conseqüentemente, elas são submetidas a precárias condições de trabalho, discriminação, extensas jornadas de trabalho, baixas remunerações, que traduzem o formato da divisão sexual do trabalho. Para Campos (2011, p. 29), “esse é um fator que adquiriu status de natural, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores”.

### **Trabalho e gênero: a busca da autonomia das mulheres rurais**

Desde as sociedades antigas, as mulheres sempre foram relegadas a um plano secundário e subalterno. Ao longo da história as mulheres foram consideradas incapazes intelectualmente, proibidas de participar de esferas públicas e políticas durante muitos séculos. Havia no pensamento de cientistas e filósofos a crença de que eram menos inteligentes e incapazes de raciocinar. Isso as delimitava ao lar e à procriação, servindo aos desejos do homem, restritas ao conhecimento dos afazeres domésticos.

Estruturalmente construída e difundida, a visão da subalternidade feminina ainda é reproduzida e sentida nas relações estabelecidas em sociedade. Dominada pelo pensamento das elites burguesas, a reprodução de ideologias hegemônicas de apelo ao senso comum propaga-se em todas as esferas e classes sociais, enaltecendo um sistema que visa valorizar a figura do homem, burguês, branco e heterossexual.

A busca do discurso de igualdade entre os seres humanos de forma simplista acaba por englobar todas as questões de opressão e preconceito em um único processo. Sem levar em consideração “a desigualdade histórica e cultural na experiência vivida” (GEBARA, 2000) de cada grupo social. Conforme a autora:

Muitas vezes, o discurso sobre a igualdade universal dos seres humanos ocultou a desigualdade histórica e cultural na experiência vivida. E este “oculto” ou este “velado” certamente atingiu muito mais as mulheres do que os homens, muito mais os negros do que os brancos, muito mais os pobres do que os ricos (GEBARA, 2000).

Para Beauvoir (2009, p. 18), “a burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina”. Esse pensar simplista e he-

gemônico requer uma reflexão mais profunda sobre a condição feminina. Visto que o sistema capitalista traz em si ideologias que oprimem não somente a classe trabalhadora, mas também intensificam a opressão sobre as condições sociais de trabalho impostas sobre as mulheres. Infelizmente, muitas vezes elas acabam por aceitar e reproduzir essas ideologias, que acabam por legitimar a ideia, erroneamente construída, de dominação masculina. O que acarreta desigualdades, predominando o poder masculino sobre as relações sociais. Conforme Saffioti (2015), longe de ser natural, a desigualdade é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e é com frequência.

De acordo com Scott (1996, p. 11), “o gênero é constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder”. Poder esse atrelado, desde os primórdios das civilizações modernas, à construção de um modelo de sociedade baseado no patriarcado, onde se tem o homem como principal força de dominação e centro das tomadas de decisões.

Se, por muito tempo, as mulheres foram inferiorizadas por sua capacidade enquanto trabalhadoras, seres sociais sujeitos de suas próprias vidas, elas têm na luta e resistência dos movimentos feministas a inserção de novas perspectivas para a busca de emancipação e reconhecimento.

É a luta protagonizada pelas mulheres, luta essa construída em seu cotidiano, que fez com que elas pudessem se inserir na sociedade de forma mais significativa e atuante, possibilitando ser protagonistas de suas próprias vidas, enxergando novas possibilidades para o seu próprio desenvolvimento tanto no meio social como também em sua família e comunidade. Dessa forma, a invisibilidade imposta culturalmente sobre elas aos poucos perde espaço, e gradativamente elas passam a operar de forma mais significativa, ganhando voz e sendo ouvidas, circulando nos mais diversos setores das esferas política, econômica e social.

No caso das mulheres agricultoras familiares, o desafio maior é desnaturalizar e quebrar a dominação masculina (SIQUEIRA, 2014, p. 40), sendo que, na agricultura familiar, que tem como característica a mão de obra de todos os membros, ainda a figura masculina tem papel principal nas tomadas de decisões quanto à propriedade e à posse da terra. Mesmo que as mulheres gradativamente vão conquistando seu espaço no meio rural, buscando ser reconhecidas como trabalhadoras e ter acesso aos programas para o desenvolvimento da agricultura, sofrem com o machismo do campo, fortemente masculinizado.

Apesar de todos os desafios e adversidades, as trabalhadoras tendem a permanecer na luta, desafiando um sistema hegemonicamente patriarcal e capitalista, que acaba por explorá-las e reprimi-las, seguindo determinadas e confiantes em seus ideais. Elas surpreendem pelo seu conhecimento e capacidade dentro do movimento, por sua ousadia em suas falas e palavras de ordem e principalmente pela busca incessante por sua liberdade e emancipação. Proporcionam uma mudança, apesar de difícil e lenta, necessária para a transformação das relações existentes dentro do âmbito dos movimentos aos quais pertencem, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Resistindo fortemente às imposições designadas ao trabalho produtivo e reprodutivo realizado na propriedade, as mulheres ainda hoje buscam espaço em esferas dominadas pelos homens. E é na construção da autonomia que as mulheres efetivam sua emancipação econômica, social e política frente a uma sociedade que visa inferiorizá-las.

### **Desvelando o trabalho feminino na unidade de produção familiar**

Considerado gratuito e de “ajuda”, o trabalho exercido pelas trabalhadoras rurais não é vinculado à renda familiar, pois, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelos trabalhadores rurais, sugere que esse trabalho não seja capaz de gerar valor econômico e social, o que acaba dificultando o acesso às políticas públicas e reafirmando a tradicional divisão sexual do trabalho (MELO, 2002).

À mulher cabe o papel de coadjuvante na relação de produção e de entendimento e apropriação das técnicas de produção. Seu trabalho nem sempre tem o devido reconhecimento e valorização tanto por parte dos membros de sua família como por si própria e pelas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. De acordo com Melo (2003, p. 29),

O modo social de produção denominado de agricultura familiar, agricultura camponesa, agricultura de sobrevivência ou pequena agricultura, cujo trabalho está baseado na família, conta com a participação efetiva da mulher. Apesar disso, particularizando a realidade do Brasil, seu trabalho nem sempre tem reconhecimento dos seus, dela própria e dos programas criados para atender essa forma de produzir (MELO, 2003, p. 29).

Nesse sentido, na divisão do trabalho no contexto da agricultura familiar que se estabelece entre os sexos, a força física apresenta-se como elemento que difere o trabalho realizado por homens e mulheres. Aos homens cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e

fazer cerca. Também cabe a eles o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. Às mulheres, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve (BRUMER; FREIRE, apud BRUMER, 2004).

É necessário destacar que, desde os primórdios da humanidade, as mulheres já desempenhavam papel importante no desenvolvimento da agricultura. É nesse período, época em que a agricultura era a principal atividade da humanidade, que homens e mulheres trabalhavam conjuntamente em prol de suas necessidades; acreditava-se que a figura feminina tinha poder mágico, pois detinha o dom da vida. Sua fecundidade fazia a fertilidade dos campos, e dessa forma associavam-se diretamente natureza e mulher.

De acordo com Alambert (2004), as mulheres realizavam diversas atividades, desde o trabalho com a terra, a domesticação de animais, o cuidado das crianças, das pessoas mais velhas e dos doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, enquanto o homem ia à caça de alimentos. O trabalho realizado pelas mulheres não incluía somente valor reprodutivo; estava ligado às estruturas sociais da comunidade.

Atualmente, entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres agricultoras de Paraíso do Sul/RS, bem como na maioria das unidades de produção familiar, estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim. Por serem considerados mais leves, esses afazeres destinam-se às agricultoras, o que conseqüentemente estabelece para a divisão do trabalho a força física, tida como favorável aos homens.

É muito mais fácil ver uma mulher “carpindo” com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola. Entre outros fatores, isso acaba por acarretar a própria desvalorização do trabalho das mulheres, que conseqüentemente acabam por acreditar que não são capazes de desempenhar certas atividades e de perceber sua importância para o desenvolvimento da agricultura, destaca Nobre (1998).

Percebe-se, nesse sentido, que as mulheres acabam por cumprir funções que tendem a explorá-las, pois nessa divisão do trabalho a figura masculina não se vincula ao trabalho realizado nas dependências da casa; não existe o “dono de casa”. Não há a cooperação e a contribuição masculina quando se trata dos afazeres domésticos e da educação dos filhos; essas atividades se estabelecem como obrigações femininas.

Assim, nesse contexto, a divisão do trabalho configura-se da seguinte forma: aos homens pertence a capacidade do trabalho na produção agrícola, a

posse da terra, a fonte de renda; às mulheres competem o “auxílio” na lavoura, a educação dos filhos e os afazeres domésticos.

Desse modo, erroneamente, os homens obtiveram um papel de destaque em relação às mulheres, sendo seu trabalho, diversas vezes, não reconhecido e vinculado à renda familiar com a desculpa de não gerar valor econômico e social, dificultando o acesso às políticas públicas e reafirmando a tradicional divisão sexual do trabalho.

Conforme Hirata (1995), as atividades de trabalho marcam estereótipos que associam o sexo e o par masculino/virilidade e feminino/fragilidade. A virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, já o feminino é associado ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia.

Nesse contexto, as mulheres agricultoras são tidas como menos capazes e inferiores aos homens na organização da unidade produtiva familiar, assim como em muitas áreas da sociedade, sendo desvalorizadas como trabalhadoras, ocupando o posto de “ajudantes” no trabalho da agricultura familiar. Entende-se que as mulheres não são capazes de exercer certas atividades ditas como masculinas em virtude do esforço físico. Característica atrelada à figura masculina, que desqualifica as mulheres para o trabalho “pesado” na agricultura. O que não condiz com a realidade das agricultoras rurais, pois não há tarefa que elas não executem na propriedade (NOBRE, 1998, p. 01-10).

De fato, embora muito tenha evoluído a condição das mulheres, especificamente as do meio rural, ainda são elas que enfrentam diariamente obstáculos para afirmar-se no meio produtivo. Inferiorizadas pela dominação patriarcalista da sociedade, elas têm sua capacidade política, econômica e social envolta pelas relações de poder estabelecidas pela figura masculina, chefe da família e das tomadas de decisões. Para Bottomore (2001, p. 384):

Este véu que encobre o trabalho feminino rural é uma consequência da cultura patriarcal, de dominação masculina, que define a inferioridade do papel feminino em sociedade. Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com uma dupla jornada de trabalho (BOTTOMORE, 2001, p. 384)

Além das tarefas já mencionadas, as agricultoras de Paraíso do Sul/RS realizam atividades que vão muito além da esfera reprodutiva; elas trabalham incessantemente ao lado de seus companheiros e filhos(as) nas atividades agrícolas. Realizam dupla/tripla jornada de trabalho, pois não se dedicam somente à labuta no cultivo da roça, mas também aos afazeres domésticos e à educação de filhos e filhas.

Também se pode citar outras tarefas, como: o cuidado com o quintal, o cultivo da horta, a criação de animais, atividades que ajudam na complementação da renda, como a confecção de produtos artesanais e alimentícios que são comercializados na comunidade local. O que evidencia a capacidade das mulheres de realizar diversas tarefas essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar, não sendo vista somente como uma simples ajudante, mas como protagonista dessa história.

É importante ressaltar o papel fundamental das mulheres agricultoras na organização e participação dos movimentos de luta no campo pelos direitos dos/das agricultores/as como: acesso e uso da terra; inserção nos programas de políticas públicas voltadas à agricultura familiar; acesso à educação das novas gerações do campo; equidade de gênero, entre outros. Em movimentos que historicamente eram destinados aos homens as mulheres foram buscando espaço e fortemente permanecendo nele; em um mundo culturalmente dominado pelo homem, pouco a pouco elas vão se inserindo visando sua liberdade e emancipação.

Também se pode citar que a participação em grupos, associações e movimentos que almejam a melhoria das condições de trabalho no meio rural e o acesso aos direitos e políticas públicas, que visam à valorização da agricultura familiar, tem a presença das mulheres como força essencial para seu fortalecimento.

Dessa forma, quando as mulheres se articulam em grupos, associações, sindicatos, que buscam a inserção das agricultoras nas tomadas de decisões sobre a produção e a propriedade, tornando-as cientes de seu papel, indo além de mãe e esposa, proporcionam a participação em programas de melhoramento e incentivo à agricultura familiar. Dando visibilidade à trabalhadora sem que haja a necessidade de depender da figura masculina para ter acesso às políticas públicas desenvolvidas para o meio rural.

No município de Paraíso do Sul/RS, na década de 1990, houve a criação da Associação das Trabalhadoras Rurais, sendo esse período o marco das lutas das mulheres que reivindicavam maior participação e representatividade dentro dos movimentos sociais e sindicatos rurais, tanto em âmbito nacional como estadual e municipal. Conforme destaca Aguiar (2016, p. 261-295):

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais e de outros movimentos mistos, de coletivos, comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, nos âmbitos nacional, estaduais e municipais. Ou seja, foi uma década que se caracterizou pela luta das mulheres para ocupar os espaços de participação, enfrentando uma disputa constante para a conquista desses espaços e para a inserção e reconhecimento efetivo



da questão de gênero no interior das organizações de trabalhadores rurais. Foi um momento em que as mulheres rurais ampliaram suas estratégias e formas organizativas, tanto no âmbito dos chamados movimentos mistos como nos movimentos autônomos (AGUIAR, 2016, p. 261-295).

Logo a Associação de Trabalhadoras Rurais surge como uma entidade que almeja representar as mulheres rurais na conquista por igualdade de direitos de oportunidades. Tornou-se um instrumento de integração, visando à valorização e à representatividade da mulher do campo.

Dessa forma, é de extrema relevância destacar que a busca pela autonomia das agricultoras é essencial para o desenvolvimento do espaço rural e da sociedade como um todo. Na organização dessas mulheres, é possível, nas trocas de vivências e saberes, promover a participação política e o reconhecimento de seus direitos enquanto sujeitos sociais.

### **Considerações finais**

Antes de tudo o que foi desenvolvido nesta pesquisa, é possível afirmar que, apesar da invisibilidade dada às mulheres rurais na produção agrícola, sua presença é notória e essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar. Pode ser percebida ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de possuir uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. A mulher não pode ser vista como uma mera coadjuvante do trabalho, pois está presente em todos os ambientes da lida no campo e em todos os âmbitos da sociedade, seguindo na luta pela terra e na resistência pelo direito de ser reconhecida pela sua força e trabalho.

Cabe salientar que o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas trabalhadoras rurais é construído diariamente. É a partir das lutas protagonizadas por essas mulheres, em conjunto, fortalecendo-se em movimentos que visem ao coletivo, que passam a se inserir na sociedade de forma mais significativa e atuante. Essa luta pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras possibilita a elas serem protagonistas de suas próprias vidas, enxergando novas possibilidades para o seu próprio desenvolvimento tanto no meio social como também na esfera familiar e produtiva.

Dessa forma, a invisibilidade imposta culturalmente sobre elas aos poucos perde força (diga-se de passagem, esses avanços ocorrem lentamente, mas é no ato de resistir, apesar de todos os fatores contrários, que as mulheres passam gradativamente a operar de forma mais significativa, mesmo que ainda se encontram enormes dificuldades para se manter na luta), ganhando voz e sendo ouvidas, circulando nos mais diversos setores das esferas política, econômica e social.

Muito se avançou, mas muito ainda há de se alcançar em prol de garantir as mesmas oportunidades de direitos entre homens e mulheres. Principalmente no meio rural, onde ainda as diferenças biológicas entre os sexos são estabelecidas para justificar o trabalho realizado pelos membros que compõem o grupo familiar.

Pode-se considerar que é a partir do fortalecimento da própria percepção feminina, de sua real importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, que se tem a principal ferramenta para diminuir as distâncias impostas entre os sexos. Onde as agricultoras possam ter a certeza de que seu trabalho é essencial para o fortalecimento da unidade de produção familiar, bem como o elo de ligação do grupo familiar.

### Referências

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, Edição Especial, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.../33804>>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história**. A história da mulher. Fundação Astrogildo Pereira/FAP, Abaré, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em território do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico COREDE Jacuí Centro**. Porto Alegre, 2015.
- HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208-233, edição especial, 2016.

HIRATA, Helena. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n. 65, p. 39-49, jan./mar. 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2019.

MELO, Lígia Albuquerque de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: **Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 13. 2002. Ouro Preto. Resumos. Minas Gerais: ABEP, novembro 2002.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam *et al.* (Orgs.). **Gênero e Agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Laiany Rose Souza; SANTOS, Josefa de Lisboa. A condição da mulher na sociedade de classe: agroecologia e empoderamento feminino no assentamento 13 de Maio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva *et al.* (Orgs.). **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1996.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiane Engel (Orgs.). **Métodos da pesquisa**. Ed. da UFRGS, 2009.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras**: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. 2014. Dissertação (Mestrado Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

WERLANG, William. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

## PARTE II



Olhares sobre o urbano

# Cidades pequenas e articulações urbano-regionais através do transporte rodoviário de passageiros<sup>1</sup>

João Henrique Zöchler Lemos

## Introdução

O oeste do estado de Santa Catarina, aqui delimitado mais objetivamente pela atual divisão regional do Brasil, envolvendo a Região Geográfica Intermediária (RGINT) de Chapecó (IBGE, 2017), possui diversas especificidades em sua constituição. Entre os elementos mais expressivos está a presença de uma série de municípios que se caracterizam por uma complexa confluência de características urbanas e rurais (CORRÊA, 2011). Para a compreensão a respeito desse contexto regional, os apontamentos de Fresca (2010) a respeito das “cidades pequenas” e “centros locais” também se tornam relevantes.

Conforme os dados do IBGE (2019), esses centros possuem uma estimativa populacional para 2019 que varia entre mais de 1.200 habitantes e poucos menos de 10 mil. Entre os 109 municípios, 83 deles possuem a sua população entre os estratos mencionados. Nesse cenário, a cidade de Chapecó – entendida como sendo uma cidade média (MATIELLO *et al.*, 2016) – é o maior centro urbano da região, com população estimada em 220.367 habitantes. Esse arranjo territorial na região em questão deve-se, entre outras questões, às características de sua peculiar formação socioespacial (SANTOS, 2012), que produziu uma complexa rede de centros urbanos variavelmente articulados, condição imaterial produzida pelo produto material (as cidades propriamente ditas) de sua própria existência (CORRÊA, 2015).

Diante do exposto, o presente trabalho discutirá as relações entre as cidades pequenas e centros locais e as suas centralidades, tomando como dimensão de análise as operações do transporte rodoviário de passageiros (TRP). Têm-se como plano empírico de reflexão as cidades de Maravilha e de São Miguel do Oeste, caracterizadas como cidades que possuem complexidades mais significativas em seus espaços, constituindo áreas de influência nos seus

---

<sup>1</sup> Este capítulo resulta de estudos e reflexões feitas no âmbito da pesquisa de mestrado do autor no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), de caráter *multicampi*, envolvendo os *campi* Erechim e Chapecó. Ela é desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Igor Catalão (UFFS/Chapecó), ambos vinculados ao Núcleo de estudos e pesquisas sobre Região, Urbanização e Desenvolvimento (NERUD).

entornos. Temos o objetivo de entender o TRP enquanto modal de transporte sob a justaposição dos elementos da rede urbana em que essas cidades se inserem e a rede rodoviária da região.

Consideramos desde já a existência de uma interdependência entre a situação geográfica das cidades, os eixos rodoviários de circulação e a existência de serviços do transporte de passageiros por ônibus em duas modalidades: intermunicipal e interestadual. Essa diferença nas modalidades refere-se à escala de regulação e abrangência dos serviços, divididos em linhas que são operadas sob forma contínua.

Além dessa interdependência, há também o entendimento de que o transporte rodoviário de passageiros – em suas variadas escalas de operação – compõe uma atividade de importância central no território brasileiro, sobretudo quando pensamos nas cidades pequenas, conforme recentes contribuições de Santos (2019). Trata-se de um modal de transporte coletivo que, devido à abrangência da rede de rodovias e à consequente flexibilidade para a sua operação, potencializa a interligação entre núcleos urbanos pequenos e metrópoles nacionais de forma regular.

Diante dessas exposições, estruturamos este capítulo com o objetivo de contemplar as discussões que reconhecemos como essenciais. No primeiro item, será feita uma breve discussão acerca da constituição e produção da atual rede de cidades na Região Geográfica Intermediária de Chapecó, percorrendo nesse debate as características mais gerais da formação dos centros urbanos localizados nessa região, sobretudo sobre as duas cidades pequenas centralmente abordadas.

Na sequência, o segundo item servirá para a reflexão no âmbito da ciência geográfica a respeito dos eixos rodoviários existentes na RGINTE de Chapecó, além de suas interações dialéticas com os centros urbanos locais, processos de grande pertinência para o debate aqui construído. Por fim, o terceiro item objetiva discutir a importância do transporte rodoviário de passageiros (TRP) de modo geral e a sua circulação nas cidades tomadas como campo para reflexão, atrelando os seus fluxos a dinâmicas imanentes à própria produção da rede urbana no contexto brasileiro.

### **Formação da rede urbana e cidades pequenas no oeste de Santa Catarina**

A atual dinamização dos centros urbanos na região localizada no oeste do estado catarinense remete à sua formação socioespacial, sendo essa o “resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS,

2012, p. 28), hoje concretizado em uma densa e complexa rede de cidades. Nas palavras de Corrêa (2015, p. 280) sobre as cidades, ressalta-se a relevância da permanência de formas espaciais pretéritas, “dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização”. Nessa lógica de refuncionalização, considerando os meios de produção e suas metamorfoses, está a produção intimamente vinculada ao campo, que constitui o circuito produtivo agroindustrial, elemento dinamizador da economia da região (PERTILE, 2008).

Seguindo nessa perspectiva, a refuncionalização corresponde hoje à inserção das cidades em um capitalismo mundializado (CHESNAIS, 1996), sobretudo em nosso caso de análise, tendo as cidades uma intensa articulação à produção agroindustrial, que se vincula às interações que perpassam diferentes escalas, inclusive internacionais (PERTILE, 2008). Nos âmbito dessas complexas articulações, dotadas de horizontalidades e verticalidades, como as de que trata Santos (2014a, p. 183-185), materializadas mais objetivamente nas paisagens locais e nos fluxos de mercadorias, respectivamente, estão as cidades pequenas, entendidas aqui sob as perspectivas de Endlich (2009) e Fresca (2010).

Essa alteração nas funções e a sua articulação à forma de produção capitalista localizada nessa região produzem outras funções e papéis às aglomerações urbanas do presente. Para esse entendimento, é necessário elencarmos aqui alguns dos tantos processos pelos quais essa ampla área passa, tendo nesse item alguns dos temas mais recentes da dinâmica socioespacial urbano-regional.

Conforme aponta Pertile (2008), foi sobre a estruturação fundiária alicerçada na pequena propriedade rural que, gradativamente, ocorreram os processos de conversão de capitais na região. Num momento inicial, ele se mostrava fragmentado e rarefeito, pulverizado em diversos produtores de pequeno porte, centrados no comércio do excedente de pequeno volume. Em momentos pós-década de 1950, consolidaram-se alguns agentes econômicos de maior poderio político-financeiro, capazes de forjar as bases das hoje indústrias do setor agroalimentar.

A partir das alterações dos modos de vida no campo e as constantes inserções de novas técnicas produtivas, além da crescente e rígida normatização das atividades agroindustriais, irrompeu um intenso movimento da população a partir das áreas rurais em direção às cidades (ALBA, 2008). Isso fomentou a expansão dos núcleos urbanos, os quais atendiam, inicialmente, as necessidades mais imediatas, sobretudo da ampla população então residente nas áreas rurais. Ao longo do século XX, o quadro demográfico sofreu uma intensa inversão em consonância ao contexto brasileiro num todo. Acerca da natureza dessas alterações, Santos (2018) reitera que se trata da expressão da

urbanização no território brasileiro, processo no qual se engendrou uma nova geografia regional a partir da segunda metade do século XX.

No caso aqui tratado, com a maior interação da mobilidade da população entre cidade e campo, “foi entre as décadas de 1970 e 1980 que transformações urbanas mais evidentes ocorreram” (FUJITA, 2015, p. 80) num contexto em que as maiores cidades da região tiveram acréscimos populacionais bastante significativos, como Chapecó e Concórdia.

Fujita (2015) aborda essa temática, mencionando, além do crescimento de Chapecó, cidade média e maior cidade dessa área, os municípios de Xanxerê, São Miguel do Oeste, Maravilha e Pinhalzinho. Todos esses participam, de maneiras mais ou menos intensas, do circuito produtivo agroindustrial com atividades voltadas principalmente para a industrialização de carnes e lácteos, bem como seus derivados.

Nossa escolha pelas cidades de Maravilha e São Miguel do Oeste, usadas como plano empírico, dá-se em função das possibilidades encontradas no que diz respeito à exploração da reflexão teórica, dialogando com os elementos de seus espaços urbanos e as operações do modal de transporte analisado aqui. Os dois lugares apresentam especificidades quanto às atividades econômicas instaladas em seus territórios. Fujita (2015, p. 80) mostra que “entre 2000 e 2009, [em meio aos] municípios cujas taxas médias anuais de crescimento estavam acima da média estadual e nacional”, estava Maravilha com uma taxa de 2,5%. São Miguel do Oeste, por sua vez, apresentou uma taxa média anual de crescimento de pouco mais de 1%.

Conforme as estimativas do IBGE (2019), o município de Maravilha possui atualmente 25.762 habitantes, já São Miguel do Oeste atinge a marca de 40.482 habitantes. Mesmo com menor porte demográfico e área urbanizada, essas cidades possuem uma certa complexidade em suas atividades urbanas, sobretudo no ramo industrial, característica da rede de cidades em que se inserem (FUJITA, 2015). Desde já, podemos destacar a inter-relação entre o campo e a cidade, visto que as suas atividades econômicas estão fortemente relacionadas à industrialização e ao processamento de gêneros agropecuários.

Dito de outro modo, as funções e os consequentes papéis que Maravilha e São Miguel do Oeste expressam estão alinhados aos conteúdos de suas atividades econômicas, especialmente as voltadas ao setor agroindustrial, já que as cidades abrigam unidades de processamento de produtos primários, como grãos, e também a industrialização e o processamento de carnes e lácteos.

Além das unidades produtivas dedicadas ao setor agroindustrial, existem atividades complementares a esse circuito, como as observadas nas indústrias ligadas à produção metalomecânica, bem como todo um conjunto de



empresas voltadas para o suporte e a realização de transporte rodoviário de cargas. Essas características dão a essas cidades pequenas um papel de relevância regional, pois elas têm as demandas de suas plantas industriais atendidas em diversos locais (como nas áreas rurais), além de atrair mão de obra e consumidores diversos, já que concentram algumas atividades do terciário que não são vistas em centros locais próximos (cf. compreensão de FRESCA, 2010).

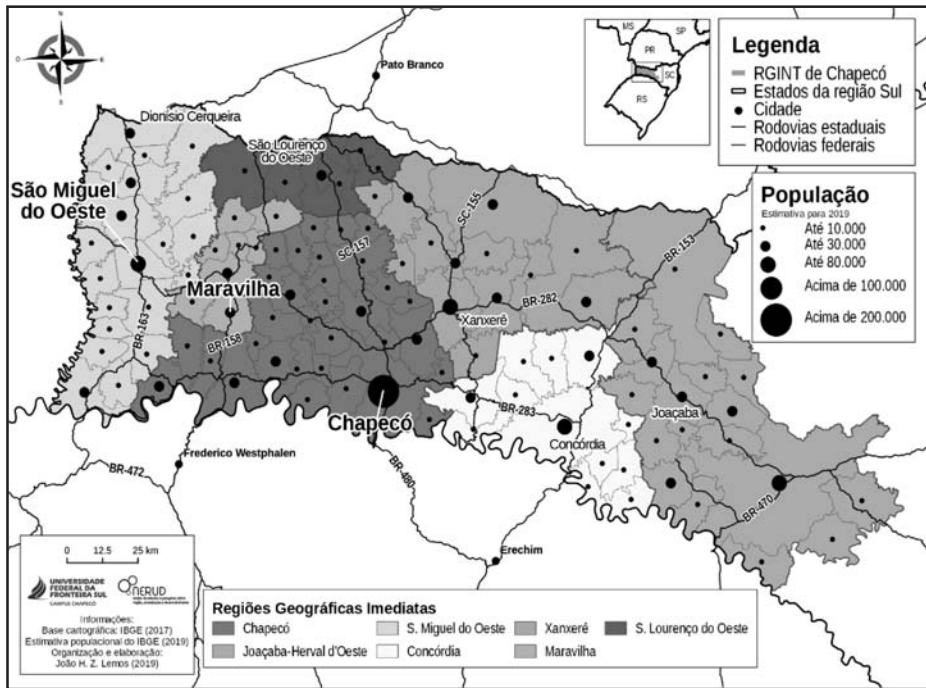
Sobre as dimensões de intermediação, seguindo os dados e as informações disponíveis nos estudos do IBGE (2008; 2017), Maravilha e São Miguel do Oeste possuem diversas cidades localizadas a curtas distâncias. Sobre essas centralidades exercidas em relação às suas áreas próximas, o fato de serem “cidades-polo” de suas Regiões Imediatas conforma o papel de atendimento às necessidades mais imediatas da população local, considerando também que esses dois centros – Maravilha e São Miguel do Oeste – dispõem de equipamentos de atendimento médico de complexidade intermediária, existência de órgãos e serviços público-administrativos, comércio com alguma especialização, além de outros elementos não comumente vistos em “centros locais” (FRESCA, 2010).

### **Articulações rodoviárias em escala regional**

Entre as questões mais importantes para reconhecer a manutenção e implantação recente de atividades industriais nas referidas cidades, deve ser levado em consideração que estão em grande medida vinculadas às suas localizações. No debate das cidades pequenas, Endlich (2009) mostra que há a tendência do aproveitamento econômico da localização dos centros urbanos, sobretudo quando estão próximos de entroncamentos rodoviários de relevância. Nesse sentido, há a interação desses espaços com algumas importantes rodovias federais. Nas Regiões Geográficas Imediatas de Maravilha e São Miguel do Oeste há, por exemplo, o compartilhamento do importante eixo de circulação rodoviária formado pela BR-282.

Na Figura 1, observamos um mapa com a distribuição populacional e os principais eixos rodoviários da região de Chapecó, além da divisão das Regiões Geográficas Imediatas – ligeiramente alusivas às antigas microrregiões. As cidades com maiores quantidades populacionais localizam-se ao longo da BR-282, além de uma significativa concentração nos eixos das rodovias BR-163 e BR-153.

**Figura 1:** RGINT de Chapecó: Regiões Geográficas Imediatas, distribuição da população e rodovias



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme aponta Barbosa (2013), os traçados das rodovias observadas na Figura 1 foram materializados – isto é, saíram dos planos de obras e infraestruturas – a partir das décadas de 1960 e 1970. Através do fomento à maior fluidez territorial nesses lugares, consequência da inserção econômica da região em escalas ainda mais dispersas de circulação de mercadorias, produziu-se uma maior solidariedade geográfica entre os lugares através das vias rodoviárias (CONTEL, 2008). Além disso, é com a intensificação do meio técnico-científico e posteriormente do técnico-científico-informacional, como assinala Santos (2018), que se favoreceu uma divisão territorial do trabalho ampliada. Isso está diretamente relacionado à densidade de infraestruturas ligadas à circulação territorial, elemento fundamental na produção do espaço geográfico do oeste catarinense. A solidariedade regional configura-se, hoje, no cenário da produção agroalimentar, atividade que conforma uma intensa articulação entre cidades e suas dinâmicas urbano-rurais (PERTILE, 2008).

Nesse contexto de articulação rodoviária relativamente abrangente<sup>2</sup>, há a produção de um amplo conjunto de interações espaciais (cf. CORRÊA, 2010), sobretudo vinculadas à produção agroindustrial, que se vale de uma série de fluxos hierarquizados (PERTILE, 2008; HUERTAS, 2018). Além da produção agroindustrial, considerando que a mesma não corresponde, sozinha, à complexidade das interações em escala regional entre as cidades (VILLELA; FUJITA; ALBA, 2017), a ampliação do consumo e da oferta de serviços, bens e outros equipamentos de uso coletivo corrobora as operações do transporte de passageiros por ônibus.

É principalmente ao longo dos eixos rodoviários federais, que favorecem a interligação das cidades da região com outros diversos centros urbanos do Brasil, que se constituem serviços regulares de transporte de passageiros. Através da BR-163, por exemplo, a RGINT de Chapecó (e a cidade de São Miguel do Oeste) conecta-se a diversas cidades médias, como Cascavel, no Paraná, constituindo-se como um relevante nó dos fluxos rodoviários e da circulação atrelada ao agronegócio na Região Sul (HUERTAS, 2018).

Frente a essas considerações, o TRP mostra-se pertinente para a elucidação da circulação de pessoas no território. A circulação de passageiros é uma dimensão produto-produtora da própria divisão territorial do trabalho, visto que suscita a compreensão das relações causais da mobilidade da população. Em nosso recorte, o mesmo permite uma interpretação das interações em escala regional através das linhas de ônibus. Para o entendimento das operações desse meio de transporte, foram coletados dados nos sítios eletrônicos dos órgãos reguladores: em escala estadual a partir do Departamento de Transportes e Terminais (DETER)<sup>3</sup>; em escala interestadual, a fonte passa a ser a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (ANTT, 2019). Também incluem informações retiradas de relatórios eletrônicos acessados através de portais de acesso à informação dos já mencionados órgãos.

### **Cidades, transporte rodoviário de passageiros, interações e centralidades**

A rede urbana configura-se a partir de uma série de interações entre lugares, como as abordadas aqui, possibilitadas a partir das operações do trans-

---

<sup>2</sup> Consideramos a rede de rodovias localizadas na RGINT de Chapecó como ainda sendo de uma articulação relativa, como por exemplo pela ausência de acesso pavimentado a algumas cidades. Isso implica, em certa medida, a circulação de maneira geral nessa região. Sobre esse debate, realizamos algumas reflexões em Lemos e Catalão (2019).

<sup>3</sup> Hoje extinto, conforme Lei estadual complementar n° 741, de 12 de junho de 2019.

porte de passageiros por via rodoviária. Trata-se de uma contínua inter-relação entre fixos e fluxos, conforme as contribuições trazidas por Santos (2014b), a partir das quais entendemos que há uma relação dialética entre objetos fixos e os fluxos produzidos a partir desses. Entre os exemplos de fixos, temos aqui mais objetivamente os terminais rodoviários e demais equipamentos mais imediatamente necessários às operações. Os veículos (ônibus) utilizados também podem ser entendidos como fixos móveis, seguindo as ideias de Santos (2019). Os fluxos, por sua vez, constituem-se a partir da mobilidade da população, configurada por diversas frentes de compreensão: em função de atividades de trabalho e emprego; migrações pendulares ou sazonais; relações turísticas ou de caráter familiar, etc.

Sobre a importância do modal, Almeida (2006) e Santos (2019) mostram que esse meio de transporte é uma das bases nos deslocamentos populacionais no território brasileiro. Entre os fatores determinantes está a sua flexibilidade pela possibilidade de operar sob condições diversas que favorecem o atendimento a localidades de menor porte e influência na rede urbana, as quais, mesmo não apresentando um movimento mais intenso de passageiros nas situações de embarque e desembarque, ainda são asseguradas pela possibilidade de paradas das linhas.

Quando operado na modalidade interestadual, isto é, regulado pela ANTT, normalmente transita através das rodovias federais por manter a interligação entre dois ou mais estados da federação. Por essa razão, vamos analisar neste primeiro momento a distribuição quantitativa das linhas na RGINT de Chapecó e, com uma maior ênfase, nas cidades de Maravilha e São Miguel do Oeste, consideradas aqui como lugares que conformam nós na rede rodoviária.

Segundo os dados disponibilizados pela ANTT (2019), as cinco cidades da RGINT de Chapecó que mais possuem linhas de ônibus do transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP) são: Chapecó (62), Xanxerê (58), São Miguel do Oeste (49), Abelardo Luz (41) e Maravilha (41). Exceto Abelardo Luz, as outras quatro cidades localizam-se ao longo da BR-282, sendo essas importantes centros urbanos com suas respectivas áreas de influência, conforme as conexões internas observadas nas suas Regiões Geográficas Imediatas.

Há uma correspondência variável entre a localização das cidades nos eixos rodoviários, seus papéis na rede urbana e a quantidade de serviços do TRIP que atendem os seus territórios. Não necessariamente uma maior população significará uma quantidade superior de serviços regulares de passageiros, sobretudo na modalidade interestadual. É um exemplo disso a condição de cidade pequena expressa por Abelardo Luz ou, até mesmo, Maravilha e

São Miguel do Oeste, se comparadas proporcionalmente a outras cidades da RGINT de Chapecó.

Ao observarmos as linhas do TRIP em atividade em São Miguel do Oeste, ressaltamos que há uma significativa variedade nos destinos dos serviços. A seguir, trataremos de algumas das características referentes às operações dessa atividade de transporte na cidade mencionada, com reflexões feitas também através de trabalhos de campo executados no seu terminal rodoviário de passageiros. Enquanto uma cidade pequena, esse espaço se caracteriza por “atender [uma] parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população” (FRESCA, 2010, p. 78), expressando aqui essa centralidade no transporte rodoviário de passageiros.

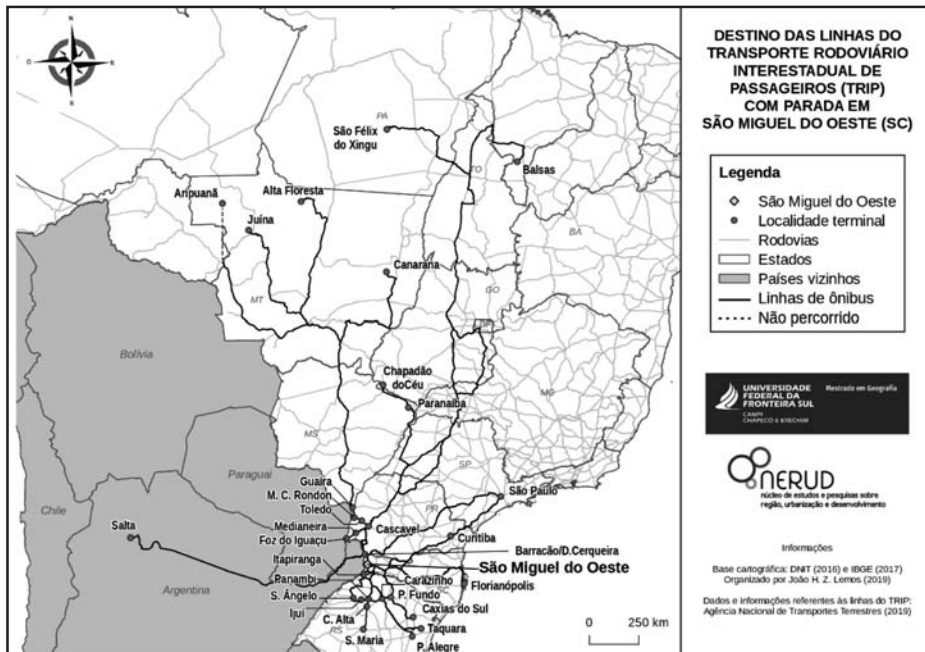
A Região Geográfica Imediata (RGI) de São Miguel do Oeste compreende um total de 20 municípios, entre os quais apenas quatro apresentam serviços regulares do TRIP de forma significativa (ANTT, 2019). O centro urbano de maior relevância nessa região, São Miguel do Oeste, possui 49 linhas regulares. Nesse cenário, identificamos que a cidade, através do seu terminal rodoviário municipal, pode ser entendida como um nó nas operações desse meio de transporte ao concentrar uma série de fluxos de linhas regulares do TRIP. Os equipamentos existentes em sua área urbana, compreendidos a partir de usos coletivos diversos, também são fixos com potencial de atração populacional, conformando demandas no entorno.

Os equipamentos urbanos de modo geral, como os fixos localizados na cidade de São Miguel do Oeste, mesmo que não diretamente ligados à circulação do TRP, provocam interações espaciais diversas, pois “eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 2014b, p. 86). Nessa condição, entendemos que os “fixos e fluxos interagem e alteram-se mutuamente” (SANTOS, 2014b, p. 86). Durante os trabalhos de campo, identificamos entre os equipamentos algumas plantas produtivas ligadas ao circuito agroindustrial, como a unidade fabril dedicada ao abate de suínos da Coop. Central Oeste Catarinense – Aurora, a unidade de armazenamento de grãos da Cooperalfa, o câmpus local da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), dois hospitais com centralizações nos atendimentos regionais, entre outros.

Para entendermos as articulações potencializadas a partir do TRIP, observamos na Figura 2 um mapa com os destinos das linhas regulares operadas na cidade de São Miguel do Oeste. Embora não aprofundemos essa discussão, dadas as objetivações deste trabalho, destacamos a existência de algumas linhas que superam facilmente os 1.500 km de extensão. Entre as quais temos os serviços que ligam Carazinho (RS) a São Félix do Xingu (PA); Carazinho

(RS) a Balsas (MA); Juína (MT) a Passo Fundo (RS); Ijuí (RS) a Canarana (MT) e outras. Sobre as operações com menores dimensões há um complexo e denso conjunto de linhas regulares que ligam São Miguel do Oeste aos diversos centros urbanos de relevância regional no sul do Brasil.

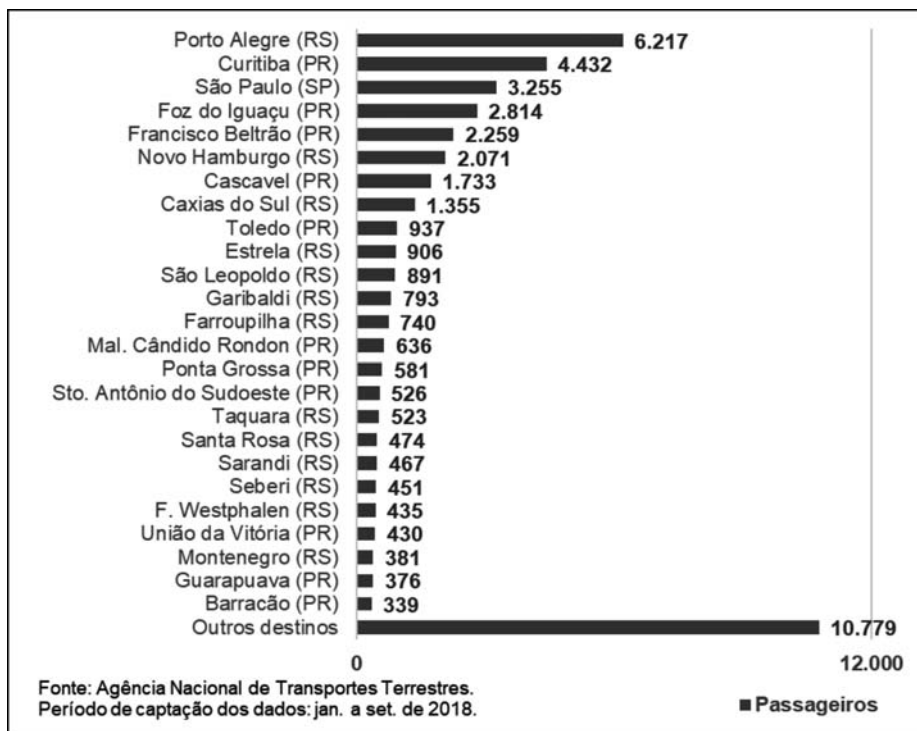
**Figura 2:** São Miguel do Oeste: articulações entre cidades através do TRIP



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando identificamos as cidades com um fluxo de passageiros mais acentuado em relação a São Miguel do Oeste, notamos a predominância das ligações com alguns dos mais importantes centros (na perspectiva da rede urbana) da Região Sul. Segundo o estudo do IBGE (2008), São Miguel do Oeste articula-se às redes de cidades de Curitiba e de Porto Alegre, situação que pode ser associada à intensidade com que os passageiros se dirigem às duas metrópoles sulistas, como visto no Gráfico 1. Nesse mesmo gráfico, a maior cidade brasileira, São Paulo, aparece na terceira colocação, exprimindo a relevância de seu papel central na rede urbana brasileira.

**Gráfico 1:** São Miguel do Oeste: 25 cidades com maiores fluxos de passageiros no TRIP



Fonte: Organizado pelo autor a partir de ANTT (2018).

Os fluxos também são observados para outras cidades variadas, como as localizadas nas regiões da serra, norte e noroeste do Rio Grande do Sul, além do sudoeste e oeste do Paraná. Isso torna ainda mais complexa a rede de articulações da atual circulação de passageiros em São Miguel do Oeste. Consideramos essa movimentação como uma das expressões da formação da rede de cidades da Região Sul, alicerçada numa formação socioespacial notabilizada pela intensa migração interna, sobretudo num momento pós-1950 (SAQUET, 2010; CORRÊA, 2015).

Ao tratarmos do transporte rodoviário de passageiros em escala intermunicipal, regulado pelo Estado de Santa Catarina, vamos direcionar nossa atenção à cidade de Maravilha, localizada a cerca de 50 km de São Miguel do Oeste. Nessa, identificamos alguns outros elementos que nos remetem à condição de centro urbano de importância regional, demonstrado inclusive pelos estudos do IBGE (2008; 2017).

De maneira semelhante à cidade anteriormente analisada, Maravilha também está em uma situação geográfica favorável. Além disso, corroborando a reflexão sobre o contexto regional, Corrêa (2015) mostra-nos que, atualmente, nos processos de reestruturação produtiva, as cidades pequenas apresentam a especialização de seus meios de produção como um processo substancial. Nesse caso, por estar igualmente inserida em um contexto de intensa atividade agro-industrial, bastante tecnicizada, produz interações que perpassam escalas diversas.

Durante os trabalhos de campo, observou-se que o Terminal Rodoviário Municipal da cidade é atendido por diversas linhas do TRP em suas escalas estadual e interestadual. Ao considerarmos que o transporte coletivo entre as cidades, tanto na própria RGI de Maravilha como também na RGINT de Chapecó, ele apresenta de modo geral algumas disparidades. Entre essas estão a baixa quantidade de horários e um reduzido conjunto de linhas de ônibus. Diante disso, em Maravilha, chama nossa atenção a quantidade de linhas e suas respectivas frequências nos serviços que ligam essa às cidades próximas.

No Quadro 1, observamos as linhas que possuem Maravilha como ponto de origem e destino. Trata-se de uma característica interessante, visto que no contexto regional é incomum a existência de cidades pequenas com pontos terminais de linhas do TRP. Todas as linhas desse quadro são operadas por empresas de pequeno porte, agentes econômicos que são bastante particulares à análise geográfica.

**Quadro 1:** Linhas de ônibus intermunicipais com origem ou destino em Maravilha

Nº de registro	Linha	Empresa operadora
1046	Maravilha – Romelândia	Michele Tur
1054	Iraceminha – Maravilha	Michele Tur
1056	Romelândia – Maravilha	Michele Tur
1069	Mundo Novo (S. Terezinha do Progresso) – Maravilha	Rodrigues Tur
1070	Anchieta – Maravilha	Rodrigues Tur
1072	Linha Boa Fé (Saltinho) – Maravilha	WCC Turismo
1075	São Miguel do Oeste – Maravilha	Transcatto
1077	Maravilha – Cunha Porã	Reisebus

Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados do DETER (2019).

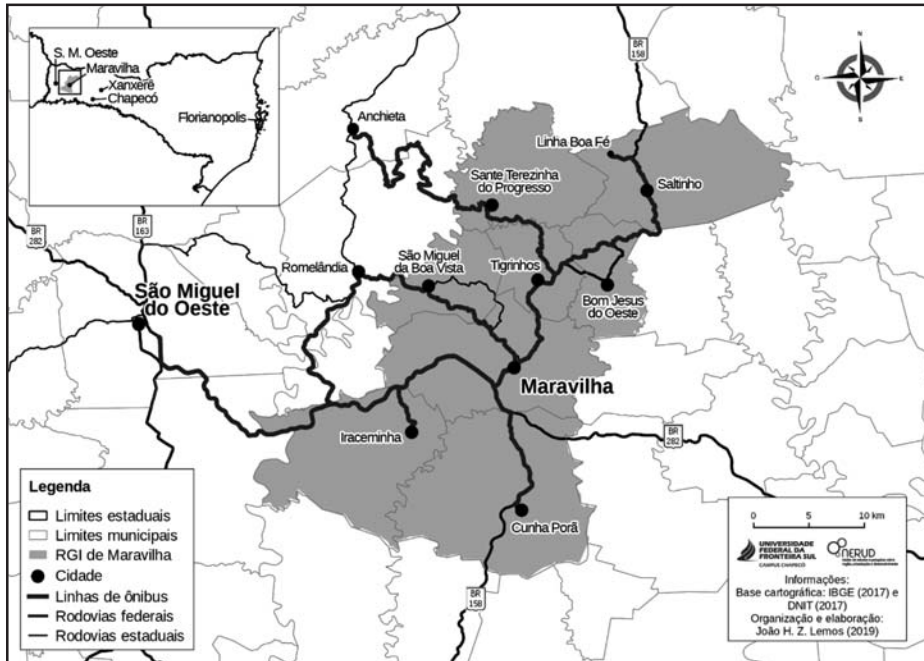
Entre as linhas operadas, alguns serviços atendem horários específicos para a “troca de turno” de funcionários das indústrias localizadas na cidade,



sobretudo nas ligadas ao setor de tratamento da produção agropecuária. Nesse sentido, destacamos algumas das plantas industriais existentes na cidade: Cooperativa Central Aurora Alimentos (recebimento, abate e processamento de carnes a partir de aves), Laticínios Piracanjuba (recebimento e processamento de lácteos), Cooperativa Regional Auriverde (diversas instalações, com desataque à voltada para o processamento de grãos com foco na produção de ração animal).

Além das unidades produtivas dedicadas ao setor agroindustrial, existem atividades complementares a esse circuito, como as observadas nas indústrias ligadas à produção metalomecânica, bem como todo um conjunto de empresas voltadas para o suporte e a realização de transporte rodoviário de cargas. Consideramos que as atividades produtivas existentes na cidade de Maravilha convergem em centralidades diversas, expressas na manutenção das operações dos serviços do TRP (Figura 3), esses que representam a dinâmica da circulação de pessoas pelas suas relações com a divisão interurbana do trabalho nessa região.

**Figura 3:** Linhas de ônibus intermunicipais e as cidades atendidas a partir de Maravilha



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em alguns casos, essas operações TRP surgem num processo de conversão da modalidade de fretamento (utilizada em larga escala por grandes e médias indústrias) para linhas regulares, operadas com uma frequência pre-estabelecida, direcionada não mais apenas aos empregados de certas empresas. O regime de fretamento no transporte de passageiros é estratégico, como aponta Vasconcellos (2001, p. 35), por surgir de uma necessidade da “garantia da regularidade na mobilização da força de trabalho”. Atualmente, além do transporte de trabalhadores, essas linhas de ônibus também são acessíveis ao público em geral.

Feitas as análises referentes às duas modalidades de operação do transporte rodoviário de passageiros: em escala estadual, sob regulação do extinto DETER e, em escala interestadual, sob regulação da ANTT, esse meio de transporte mostrou-se interessante para abordarmos a articulação entre diferentes espaços. Isso constitui o elemento fundante da noção de rede urbana, conforme visto na obra de Corrêa (2015).

Uma importante manifestação desse modal de transporte, que favorece a produção de centralidades, é a possibilidade de interligação com outros centros urbanos de maior relevância, como capitais estaduais, metrópoles de relevância nacional e a capital nacional. Embora seja uma atividade que não ofereça a velocidade de fluidez equiparada ao modal aéreo, mostra-se como um meio de transporte mais capilarizado em centros menores.

Referente às operações do TRIP, as duas cidades analisadas possuem um amplo arranjo de ligações, como observado na Tabela 1. Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, cidades na perspectiva da rede urbana nacional (capital federal, metrópole nacional e capitais às quais a rede urbana se vincula), são acessíveis através desse meio de transporte.

**Tabela 1:** Síntese das operações do TRIP em Maravilha e São Miguel do Oeste

Dado	Maravilha	São Miguel do Oeste
Estados com ligação	14 (RS, PR, SP, MG, MS, MT, GO, DF, TO, PA, RO, MA, Misiones/ARG)	14 (RS, PR, SP, MG, MS, MT, GO, DF, TO, PA, RO, MA, Misiones/ARG)
Capitais com ligação	8 (incluindo Brasília)	8 (incluindo Brasília)
Cidades médias com ligação (1)	11	13
Total de cidades com ligação	141	163
Total de passageiros (2)	18.196	42.840
Empresas operadoras	9	10

Fonte: Organizado pelo autor a partir de ANTT (2018; 2019). (1) Cidades médias conforme o estudo de Castello Branco (2006). (2) Período de jan. a set. de 2018.

Embora desconsiderando a intensidade das ligações, visto que a quantidade de linhas não expressa imediatamente a demanda real de utilização, mas sim a possibilidade dessa circulação, quando verificamos as cidades que são conectadas pelo transporte de passageiros por ônibus vemos na Tabela 1 que há a conexão com capitais e cidades médias, sendo esses importantes nós da rede urbana.

Ainda sobre as particularidades do TRP, na Figura 4, observamos os terminais rodoviários de São Miguel do Oeste (A) e Maravilha (B). Esses equipamentos, a partir da compreensão de serem fixos (cf. SANTOS, 2014b) importantes para as operações do transporte rodoviário de passageiros, concentram também funções complementares, como o abrigo de comércios variados, lanchonetes, bancas de revistas e serviços postais. Outra questão que ressalta o caráter de produtor de centralidade de um terminal rodoviário a partir de seus usos diversos é a presença de serviços de hotelaria, como nos dois terminais verificados na Figura 4.

**Figura 4:** Terminais rodoviários de São Miguel do Oeste (A) e Maravilha (B)



Fonte: Acervo do autor.

Na Figura 4, com duas fotografias capturadas durante os trabalhos de campo – realizados em momentos variados entre dezembro de 2016 e março de 2019 –, nota-se primeiramente a padronização desse fixo para as operações do TRP. Uma quantidade significativa de centros locais localizados no entorno das duas cidades centralmente analisadas não possui terminais rodoviários nesses padrões. Entretanto as operações ainda são minimamente asseguradas em alguns casos, fazendo uso de pontos de ônibus ou utilizando estabelecimentos comerciais para as paradas de embarque e desembarque.

Os veículos observados na Figura 4-B operavam, no ato do registro, a linha entre Carazinho (RS) e Balsas (MA), operada pela empresa Lopestur, sediada na cidade sul-rio-grandense de origem da linha. Trata-se de um serviço

que totaliza 3.294 km de extensão, dada a distância entre as localidades terminais (de origem e destino). Esse é um exemplo de serviço regular que expressa o aspecto central do modal, já que ele interliga, em meio ao processo de complexamente justapor as redes urbana e rodoviária, através de uma quantidade significativa de cidades, percorrendo as cinco regiões do território brasileiro. Mais especificamente, o serviço possui 982 seções no total, número referente aos trechos que podem ser comercializados dentro da autorização da linha.

### **Considerações finais**

O transporte rodoviário de passageiros torna-se uma possibilidade para a elucidação das dinâmicas de mobilidade da população em escalas local e regional, como é o caso do presente estudo. A articulação de São Miguel do Oeste a partir do transporte rodoviário interestadual de passageiros torna-se relevante ao se considerar o acesso a outras cidades a partir de suas operações. As centralidades produzidas pelas atividades econômicas de Maravilha permitem, num primeiro momento, compreender o TRP como expressão dessas. A abrangência do modal em cidades menores, limítrofes à cidade analisada, possivelmente é repercussão da oferta de emprego e serviços na cidade-polo dessa Região Imediata.

Também é possível apreender a produção de uma articulação entre os modais de transporte coletivo analisados, considerando a possibilidade de conexão entre as escalas de operação, fazendo uso dos terminais rodoviários das cidades como fixo essencial à atividade. Ressaltamos a relevância dos trabalhos de campo, sobretudo para apreender a dinâmica do uso dos terminais rodoviários, dado que são fixos que favorecem a elucidação da atividade à qual são especialmente produzidos, compreensão já apontada por Santos (2014b) ao mencionar que a interpretação geográfica dos fixos permite o entendimento dos fluxos produzidos por esses.

A circulação de pessoas no território é um elemento essencial, sobretudo ao se considerarem os meios coletivos para a realização desses deslocamentos. Como Santos (2019, p. 136) menciona, trata-se de uma “atividade econômica [que] é parte da divisão territorial do trabalho”, realizando a integração de “regiões variadas dentro de uma rede urbana nacional, perpassa[ndo] por caminhos distintos na rede rodoviária e interliga centralidades diversas”, o que conforma uma complexa e bastante específica rede de interações entre diferentes locais.

Por fim, o intuito principal deste estudo é contribuir para abordagens alternativas acerca das temáticas urbano-regionais na RGINT de Chapecó.

De formação socioespacial (SANTOS, 2012) peculiar, as cidades de maior e menor portes ainda carecem de diversos estudos sob a ciência geográfica, isto é, ainda há um amplo horizonte de possibilidades para a ampliação da imaginação geográfica em análises sobre o oeste de Santa Catarina.

## Referências

ALBA, R. S. Apontamentos sobre a geografia do oeste de Santa Catarina. In: ALBA, R. S. (Org.). **Estudos de geografia agrária do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. p. 19-46.

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Estatísticas e estudos rodoviários – dados operacionais**. 2018. Disponível em: <<http://bit.ly/2Wg5A7y>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Consulta às linhas que fazem seção em uma localidade**, 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2QEoheM>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, jul./set. 1992.

\_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim de século**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 279-318.

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: espaço e tempo**, n. 30, p. 05-12, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre a rede urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

DETER – Departamento de Transportes e Terminais. **Pesquisa de localidades e linhas regulares do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros**. Disponível em: <<http://www3.deter.sc.gov.br/deter/users/local.html>>. Acesso em: 4 maio 2019.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010.

FUJITA, C. Dinâmica urbana regional no Oeste Catarinense: uma análise do papel de Chapecó e outras cinco cidades influentes na rede urbana. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. (Org.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. p. 71-96.

HUERTAS, D. **Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil**. São Paulo: Ed. Unifesp, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. **Estimativas da população**. Edição referente ao ano de 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LEMONS, J. H. Z.; CATALÃO, I. Urbanização extensiva, produção energética e a (des)articulação da rede rodoviária regional. In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 4, 2019, Chapecó. **Anais...** Curitiba: UTFPR, 2019. Disponível em: <<http://snpd.ct.utfpr.edu.br/index.php/edicao-2019>>.

MATIELLO, A. *et al.* Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, M. E. B.; MAIA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 171-319.

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. 2008. 322 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTOS, B. C. dos. Divisão territorial do trabalho, rede urbana e transporte rodoviário interestadual de passageiros no Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, n. 20, p. 135-164, ene./jun., 2019.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

SAQUET, M. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D.; SOUSA, A. (Org.). **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 109-124.

VASCONCELLOS, E. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 2001.

VILLELA, A. L. V.; FUJITA, C.; ALBA, R. S. Centralidade no Oeste Catarinense: o papel de Chapecó. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 101-138.

# Reestruturação da cidade e atividade turística: o caso de Itá-SC<sup>1</sup>

*Daniela Feyh Wagner*

## Introdução

De acordo com Milton Santos (2009, p. 37), “a fase atual<sup>2</sup> [...] é momento no qual se constitui, sobre os territórios cada vez mais vastos, o que estamos chamando de meio técnico-científico”, sendo que esse período é marcado pela construção e reconstrução do espaço. E a presença nele de objetos técnicos (usinas hidrelétricas, por exemplo) é também uma das marcas desse tempo.

Além do mais, há acentuada especialização de tarefas no território devido à divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2009), e devido a interesses do poder hegemônico, muitas cidades tornam-se especializadas em determinada atividade econômica, voltadas a um mercado de grande escala, o que amplia o processo de mundialização da economia (ENDLICH, 2006).

Dessa forma,

O crescimento populacional, a necessidade de moradia e a exigência do mercado cada vez mais globalizado [...] aumentam a demanda e, por conseguinte, o consumo de mercadorias – bens duráveis e não duráveis – de serviços especializados, de atividades lúdicas e recreativas têm acelerado e intensificado as transformações sócio-espaciais, [levando] a exaustão e degradação ambiental. [...] A paisagem é transmutada permanentemente, tanto na forma como no seu conteúdo, pois o [ser humano] a modifica, primeiro pela erradicação dos elementos primários – primeiros, primitivos – e segundo, pela inserção de objetos e signos alheios ao lugar: edificações, estradas e moradias, empreendimentos industriais e institucionais, equipamentos turísticos e de lazer nas cidades, que constituem uma paisagem específica, a paisagem cultural, antrópica (SILVA, 2007, p. 35).

As mudanças observadas no cotidiano das cidades nas zonas rurais são expressões locais de processos que ocorrem em escala mundial devido aos di-

---

<sup>1</sup> Este texto sintetiza resultados da pesquisa desenvolvida para a realização do trabalho de conclusão do curso de Graduação em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sob orientação do Prof. Dr. Igor Catalão.

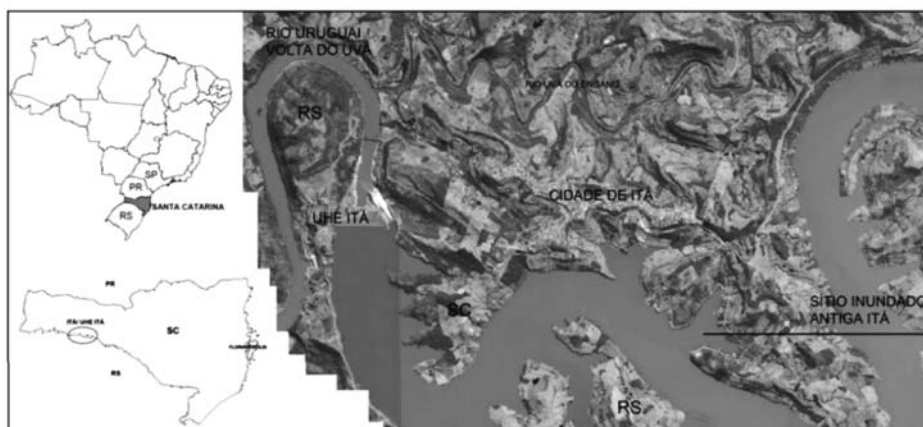
<sup>2</sup> Destaca-se que por período atual se entende o período compreendido a partir da revolução tecnológica, prologando-se até o tempo presente. Trata-se de período marcado por reestruturações e pelo desenvolvimento do que o autor trata por Meio Técnico-Científico-Informacional.

tames da globalização. Transformações acontecem o tempo todo, tanto aquelas observadas mais facilmente como a alteração do espaço com a instalação de objetos técnicos, crescimento de cidades, abertura de novas áreas de lavoura, como aquelas mais subjetivas, a exemplo da alteração de alguns papéis que certas áreas do território desempenhavam.

Dentro desse contexto, insere-se o objetivo deste trabalho: analisar as relações entre a modernização do território e a reestruturação da cidade no esforço de compreender como ocorreu a formação do setor de turismo após a instalação da usina hidrelétrica (UHE) em Itá, município localizado no oeste de Santa Catarina, na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, caracterizado como microrregião de Concórdia. Ainda, sua população total era de 6.426 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE (a estimativa para 2019 é de 6.169 habitantes).

Ao sul do município passa o rio Uruguai, que é o limite estabelecido entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sendo que, ao sul, Itá faz também limite com o município de Aratiba – RS; ao norte, faz limite com o município de Seara – SC; ao leste, limita-se com os municípios de Aratuba e Concórdia – SC; e a oeste com o município de Paial – SC.

**Figura 1:** Localização da antiga e nova sede da cidade de Itá e da UHE



Fonte: Imagem cedida pela prefeitura municipal de Itá (2006). In: Souza (2009, p. 13).

Há vários autores que realizaram estudos acerca da cidade de Itá, abordando os mais diversos aspectos, como Peixer (1993), Hall (2004), Espíndola (2009), Amaral (2010), Kölln; Da Silva (2010), Quadros (2016), entre outros. Apesar de haver muitos trabalhos sobre Itá, nenhum deles aborda a cidade por



meio do conceito de reestruturação, sendo que, dessa forma, se procura contribuir com os estudos acerca da temática.

Como metodologia, destaca-se que houve o emprego da abordagem qualitativa, visando estudar a realidade do local e também os grupos sociais que compõem a área de estudo, tentando entender, descrever e quiçá explicar os fenômenos socioespaciais<sup>3</sup> das mais diversas maneiras (FLICK, 2009).

Assim, Flick (2009, p. 16) assinala que:

A pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão de estudo (FLICK, 2009, p. 16).

Dessa forma, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da temática, além das leituras, estudando o que já foi escrito sobre a cidade de Itá, como também sobre a reestruturação urbana e a reestruturação da cidade. Esse material incluiu artigos, teses, dissertações, livros, capítulos de livros, planos diretores, que em sua maioria estão disponíveis *on-line*. Ainda foi feito um levantamento de documentos, incluindo jornais do acervo do CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, localizado em Chapecó) e da Biblioteca Municipal de Chapecó, que traziam notícias sobre a construção da obra da UHE Itá.

Além disso, realizou-se um trabalho de campo na cidade de Itá, que iniciou na prefeitura, no qual foram fornecidos dados sobre o município, plano diretor, como também sobre a UHE Itá. Após, com o acompanhamento do secretário de obras do município, foi realizada uma visita guiada por alguns pontos da cidade, passando pela parte central, alguns bairros e, por fim, contornando parte do lago da usina. Por meio do trabalho de campo, verificaram-se *in loco* muitas das constatações encontradas na bibliografia utilizada para fundamentar este estudo. Também a conversa com o secretário durante o trajeto foi fonte importante de obtenção de informações.

### **Industrialização do território e seus reflexos no oeste catarinense**

Os primeiros passos para a industrialização do Brasil aconteceram em 1930, sendo que os investimentos pesados nesse setor foram feitos nas décadas seguintes. A industrialização veio seguida da intensificação da urbanização, e ambas responsabilizaram-se por modernizar a agricultura. Por meio desses

---

<sup>3</sup> Adotamos aqui a grafia não hifenizada recomendada por Catalão (2011).

subsídios do Estado, a agricultura acabou se tornando um ramo da indústria (GOULARTI FILHO, 2007).

Inúmeros autores corroboram a ideia de que a modernização do território brasileiro ocorreu de forma conservadora, mantendo algumas das lógicas já estabelecidas desde a formação do país (STEDILE, 2005; GOULARTI FILHO, 2007). Assim, os grandes proprietários de terra mantiveram suas posses, em alguns casos até as aumentando, contribuindo para um alto grau de concentração fundiária, lógica herdada do período colonial. Ainda houve a ascensão de uma burguesia industrial (detentora de poder político), que se aliou às oligarquias rurais, pois tal burguesia teve sua origem nas oligarquias produtoras de café e açúcar, como também devido à dependência de tecnologia externa, como insumos e máquinas, que só poderia ser financiada com as exportações agrícolas (STEDILE, 2005), “fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente” (STEDILE, 2005, p. 11).

Dessa forma,

Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos, etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas (STEDILE, 2005, p. 11).

Teixeira (2005) apoia as ideias de Stedile (2005), reforçando que essa modernização tendeu a fortalecer determinadas camadas da sociedade, aquelas que desde a formação do Estado brasileiro estiveram no poder. Dessa forma, industrializou-se a agricultura, aliando-a ao desenvolvimento econômico do Brasil, sendo que o planejamento que estava direcionado ao espaço rural determinava os rumos do que era produzido para viabilizar os Complexos Agroindustriais (CAIs) que estavam se constituindo (BELIK, 1998; TEIXEIRA, 2005).

Os Complexos Agroindustriais, por sua vez, são resultado da fusão entre capital industrial, bancário e agrário, determinando a dinâmica do campo brasileiro, que se constituíram e se consolidaram por volta de 1970 (GOULARTI FILHO, 2007). Entretanto essa modernização trouxe em seu bojo “a expulsão, a exclusão social, a proletarianização e a subordinação da pequena propriedade ao grande capital” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 279), reafirmando a modernização conservadora que estava em curso.

Santa Catarina engajou-se também nesse projeto de industrialização nacional, entre outros ramos, na indústria alimentar, associada ao setor agroindustrial, com destaque para o Complexo Agroindustrial de carnes, que recebeu do governo subsídios e financiamentos, o que resultou em seu desenvolvimento e expansão de suas atividades (GOULARTI FILHO, 2010).

Os grandes beneficiários de crédito, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico que o Estado oferecia foram as empresas que já estavam consolidadas, tendo como exemplos as empresas frigoríficas Sadia, Perdigão e Ceval. O sucesso dos empresários que comandavam tais empresas não pode ser explicado por seus espíritos empreendedores voltados ao trabalho, mas devido aos benefícios que obtiveram dentro da política agrícola nacional (GOULARTI FILHO, 2007).

Acompanhando o grande crescimento das agroindústrias, cresceram também o cultivo e o processamento de milho e soja, bem como a produção de rações para alimentar os animais que iriam para o abate. Os CAIs obtiveram seu êxito devido ao subordinamento da pequena propriedade ao capital agroindustrial com o sistema de integração, que aumentou o grau de dominação exercida sobre os pequenos proprietários de terra (GOULARTI FILHO, 2007). Assim, o sistema de integração pode ser explicado da seguinte maneira:

A empresa faz um contrato com o agricultor e fornece leitões e pintinhos, dá assistência técnica e revende a ração necessária para o rápido crescimento dos animais, ficando a cargo do integrado entregar num período determinado. O agricultor fica engessado, obrigando-se a atender às rígidas regras impostas pelo grande capital (GOULARTI FILHO, 2007, p. 288).

Dessa forma, a relação de dependência entre agricultura e indústria a partir da década de 1970 aumenta, sendo que “as agroindústrias cresceram como processadoras de produtos provenientes da agropecuária e se modernizaram, tornando-se mais exigentes” (TEIXEIRA, 2005, p. 31).

Ademais,

O resultado deste formato de política agrícola permitiu a constituição, desenvolvimento e fortalecimento de alguns importantes CAIs da economia brasileira. Não se trata apenas da organização de convenções entre os agentes através de um sistema de contratos (explícitos ou implícitos), mas sim de um completo sistema de regulação mesoeconômico ou setorial (BELIK, 1998, p. 12).

A associação entre as atividades agropecuárias e as atividades industriais, como também com o comércio de produtos agrários e agroindustriais, formou uma relação de interdependência (FAJARDO, 2008). Assim, forma-se um “tripé” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras. Como exemplo são citados os casos dos complexos: “avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja” (FAJARDO, 2008, p. 34).

Em Santa Catarina, mais especificamente no oeste, há destaque para o Complexo Agroindustrial de carnes, tanto de suínos como de aves. Essa produção é voltada a abastecer tanto os mercados interno como externo. Milton Santos (2000) fala de uma “agricultura científica globalizada”, pois agora:

A produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica (SANTOS, 2000, p. 43).

Assim, pode-se perceber que há também demanda de bens científicos, tais como sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos, matrizes (no caso da suinocultura), além da assistência técnica (SANTOS, 2000). As grandes empresas inseridas dentro desses Complexos Agroindustriais ditam agora como a produção feita no campo deve ser organizada. Como uma boa parte do que é produzido é exportado, as empresas repassam as exigências desse mercado consumidor aos produtores.

Milton Santos (2000) escreve que, por meio da lógica da “agricultura científica globalizada”, criam-se situações de alienação, pois são impostas exigências sobre o que é produzido, onde é produzido, de que maneira é produzido, em quanto tempo é produzido; isso afeta diretamente a economia da região no que diz respeito ao comércio, indústria, transportes, serviços, além do comportamento político e administrativo. Dessa forma, “[...] esse processo de adaptação das regiões agrícolas modernas se dá com grande rapidez, impondo-lhes, num pequeno espaço de tempo, sistemas de vida cuja relação com o meio é reflexa, enquanto as determinações fundamentais vêm de fora” (SANTOS, 2000, p. 45).

O processo de modernização e diversificação das atividades econômicas estava, na segunda metade do século XX, intensificando-se cada vez mais em Santa Catarina, sendo que, a exemplo do oeste catarinense, que estava se especializando da produção e processamento de alimentos, as outras regiões do estado também estavam expandindo suas bases produtivas (indústrias metal-mecânicas, setor têxtil, carbonífero, madeireiro). Mas havia alguns entraves para esse desenvolvimento, entre eles as deficiências estruturais, que incluíam a falta de uma rede elétrica consolidada (GOULARTI FILHO, 2007) que atendesse as demandas que estavam se estabilizando.

Sob essa mesma ótica, Oliven (2010, p. 66-7), complementando as ideias já expostas anteriormente, escreve:

A transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais “urbana” ocorre através de vários processos. O primeiro é constituído pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarianização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho. O segundo se manifesta pela pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, onde a introdução (através da cidade) de melhoramentos sanitários e higiênicos (vacinas, antibióticos, etc.) ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um conseqüente

aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural. O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migram em busca de novas terras, atingindo assim frequentemente as já diminutas populações indígenas com consequências fatais para as últimas. Finalmente, o quarto processo é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa.

Dessa forma, nota-se que a modernização, reflexo do processo de urbanização, transformou tanto o campo como as cidades, sendo essas últimas as determinantes dos acontecimentos que transcorriam no campo brasileiro. Ainda, devido às sedes das empresas estarem localizadas nas cidades, essas reforçaram ainda mais seu papel como os centros de tomada de decisões.

De acordo com Castilho (2010, p. 136),

Todo período emblemático do ponto de vista das transformações que marcam o processo de modernização tem consequências sociais drásticas. Mas o preço que se paga por essas consequências é ocultado por meio dos discursos hegemônicos, processo do qual a ciência também não se isenta. Como processo contínuo de afirmação do “novo”, mas também de sua negação/superação, a modernização coloca os pontos por onde ela se espacializa para além das fronteiras e dos limites político-administrativos. O território passa a ser configurado pelas redes e movido pelo cruzamento de variáveis internas sob hegemonia das variáveis externas. Na medida em que os elementos da mundialização penetram os lugares, os seus conteúdos são alterados e (re)funcionalizados.

O processo de industrialização e urbanização demandava uma grande quantidade de energia, sendo que esses dois formavam os maiores grupos consumidores. Ademais, a interligação dos sistemas elétricos permitiu uma maior oferta de energia elétrica, outro fator que contribuiu para as taxas de crescimento do consumo de eletricidade (SCHAPPO, 2008).

O final dos anos 1970 e o início da década 1980 são marcados pela ação de empresas do setor energético na realização de grandes obras hidrelétricas. Entre elas temos o exemplo da ELETROSUL, responsável pela produção de energia nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SCHAPPO, 2008). Desta forma, a ELETROSUL atuava de forma conjunta com outras estatais da Região Sul, entre elas a CELESC (BORENSTEIN, 1996).

Com a continuidade da condição conjuntural mundial desfavorável no final dos anos 1980 e início da década de 1990 e o aumento da dívida externa brasileira, o desempenho econômico-financeiro da CELESC e de outras empresas do setor energético foi desfavorável devido à carência de recursos para a realização de novos investimentos (MAY, 1999).

A perspectiva de mudanças na legislação do setor elétrico nacional deu-se no início da década de 1990 com a possibilidade de o capital privado participar do controle acionário das estatais (TEODORO, 2006), o que foi reforçado em 1995 com a aprovação da lei 8.987/95, “a denominada Lei de Concessões, abrindo espaços para a participação efetiva da iniciativa privada no setor de energia elétrica. Em 25/04/1995, é anunciada a privatização de todas as empresas controladas pela ELETROBRÁS” (BORENSTEIN, 1996, p. 89).

Dentro desse processo privatista, a ELETROSUL sofreu um total rearranjo em 1997, que originou as Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (GERASUL) e a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL). Logo após, a Gerasul foi levada a leilão, sendo adquirida pelo grupo franco-belga Tractebel-Suez Electricity & Gas International (ESPÍNDOLA, 2009)<sup>4</sup>.

### **Reestruturação da cidade e atividade turística em Itá-SC**

O processo de modernização do território pela construção de usinas hidrelétricas para alimentar o desenvolvimento urbano-industrial do país atingiu de modo um pouco mais tardio o oeste catarinense, região até a década de 1960 menos conectada à economia nacional e internacional e de população predominantemente rural. A instalação de usinas na região foi favorecida pela existência de rios em boa situação de exploração energética, especialmente o Uruguai e seus afluentes, sendo que, entre os anos de 1965 e 1967, foi realizado um estudo do potencial hidroenergético pelo CONAMBRA (Consórcio Canadense/Americano/Brasileiro Engineering Consultants Limited) (ESPÍNDOLA, 2009).

No final da década de 1960, como corolário do mapeamento feito por esta empresa de consultoria canadense, foi projetada a construção de 25 hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, a maioria no alto curso do rio, a jusante da fronteira com a Argentina, ou em seus afluentes, como parte do planejamento estratégico de infra-estrutura para o desenvolvimento, realizado pelo regime militar que avalizava o consenso do bloco burguês nas décadas de 1960/70. O projeto tornou-se institucionalizado ao ser incluído no Plano Nacional de Energia Elétrica – 1987/2010 da Eletrobrás, logo passando a ser implementado pelos governos estaduais do Brasil meridional através de suas concessionárias de geração de energia, centralizadas, na mesma época, na Eletrosul (ESPÍNDOLA, 2009, p. 27).

Assim, um dos 25 pontos destacados no relatório do CONAMBRA evidencia Itá como sendo um local propício para a instalação de uma usina gera-

---

<sup>4</sup> Para maior aprofundamento nessa temática, ver Fritzen (2014).

dora de energia. Dessa forma, a UHE de Itá foi construída no baixo Vale da Bacia do Rio Uruguai, no limite administrativo entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que os estudos sobre a instalação da mesma datam da década de 1960, e sua efetiva construção inicia anos depois em 1996. Para a construção da obra, o governo federal autorizou, por meio de decreto, a parceria entre estatais e iniciativa privada, dando o direito às empresas privadas de explorar economicamente a energia gerada por essa UHE (ESPÍNDOLA, 2009).

A instalação da usina hidrelétrica em Itá-SC trouxe modificações profundas e totalmente aparentes, como o caso da presença do próprio empreendimento, o alagamento do sítio urbano da antiga cidade, a construção de uma nova sede urbana, e outras alterações não tão visíveis ou mais subjetivas, no que se refere às relações que os moradores tinham entre si e com a cidade, novas atividades que começaram a ser desenvolvidas em Itá, entre outros aspectos.

A título de curiosidade, a UHE Itá “não era o primeiro empreendimento do gênero a surgir no local (...). Em 1947, a Companhia de Força e Luz Itaense construiu uma barragem no rio Uv, um dos afluentes do rio Uruguai” (ELETROSUL, 2008, p. 83). Entretanto essa primeira construção não se compara à magnitude da obra que seria posteriormente implantada.

Observa-se que, desde a fase dos estudos sobre a implantação da UHE It, a CRAB<sup>5</sup> (Comissão Regional do Atingidos por Barragens) já estava mobilizada, posicionando-se contra o empreendimento. Ademais, a CRAB contava com o apoio de integrantes das Igrejas Católica e Evangélica e, devido à grande pressão que exercia, fez com que a Eletrosul abrisse espaço para negociações e diálogo, de modo que ela atendesse as demandas propostas pela população sobre as ações de remanejamento e/ou compensação financeira aos atingidos (PLANO DIRETOR UHE ITÁ, 2001).

Ainda de acordo com o Plano Diretor da UHE Itá (2001, p. 15),

A formação do lago alaga terras produtivas onde muitas propriedades atingidas não terão condições de manter o tipo de exploração agropecuária predominante na região. Com elas, 1.900 postos de trabalho no setor agropecuário que, somados aos demais postos referentes às atividades comerciais, industriais e de serviços, totalizam aproximadamente 2.400 postos de trabalho renunciados. Estas alterações, aliadas  redução de volume das atividades geradoras de tributos, poderão ser compensadas pelo pagamento, por parte do Consórcio, da Compenso Financeira pela energia gerada, bem como pelas novas atividades incrementadas pelo turismo.

---

<sup>5</sup> A CRAB veio a se tornar mais tarde o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

Em contraponto às palavras do Plano Diretor, trazemos as ideias de Milton Santos (1996, p. 173), que escreve:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Convém salientar que a economia de Itá sempre foi baseada na agropecuária, sendo essa a principal fonte de renda. A base dessa produção estava assentada na pequena propriedade com produção principal de milho, feijão e soja. Já na pecuária, a produção concentrava-se na suinocultura e avicultura, baseadas no sistema de parceria com as agroindústrias da região, inseridas dentro do Complexo Agroindustrial da carne (PEIXER, 1993).

Quando se iniciaram as obras de construção da usina, houve um grande aumento na quantidade de pessoas morando em Itá devido à vinda de operários.<sup>6</sup> Com o aumento populacional também houve incremento na demanda por serviços de saúde, bens de consumo, o que acarretou problemas na distribuição de gêneros alimentícios, entre outros. Entretanto o acréscimo na população aumentou o fluxo de capital circulando e também a oferta de empregos (PEIXER, 1993).

Esse aumento populacional provoca um reordenamento das atividades no cotidiano da sede do município. A percepção e o relacionamento com esse “outro” ocorre tanto nas modificações a nível econômico (desde o aumento na circulação de dinheiro até a alta generalizada dos gêneros alimentícios) como na percepção das mudanças a nível cultural e social de dividir o “seu” espaço social com o “outro” (PEIXER, 1993).

O processo de instalação da UHE Itá, portanto, não foi simples nem isento de conflitos. A magnitude do empreendimento e a necessidade de realocação da cidade levaram à completa reestruturação dessa, que entre outras mudanças acarretou o desenvolvimento do turismo. Considera-se, assim, ter havido um processo de reestruturação, dada a magnitude das transformações na cidade, mas a manutenção de certas características que indicam alguma continuidade com a geo-história responsável pela formação da cidade anterior e que tem a ver com a própria formação socioespacial do oeste catarinense.

---

<sup>6</sup> De acordo com dados do Censo IBGE, em 1991, Itá possuía 6.576 habitantes, e segundo estimativa da ELETROSUL, no pico da obra, Itá e região deverão ter um acréscimo populacional de 15 a 20 mil pessoas entre operários, funcionários da ELETROSUL, os familiares e outros não diretamente vinculados à construção de barragem (PEIXER, 1993, p. 14-15).



Assim, entende-se que a implantação da UHE de Itá foi o elemento desencadeador do processo de reestruturação da cidade. Sobre a reestruturação, Soja (1993, p. 194) escreve:

Não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente.

A reestruturação abarca uma série de rupturas e continuidades, causando totais rearranjos, imposições de novas lógicas, que atingem as cidades e o campo. Desse modo, uma das grandes características da atualidade, a constante produção capitalista do espaço, traduz-se em grandes obras de engenharia, comumente responsáveis por reestruturações nos locais em que se inserem.

Essas obras de infraestrutura e objetos técnicos que são implantadas na cidade deveriam proporcionar o acesso mais equitativo de toda a população no espaço urbano com o objetivo de possibilitar condições de igualdade na obtenção de terra, por exemplo. Entretanto observa-se que a cidade acaba sendo produzida para o negócio, e a questão habitacional, entre tantos outros aspectos que entram nesse jogo, acaba virando mercadoria (SANTOS, 2010).

Portanto a materialização da reestruturação é evidenciada pela instalação de empreendimentos de capital que são alheios às comunidades receptoras, além de que

Esse processo de (re)construção do país, o avanço industrial e o incremento populacional urbano – face paradoxal e de contrastes – a exclusão social caracterizada pelo desemprego, pela pobreza e pela miséria nas cidades não foi considerada a necessidade e importância de preservar/respeitar o ambiente, ou seja, não promoveram a formação da consciência ambiental, muito pelo contrário, elegeram os diversos ecossistemas brasileiros com toda sua diversidade e riqueza, apenas, mas tudo, como grande potencial de matéria-prima a ser processada no Brasil e/ou como recursos minerais e vegetais para a exportação (SILVA, 2007, p. 36).

A reestruturação, pensada aqui a partir das pequenas cidades, explicita estratégias a nível local de desenvolvimento por meio de medidas adotadas pelos governos municipais e parcerias entre dois ou mais municípios, que levam em consideração elementos locais e que, muitas vezes, podem contar com a participação da população. Inseridos no sistema capitalista, há constantes

cobranças do mercado global sobre o que e com qual qualidade deve ser feita a produção (ENDLICH, 2006).

Esta readaptação dificilmente seria obtida sem a mobilização de forças locais, além de outros fatores que podem tornar esse tipo de desenvolvimento adequado ao capital. Todavia, ainda que de interesse do capitalismo, o processo poderá não permanecer restrito a este limite. Poderá haver um alcance maior através do envolvimento da sociedade com os rumos do espaço em que vive. Afinal, há um estímulo para o envolvimento político, que poderá trazer novos agentes sociais, bem como a composição de novos cenários (ENDLICH, 2006, p. 34).

A distribuição espacial das atividades ditadas pelo processo de globalização combina “uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais” (CORRÊA, 1999, p. 51). Assim, as pequenas cidades necessitam adaptar-se às demandas externamente idealizadas, que compreendem atividades voltadas ao grande mercado, que é ampliado com o processo de mundialização da economia. Da mesma forma que esse processo as especializa, torna-as vulneráveis (ENDLICH, 2006).

Isso posto, destaca-se o papel turístico desenvolvido graças à potencialidade do lago da usina hidrelétrica instalada em Itá, o que já estava claramente expresso como uma das estratégias abarcadas pelo Plano Diretor da Usina. Após normatizados os projetos ambientais, começou-se a explorar significativamente esse setor (ITÁ, 2000).

O discurso oficial, incorporado dentro do Plano Diretor da Usina, pretende transmitir a imagem da modernidade que a nova sede municipal de Itá passa a representar, sendo que:

Um passo importante para se colocar em prática o projeto dos Roteiros Turísticos Integrados foi a realização de um pacto entre os 11 municípios para a criação de planos diretores municipais compatíveis com o Plano Diretor proposto pelo consórcio Itá. A cidade de Itá é que passa pelas maiores mudanças desde o início do projeto da usina. Antes da realocação [dos moradores atingidos pela barragem], sua economia dependia apenas da agricultura e da pecuária. Não havia asfalto para chegar à cidade velha. Com as mudanças, a cidade nova tornou-se bonita, atrativa, segura e famosa. A qualidade de vida melhorou sensivelmente, e as expectativas são as melhores possíveis com os novos investimentos turísticos. Um deles é o Parque Termas de Itá (ITÁ, 2000, p. 160).

Para Sánchez (2001), essa iniciativa é uma nova estratégia para a reprodução do capitalismo, que constrói a “cidade-mercadoria”, que com o apoio do poder político local se insere no processo de reestruturação, ou seja, reestrutura a cidade na qual o projeto é posto em prática.

Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. As representações do espaço e, baseadas nelas, as imagens-síntese e os discursos sobre as cidades fazem parte, pela mediação do político, dos processos de intervenção espacial para renovação urbana (SÁNCHEZ, 2001, p. 33).

Uma das primeiras iniciativas para a estruturação do setor turístico na cidade diz respeito à demanda em termos de águas termais (PLANO DIRETOR UHE ITÁ, 2001) com a implantação de balneários termais, sendo que um dos maiores expoentes presentes na cidade hoje atuando nesse ramo é o Itá Thermas Resort e Spa (Figura 2).

**Figura 2:** Itá Thermas Resort e Spa



Fonte: <<https://www.itathermas.com.br/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Ainda de acordo com informações presentes no Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu entorno por meio do Programa Usos Múltiplos do Reservatório, de maio de 2001, foram implantados vários projetos, tanto em Itá como nos outros municípios atingidos pela constituição do lago da usina, que propiciaram a criação de pontos de atração turística regional, entre os quais destacam-se:

– Casas da Cultura e Casas de Memória em vários municípios (contendo acervo histórico importante constituído por documentos, fotos e objetos

recolhidos a partir de pesquisa realizada junto às populações) e outros espaços culturais, ocupando edificações de valor histórico, relocadas e recicladas para novas funções, onde são realizados eventos visando à preservação da cultura local (música, dança, artesanato, culinária, etc.).

– Atrações diversas, tais como: áreas de valor paisagístico e ecológico nas margens do lago e na faixa ciliar; exemplares de arquitetura popular de valor cultural, ainda existentes nas localidades de Uruguai e Volta Grande; os complexos de lazer e esportes náuticos e os atracadouros, trapiches, etc., implantados por algumas prefeituras, bem como empreendimentos particulares em andamento na região, como hotéis e resorts (Figura 3), criação de novos loteamentos com vista para o lago, são elementos que certamente impulsionarão o turismo e investimentos nessa região.

**Figura 3:** Projeto do Resort Termas Marina Itá, que está em construção



Fonte: <<http://www.itorres.com.br/detalhes-imovel/3-empreendimento—apartamentos-lancamentos-centro-ita-sc.html#all>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

– Finalmente, a grande atração turística decorrente do empreendimento da UHE Itá são a própria usina e seu reservatório, que já vêm trazendo para a região inúmeros visitantes e que, juntamente com as instalações desativadas de uma pequena usina hidrelétrica, existente no município de Itá, e uma roda d'água também geradora de energia (tradicionalmente utilizada pelos colonos da região) poderão alimentar interessante projeto educacional relativo à produção de energia elétrica. Não menos importante, há ainda as torres da antiga Igreja Matriz São Pedro (Figura 4), única estrutura que restou da antiga Itá e que não foi submersa, considerada cartão postal da cidade, atraindo uma grande quantidade de turistas.

**Figura 4:** Torres da Igreja Matriz São Pedro



Fonte: João Henrique Zöchler Lemos (2017).

Nota-se que com a construção da UHE Itá e a constituição de seu reservatório houve profundas mudanças na estrutura física, social e cultural do próprio município e de seu entorno, que possibilitam afirmar que houve reestruturação da cidade. Ademais, as profundas transformações ao implantar empreendimentos do porte da usina hidrelétrica implicam destituir características socioespaciais locais; no caso de Itá, a população deixa de ser habitante do lugar e passa à condição de indenizados e/ou alocados, mesmo habitando a nova cidade Itá (AMARAL, 2010).

Algumas das características socioeconômicas de Itá foram mantidas (atividades agropecuárias no meio rural que está às margens do lago da usina), e novas funções foram criadas. Apesar de todos os impactos causados pela realocação, mudanças no modo de vida, a construção da usina significou para Itá a sua inclusão no novo cenário econômico brasileiro (HALL, 2004; AMARAL, 2010).

Sob esse olhar, isso representou a criação de alternativas para o desenvolvimento local com a diversificação das fontes de renda numa região predominantemente agrícola. O turismo é uma dessas atividades com considerável

potencial em Itá; após a construção da UHE, o município passou a investir no seu desenvolvimento com projetos de ampliação do setor (AMARAL, 2010).

Conforme informações prestadas pela administração municipal de Itá, constata-se que hoje, devido a essa vocação turística que Itá assumiu, bem como por ser uma cidade totalmente planejada (e por ser uma das 50 melhores cidades para se viver no Brasil, de acordo com a revista *IstoÉ*<sup>7</sup>), abriu-se espaço para a especulação imobiliária na cidade com o aumento considerável do preço dos imóveis e lotes de terra.

Ainda de acordo com informações disponibilizadas pela administração municipal, a economia de Itá hoje gira em torno da Usina Hidrelétrica, tanto pelo pagamento de *royalties* pela geração de energia bem como pelo setor de turismo, que foi estruturado após a instalação da usina.

Dessa forma, o turismo, que passou a ser explorado na cidade, mostra-se como a face mais visível do processo de reestruturação da cidade, pois Itá passou a desempenhar atividades que, na fase anterior à construção da UHE, não eram pensadas. A exploração desse setor atinge diversos níveis, que se vale desde o patrimônio histórico-cultural da cidade e de seus moradores até de novos elementos construídos, como é o caso de hotéis/resorts à beira do lago da usina.

### **Considerações finais**

Os processos de reestruturação, observados como movimentos de “evolução”, apontam para uma inevitável “marcha que vai ao progresso”. Esse entendimento por vezes esconde ou tenta disfarçar os conflitos entre o velho e o novo, entre as estruturas já consolidadas e as que estão projetadas (SOJA, 1993).

Assim, várias mudanças ocorreram tanto em Itá como também nos outros municípios no entorno do local onde a hidrelétrica foi instalada, algumas mais brandas, outras mais intensas de caráter transformador. Houve interferências no território envolvendo os ecossistemas terrestres, aquáticos, na economia da região, alagamento de terras, mudanças significativas na vida das pessoas que habitavam essas localidades, além de acontecer uma verdadeira redefinição do modo como estava organizada a estrutura urbana, aspecto importante no processo de reestruturação (SANTOS, 2010).

A construção de uma barragem representa uma ruptura no cotidiano das populações que ficam dentro de seu quadro de abrangência. [...] Os efeitos

---

<sup>7</sup> Informação retirada do site da prefeitura municipal de Itá. Disponível em: <<http://www.ita.sc.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

destas obras (...) não são percebidos e sentidos da mesma forma pela população como um todo, aspecto comprovado em Itá. Alguns têm mais possibilidades de lucrar com a mesma, como é o caso dos comerciantes e profissionais liberais, devido, em grande parte, ao aumento da demanda por bens comercializáveis e à demanda por prestação de serviço. Há todo um aumento do fluxo de capital na localidade, distribuído de forma desigual entre a população (PEIXER, 1993, p. 125).

À vista disso, destaca-se o turismo, aspecto mais evidente da reestruturação da cidade, que se apresenta como uma forte alternativa para o incremento da economia local. Assim, a Itá de hoje, reestruturada, contém os sonhos, projetos, utopias e visões de mundo de uma nova cidade, além da memória do que já foi um dia (PEIXER, 1993).

### Referências

- AMARAL, Lourdes Pereira do. **O turismo como alternativa para o desenvolvimento socioambiental: o caso da usina hidrelétrica Itá/SC-RS**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.
- BELIK, Walter. Estado, grupos de Interesse e formulação de políticas no setor agropecuário brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, p. 9-33, 1998.
- BORENSTEIN, Carlos Raul. **A dinâmica do sistema de poder nas organizações do setor elétrico brasileiro: o caso da Eletrosul**. 1996. 206 f. Tese (Doutorado) – Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p.125-140, 22 fev. 2010. Universidade Federal de Goiás. <<http://dx.doi.org/10.5216/bgg.v30i2.13285>>.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 6, n. IV, p. 43-53, jan./jun. 1999.
- ELETROSUL. **Eletrosul 40 anos**. Ligia Maria Martins Cabral. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008. 192p.
- ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006. v. 1. 357p.
- ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As Transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o Alagamento Sistemático de Coletividades**, 2009. 305 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FAJARDO, Sergio. Complexo Agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, set. 2008.

- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.
- FRITZEN, M. **Gênese e organização do macrossistema elétrico: entre a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento produtivo no Oeste de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia – Licenciatura. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2014.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 29-62.
- HALL, Karla Fabiana. **Estudo das Potencialidades Turísticas do Município de Itá, após a construção da Usina Hidroelétrica**. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, 2004.
- ITÁ, Consórcio. **Itá: Memória de uma usina**. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2001.
- KÖLLN, A. D.; SILVA, M. Grupos de Poder e a Implantação da Usina Hidrelétrica de Itá-SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010, Porto Alegre. **XVI Encontro nacional de Geógrafos: Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de resistência e de Esperanças**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 54p.
- MAY, Paulo Roberto. **A implantação de modelos de gestão em uma empresa pública: o modelo de gestão participativa e o modelo de controle da qualidade total na Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC**. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 76 p.
- PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica**. 1993. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- PLANO DIRETOR UHE ITÁ. **Usos múltiplos do reservatório**. Itá, maio/2001.
- QUADROS, Daiane de Almeida. **A percepção das transformações na cidade de Itá-SC: antes e depois da instalação da UHE**. 2016. 91 f. TCC (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2016.
- SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.** [online], n. 16, p. 31-49, 2001.
- SANTOS, Jânio. A reestruturação da cidade de Salvador: Conflitos e interesses na lógica da centralidade urbana. **Geo Textos**, Bahia, v. 6, n. 1, p. 13-33, jul. 2010.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 176 p.

SCHAPPO, Mateus. **A reforma do crescimento no setor energético através da concessão de serviços e parcerias público-privadas**. 2008, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Edima Aranha. Transformações sócio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil: o caso das hidrelétricas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 34-40, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 15-31.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

TEODORO, Dilma Maria. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e os reflexos em uma empresa estatal: um estudo de caso na Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC**. 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

# Condomínios de moradia popular: o caso do Residencial Dom Ivo Lorscheiter no município de Santa Maria/RS

*Ricardo Stedile Neto  
Daniéli Uliana  
Sandra Ana Bolfe*

## **Introdução**

O espaço urbano é cada vez mais dinâmico, e a ciência geográfica possui importante atuação para a análise, compreensão e busca de soluções referentes às perspectivas e entraves, frente às relações de crescimento da ocupação populacional. Além disso, torna-se importante na investigação das grandes cidades, avanços tecnológicos excludentes, entre outros.

O adensamento populacional, além da pressão imobiliária nas grandes metrópoles e cidades do mundo, é causador de inúmeros problemas tanto estruturais como no âmbito social. Um dos mais ocorrentes é a apropriação de locais impróprios para moradia, geralmente pela população de baixa renda, não possuidora de recursos para adquirir moradias dignas. Essas áreas são geralmente localizadas na periferia das cidades, em locais de domínio público ou privado, além de caracterizar áreas de risco, colocando em perigo a população do local.

O processo de urbanização, que está diretamente vinculado ao processo de industrialização brasileira, intensificou as históricas desigualdades sociais ocorridas no país. Todo e qualquer recurso direcionado a bens urbanos tornou-se um privilégio de poucos, sendo essa uma marca dos projetos federais executados em âmbito nacional, principalmente até o final do século XX. Esse fator ocorre especialmente pelo processo de êxodo rural, que iniciou entre as décadas de 1960 e 1970, caracterizando, assim, as transformações desordenadas das cidades.

Esse processo de migração para as cidades no Brasil impulsionou-se pelo processo de “modernização conservadora”, que se intensificou durante a ditadura militar de 1964, o qual possui algumas características importantes. Nesse sentido, pode-se ressaltar que o processo de concentração de riquezas, de terras urbanas, de acesso seletivo aos equipamentos e serviços coletivos,

sem precedentes no país, acaba tornando os polos de desenvolvimento capitalista no Brasil, emblemáticos da situação de desigualdade, de segregação urbana, de degradação ambiental (FEDOZZI, 1999, p. 17).

Essa estruturação desordenada que se sucedeu durante as décadas da ditadura militar trouxe inúmeros problemas de âmbito social, que estão presentes até hoje nas cidades brasileiras. Entre os problemas que esse fenômeno causa está a precarização da educação, saúde, saneamento básico, segurança, entre outros.

O evento dessa ocupação desordenada justifica-se com as palavras de Rodriguez (1997), o qual salienta que é preciso morar, independentemente do local. Moradia é uma necessidade básica do ser humano, da mesma forma como vestir-se, alimentar-se. As características da moradia mudam durante a história da espécie humana, porém continua sendo necessário morar, pois não é possível viver sem ocupar um espaço. Segundo Lefebvre (2008, p. 117), “o direito à cidade se afirmar como um apelo, como uma exigência”.

Para Marcuse (2009), a exigência da moradia vem diretamente dos oprimidos, aqueles que não são atendidos nas necessidades básicas. Segundo o autor, o apelo por uma moradia vem dos alienados aos processos capitalistas, que se sentem excluídos das dinâmicas urbanas.

Percebe-se a necessidade de moradia como um fator para a construção da dignidade humana. Pode-se exemplificar isso quando Harvey (2008, p. 23) diz que “o direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade”. Ou seja, boas condições de moradia contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região. Apesar disso, no país, como se pode ver pelo Déficit Habitacional Municipal do Brasil de 2010, há uma falta de quase 7 milhões de moradias, aproximadamente 12,1% do total das habitações (IBGE, 2017).

Visando sanar esse déficit habitacional, políticas governamentais vêm sendo desenvolvidas. Essas medidas dão prioridade de investimentos para os planos habitacionais com o intuito de torná-los mais extensivos. Essa preocupação em incentivar e investir na esfera habitacional gerou um favorável impacto nas grandes cidades brasileiras.

Mediante esses fatores, governantes buscaram a implantação dessas políticas na construção de conjuntos habitacionais populares, em que essas famílias seriam cadastradas e contempladas com moradias a preços populares. Nessa perspectiva, os conjuntos habitacionais representam uma alternativa de habitação coletiva que abriga significativa parcela da população em médias e grandes cidades.

Apoiado nisso, o presente trabalho tem como objetivo geral a análise do condomínio de moradia popular Residencial Dom Ivo Lorscheiter, localizado no município de Santa Maria/RS, para compreender/explicar a atuação das políticas governamentais frente às necessidades básicas de sua população de baixa renda.

Justifica-se a escolha da unidade territorial porque a mesma mostra estar em grande foco de governos estaduais e federais para a implantação de residências populares a fim de melhorar a condição de vida de uma boa parte da população que não possui recursos de moradia dignos.

Como objetivos específicos estabeleceram-se: investigar o processo de seleção e contemplação às moradias populares; espacializar através de um mapa o Residencial Dom Ivo Lorscheiter; verificar as condições atuais dos moradores em relação à infraestrutura física e social dos condomínios residenciais.

Metodologicamente, a pesquisa dividiu-se em etapas. Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca do tema em estudo, no caso habitação popular. As referências utilizadas foram livros, periódicos, teses e dissertações publicadas sobre moradia popular, além da análise dos projetos de lei, dos projetos do governo federal, como Minha Casa Minha Vida, e PAC habitacional.

Posteriormente, e após a consolidação dos conceitos, iniciou-se o trabalho de campo com o apoio da Prefeitura Municipal de Santa Maria e o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Social do município. O trabalho de campo baseou-se em entrevista com moradores para elucidar a realidade em que as famílias residentes no Residencial Dom Ivo Lorscheiter estão inseridas e o grau de satisfação das mesmas com a nova moradia.

Depois, houve a análise dos resultados obtidos com a interpretação das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Essas entrevistas foram aplicadas em 50 casas, ou seja, 10% do total de moradias do local.

Para finalizar a pesquisa, foi elaborado um mapa espacializando o Residencial Dom Ivo Lorscheiter na unidade territorial, pois se percebeu que a prefeitura não possuía um mapa de localização do condomínio. O mesmo será disponibilizado à prefeitura posteriormente.

### **Caracterização da área de estudo**

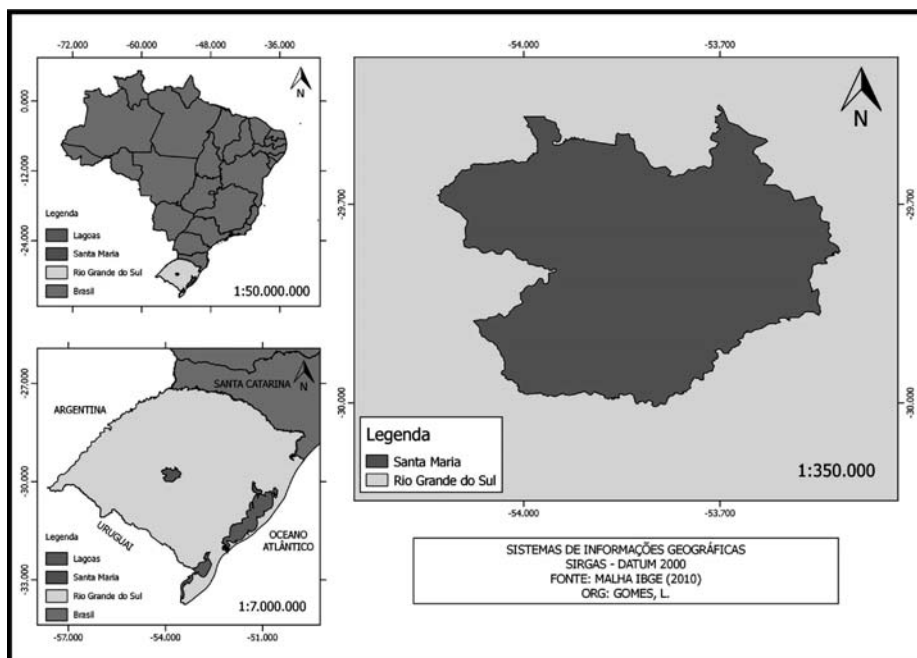
Santa Maria é considerado um importante polo no estado. O mesmo destaca-se na questão educacional, pois é sede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de outras oito instituições privadas de ensino superior, bem como de colégios renomados e uma grande diversidade de cursi-

nhos pré-vestibulares. O município destaca-se também na questão militar e de saúde, pois o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) atende aproximadamente 20 municípios da região central do Rio Grande do Sul, além de possuir o segundo maior contingente militar do país, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro.

Pode-se dizer então que a economia de Santa Maria está alicerçada no funcionalismo público e no comércio, o que justifica o PIB da cidade, que é de aproximadamente R\$ 25.686,04 mil (IBGE, 2019). Devido a esses fatores, o município de Santa Maria é muito visado pela pressão imobiliária, o que justifica o grande número de obras de edifícios e condomínios fechados que foram e/estão em andamento atualmente no município.

O município de Santa Maria localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul (RS) entre a encosta da Serra Geral e a Depressão Central (Figura 1). Segundo o IBGE (2019), o recorte espacial em estudo tem uma área total de 1.788,1 km<sup>2</sup> e possui 282.123 habitantes, sendo que 95% dessa população reside em área urbana.

**Figura 1:** Mapa de localização de Santa Maria/RS/Brasil



Fonte: Malha IBGE (2010).  
Org.: GOMES, L. (2019).

Essa população é dividida dentro dos dez distritos que compõem o município, que são eles: Boca do Monte, São Valentim, Santo Antão, Arroio Grande, Palma, Arroio do Só, Passo do Verde, Santa Flora, Pains e o distrito-sede. O mesmo é subdividido ainda em 41 bairros. Grande parte dessa população busca o município pela oferta de universidades e escolas, o que gera um grande adensamento populacional no perímetro urbano.

### **A urbanização e a industrialização**

Durante o último século, o Brasil passou por uma série de mudanças na estrutura de suas cidades, como por exemplo o evento do êxodo rural, que se intensificou durante a década de 1960 com as políticas do presidente Juscelino Kubitschek, que possibilitou a vinda de indústrias internacionais para o Brasil, que se instalaram principalmente na Região Sudeste. Esse fator transformou o Brasil, que antes era um país agrário, em um país de quase totalidade urbana. Esse fato é comprovado por Fedozzi quando diz que “a população das cidades foi acrescida de mais de 60 milhões de pessoas; 29 milhões somente durante os anos 80, passando as áreas urbanas a concentrar 2/3 da população” (FEDOZZI, 1999, p. 17).

Esse processo de migração no Brasil impulsionou-se pelo processo de “modernização conservadora”, que se intensificou durante a ditadura militar de 1964. Esse modelo de modernização possui algumas características importantes, tais como:

Processo de concentração de riquezas, de terras urbanas, de acesso seletivo aos equipamentos e serviços públicos, sem precedentes no país, tornando os polos de desenvolvimento capitalista no Brasil, emblemáticos da situação de desigualdade, de segregação urbana, de degradação ambiental (FEDOZZI, 1999, p. 17).

Com esse processo de urbanização acelerado nas grandes cidades, uma boa parte dessa nova população que começou a chegar aos centros urbanos, sem possuir recursos para morar nos bairros regularizados, passa a ocupar áreas impróprias em moradias irregulares. Essa ocupação acabou gerando as grandes favelas brasileiras, que são conhecidas no mundo inteiro. Segundo Corrêa (2004, p. 9), o espaço urbano é “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”.

Além dos problemas de habitação, essa ocupação desorientada em áreas públicas ou privadas, de forma inapropriada, gerou inúmeros problemas sociais, tais como: educação, saúde, saneamento básico e segurança pública.

Percebe-se também, conforme Corrêa (2004), que a sociedade tem o poder de condicionar o espaço em que vive através das formas sociais fixadas

pela população. Esse condicionamento dá-se por meio de agentes sociais, os quais produzem e consomem espaço através da acumulação de capital. Esses agentes sociais são: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

A industrialização é outro fator que acarretou a grande procura por moradia nas cidades brasileiras. Esse processo transformou a estrutura na divisão social e espacial dos centros urbanos, além de afetar diretamente as formas de trabalho da população, gerando uma aglomeração da mesma, que acabou multiplicando os pontos de concentração e produção da rede urbana articulada e hierarquizada.

O Brasil pode ser considerado um país com capitalismo tardio devido a seu atraso industrial, devido a seu estado de colônia, onde primeiramente era preciso servir aos interesses capitalistas de Portugal, Inglaterra e Estados Unidos. Esse atraso prejudicou o Brasil na corrida do capitalismo, pois gerou uma não opção de escolha por quais equipamentos seriam utilizados em determinada área industrial, principalmente pela falta de tecnologia com disponibilidade de importação; e quando havia essa possibilidade, grande parte já era de segunda mão.

Um ponto decisivo para a industrialização brasileira foi a migração do trabalho escravo ao livre, que era realizado principalmente pelos imigrantes europeus que chegavam no início do século XX e pelos ex-escravos, pois isso elevou o país a um novo estágio do capitalismo.

Um marco importante desse novo estágio foi a Primeira Guerra Mundial, em que países da Europa se viram obrigados a comprar produtos brasileiros de maior necessidade.

Com esse processo de expansão capitalista durante o início do século XX e uma intensa urbanização, principalmente nas grandes capitais brasileiras, surgem as classes burguesa e proletária industrial. Essas novas classes se unem e começam a questionar a soberania das oligarquias rurais. Adicionado a isso e com o apoio do poder ditatorial do presidente Getúlio Vargas, a industrialização brasileira apoia-se num regime autoritário e também nos capitais públicos.

Entre as décadas de 1940 e 1950, ocorre a intensificação da migração do campo para a cidade, e a antiga sociedade agroexportadora transforma-se em uma nova sociedade urbano-industrial. A partir dessa nova forma de organização espacial, gerou-se o deslocamento do centro hegemônico de poder para a Região Sudeste. Essa região concentrou o grande núcleo da industrialização brasileira e começou a estimular a modernização do campo.

A chegada do regime da ditadura militar caracterizou-se como a era do milagre econômico brasileiro, em que inúmeras mudanças ocorreram na economia nacional. O processo de modernização conservadora aconteceu à custa de um grande endividamento externo e uma entrada enorme de capitalismo e tecnologia estrangeira. Apesar disso, o trabalhador foi o que mais sofreu durante esse período, pois o regime militar impedia qualquer tipo de representação da classe trabalhadora devido a suas reformas de caráter conservador.

### **Moradia popular no Brasil e suas políticas públicas**

Como já foi visto anteriormente, o processo de urbanização desencadeou uma acirrada busca por moradias, gerando assim uma habitação segregada aos conceitos capitalistas. Baseado nesta lógica e com o desenvolvimento de suas habilidades, o homem passou a elaborar cada vez mais sua moradia. Apesar disso, o abrigo não perdeu seu principal propósito, ou seja, proteger o indivíduo das intempéries e de intrusos.

Apesar disso, segundo Rapoport (1984 *apud* LARCHER, 2005), a habitação não possui uma função apenas de abrigar. Percebe-se pelas inúmeras formas de construção que estão localizadas em um mesmo local que ela mostra uma característica humana, em que é necessário transmitir significados da diferenciação dos habitantes em relação a seus vizinhos e às pessoas de fora dos seus grupos.

Atualmente, a habitação é uma necessidade básica, além de ser um projeto de aquisição de qualquer indivíduo; isso se dá principalmente pela lógica capitalista (JUNQUEIRA; VITA, 2002). Esse fator justifica a grande quantidade de investimentos imobiliários em execução nas cidades brasileiras.

Santos (1999) afirma que a habitação é uma necessidade básica e uma aspiração do ser humano. A casa própria, juntamente com a alimentação e o vestuário, é o principal investimento para a constituição de um patrimônio, além de ligar-se subjetivamente ao sucesso econômico e a uma posição social mais elevada. Apesar desses investimentos, boa parte da população brasileira ainda vive em situações precárias ou sem moradia.

A utilização das habitações de interesse social tem seu início durante os primórdios da industrialização, quando trabalhadores que migraram do campo para a cidade em busca de emprego nas grandes indústrias ganhavam incentivos do governo ou grandes corporações para a criação de áreas de moradia, geralmente próximas às próprias indústrias. Santa Maria é um marco disso, onde a Vila Belga foi construída para os trabalhadores da estrada de ferro com suas famílias.



Entre as décadas de 1930 e 1960, o Brasil vê-se pressionado a investir no ponto social devido ao crescimento das taxas de urbanização. A intervenção do Estado na área habitacional inicia com a criação, na década de 1930, dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs). Esses institutos passaram a promover o financiamento da habitação a seus afiliados por meio das Carteiras Prediais, gerando assim um aumento da produção de unidades habitacionais populares (FARAH, 1988 *apud* LARCHER, 2005).

No período do pós-guerra, a partir de 1945, observa-se no Brasil o agravamento da crise habitacional, decorrente das modificações pelas quais o país passou à economia industrial e agrícola. Teve início um movimento migratório das regiões mais atrasadas para os grandes centros urbanos ao lado do crescimento vegetativo da população urbana, gerando grande demanda por novas habitações.

Com essa grande aglomeração urbana e uma boa parte da população vivendo em favelas, buscaram-se alternativas para tirar a população dessas áreas e levá-las para áreas de habitação mais digna.

Mediante esses fatos, inúmeras políticas públicas que vêm sendo implantadas desde o início dos anos 2000 se justificam. Essas medidas criam habitações de interesse popular, beneficiando uma grande parcela da população que não tem acesso à moradia devido ao alto custo da mesma (ABIKO, 1995).

Pilar (2009) explica os motivos desse processo quando diz que, apesar do aumento da construção civil nas últimas décadas, a mesma é voltada apenas para quem possui capital para moradia. Populações não detentoras de capital acabam ficando em segunda mão, esperando pelas políticas habitacionais, as quais são demoradas e burocráticas. Durante esse processo, essa população excluída, sem opção de moradia, acaba por ocupar áreas impróprias para moradia em locais que possuem pouca ou nenhuma utilização.

Isso se justifica com as palavras de Rodrigues (1997), o qual diz que é preciso morar, independentemente do local. Moradia é uma necessidade básica do ser humano, da mesma forma como vestir-se, alimentar-se. As características da moradia mudam durante a história da espécie humana, porém continua sendo necessário morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço.

Com base nas palavras de Abiko (1995), que diz que a moradia é o local ocupado antes e após a jornada de trabalho, a qual acomoda as tarefas de lazer e serviço, entendendo-se assim que a habitação deve ser um local onde os princípios básicos de segurança, habitação e salubridade sejam atendidos.

A habitação é um bem de consumo com características únicas, comumente encontradas com um tempo de vida útil acima de 50 anos. Por ser um

bem de consumo caro, as classes menos privilegiadas constituem a maior demanda imediata por habitação no país (Fundação João Pinheiro, 2001).

Abiko (1995) divide as Habitações de Interesse Social em três tipologias:

– Habitação para a população de baixa renda: esse termo traz a necessidade de estipular a renda máxima das famílias e indivíduos situados nessa faixa de atendimento;

– Habitação de baixo custo: habitação barata, mas não necessariamente voltada para a população de baixa renda;

– Habitação popular: termo genérico envolvendo todas as soluções destinadas ao atendimento de necessidades habitacionais.

Percebe-se atualmente que as unidades habitacionais de interesse social são financiadas pelo poder público, mas podem ser executadas por empresas privadas. Além disso, estão voltadas para a população com até três salários mínimos, como processo de ações inclusivas, mas também como prevenção de situações de risco, prevenção ambiental ou cultural de uma determinada região.

O “interesse social” como terminologia na habitação no Brasil já era utilizada nos programas para faixas de menor renda do extinto Banco Nacional da Habitação (ABIKO, 1995).

A solução da habitação de interesse popular vai muito além da simples construção da mesma; liga-se principalmente à renda das classes sociais beneficiadas, além das dificuldades de acesso a créditos de financiamentos convencionais, acrescidas ainda da deficiência na implantação das políticas habitacionais (BRANDÃO, 1984 *apud* LARCHER, 2005).

Segundo Abiko (1995), a habitação popular não deve ser entendida meramente como um produto e sim como um processo com uma dimensão física, mas também como resultado de um processo complexo de produção com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos, tecnológicos.

Percebe-se a necessidade de moradia como um fator para a construção da dignidade humana. Boas condições de moradia contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região. Apesar disso, no Brasil, como podemos ver pelo Déficit Habitacional Municipal do Brasil de 2010, o país possui uma falta de quase sete milhões de moradias, aproximadamente 12,1% do total das habitações.

Por déficit habitacional entende-se a necessidade de reposição total de unidades precárias e o atendimento à demanda não solvível nas condições dadas de mercado (Fundação João Pinheiro, 1995).

Inúmeros fatores influenciam a longevidade da habitação, impondo-se então como um aspecto preponderante na definição dos requisitos de sustentabilidade de um projeto de habitação de interesse social.

Dentro desses fatores encontra-se a incompatibilidade com as necessidades de cada indivíduo. Um dos mais recorrentes são as moradias de pequenas dimensões, as quais geram expansões proporcionadas pelos próprios moradores. Levando em consideração a expansão da família, a falta de renda para a expansão da área da residência gera um adensamento muito grande nos dormitórios e acaba prejudicando a estadia na unidade residencial.

Percebe-se, em âmbito nacional, a porcentagem de expansões nas habitações de interesse social. Isso se dá principalmente com a expansão das famílias e a estagnação da dimensão das residências construídas.

Devido à diferenciação de cada conjunto habitacional, alguns possibilitam uma disponibilidade maior para expansão, como é o caso dos lotes com casas isoladas, tanto prevista em projeto ou como solução adotada pelo morador (LAUCHER, 2005).

Sobre as expansões, Laucher (2005) demonstra quais são as prioridades de expansão segundo os moradores:

[...] a cozinha é, via de regra, o primeiro espaço a ser ampliado nas edificações. Quanto à facilidade de expansão, o banheiro apresenta-se como elemento complicador, dependendo de sua posição na edificação, restringindo as soluções e resultando muitas vezes em confinamento de seu espaço no núcleo da edificação resultante da expansão.

A expansão da cozinha como ordem de prioridade demonstra a cultura brasileira, herdada da cultura italiana, em que o encontro da família gira em torno da culinária e do processo de preparo.

Essa expansão feita pelos moradores é possível ser considerada no projeto original da habitação. Para tanto deve-se prover espaços abertos privados suficientes e sugerindo a ocupação desses espaços de maneira que o uso dos mesmos seja preservado e que os espaços internos correspondam às necessidades dos residentes.

Contudo Reis (2002) afirma que a possibilidade de adaptação de projetos às variações ao longo do tempo não tem sido adotada para casas isoladas, criando assim projetos que não correspondem às necessidades de seus usuários por não possuir leiautes originais voltados para esse fim.

## **O processo de implantação do Conjunto Habitacional Dom Ivo Lorscheiter**

Nos últimos anos, está ocorrendo a implantação de inúmeras políticas de habitação com o intuito de sanar o déficit habitacional brasileiro. Dessa forma, diversos programas vêm sendo disseminados pelo Brasil, beneficiando um imenso número de famílias em todas as regiões do país.

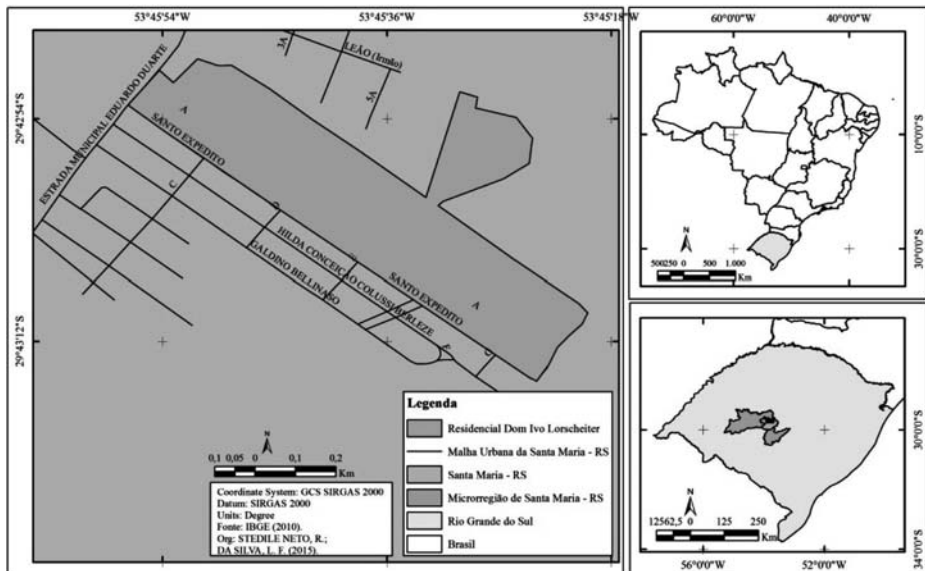
Esses programas que são ofertados pelo governo federal têm como objetivo central auxiliar de maneira digna o acesso ao financiamento e, por consequência, a aquisição de uma moradia. Não longe dessa realidade está inserida a unidade territorial em estudo, a qual é um grande polo imobiliário da região central do estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, alguns conjuntos habitacionais foram implantados em Santa Maria, entre eles o Residencial Dom Ivo Lorscheiter, que faz parte do programa Minha Casa Minha Vida, oferecido pelo governo federal. Nesse panorama, o referido residencial foi o terceiro conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida a ser entregue no município. A entrega ocorreu em dezembro de 2014.

O conjunto habitacional está localizado no bairro Diácono João Luiz Pozzobon (Figura 2), às margens da RSC-287. Essa rodovia é a principal ligação da região central do estado com a capital.

O local escolhido para a construção do conjunto habitacional é uma área de periferia, distante do centro urbano, o que dificulta a disponibilidade de infraestrutura digna para seus moradores. Destaca-se que a escolha dessa área para a implantação desse residencial foi pela grande oferta de terras que se encontram na região, além de ser uma área com valores mais baixos, o que facilitou com que os gestores fizessem a compra.

**Figura 2:** Mapa de localização do Residencial Zilda Arns em Santa Maria/RS



Fonte: Malha do IBGE, (2010).  
Org.: DA SILVA, L. (2015).

### Fotografia 1: Casa original sem modificação



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Org.: STEDILE NETO, R. (2019).

Pode-se destacar então que, apesar de o local oferecer uma boa infraestrutura para os moradores no que diz respeito a lazer e recreação, o mesmo não se aplica às necessidades básicas. Escolas e postos de saúde não estão disponíveis no seu interior, tornando necessário que os residentes sejam obrigados a buscar esses serviços em outros bairros. Além disso, o transporte público também é precário, tendo poucos horários e rotas.

Outra crítica pertinente a fazer é sobre a relação casa-trabalho, pois, por razão do conjunto habitacional estar num bairro afastado, os moradores precisam locomover-se uma grande distância para trabalhar. Isso faz com que a qualidade de vida dessas pessoas seja prejudicada, pois é necessário que saiam cedo e voltem tarde para suas respectivas residências.

O Residencial Dom Ivo Lorscheiter consiste em um conjunto habitacional implantado por meio do programa de moradia popular, financiado pelo governo federal em conjunto com a Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS. O público-foco desse programa são famílias com renda inferior a R\$ 1.600,00. O programa tem uma detalhada seleção; o estado ou o município ficam encarregados pela indicação das famílias que venham a ser contempladas.

O processo de seleção das famílias que são contempladas pelo programa é bastante rígido e segue parâmetros nacionais. Além disso, cada municí-

pio tem a liberdade e a autoridade para criar seus critérios para seleção dos beneficiários. Em âmbito nacional, os pré-requisitos para uma família inscrever-se para os conjuntos habitacionais são divididos por prioridades, que são hierarquizadas da seguinte forma: primeiramente, famílias residentes em áreas de risco ou insalubres; em segundo lugar, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; por fim, famílias que tenham pessoas com deficiências. Já em âmbito municipal, é necessário que os candidatos sigam os seguintes critérios: famílias de que façam parte filhos menores de 18 anos; famílias de que façam parte três ou mais filhos menores de 18 anos; o titular deve ser responsável familiar beneficiário no Programa Bolsa Família (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 2015).

Na unidade territorial em estudo, a Secretaria de Município de Desenvolvimento Social é responsável pelo cadastramento dos interessados. Segundo a secretária responsável do departamento, o processo de inscrição é bastante simples. As famílias interessadas precisam primeiramente comparecer à Prefeitura Municipal, munidas dos seguintes documentos: CPF e RG; carteira de trabalho; relatório atualizado-SIBEC e/ou extrato de pagamento atual do Bolsa Família; comprovante de residência (com CEP); comprovante de renda; certidão de nascimento dos filhos; título eleitoral e/ou comprovante escolar e/ou registro nas concessionárias; famílias que forem residentes de áreas de risco necessitam apresentar a certidão de ocorrência da Defesa Civil e cópia do documento; famílias em que existem pessoas com deficiência devem apresentar atestado médico que comprove a espécie, grau ou nível da deficiência alegada e a Classificação Internacional de Doenças (CID) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 2015).

Ainda conforme a secretária, as famílias inscritas passam por um rigoroso comitê de avaliação das informações prestadas. Esse comitê é constituído de assistentes que sejam funcionários da prefeitura. Além da parte burocrática, o processo de seleção passa por entrevista e visita dos assistentes sociais. Esses servidores vão até a atual residência da família concorrente e conhecem a realidade dessa família, além de compreender as necessidades dos concorrentes.

Quanto aos valores pagos pelos contemplados, os mesmos equivalem a 5% da renda informada e variam conforme a mesma. Essas prestações estão entre R\$ 23,00 e R\$ 74,00 mensais durante dez anos. No decorrer desse período, as habitações não podem ser alugadas, doadas, cedidas ou vendidas.

Como se pode ver, o processo de seleção é bastante criterioso, porém interessante, por inserir os órgãos responsáveis na realidade dos beneficiários, em que há uma humanização dos problemas, fazendo com que as famílias

solicitantes não sejam tratadas apenas como números. Segundo os agentes da prefeitura, percebe-se que essas famílias veem a possibilidade de moradia como uma forma de adquirir a dignidade de sua família, visualizando esse processo de contemplação como uma espécie de recomeço.

### **Análise e compreensão da realidade vivenciada pelos moradores do Residencial Dom Ivo Lorscheiter**

Com base nas entrevistas realizadas, chegou-se ao resultado de que a renda média das famílias residentes no local é de R\$ 919,50, e o valor médio mensal pago pelos contemplados é de R\$ 45,00. Além disso, pode-se perceber as satisfações dos condôminos com o residencial. O morador nº 18 destacou que “minha família morava às margens do Cadena, e sempre que dava uma chuva mais forte, entrava água. Minha mulher e eu somos catadores de lixo; nossa renda mensal é de R\$ 1.000,00 para cinco pessoas. Quando fomos contemplados, foi uma grande alegria, pois nossos filhos teriam um teto e uma casinha confortável para passar a infância”.

Outro fator perguntado foi quanto à infraestrutura do local, o grau de satisfação com as habitações que receberam, e segundo boa parte dos contemplados, não há reclamações. A área útil mínima exigida é de 32 m<sup>2</sup>. Vale destacar que os residenciais térreos de Santa Maria possuem pátios que possibilitam a expansão das residências. Durante o campo, percebeu-se que cerca de 70% das casas sofreram alguma modificação com a implantação de mais cômodos. Segundo uma moradora do residencial, o tamanho dos lotes é ideal e ainda possibilita a construção de mais cômodos.

Com isso percebe-se que a grande maioria dos moradores está extremamente satisfeita com as habitações recebidas. Boa parte dos moradores acredita que esses programas auxiliam na estruturação da dignidade dos indivíduos, além de proporcionar uma qualidade de vida imensamente maior para suas famílias.

Nota-se pelas entrevistas que a população ali alocada teve um incentivo em conseguir novos empregos. Segundo os próprios moradores, muitos encontravam-se em situação de desemprego, e o “novo teto” gerou a melhoria da qualidade de vida dessa população, que outrora residia em locais inapropriados.

Além disso, como muitos moradores viviam em áreas de risco ou com insalubridade, as condições de higiene e de habitação eram precárias. Isso ocasionava uma série de doenças e malefícios à saúde dessa população.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou analisar e compreender o processo de implantação do Residencial Dom Ivo Lorscheiter, conjunto habitacional construído pelo programa do governo federal Minha Casa Minha Vida. Além disso, teve como intuito verificar como os contemplados enxergam a oportunidade de moradia que lhes foi oferecida a partir desse projeto.

Ao trabalhar no município Santa Maria, juntamente com o caso dos conjuntos habitacionais, conclui-se que todo o trabalho realizado junto aos órgãos federais, estaduais e municipais tem uma expressiva contribuição ao bem-estar dessas famílias em questão. No momento em que todas conseguiram atingir as expectativas exigidas pelos órgãos responsáveis e passar por todas as etapas realizadas até o momento da contemplação, a satisfação dessas famílias é plausível e memorável.

A implantação desses conjuntos habitacionais também permite a retirada dessas famílias de áreas de risco e, em outros casos, de áreas desumanas de morarias analisadas. A mão de obra do governo federal, juntamente com todos os membros responsáveis por essas obras habitacionais não somente no município analisado, mas em todo o território nacional, permite uma significativa melhora de vida a inúmeros brasileiros.

No que diz respeito ao processo de construção adotado pelo governo federal e aos demais órgãos responsáveis, muito ainda deve ser melhorado e executado. O processo de seleção das famílias oferece grandes oportunidades de contemplação, mas, no referente estudo, acredita-se que melhoras expressivas podem ser adotadas para uma abrangência maior ao direito que essas famílias possuem a essas moradias populares, principalmente para as famílias que não podem comprovar renda ou vínculo empregatício.

Atualmente, existem inúmeras obras espalhadas por várias regiões do país referentes a esses conjuntos habitacionais de moradia popular. Seu crescimento ocorre principalmente nos grandes centros urbanos, onde a aglomeração de população residente é maior. Nesse sentido, a execução dessas obras é de grande valia por conseguir de alguma maneira retirar e proporcionar moradias dignas a essas diversas famílias, que obtêm o direito de residir nesses conjuntos habitacionais oferecidos pelo governo federal.

Enfatiza-se que essas famílias por meio do processo de seleção adquiram documentos legais, em que a apropriação dessas moradias fica exclusivamente para os contemplados, não permitindo que o imóvel se torne fruto de renda para essas famílias nem de apropriação ilegal. Essas exigências feitas pelos órgãos responsáveis tornam o ato de residir nesses conjuntos habitacionais tranquilo e de qualidade aos diversos moradores.



## Referências

- ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995. Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12.
- BATISTA, Ricardo Lopes. Os espaços residenciais populares fechados: definição e caracterização. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7. 2014, Vitória. **Anais Eletrônicos...** Vitória: UFES, 2014. Disponível em: <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403725823\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_final.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403725823_ARQUIVO_Artigo_final.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programas da União: Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 05 maio 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).
- FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo, 1999.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O Déficit Habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. **Déficit habitacional no Brasil 2000**. Belo Horizonte: FJP, 2001. 203p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 5 out. 2019.
- IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010, Rio Grande do Sul**. Disponível em: <[www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=43](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=43)>. Acesso em: 5 out. 2019.
- JUNQUEIRA, Anna Cecília; VITA, Marcos. Os desejos da classe média. **Veja**. São Paulo: Abril, ed. 1739, ano 35, n. 7, p. 98-105, 20 fev. 2002.
- LARCHER, José Valter Monteiro. **Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social**, 2005. 189 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Paraná, 2005.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES (Brasil). Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte. Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- PILAR, Adriana Medianeira Rodrigues. **Ocupações irregulares às margens da rodovia BR 287 em Santa Maria/RS**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – **Agência de Desenvolvimento de Santa Maria: Santa Maria em dados**. Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/1-aspectos-gerais/1-3-historia-do-municipio/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – **Escritório da Cidade**. Disponível em: <<http://www.escriitoriodacidade.net.br>>. Acesso em: 21 set. 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – **Secretaria de Município de Desenvolvimento Social**. Disponível em: <[https://www.santamaria.rs.gov.br/secao/processo\\_seletivo](https://www.santamaria.rs.gov.br/secao/processo_seletivo)>. Acesso em: 21 set. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – **Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária**. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA – **Secretaria de Comunicação e Programação Institucional**. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/8441-residencial-leonel-brizola-assegurados-r-27-milhoes-para-mais-362-casas>>. Acesso em: 21 set. 2015.

RAPOPORT, Anatol. Origens culturais da arquitetura. In: **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.

REIS, A. T. L. Habitação social original e modificada: configurações espaciais e atitudes dos residentes. In: **IX ENTAC** – Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – Cooperação e Responsabilidade Social, 2002, Foz do Iguaçu. ENTAC – 1993 a 2002 – Primeira Coletânea de Anais dos Encontros Nacionais de Tecnologia do Ambiente Construído. Foz do Iguaçu: ANTAC, 2002. v. 1.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997 (Coleção Repensando a Geografia).

SANTOS, C. H. dos. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília: IPEA, 1999.

SANTOS, C. N. F. V. Novidades nos modos de Urbanização Brasileiros. In: **Habitação em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 196p.

SUBSECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL. **Área de Risco**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.seops.df.gov.br/frentes-de-fiscalizacao/2012-08-21-17-01-06/area-de-risco.html>>. Acesso em: 24 maio 2015.

# A expansão urbana da cidade de Venâncio Aires/RS no período de 2005 a 2012

*Elvis Ricardo Fengler da Rosa  
Lilian Hahn Mariano da Rocha*

## **Introdução**

As cidades tendem a crescer vertical e horizontalmente. Esse crescimento deve-se a padrões de desenvolvimento econômico, populacional, comercial e industrial. A cidade de Venâncio Aires-RS, localizada na Mesorregião Geográfica Centro-Oriental do Estado, tem potencial industrial voltado às indústrias fumageira e ervateira, as quais dinamizam também o setor agrícola.

No último censo do IBGE, o município apresentou população de 65.946 habitantes, sendo o 30º mais populoso do estado entre 497 municípios do Rio Grande do Sul e o 4º entre 54 municípios da sua mesorregião (IBGE, 2010).

A cidade de Venâncio Aires tem passado, nas últimas décadas, por um acréscimo de população, traduzido em renovação e remodelação da área urbana, em especial com a construção de espaços urbanos via loteamentos, além de acréscimos de novos edifícios residenciais e comerciais.

Dessa forma, as áreas periféricas vêm sofrendo acréscimo com novas áreas residenciais, tanto privadas como públicas, sendo o caso de obras do PAR (Programa de Arrendamento Residencial), além de novos e modernos edifícios que têm sido implantados na área central da cidade.

Nesse sentido, é necessário um levantamento dessas novas áreas, buscando entender a produção de espaço urbano na cidade, em especial a expansão urbana horizontal, para o entendimento da Geografia Urbana e do Planejamento Urbano na referida cidade. Portanto a presente investigação busca fazer um levantamento e uma análise do crescimento horizontal via loteamentos da cidade de Venâncio Aires entre 2005 e 2012.

Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos referentes à parte teórica, assim como às origens e ao desenvolvimento da cidade de Venâncio Aires, além de realizar o mapeamento e a identificação das áreas criadas nesse período. Foram ainda realizados levantamentos na Secretaria Municipal de

Planejamento, Orçamento e Gestão e em imobiliárias para a obtenção dos dados e informações referentes aos loteamentos. Com isso busca-se contribuir para o entendimento do processo de expansão das cidades de aglomerações urbanas metropolitanas brasileiras.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a expansão urbana horizontal da cidade de Venâncio Aires no período de 2005-2012. E como objetivos específicos busca: (a) realizar os levantamentos dos loteamentos aprovados entre 2005 e 2012; (b) efetuar o mapeamento e a identificação dos loteamentos aprovados; (c) analisar o processo de expansão urbana.

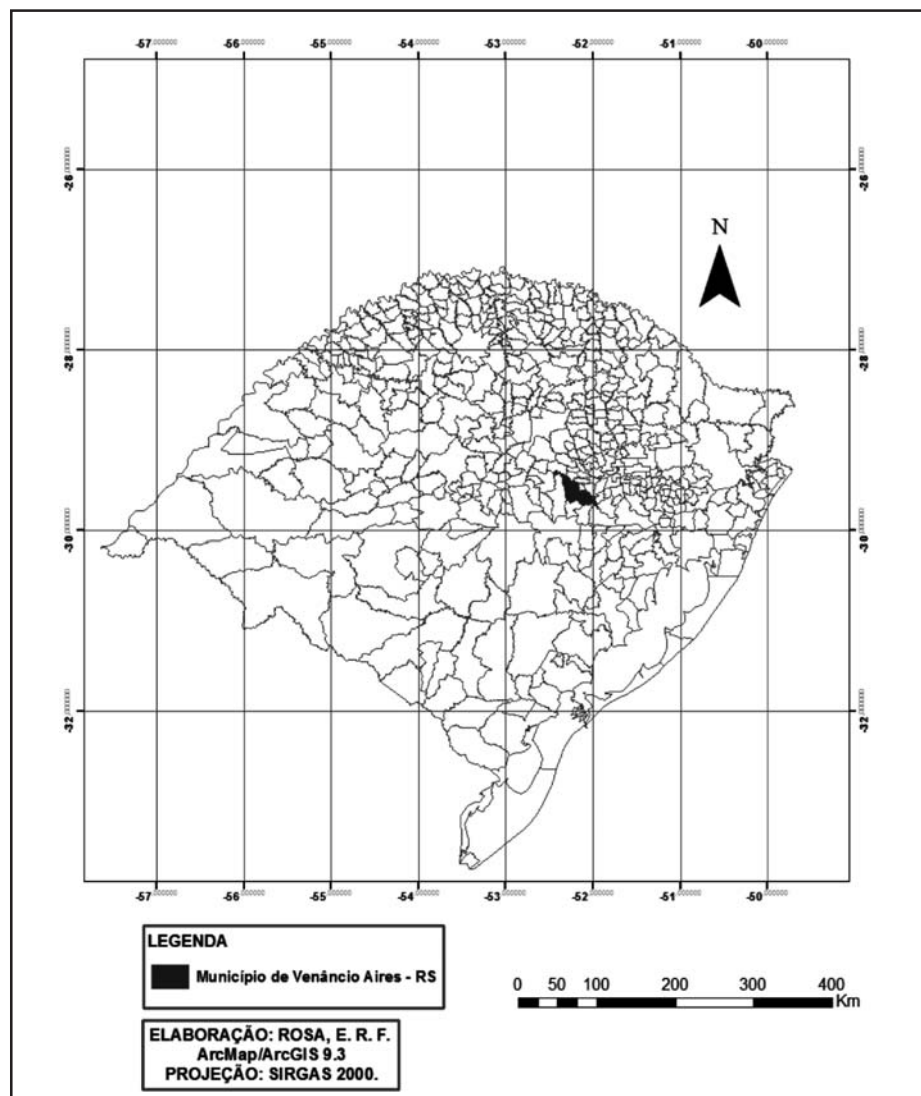
Como justificativa, a presente pesquisa busca explicar o processo de expansão urbana na cidade de Venâncio Aires, uma vez que o último trabalho realizado no município de mesmo potencial temático como essa investigação foi realizado em 2004, havendo então um crescimento significativo na última década, resultando em uma expansão da área periférica da cidade que carecia de novos olhares.

No que se refere ao método indutivo, Marconi e Lakatos (2009) abordam que é caracterizado pela indução, a qual é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral e universal, não contida nas partes examinadas. Portanto o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

A indução realiza-se em três etapas: observação dos fenômenos, descoberta da relação entre eles e generalização da relação. Portanto esta pesquisa utiliza esse método para atingir seus objetivos, neles estando incluídos os levantamentos e o mapeamento dos loteamentos aprovados entre 2005 e 2012. Através do levantamento dos dados pode-se identificar a criação dos loteamentos espacializados no Mapa 2.

O município de Venâncio Aires-RS está localizado entre os paralelos de 29° 23' e 29° 44' de latitude sul e entre os meridianos 51° 56' e 52° 23' de longitude oeste de Greenwich. O Mapa 1, a seguir, mostra a localização do município de Venâncio Aires no estado do Rio Grande do Sul.

**Mapa 1:** Localização do município de Venâncio Aires-RS



Fonte: Malha Municipal do IBGE (2007).

Elaboração: ROSA, E. R. F. da (2012).

### Revisão teórica

A reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Se, de um lado, aproxima a indústria, as matérias-primas (e auxiliares), os meios de

circulação (distribuição e troca de mercadorias produzidas), a força de trabalho e o exército industrial de reserva, de outro lado, “aproxima” pessoas consideradas como consumidoras (CARLOS, 1994).

A cidade é essencialmente o *locus* da concentração de meios de produção e concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho (o estabelecimento industrial num determinado lugar, os galpões, os escritórios em outros); é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (tanto no nível local, regional, nacional, como no internacional) (CARLOS, 1994).

De acordo com Carlos (1994, p. 45):

O uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. O ser humano necessita, para viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si não é meramente o de ocupar uma parcela do espaço; ele envolve o ato de produzir o lugar.

Prosseguindo, o uso do solo pode ser classificado e está vinculado, segundo Carlos (1994, p. 87), de modo que:

O uso do solo tem sido analisado a partir da classificação fundamentada nos setores de atividades (industrial e comercial) e no residencial. Essa classificação tem como ponto de partida as relações sociais de produção, logo, o uso vinculado ao processo de produção e realização da mais-valia (a totalidade do processo de produção) e o uso para a reprodução da sociedade. Por outro lado, o uso do solo está vinculado à teoria do valor, na medida em que se paga um tributo para se fazer uso de uma determinada parcela do espaço; seja como moradia, local de produção, de prestação de serviço, ponto de venda, etc.

Em suma, é o processo de produção do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada (CARLOS, 1994).

Santos (2008a, p.105), ao definir a organização interna atual das cidades brasileiras, coloca que “quanto menor a aglomeração, menor a diversidade de sua ecologia social; quanto mais populosa e vasta, mais diferenciadas a atividade e a estrutura de classes, e mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações”.

De acordo com Santos (2008b, p. 191):

De fato, a paisagem urbana pode ser definida como o conjunto de aspectos materiais, através dos quais a cidade se apresenta aos nossos olhos, ao mesmo tempo entidade concreta e como organismo vivo. Compreende os dados do presente e os do passado recente ou mais antigo, mas também compre-

de elementos inertes (patrimônio imobiliário) e elementos móveis (as pessoas e as mercadorias).

Como elementos de análise do espaço urbano, segundo Santos (2008b), estão o plano urbano, a densidade da população, o equipamento urbano de base, as habitações e os imóveis de uso comercial, o equipamento de serviços, características demográficas e étnicas e as características socioprofissionais.

Neste sentido, para que se possa analisar a expansão do espaço urbano de uma cidade, é necessário que se entendam os diferentes usos e ocupação do solo, os quais se encontram determinados no zoneamento urbano, presente no Plano Diretor Municipal, e que se constituem em uma morfologia do espaço urbano.

### **Usos do solo urbano**

Os usos do solo urbano, de acordo com Corrêa (2004, p. 07), o autor salienta:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Dessa maneira, há dois grandes conjuntos do espaço, sendo esses a divisão econômica do espaço e a divisão social do espaço. Na divisão econômica do espaço, têm-se a área central de negócios, áreas industriais, zona periférica ao centro, prestação de serviços e áreas de expansão. Enquanto na divisão social do espaço, têm-se os bairros de elite, favela, bairros de classe média, diferentes áreas residenciais e também as áreas de expansão.

Santos (2008b, p. 213) diz que “o tecido urbano é reflexo da estrutura social atual”, acrescentando que “por mais importante que seja o papel do Estado, ele não pode contrariar uma evolução natural que determina a adaptação da cidade às condições sociais e econômicas vigentes; na melhor das hipóteses, pode sistematizá-la”.

Destaca-se que, conforme Santos (2008b, p. 220),

A morfologia do tecido urbano é o reflexo fiel de uma realidade econômica e social definida. Apenas o centro da cidade associa, e assim mesmo só em certa medida, os diferentes setores da economia e das classes sociais, na medida em que nele se concentram as atividades terciárias, serviços comerciais, administrativos, lugares de diversão, etc.

A cidade pode ser definida, simplificada, como um aglomerado humano exercendo atividades diferenciadas num espaço também diferenciado. Há nela bairros, distritos ou ruas residenciais, outros locais predominantemente comerciais, outros industriais, etc. (FERRARI, 1986).

Conforme Ferrari (1986, p. 312):

Na análise ecológica, a distribuição das pessoas e instituições no espaço não é tudo. É um ponto de partida para o estudo mais profundo e proveitoso das relações interativas entre pessoas e grupos e a maneira como estas relações geram formas e processos espaciais determinados (exemplo: zonas comerciais, industriais, bairros negros, zonas de transição de grupos, etc.), ou como as formas e processos espaciais influem sobre estas mesmas relações (Exemplo: como o gueto influi nas relações sociais entre pessoas e grupos, como grandes conjuntos residenciais tipo B.N.H. podem gerar sentimentos de marginalidade entre seus moradores, etc.).

O autor classifica os usos do solo urbano em residenciais, industriais, comerciais e institucionais, além de abordar também a circulação urbana. Os usos residenciais do solo urbano podem ser classificados, segundo as áreas residenciais, em residências unifamiliares, geminadas duas a duas e em multifamiliares. Quanto ao padrão de conforto das residências, as áreas residenciais podem ser classificadas em residências finas, médias e em populares. Quanto às densidades residenciais, as referidas áreas podem ser de baixa, de média e de alta densidades.

Os fatores de localização que influem na escolha de um sítio residencial são: o acesso aos locais de trabalho, o acesso ao centro da cidade, a distância a uma via principal, a distância a uma escola de 1º grau e a outras instituições culturais, os serviços de saneamento básico, a proporção de terreno livre, os valores dos terrenos, as recreações próximas, a lei de zoneamento vigente, a qualidade dos bairros vizinhos, a proximidade de áreas comerciais. Esses fatores estão interligados: o valor do terreno, por exemplo, é função de todos os demais; por isso a escolha depende diretamente da renda do habitante, em última instância.

Os fatores locacionais dos usos industriais do solo urbano classificam-se em Gerais, podendo ser divididos em Regionais e Técnico-locacionais (esses subdivididos em economias e deseconomias de escala, de localização e de urbanização), em Especiais e em Motivações, divididas em Tangíveis e Intangíveis.

A classificação dos usos industriais dá-se em indústrias Primárias ou Extrativas, Secundárias ou Manufatureiras (divididas em Leves, Especiais e Gerais, sendo que as Especiais se dividem em Incômodas e Perigosas e em Pesadas) e em Terciárias ou de Prestação de Serviço.



Nos usos comerciais do solo urbano, há cinco classificações das atividades comerciais no comércio varejista: o comércio diário (quitanda, açougue, padaria, armazém, etc.), o comércio ocasional (roupas, calçados, livros, artigos de cama e mesa, farmácia, etc.), o comércio excepcional (comércio de luxo, utilidades domésticas de altos preços, comércio de automóveis, barcos, rádio, televisão, piano, móveis, tapetes, cortinas, joias, etc.), a nucleação comercial (formação de núcleos ou centros comerciais nos diversos núcleos urbanos, evitando-se a disseminação indiscriminada do comércio por toda a área residencial) e a descentralização comercial (centros regionais de comércio, lojas departamentais situadas fora do perímetro urbano ou em bairros afastados). Há também o comércio atacadista, que abastece o comércio varejista.

Os usos institucionais do solo urbano, sendo públicos ou privados, podem ser classificados em Educacionais; Sociais, culturais e culturais; Recreacionais ou de lazer (divididos em recreações ativa, educativa e contemplativa ou passiva) e Administrativos.

Quanto à circulação urbana, a mesma, no que se refere à estática da circulação, está dividida em vias urbanas principais (vias comerciais para pedestres, perimetral central ou anel central, perimetral dos bairros, perimetral rodoviária ou anel rodoviário, radiais ou eixos centro-bairros e avenidas-parques, que são divididas em vias livres, vias expressas e artérias principais), vias urbanas secundárias (coletoras ou de distribuição, de acesso e vias de pedestres e ciclistas) e em obras, áreas e serviços complementares (passagens de pedestres, terminais, áreas de estacionamento e de serviços ligados ao abastecimento e à manutenção dos veículos).

### **Zoneamento urbano**

Segundo Villaça (1999, p. 177), “entende-se por zoneamento a legislação urbanística que varia no espaço urbano”.

Conforme Ferrari (1986, p. 324), “zoneamento é o preceito legal que regulamenta o uso do solo urbano em prol do bem comum. Naturalmente, solo aqui significa tanto o solo urbano encarado em sua totalidade como em seus sentidos restritos de zonas e lotes individuais”.

O solo rural não está sujeito à legislação de zoneamento, porque enquanto rural sua destinação pertence ao domínio econômico, que é privativo da União. Não pode o planejador municipal instituir o zoneamento de usos agrícolas, por exemplo, que invadirá o campo de atribuição legal exclusivo da União.

Se, no entanto, o solo rural destinar-se a usos urbanos (nucleação rural, loteamento), terá o Município competência para legislar sobre o uso daqueles solos.

No zoneamento, o bem-estar social está acima dos direitos individuais, e em nome e defesa desse bem-estar social o poder público pode restringir o direito de construir e de usar o solo, em desacordo com as normas de zoneamento.

Toda lei de zoneamento deve abranger, fundamentalmente, as seguintes partes: as disposições gerais, as definições, a expedição de licenças, os tipos de zona de uso do solo, os recuos e índices urbanísticos, os usos conformes de cada zona e as disposições transitórias.

Do que ficou exposto, vê-se que a atual cidade zoneada não se baseia na primitiva ideia de um zoneamento estanque, rígido, de uso exclusivo. A ideia de exclusividade foi substituída pela da predominância de uso. Sob o aspecto do enriquecimento da qualidade da vida urbana, é altamente desejável uma interpenetração ordenada do lar, da escola, do local de trabalho, do local de compras, da universidade, etc.

O zoneamento, quando mal utilizado, pode ser um fator de segregação residencial e, conseqüentemente, social.

Os principais fins de interesse público que o zoneamento visa atingir são os seguintes: orientar o uso do solo em benefício do bem comum, considerado prevacente sobre os interesses individuais; evitar o uso abusivo do solo assim como regular o seu desuso com o fim de evitar danos materiais, desconforto e insegurança à população; orientar os projetos de renovação das áreas deterioradas no sentido de evitar a especulação imobiliária e em prol dos interesses mais altos da comunidade; ordenar a implantação dos equipamentos urbanos; assegurar condições de geração e atração de tráfego, compatíveis com a capacidade de trânsito do sistema viário proposto.

Vê-se claramente que a ideia do solo criado não se destina a substituir a do zoneamento. Muito pelo contrário: cada pedaço do espaço urbano precisa ter seu coeficiente de aproveitamento máximo fixado, segundo seus equipamentos urbanos, existentes e previstos pelo Plano (FERRARI, 1986).

Ferrari (1986) diz que as vantagens do conceito de solo criado são a preservação de recursos naturais e das condições sanitárias dos grandes aglomerados humanos. Por exemplo: o proprietário de uma área verde que deve ser preservada pode vender seu “direito de construir” a um proprietário de terreno da mesma zona através da prefeitura, não ficando prejudicado por não poder edificar em sua área verde. O autor ainda coloca que a ideia de solo criado constitui-se em um instrumento da lei de zoneamento.

A forma dos espaços urbanos é variável no tempo e no espaço. A forma de uma cidade influi em seu sistema de tráfego, na implantação dos equipamentos urbanos, nos custos de urbanização, na evolução das áreas urbanizadas, além de exercer substancial influência na vida socioeconômica da comu-

nidade. Inversamente, essa forma, além de depender do meio físico em que se implantou, sofre as influências de seu sistema de tráfego, de seus equipamentos urbanos, etc. (FERRARI, 1986).

Em conformidade com a disposição e ordem de suas partes, as estruturas agrupam-se em tipos. Os principais tipos são: ortogonal (tabuleiro de xadrez e grade) e rádio-concêntrico. Desses derivam outros: hexagonal, trama linear, ortogonal-radial, misto, etc. Há também estruturas totalmente não geométricas, assim como parcialmente geométricas.

### **Plano Diretor Municipal**

De acordo com Paula (2007, p. 17), o autor define:

O Plano Diretor é o instrumento orientador e normativo dos processos de transformação do município. Ele realiza uma radiografia do município no seu atual estado e identifica quais são os problemas que o município enfrenta e as suas necessidades para um futuro estimado de dez anos, possibilitando que os Prefeitos, Vereadores, comerciantes, industriários, investidores e municípios de forma geral possam impedir o agravamento dos atuais problemas e planejar o desenvolvimento e crescimento do município.

A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, vem regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que conformam o capítulo relativo à Política Urbana.

O artigo 182 estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo que o instrumento básico dessa política é o Plano Diretor (CONSTITUIÇÃO, 1988).

O artigo 183, por sua vez, fixou que todo aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Esse artigo abriu a possibilidade de regularização de extensas áreas de nossas cidades ocupadas por favelas, vilas, alagados ou invasões, bem como de loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias urbanas, transpondo essas formas de moradia para a cidade denominada formal (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Segundo Mota (2003, p. 25), “o Plano Diretor, um dos elementos do planejamento urbano, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

O referido autor comenta ainda que:

O Plano Diretor deve conter as diretrizes e padrões da organização do espaço urbano, do desenvolvimento socioeconômico e do sistema político-administrativo, sempre visando melhorar as condições de vida da população na cidade. Não deve constituir um documento estático, com duração definida, mas ser avaliado e adaptado, permanentemente, pelos técnicos e pela população (MOTA, 2003, p. 25).

O artigo 40 do Estatuto da Cidade diz que o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. No parágrafo 1º do mesmo artigo, consta que “o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas”.

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, estabeleceu que todas as cidades com mais de 20.000 habitantes têm que ter Plano Diretor, sendo assim uma obrigação constitucional.

A Carta Magna não excluiu os municípios com menos de 20.000 habitantes dessa obrigação, mas ela apenas não os incluiu naquele momento.

O artigo 41 do Estatuto da Cidade diz que o Plano Diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4º do art. 182 da Constituição Federal; IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (OLIVEIRA, 2001, p. 54).

Conforme Oliveira (2001, p. 20-21), “o Brasil possui, hoje, 5.561 municípios. Deste total, 4.172 possuem cidades com até vinte mil habitantes. Os demais, 1.389 municípios, abrigam cidades com mais de vinte mil habitantes. Portanto, todos estes estão obrigados a elaborar seu Plano Diretor”.

É importante assinalar que é obrigatório, pelo Estatuto da Cidade, conforme o artigo 41 com os incisos II a V, que as cidades elaborem seus respectivos planos diretores, mesmo que tenham menos de vinte mil habitantes.

### **Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo**

Segundo Paula (2007, p. 21), a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo:

É uma lei que estabelece critérios de ocupação e utilização do solo, visando a distribuição ordenada e equilibrada dos espaços físicos do território do Município, destinando em que região é possível construir uma residência, qual se destina ao comércio, para as indústrias e outras áreas, visando assim um crescimento ordenado no Município, evitando regiões com baixas densidades e outras com alta densidade demográfica, assim como terrenos baldios.

Essa lei, portanto, classifica os usos do solo. Ela também regula a ocupação do solo, isto é, normatiza a questão dos espaços, objetivando que os terrenos sejam bem ocupados, cumprindo a sua função social, mas evitando que a construção e ocupação dos terrenos seja desorganizada, gerando problemas futuros. Ela também trata, de maneira mais simples, da emissão de alvarás (PAULA, 2007).

De acordo com Mota (2003, p. 281), “esta lei disciplina o uso e ocupação do solo do território municipal. Através da mesma, é definida a distribuição espacial das atividades socioeconômicas e da população, na cidade, através do zoneamento”.

A aplicação das leis básicas de um Plano Diretor de uma cidade pode contribuir para uma melhor utilização e conservação dos recursos ambientais. A lei de zoneamento, bem como a lei de controle do parcelamento do solo, aliadas às outras leis que integram um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, podem concorrer para o desenvolvimento sustentável de uma cidade, desde que sejam elaboradas com enfoque para a conservação do meio ambiente (MOTA, 2003).

## **Análise e resultados**

O levantamento da expansão urbana do município de Venâncio Aires é realizado por loteamentos aprovados pela Prefeitura no período de 2005 a 2012. Para tanto foram realizados levantamentos nas imobiliárias e em um escritório de engenharia e topografia, como também em duas secretarias da Prefeitura Municipal de Venâncio Aires. Foram assim coletados dados e informações de 52 loteamentos, referentes ao período de 2005 a 2012 (Tabela 1), a partir da obtenção de suas plantas.

Entre os anos de 2005 e 2008, houve a criação de 16 loteamentos, representando 30,77% do total de loteamentos, e a criação de 784 lotes, representando 30,84% do total de lotes. O bairro Santa Tecla, localizado no oeste da cidade, registrou nesse período o maior crescimento no número de lotes nesse período, totalizando 348 lotes, seguido do bairro Bela Vista, também no oeste da cidade, com o total de 227 lotes, e do bairro Leopoldina, localizado ao sul da cidade, com o total de 134 lotes nesse período. No mesmo período, dos 16

loteamentos criados, 07 deles são do ano de 2008, os quais resultam na maior área, totalizando 223.140,80 m<sup>2</sup>.

Entre 2009 e 2011, houve maior crescimento de lotes e loteamentos na cidade de Venâncio Aires, respectivamente 1.597 e 32, representando 61,5% dos loteamentos e 62,8% dos lotes criados. O bairro Santa Tecla, localizado no oeste da cidade, registrou nesse período o maior crescimento no número de lotes, totalizando 422 lotes, seguido do bairro Coronel Brito, no leste da cidade, com o total de 345 lotes no período. Nesse período, dos 32 loteamentos criados, 13 deles são do ano de 2010, os quais resultam na maior área, totalizando 346.775,71 m<sup>2</sup>.

No ano de 2012, houve um decréscimo no número de loteamentos e lotes criados. Foram criados 04 loteamentos, totalizando uma área total de 94.019,519 m<sup>2</sup>. Quanto ao número de lotes, foram criados 161 lotes, sendo o maior número de lotes no bairro Bela Vista, a oeste da cidade, com 76 lotes criados.

Na área leste da cidade, foram criados 15 novos loteamentos no período em análise (2005 a 2012), totalizando 811 lotes. Esses loteamentos encontram-se nos bairros Battisti, Brígida, Coronel Britto, Industrial e Macedo.

Ao sul da cidade, foram criados seis loteamentos no período em análise, totalizando 260 lotes. Esses loteamentos encontram-se nos bairros Leopoldina e Xangri-lá.

A parte da cidade de Venâncio Aires que compreende a maior expansão urbana no período em análise é a parte oeste; nela está localizada a maioria dos loteamentos de dimensão horizontal. Nessa parte, estão localizados os bairros Santa Tecla, Bela Vista, Aviação, São Francisco Xavier e Dietrich. O total de loteamentos criados foi de 30 nesse período, totalizando 1.460 lotes.

Ao norte da cidade, no período em análise, foi criado apenas um loteamento no bairro União, com 11 lotes.

De acordo com o Mapa 2 e com a Tabela 1, a maior parte dos loteamentos na cidade de Venâncio Aires está concentrada na sua parte oeste, contendo 30 loteamentos. Seguidamente, a parte leste concentra 15 loteamentos, a parte sul concentra 06 loteamentos e a parte norte concentra 01 loteamento.

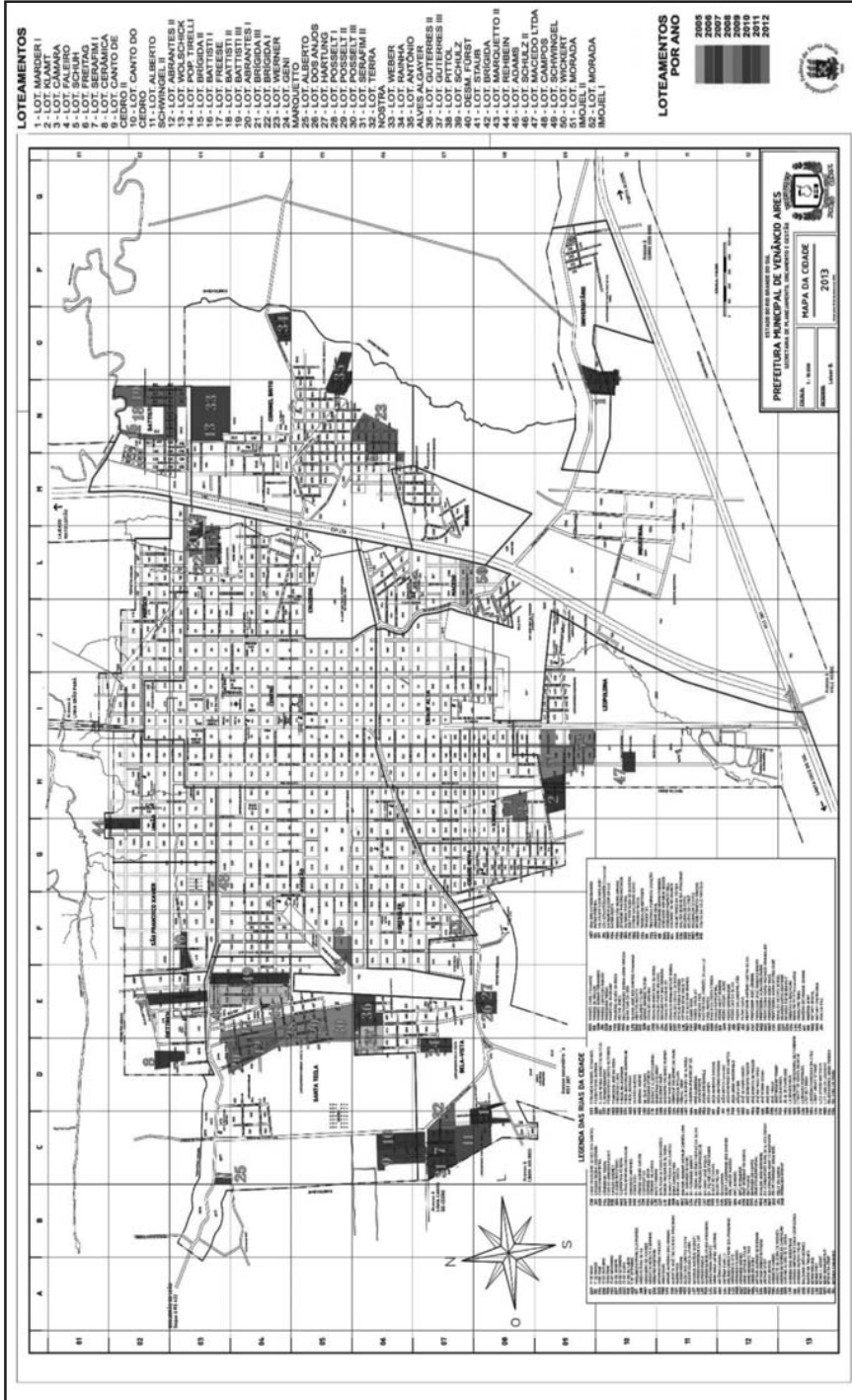
O Quadro 1, a seguir, apresenta imagens e a descrição de alguns dos principais loteamentos analisados na presente pesquisa.

**Tabela 1:** Número de loteamentos e de lotes na cidade de Venâncio Aires – RS entre 2005 e 2012

Ano	Número de loteamentos	Área total dos loteamentos (m <sup>2</sup> )	Número de lotes	Bairro	Localização
2005	06	108.163,70	87	Bela Vista	Oeste
			85	Santa Tecla	Oeste
			13	São Francisco Xavier	Oeste
			32	Macedo	Leste
2006	01	37.020	76	Bela Vista	Oeste
2007	02	40.071,30	64	Bela Vista	Oeste
			11	União	Norte
2008	07	223.140,80	19	Aviação	Oeste
			263	Santa Tecla	Oeste
			134	Leopoldina	Oeste
2009	10	286.781,56	112	Coronel Brito	Leste
			249	Battisti	Leste
			12	Brígida	Leste
			24	Aviação	Oeste
			28	Bela Vista	Oeste
			124	Santa Tecla	Oeste
2010	13	346.775,71	38	Brígida	Leste
			73	Coronel Brito	Leste
			91	Industrial	Leste
			101	Bela Vista	Oeste
			72	Canto do Cedro	Oeste
			191	Santa Tecla	Oeste
			70	Xangri-lá	Sul
			15	Leopoldina	Sul
2011	09	209.441,24	66	Bela Vista	Oeste
			51	Canto do Cedro	Oeste
			107	Santa Tecla	Oeste
			13	São Francisco Xavier	Oeste
			160	Coronel Brito	Leste
2012	04	94.019,519	76	Bela Vista	Oeste
			44	Brígida	Leste
			41	Xangri-lá	Sul

Fonte: Imobiliárias, Escritório de Engenharia e Secretarias da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Org.: ROSA, E. R. F. da (2014).



Mapa 2: Loteamentos horizontais na cidade de Venâncio Aires-RS entre 2005 e 2012



Fonte: Edição elaborada por MENEZES, D. J. (2014). Base cartográfica: Elaborada pela Prefeitura Municipal de Venâncio Aires-RS.



**Quadro 1:** Alguns dos principais loteamentos analisados

IMAGENS DOS LOTEAMENTOS	DESCRIÇÃO DOS LOTEAMENTOS
 <p data-bbox="163 564 474 591">Fonte: ROSA, E. R. F. (2014).</p>	<p data-bbox="611 274 1039 435">A figura ao lado mostra o tipo de residência do loteamento Brígida, criado em 2010, com casas de alvenaria e alto padrão de construção. A rua apresenta calçamento. Localiza-se no bairro Brígida.</p>
 <p data-bbox="163 894 474 921">Fonte: ROSA, E. R. F. (2014).</p>	<p data-bbox="611 600 1039 829">O loteamento Freese, criado em 2008, situa-se no oeste da cidade e constitui-se em uma área regularizada pelo Estado. A maioria de seus moradores é de famílias de baixa renda, como representado na figura ao lado. Localiza-se no bairro Santa Tecla.</p>
 <p data-bbox="163 1223 474 1251">Fonte: ROSA, E. R. F. (2014).</p>	<p data-bbox="611 930 1039 1194">O loteamento Morada Imojel II foi criado em 2008, conforme representado na figura ao lado. As ruas também são de pedras irregulares, as vias de acesso asfaltadas, as casas de bom padrão e também apresentam característica de possuir um grande número de lotes vazios. Localiza-se no bairro Leopoldina.</p>
 <p data-bbox="163 1553 474 1581">Fonte: ROSA, E. R. F. (2014).</p>	<p data-bbox="611 1260 1039 1498">O loteamento Schulz, criado e aprovado em 2005, está representado na figura ao lado. Observa-se que a rua de acesso é asfaltada. Entretanto as ruas do loteamento são de pedras irregulares. Apresenta casas de alvenaria e de madeira. Localiza-se no bairro Santa Tecla.</p>

## Considerações finais

A expansão urbana tem assumido novos contornos derivados de mudanças importantes na vida cotidiana e coloca novos desafios ao planejamento urbano. Esses novos contornos são resultado de fluxos e aumento populacional, do crescimento desordenado das cidades e da dinâmica capitalista presente nas cidades brasileiras. Essa ampliação e criação de novos espaços de áreas residenciais precisam ser estudadas para que se possa ter o entendimento dos processos intraurbanos.

No Brasil, a questão do planejamento urbano está ligada à normatização jurídica. O Plano Diretor, aprovado pela legislação municipal, é transformado em lei e deve considerar as diretrizes da Lei Orgânica, regulamentando-as na escala municipal.

O levantamento, mapeamento e análise dos loteamentos criados e aprovados na cidade de Venâncio Aires no período de 2005 a 2012 indicam um crescimento acelerado nas áreas periféricas da cidade, em especial na porção oeste, leste e sul. A porção oeste da cidade apresentou o maior número de loteamentos nesse período, num total de 30 novos loteamentos. A porção norte, pelas próprias características do sítio urbano, que inviabilizam a expansão, contou com apenas um novo loteamento nesse período.

São loteamentos onde a maior parte das ruas não apresenta pavimentação, e grande parte dos lotes não possui área construída. A acessibilidade ao loteamento se faz, em sua maioria, por vias asfaltadas, mas as ruas do loteamento apresentam apenas pavimentação de pedras irregulares.

Grande parte dos loteamentos destina-se a famílias de média renda, entretanto foram também criados nesse período loteamentos para a população de baixa renda pelo Programa de Arrendamento Familiar (PAR), seja construindo residências, seja realizando regularização de áreas.

Também a área central da cidade vem apresentando modificações que são observadas a partir das construções de novos e altos edifícios, destinados tanto para moradia como para utilização como centros comerciais, que abrigam novas lojas, consultórios e escritórios.

A cidade apresenta uma morfologia na forma ortogonal, crescendo do centro para a periferia de forma contínua, mas desordenada. Os loteamentos aprovados nesse período, conforme o Mapa 2, geraram um grande número de lotes. Percebe-se, entretanto, que muitos deles, com até oito anos, não foram utilizados. Esse fato leva-nos a questionar o porquê da criação de tantos loteamentos: há a necessidade de criação de novas áreas para residências, mas embora criadas e aprovadas, essas áreas não estão sendo utilizadas.

Por isso é importante mencionar o papel do Estado nesse processo enquanto agente regulador e transformador da realidade urbana. O poder público local deve assumir uma postura voltada para a busca de medidas que sejam capazes de melhorar a qualidade de vida da população em geral, criando não só novos espaços, mas dando acessibilidade da população a eles, ou seja, destinando a eles um fim social, conforme previsto pelo Estatuto da Cidade.

Nesse sentido, o estudo da expansão urbana na cidade de Venâncio Aires mostrou que isso está longe de ser alcançado, uma vez que revela a própria lógica do planejamento urbano brasileiro no contexto do capitalismo contemporâneo.

### Referências

- CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Art. 182. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_03.07.2019/art\\_182\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_182_.asp)>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1986.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/venancio-aires/panorama>>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2003.
- OLIVEIRA, I. C. E. **Estatuto da Cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- PAULA, A. S. (Org.). **Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Municipal**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2007.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

## PARTE III



Olhares sobre o cultural

# A Geografia Cultural e sua discussão conceitual

*Maria Medianeira dos Santos*

## Introdução

Estudos culturais estão em pauta, atualmente, nas discussões acadêmicas. As diversas temáticas que compreendem o arcabouço cultural estão sendo repensadas por pesquisadores de diversas áreas científicas<sup>1</sup> com propósitos e preocupações que, muitas vezes, divergem, mas ao mesmo tempo se complementam.

A Geografia Cultural demorou muito tempo para se construir, uma vez que ela necessitou que a Geografia como disciplina não fosse somente uma ciência natural como era no começo do século XIX. Contudo, no mesmo período em que se desenvolveu a Geografia Humana, ou seja, no final do século XIX, os geógrafos já estavam interessados em questões culturais.

Como objetivo geral, pretende-se realizar uma linha de tempo com a evolução de como a Geografia Cultural foi se consolidando no decorrer do tempo em relação às temáticas culturais e espaciais. Nesse sentido, perpassará a Escola Tradicional da Geografia através de pesquisadores como Friedrich Ratzel, Paul Vidal de La Blache e Carl Sauer; em seguida, haverá um tempo para apontar o declínio dos estudos culturais e, no final, será evidenciada a retomada da Geografia Cultural com a Escola Crítica e de seus respectivos pesquisadores ligados a essa temática.

## Referencial teórico

A introdução do termo “Geografia Cultural” deve-se a Ratzel, em 1880, através da obra intitulada *Culturgeographie der vereinigten staaten von nord-amerika unter besonderer berücksichtigung der wirtschaftlichen verhältnisse*<sup>2</sup>. O tema central de sua tese foi a imigração chinesa na Califórnia. A aquisição do conhecimento para escrever essa obra foi possível através de sua vivência nesse espaço.

---

<sup>1</sup> Como áreas afins têm-se: a Antropologia, a Sociologia, a História e a Geografia.

<sup>2</sup> Tradução: A Geografia Cultural dos Estados Unidos da América do Norte com a ênfase especialmente voltada para as suas condições econômicas (CLAVAL, 1999a).

Ratzel começou, então, a valorizar e ter como preocupação os modos diferenciados dos grupos humanos na organização de suas práticas sociais (CLAVAL, 1999a).

Como já foi evidenciado, a Geografia Cultural não é recente. Claval (1999b) em seu artigo “Geografia Cultural: o estado da arte” relaciona as Escolas Geográficas – Tradicional, Nova e a Crítica – com as fases da Geografia Cultural. Claval (2002), em outro texto denominado “A volta do cultural” na Geografia, desenvolveu seu artigo através do desenvolvimento da Geografia Cultural em três momentos significativos. É importante enfatizar, em um primeiro momento, mais precisamente nos fins do século XIX, que os precursores<sup>3</sup>, dos estudos culturais foram pensadores da Europa<sup>4</sup>, como o alemão Friedrich Ratzel e o francês Paul Vidal de La Blache. Esses são considerados os responsáveis por difundir os seus estudos culturais. Em seus trabalhos, já se percebia a dimensão cultural. Também se deve considerar o americano Carl Sauer<sup>5</sup>.

A denominada Geografia Cultural Tradicional enquadra-se no período em que a Geografia Humana<sup>6</sup> desenvolveu-se, ou seja, no final do século XIX e indo até a década de 50 do século XX. Para Maia (2001, p. 84), a cultura fez-se presente desde os primeiros escritos geográficos, compondo o que comumente se denominou de “Geografia Humana”. Desse modo, Maia (2001) considera que a Geografia surge apoiada tanto nos tratados naturalistas (com abundantes descrições do meio natural) como nas pesquisas etnográficas.<sup>7</sup>

A aproximação da Geografia com a Etnografia bem como com a Etnologia<sup>8</sup> reside no fato de que os procedimentos metodológicos, como a descri-

---

<sup>3</sup> É importante deixar claro que esses foram os grandes expoentes dos estudos culturais, mas não significa que não há outros que contribuíram para essa temática, como os alemães Otto Schlüter, August Meitzen e franceses, entre os quais Jean Brunhes.

<sup>4</sup> A Geografia Cultural é um significativo subcampo da Geografia, que a partir da Europa difundiu-se e já tem um século de existência (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 9).

<sup>5</sup> Sauer é considerado um dos precursores da Geografia Cultural nos Estados Unidos iniciou seus estudos sobre paisagem, refletindo sobre os mesmos problemas colocados pela dispersão espacial e histórica dos elementos culturais (GOMES, 1996, p. 38).

<sup>6</sup> Claval (2002, p. 19) aponta que “a Geografia Cultural, ou mais precisamente o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais, nasceu na mesma época da Geografia Humana”.

<sup>7</sup> Para Cascudo (1983, p. 25), “a etnografia é reconhecida como a ciência que trata das culturas dos grupos humanos”. Já para Geertz (1989, p. 7), “a etnografia é uma descrição densa [...] rotina de coletar dados”. Atividade de seu trabalho de campo: entrevistar os informantes; observar rituais; deduzir os termos de parentesco e escrever no seu diário. O etnógrafo inscreve o discurso social: ele o anota, ele o escreve (GEERTZ, 1989).

<sup>8</sup> Cascudo (1983) afirma que a Etnologia passa a ser sinônimo de Antropologia Cultural, que é entendida como um ramo da Antropologia, ou seja, o estudo do homem que descreve e interpreta os “Costumes Humanos ou o Comportamento Cultural” humano.

ção e a observação que caracterizou a Geografia Clássica, foram provenientes da Etnologia (MAIA, 2001).

Com relação a Ratzel, ele foi o criador da *Antropogeographie*<sup>9</sup>. Essa obra serviu de sustentáculo à Geografia Humana. Nesse sentido, Sauer (1996, p. 2) salienta que “[...] foi através da Antropogeografia que se edificou a base conceitual na qual se tem estruturado, desde então, a Geografia Humana em seu sentido restrito”.

Após esse trabalho, os seus estudos culturais posteriores abrangeram diversas vertentes. Entre essas, Sauer (1996, p. 2) comenta que Ratzel preocupou-se com as seguintes temáticas: “[...] à mobilidade populacional, às condições de assentamento humano e à difusão da cultura através das vias de comunicação”. Claval (1999a, p. 22) evidencia que a preocupação de Ratzel estava direcionada com “[...] a capacidade de movimentação e o preenchimento do espaço realizado pelos homens. [...] Ratzel reconhece nos povos um atributo que pertence à sua essência, a mobilidade”.

Para o antropólogo Keesing (1961), Ratzel acreditava que a dispersão dos elementos etnográficos ocorria através do processo migratório, quer dizer, no seu entendimento, a difusão cultural era realizada através da mobilidade dos indivíduos e das coletividades que se transferiam para outros espaços. Desse modo, entende-se que esse autor negava a origem independente da cultura.

Salienta-se também que essas relações que os homens teciam com seu ambiente dependiam das técnicas que os grupos culturais dominavam. Ratzel classificou os povos em dois tipos: os *Naturvölker* e os *Kulturvölker*. O primeiro grupo eram os povos primitivos (não culturais), quer dizer aqueles que estavam quase que totalmente vulneráveis ao meio, e o outro grupo eram os povos civilizados (culturais), os quais já possuíam técnicas voltadas à agricultura elaborada, que se diferenciavam muito das técnicas dos povos primitivos (CLAVAL, 1999a).

Desse modo, percebe-se a materialização da cultura de formas diferenciadas. Assim que essa análise baseava-se em dados visíveis e, conseqüentemente, isto acarretou um direcionamento do que se considerava cultura. Claval (1999a, p. 22) aponta que nesse momento a cultura era entendida por alguns geógrafos da seguinte maneira:

A Geografia concebida por Ratzel atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e àqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos. Mas esta cultura é sobretudo

---

<sup>9</sup> Para Claval (1999a, p. 19), “os franceses como La Blache traduziram este termo por Geografia Humana, sentido adquirido nos últimos anos do século XIX”.

do analisada sob aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço.

Uma outra característica de Ratzel em seus estudos é que esse sugeria pesquisas locais e longas antes de considerar os aspectos de ordem psicológica. Segundo Keesing (1961, p. 30), Ratzel ressaltava que nunca se deveria tentar substituir o nativo na interpretação de sua cultura, “[...] falando por ele e sim descrevê-lo o mais fielmente possível com a multidão de dados obtidos paciente e teimosamente”.

Já La Blache em sua obra intitulada *Princípios da Geografia Humana* (1922)<sup>10</sup> teve como preocupação central enfatizar o homem como fator geográfico. Isto é, através de uma abordagem possibilista.<sup>11</sup> Ele desenvolveu estudos sobre a distribuição dos homens na superfície terrestre e no decorrer dessa elaboração formulou a noção de *gênero de vida*.

Maia (2001, p. 75) em seu artigo “A Geografia e o estudo dos costumes e tradições”, remete ao conceito *gênero de vida*, o qual designava “[...] um conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, desenvolvido por grupos heterogêneos de associações humanas e que exprimiria a relação entre a população e o meio físico”.

Nessa perspectiva, as técnicas de produção, de transporte e os hábitos pertencem à esfera da cultura. Claval afirma que La Blache nunca falou de cultura, mas ficava evidente que a ideia de cultura tinha um lugar central em sua concepção. Ele destacou a “força do hábito”, que considerava como a causa mais importante da rigidez dos gêneros de vida (CLAVAL, 2003).

A cultura estava presente na obra de La Blache com uma dupla face. De acordo com Claval (2003, p. 150), essa duplicidade fica explícita através “[...] da técnica, vista com suas possibilidades de inovações (daí o possibilismo vidaliano), bem como na força de hábito, que aparecia como o maior fator de inércia dos grupos humanos”.

A Geografia Cultural ganhou plena identidade com Sauer através de sua obra intitulada “The morphology of landscape”, como também através de seus discípulos<sup>12</sup>. Nessa obra, Cosgrove (1996, p. 8) diz que Sauer realizou

---

<sup>10</sup> Com referência a essa bibliografia, a *Revista Espaço e Cultura*, número 5, Corrêa dispõe uma lista de bibliografias e entre essas a obra *Princípios da Geografia Humana* é referenciada. *Principes de Géographie Humaine* (publiés d’après les manuscrits de l’auteur par Emmanuel De Martonne). Paris: Librairie Armand Colin, 1922.

<sup>11</sup> Para Bezzi; Marafon (2002, p. 46): “[...] o possibilismo considerava o homem como um agente que atuava no meio, criando formas sobre a superfície terrestre, e a natureza passava a ser vista como possibilidades para a ação humana”.

<sup>12</sup> Os seus discípulos foram principalmente Marvin Mikesell e Philip Wagner.



“[...] uma divisão conceitual entre paisagem natural e cultural, sendo a primeira um estágio sobre a qual a ‘cultura’ operava, então, um processo de transformação”. O êxito dos estudos culturais começou trinta anos após os primeiros trabalhos alemães nesse domínio. Sauer é reconhecido como o precursor, ou seja, o fundador de uma escola americana: a Escola de Berkeley (1925-1975).

Essa Geografia esteve baseada no historicismo, a qual dá ênfase à diversidade cultural. Corrêa; Rosendahl (2003, p. 10) apontam as características desse período: “[...] valorizava-se o passado em detrimento do presente [...] os estudos focalizam especialmente nas sociedades tradicionais<sup>13</sup>, pouco se reportando às sociedades urbano-industriais”.

Os seus discípulos Wagner e Mikesell foram os responsáveis pela obra “Readings in Cultural Geography”, que foi publicada em 1962. A Escola de Berkeley privilegiou cinco temas principais, que foram trabalhados nessa obra: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Esses cinco temas implícitos representam o núcleo da Geografia Cultural, uma vez que a cultura é considerada uma propriedade ou atributo inerente dos seres humanos. A área cultural<sup>14</sup> pode ser definida como território habitado, em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas. A paisagem cultural refere-se ao conteúdo geográfico em que são manifestadas diferentes escolhas pelos membros de uma comunidade cultural. A história da cultura preocupa-se em descobrir a sequência de eventos na ocupação de uma área por diferentes grupos culturais. E, por fim, a ecologia cultural dedica-se a problemas do hábitat de comunidades culturais em todos os estágios e condições (WAGNER; MIKESELL, 2003).

É importante evidenciar como Sauer entende cultura. Claval (1999a, p. 31) diz que Sauer entende a cultura, primeiramente, como “[...] um conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior”. Como os geógrafos alemães, Sauer ignora as dimensões sociais e psicológicas da cultura. Desse modo, Duncan (1980 apud CORRÊA, ROSEN-

---

<sup>13</sup> Claval (1999a, p. 30) aponta o direcionamento de Sauer para “[...] o estudo dos índios do Sudoeste dos Estados Unidos [...] centraliza o foco de suas pesquisas nas populações indígenas [...] fascina-se pelo mundo pré-colombiano”.

<sup>14</sup> Clark Wissler foi o autor principal de um importante conceito espacial, o da “área de cultura”. Ele desenvolveu suas ideias “antropogeográficas” em vários trabalhos, mas foi na obra *Man and Culture* (homem e cultura) em 1923 que ele propôs um modelo para a área de cultura, apresentado idealmente como um círculo. O modelo baseia-se em um centro de cultura que deve apresentar a mais ampla frequência de traços típicos e também uma margem de cultura, onde os traços tendem a se afinar e interpenetrar em traços de áreas de culturas vizinhas (KEESING, 1961, p.190-191).

DAHL, 2003, p. 11) afirma que o conceito de cultura aceito por Sauer admitia-a como uma entidade supraorgânica<sup>15</sup>; no seu entendimento, isso significava a cultura vista através de

Suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia. A cultura era, assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um dado grupo social; sua internalização se faz por mecanismo de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura.

Já o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970 é conhecido como o momento do “declínio” da Geografia Cultural, o qual se enquadra na Escola Geográfica da Nova Geografia. Entre os motivos que causaram o declínio da abordagem cultural estão a uniformização e a padronização das técnicas. Assim, a diversidade cultural tornou-se menos visível para o reconhecimento das paisagens culturais. Claval (1999a, p. 48) descreve com relação a esse momento que

O interesse dos geógrafos pelos fatos de cultura era centrado no conjunto de utensílios e equipamentos elaborados pelos homens para explorar o ambiente e organizar seu habitat. A mecanização e a modernização introduzem um arsenal de máquinas e de tipos de construções tão padronizadas que o objeto de estudo é esvaziado de interesse. A Geografia Cultural entra em declínio, porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas.

Todavia houve outro momento em que a vertente geográfica desenvolveu-se com maior intensidade, ou seja, no final do século XX, mais precisamente na década de 80. Esse foi o período do seu reconhecimento que culminou na “Virada do Cultural” ou “Geografia Cultural Renovada”. Gomes (1996, p. 32) afirma: “Embora a valorização da dimensão cultural possa parecer um fato inédito, na verdade não o é”. Também Claval (2003, p. 147) destaca o seu posicionamento com relação a essa questão, enfatizando que a cultura estava presente nas obras de muitos geógrafos, mas oculta de uma certa maneira, pois

Para a maioria dos geógrafos culturais, a Geografia Cultural aparece como um subcampo da Geografia Humana [...] para uma minoria, e eu faço parte dela, todos os fatos geográficos são de natureza cultural. Esses geógrafos preferem falar de abordagem cultural e não de Geografia Cultural.

---

<sup>15</sup> Nas palavras de Keesing, os primeiros antropólogos culturais, como outros cientistas sociais, adquiriram o hábito de descrever os costumes como se esses tivessem existência independente dos indivíduos que os praticavam. Alguns chegaram até a considerar a cultura como uma herança superorgânica, com leis e processos próprios passíveis de serem estudados fora do indivíduo que a possui em sua experiência adquirida (KEESING, 1961, p. 74).

Isso significa dizer que o domínio cultural não foi ignorado pelos geógrafos; ao contrário, percebe-se que a associação dos grupos culturais com o seu meio já existia no seu próprio objeto de estudo. Uma vez que a preocupação com a Geografia Cultural se faz presente na evolução do pensamento geográfico. No entanto o que se pode afirmar é que houve fases em que a questão cultural foi mais valorizada do que outras. Claval (1997, p. 89) descreve como a Geografia Cultural estar associada

À experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar.

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar o enfoque que os autores Wagner e Mikesell (2003, p. 27) apontam com relação à ação do homem, à sua produção e à modificação do espaço geográfico desenvolvendo culturas:

A Geografia Cultural, como todas as subdivisões da Geografia, deve estar ligada a Terra. Os aspectos da Terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação humana, são de grande significado. Deste modo, a Geografia Cultural pode ser entendida como a aplicação da ideia de cultura aos problemas geográficos.

Nesse contexto, a Geografia Cultural está integrada ao objetivo geral da Geografia. Para Sauer (1996, p. 6), o objetivo implica “[...] o entendimento da diferenciação da Terra em áreas”. Ela se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica (SAUER, 1996).

## Análise e resultados

Na Geografia Cultural, percebe-se que há duas correntes de pensadores bem delimitadas em períodos diversos: os que representam a Geografia Tradicional, que se enquadram na Geografia Cultural Tradicional, e os que pertencem à Geografia Crítica, que corresponde à Geografia Cultural Moderna ou Renovada (CLAVAL, 2002).

Algumas críticas foram realizadas aos primeiros estudos culturais. Burgess (1978 apud COSGROVE, 1996, p. 7) comenta que os primeiros geógrafos culturais<sup>16</sup> trabalharam num meio intelectual dominado pelo “[...] determinis-

---

<sup>16</sup> La Blache e Sauer forneceram à Geografia Cultural conceitos estáticos e morfológicos: *pays* e paisagem cultural; e conceitos dinâmicos ou associados a processos: *genre de vie* e ação humana (COSGROVE, 1996, p. 9).

mo geográfico no qual os mesmos fenômenos culturais não materiais eram considerados como o resultado de *fatores geográficos*".

Nesse sentido, os geógrafos adotavam uma perspectiva positivista<sup>17</sup> ou naturalista, não estudando a dimensão psicológica ou mental da cultura. O interesse voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida.<sup>18</sup> Contudo, embora não seja a abordagem utilizada atualmente, essa também teve contribuições significativas para a ciência geográfica e, conseqüentemente, para os estudos culturais (CLAVAL, 2002).

A fragilidade teórica da Geografia Cultural foi admitida por alguns de seus apologistas. Wagner; Mikesell (1962 apud COSGROVE, 1996, p. 10) na obra "Readings in Cultural Geography" foram bem explícitos ao dizer que o geógrafo cultural "[...] não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura ou a descrição dos padrões de comportamento humano que afetam a terra".

Uma indagação pertinente a ser feita é como a ciência geográfica enquadrou-se nas discussões culturais. Sabe-se que o objeto de estudo dessa ciência é o espaço geográfico resultante da relação entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, os autores Wagner e Mikesell (2003, p. 29) apontam como é possível estabelecer essas relações: "[...] a cultura também está assentada numa base geográfica, pois é provável que só ocorra comunicação regular e compartilhada entre pessoas que ocupam uma mesma área comum".

Aliado a essa construção do espaço geográfico, deve-se considerar nessa discussão o meio físico, pois a cultura, de alguma forma, se materializa sobre esse espaço. Para Cosgrove (1996, p. 5), "a tarefa da Geografia Cultural é apreender e compreender essa dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço".

Embora a Geografia Cultural valorize o grupo social, ou seja, o agente humano como o desencadeador de culturas, a Geografia Física deve permanecer como palco das ações humanas. Nesse sentido, Sauer (1996, p. 4) comenta que

Toda a Geografia é com propriedade [...] Geografia Física, não porque o trabalho humano esteja condicionado pelo meio, mas porque o homem, por si mesmo, é objeto indireto de investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação.

<sup>17</sup> Na concepção positivista, todos os fatos geográficos deveriam ser experimentados, ser positivos, ser visíveis. Admite-se que somente através da observação e experimentação, únicas fontes do conhecimento, será possível chegar a contribuições relevantes para essa ciência (BEZZI; MARAFON, 2002, p. 28).

<sup>18</sup> Gênero de vida para Bezzi; Marafon (2002, p. 38): "[...] é entendido como o conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitiram ao homem utilizar os recursos naturais disponíveis".

A natureza oferece os recursos naturais, da qual o homem se utiliza de técnicas para extrair suas riquezas e habitar nesse ambiente. Nesse sentido, Claval (1999a, p. 219) diz que “[...] a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia”.

Os seres humanos apresentam uma variedade de soluções para um mesmo problema, e isso desencadeia técnicas variadas.<sup>19</sup> Dessa forma, o ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades. É através das técnicas que o homem tem condições de explorá-lo (CLAVAL, 1999a).

Em relação ao período em que se considera como o declínio dos estudos culturais, foi o momento em que se percebeu que essa temática recebeu menor atenção pelo fato de que a diversidade dos utensílios e dos equipamentos diminuiu ou desapareceu quase que completamente. A cultura perdeu representatividade, como também o estudo de crenças, costumes e tudo o que representava a imaterialidade de um grupo cultural tornou-se irrelevante (CLAVAL, 1999a).

No entanto, a partir de 1970, ocorreu uma renovação da abordagem cultural. Nesse período, desenvolveu-se uma nova perspectiva que se denominou “Nova Geografia Cultural” ou também conhecida como a “Geografia Cultural Radical”. Nessa fase, os geógrafos foram definidos como os “novos geógrafos culturais”.

Corrêa; Rosendahl (2003, p. 12) discorrem alguns estudiosos que se enquadram como críticos da Geografia vidaliana e da Escola de Berkeley: Marvin Mikesell, James Duncan, Denis Cosgrove, Paul Claval, Augustin Berque, Joel Bonnemaïson, Pierre Dumolard, Roger Brunet e Olivier Dollfus.

Para retroalimentar essa nova perspectiva da dimensão cultural, a partir da década de 1990 têm-se o surgimento e a criação de vários periódicos. Corrêa; Rosendahl (2003, p. 12) destacam os seguintes:

*Géographie et Cultures* em francês, em 1992, e *Ecumene*, em inglês, em 1994. No Brasil, o NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura), criado em 1993, no âmbito do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e seu periódico *Espaço e Cultura*, criado em 1995, atestam o recente interesse pela Geografia Cultural no país.

Aparentemente condenada ao declínio, a Geografia Cultural reencontra seu dinamismo e ressurgiu aliada à Geografia Crítica, ligando-se às repre-

---

<sup>19</sup> Claval (1999a, p. 227) aponta algumas técnicas com algumas funções como “produzir os gêneros alimentícios destinados aos animais ou às pessoas, ou a obtenção de matérias-primas com as quais estas últimas criam os utensílios necessários e os artefatos que as circundam”.

sentações e aos sentimentos de identidade que lhes são vinculados. Desse modo, o conceito de cultura é redefinido, sendo o mesmo entendido como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Nesse período, a Geografia teve influência das filosofias do significado, especialmente da fenomenologia, que trabalha com a experiência individual, ou seja, o espaço vivido e percebido de cada um (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Pode-se dizer que a dimensão dos aspectos materiais que estavam no âmago da Geografia Cultural clássica não desapareceu, mas foi concebida diferentemente, pois há a necessidade de abordar um sistema de representação e de valores que permite reconhecer e constituir a coletividade, ou seja, abordar o conteúdo imaterial da cultura (CLAVAL, 1999b).

Desde a década de 80, a Geografia vivencia um movimento de revalorização da ideia de cultura em seu domínio acadêmico. A abordagem moderna de cultura é definida por Gomes (1996, p. 32) como “[...] um domínio do mundo humano, um mundo de significações, de valores, um mundo de referências, que nasce da comunicação e de um universo de símbolos”.

Nessa renovação, o homem tornou-se o centro de sua análise e, consequentemente, esse período culminou no desenvolvimento de novas abordagens, que se constituíram em torno de três eixos. De acordo com Claval (1997, p. 92), a cultura parte “[...] primeiro, das sensações e representações; segundo, a cultura é vista através da ótica da comunicação e, terceiro, a cultura é compreendida na perspectiva da construção de identidade”.

É interessante salientar que, no primeiro eixo, considera-se que o homem aprende e age primeiramente em função das indicações que ele recebe através de seus sentidos como: visão<sup>20</sup>, audição, olfato, paladar e tato. Já com as representações que o indivíduo adquire através da educação e da vivência em grupo ele constrói o seu universo mental. Com relação ao segundo eixo, deve-se salientar a dimensão coletiva, pois a cultura é feita de informações que tramitam entre as pessoas e são transmitidas pela observação e imitação. No terceiro eixo, a dimensão individual perpassa o entendimento da cultura, a qual resulta do processo de construção pelos indivíduos que incorporam valores (CLAVAL, 1997).

### **Considerações finais**

Atualmente, os pesquisadores que se dedicam a temas culturais consideram a Geografia Cultural uma abordagem teórica ou uma linha de pesquisa; já outros a enquadram numa Escola Geográfica em constituição. Claval

---

<sup>20</sup> Claval (1999b) afirma que os estudos geográficos tratam quase que exclusivamente da visão.

(1999b) infere que, na atualidade, os estudos culturais são entendidos através dos códigos culturais, o que permite subsidiar de forma mais coerente as mais distintas culturas.

Apesar de toda a divergência teórica, metodológica e de material perceptível em seus textos, os geógrafos culturais, de modo geral, compartilham o mesmo objetivo. Isso fica evidente nas palavras de Cosgrove (2000, p. 34) com relação ao objetivo que impulsionou e até hoje persiste entre os geógrafos, ou seja:

O objetivo de descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações produzidas por nossa existência no mundo da natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui à sua existência e às suas relações com o mundo natural.

Mikesell coloca em evidência que, na verdade, não há uma Geografia Cultural Tradicional e uma Nova Geografia Cultural, mas uma única Geografia Cultural, que, durante o seu percurso iniciado na Europa há pouco mais de um século, apresenta continuidades e mudanças. Percebe-se que novos interesses por questões culturais estão emergindo na atualidade. Salienta-se que há uma tentativa de se compreender a mutável ação humana sobre a superfície terrestre. Pois mutáveis são os caminhos, métodos e temáticas utilizadas para isso (MIKESELL, 2000).

O fato é que os temas que envolvem as temáticas migratórias também devem ser estudados pelos pesquisadores da Ciência Geográfica, pois as questões espaciais estão ligadas diretamente à mobilidade populacional. No século XXI do cenário globalizado, também ocorrem as diferenciações espaciais através das regionalizações que acabam definindo diferentes espaços econômicos, ambientais, políticos e culturais.

Desse modo, percebe-se que é eminente o fluxo de pessoas que transitam de um lado para outro, sendo migrantes ou refugiados em busca de uma vida mais digna e justa, porém esses encontram, muitas vezes, barreiras nesses novos espaços, tanto na esfera psicológica como material. Já no quesito da política migratória, percebe-se que há países que delimitam suas fronteiras para a entrada de migrantes, porém, quando lhes convêm, há uma abertura de seus espaços. Isso demonstra que ainda se tem muito para evoluir no sentido de entender que a mobilidade populacional faz parte de uma dinâmica natural e que essa fluidez vai interferir nas questões espaciais de toda a sociedade.

## Referências

BEZZI, Meri Lourdes; MARAFON, Gláucio José. **Manual didático sobre a evolução do pensamento geográfico**. Santa Maria: Departamento de Geociências UFSM, 2002 (Inédito).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e Cultura**: pesquisas e notas de Etnografia Geral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999a. Título original: *Lá Geografic Culturelle*.

\_\_\_\_\_. Geografia Cultural: o Estado da Arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999b. p. 59-97.

\_\_\_\_\_. As abordagens da Geografia Cultural. In: \_\_\_\_\_. **Explorações Geográficas**: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p. 89-117.

\_\_\_\_\_. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator: UFC**, n. 1, p. 19-28, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 9-18.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 9-18.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 5-29, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Paulo César da Costa. Identidade e Exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, 1996, p. 31-41.

KEESING, Felix. **Antropologia Cultural**: a ciência dos costumes. Tradução: José Veiga. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MAIA, Doralice Sátyra. **A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições**. Terra Livre. São Paulo: AGB Nacional, 2001. n. 16, p. 71-98. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre16/terralivre16artigo4.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2008.

MIKESELL, Marvin. Posfácio: novos interesses, problemas não-resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural**: um século (II). Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p. 85-109.

SANTOS, Maria Medianeira dos. **Territorialidades judaicas no espaço urbano de Porto Alegre/RS**. 2015. 282 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2015.

\_\_\_\_\_. A organização da Colônia Philippon e as atividades econômicas. In: MARTINS, Tiago Costa; GUIMARÃES E SILVA, Marcela (Orgs.). **Breve história da colônia Philippon, Itaara, RS**. 1. ed. São Borja: Conceito, 2012. p. 47-66.



\_\_\_\_\_. O espaço atual da ex Colônia Philippson. In: MARTINS, Tiago Costa; GUIMARÃES E SILVA, Marcela (Orgs.). **Breve história da colônia Philippson, Itaara, RS**. 1. ed. São Borja: Conceito, 2012. p. 111-126.

\_\_\_\_\_. A formação das colônias judaicas no Rio Grande do Sul: o primeiro processo da (des-re) territorialização. In: NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lourdes (Org.). **Estudos sobre Geografia Cultural no Rio Grande do Sul**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 52-68.

\_\_\_\_\_. Territorialidades judaicas no espaço urbano de Porto Alegre: o uso da abordagem qualitativa. In: PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (Org.). **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. p. 395-412.

SAUER, Carl. Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 01-07, 1996.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2003. p. 27-62.

# Compreensão do código cultural da gastronomia entre os descendentes de imigrantes alemães no contexto regional do Vale do Taquari/RS

*Juliana Cristina Franz  
Meri Lourdes Bezzi*

## Introdução

A imigração e a colonização alemãs iniciaram no século XIX, e os imigrantes colonos que se estabeleceram na Província do Rio Grande do Sul localizaram-se nas áreas de florestas entre o Litoral e o Planalto e foram imprimindo, nessas regiões de colonização alemã, as características das pequenas propriedades policultoras de caráter familiar. Deve-se considerar também que o fato de estar isolados fez com que eles passassem a desenvolver um comércio de pequena escala local.

A ocupação territorial empreendida pelos imigrantes revela uma adaptação ao novo *habitat*, que, com algumas diferenciações, mantém elementos da cultura de origem dos imigrantes, conformando um sistema cultural peculiar que ainda persiste na atualidade. Alguns códigos culturais, como por exemplo os hábitos alimentares, refletem a diferença cultural que reporta às culturas e à nacionalidade de origem dos imigrantes, apesar de no cotidiano apresentar indicadores de práticas compartilhadas (SEYFERTH, 2015).

Nesse contexto de reprodução do processo colonizador, a vida cotidiana nas colônias constituiu-se também por saberes, fazeres e valores que vão sendo reproduzidos, migrando com os grupos sociais, produzindo e reproduzindo demandas e necessidades que gradativamente são preenchidas pelas ações e inventividades de seus elementos territorializados.

Dessa forma, objetivou-se, nesta pesquisa, a apreensão da heterogeneidade do espaço rural constituído a partir da imigração e colonização alemãs, com enfoque na relação tempo-território. No intuito de apreender as “continuidades” da territorialização alemã na região do Vale do Taquari/RS<sup>1</sup> serão

---

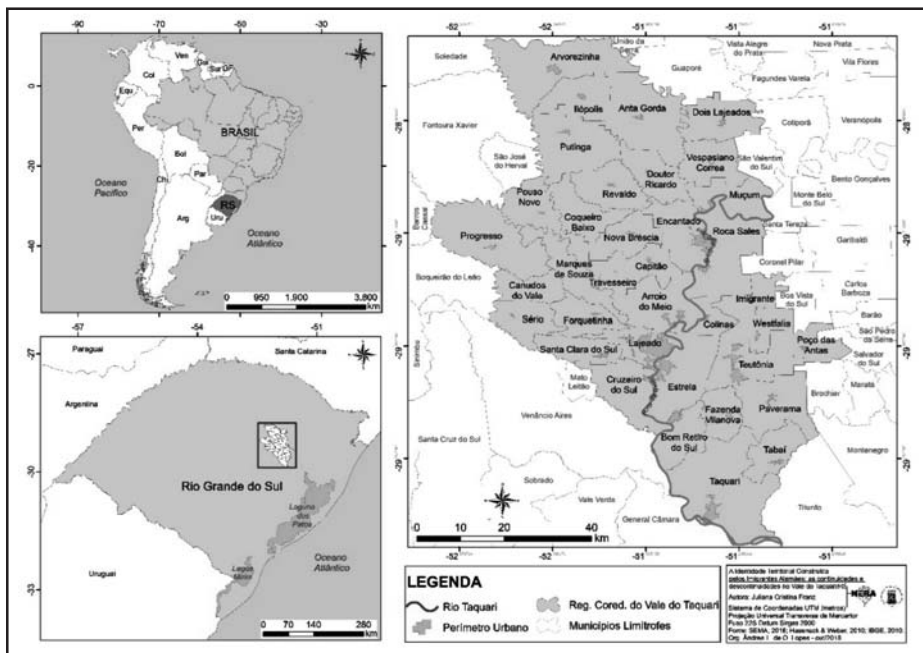
<sup>1</sup> A região do Vale do Taquari é composta pelos seguintes municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabai, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

consideradas as tradições, as identidades, as permanências no tempo e no território desse processo histórico, relacionadas ao código cultural da gastronomia. Simultaneamente serão consideradas também as “descontinuidades”, ou seja, as mudanças absorvidas pelos descendentes dos imigrantes alemães, relacionadas aos processos de modernização e urbanização, as quais, muitas vezes, são expressas em suas manifestações culturais alimentares (Figura 1)

Woortmann (2007), ao considerar a relação dos hábitos alimentares com os imigrantes e descendentes alemães que se estabeleceram no sul do Brasil, expõe que, como outros grupos sociais, esses sofreram alterações, que incluem parâmetros e níveis de consumo que se modificam no tempo e no espaço. Entretanto, mesmo diante do cenário de mudanças, a tradição não foi abandonada; “as mudanças parecem constituir mais adaptações à modernidade do que alterações radicais” (p. 186).

Este trabalho efetivou-se através de uma metodologia qualitativa, adotando como recurso entrevistas realizadas no trabalho de campo. A partir da inserção em campo, buscou-se distinguir o que se caracterizava como comida de festividades e o que compunha o cardápio do cotidiano, buscando relacionar com o passado colonial dos colonos imigrantes alemães.

**Figura 1:** Mapa de localização do Vale do Taquari/RS



Fonte: SEMA, 2018; HASENACK; WEBER, 2010; IBGE, 2010.

## **Código cultural alimentar – comida/gastronomia**

Woortmann (2007) recorre a Douglas (1972) para designar à comida o *status* de código, que constitui “expressão de”.

[...] se a comida é tratada como um código, as mensagens que ela codifica serão encontradas no padrão das relações sociais que estão sendo expressas. A mensagem trata de diferentes graus de hierarquia, de inclusão e exclusão, de fronteiras e transações através de fronteiras [...] as categorias de comida, por conseguinte, codificam eventos sociais (DOUGLAS, 1972, p. 61 *apud* WOORTMANN, 2007, p. 179).

De acordo com Woortmann (2007), a comida tradicional teuto-brasileira cotidiana apresentou alterações ao longo do tempo, mas não desapareceu. Pode-se afirmar que ela foi ressignificada. Continua retida na memória gastronômica ou afetiva do grupo, sendo revalorizada como comida no ritual das festas, em que os laços de parentesco e a identidade são reforçados e as raízes familiares são atualizadas.

Comida é uma categoria nucleante, e os hábitos alimentares são textos culturais inseridos no interior da vida cotidiana. Para essa concepção, Woortmann (1985) inspirou-se em Geertz (1978), o qual propõe que a cultura pode ser entendida como totalidade de representações de uma coletividade, constituindo-se, nesse sentido, numa reunião de “textos culturais”.

A “comida da colônia”, que hoje é exibida com orgulho nas festas comunitárias, busca reviver tradições dos agricultores do Vale do Taquari, a qual talvez não fosse tão positivamente valorizada há vinte anos, quando os habitantes do campo estavam fascinados intensamente pelos valores da cidade, incluindo a gastronomia *standardizada* e globalizada (WAGNER; MARQUES; MENASCHE, 2007).

O código cultural que envolve a comida e a gastronomia é marcado por continuidades e rupturas. Analisar-se-á a distinção entre a comida do cotidiano e a das festividades, buscando em ambas a relação com o passado colonial desse grupo de imigrantes.

### **A comida de festividades**

Antes de tratar das festividades regionais relacionadas à imigração alemã, realiza-se uma reflexão acerca da relação das festividades com a identidade cultural. Nesse sentido, para Tedesco e Rosseto (2007), a festa ritualizada constitui-se em:

[...] um momento de situações profanas e sagradas, relacionais e grupais; em última instância, comunitárias; é o passado, ou algo do passado cotidiana-

no e tradicional que busca manter e atualizar significações, expressar relações simbólicas, formatos sociais, hierarquias, posições sociais, performance de grupos étnicos nacionais que buscam fortalecer um sentimento próprio de si mesmos, porém em correlações (TEDESCO; ROSSETO, 2007, p. 19).

A festa também define identidades, conformadas na relação entre o tradicional e o moderno, ou seja, constitui-se como espaço de “produção de memória e, portanto, de identidade no tempo e no espaço sociais” (GARINELLO, 2001, p. 972).

Uma das festividades alemãs mais importante é o *Kerb*<sup>2</sup>. A origem desta festa remete às regiões do Reno e Mosela na Alemanha, onde se celebrava o *Kirchweih*<sup>3</sup> ou o dia do santo padroeiro; a festa tinha duração de três dias. A primeira festa de *Kerb* realizada no sul do Brasil foi em 1829 no município de Dois Irmãos (KNOB; KNOB, 1998).

Na colônia de Teutônia, foi introduzida em 1872 pelo pastor Wilhelm Kileingünther a festa de aniversário do templo – o *Kerb*. Essa festividade incluía jogos, sorteios, bailes, comida e alegria. Representava a oportunidade de receber visitas de parentes de localidades distantes e amigos para confraternizar em três momentos – no culto da igreja, em casa e, por fim, no baile. As festividades de *Kerb* costumavam durar três dias – de domingo a terça-feira (DAHMER, 2015). Atualmente, o *Kerb* ainda é muito difundido, embora se restrinja, muitas vezes, ao jantar-baile ou apenas à atividade dançante.

Na colônia de Poço das Antas, o *Kerb* foi introduzido em 1890, quando foi celebrado o dia do padroeiro da Comunidade Católica de São Pedro. A preparação do *Kerb* levava dias. O trabalho na roça ficava em segundo plano para os moradores se dedicarem à preparação da festividade. Essa envolvia o preparo de alimentos como os biscoitos (bolachas), as cucas, os doces, o *Sauerkraut* (chucrute), as conservas de pepino, rabanete, entre outros, além das bebidas, com a preparação do vinho de laranja ou do *Spritzbier* (cerveja de gengibre ou de ananás). E matava-se um boi ou um porco ou ainda galinhas para servir de alimento às famílias que viriam a se reunir (KNOB; KNOB, 1998).

Os autores também relatam que as casas se transformavam em hospedaria, recebendo familiares que residiam mais distantes da comunidade e se reuniam para o *Kerb*, que iniciava na manhã de domingo. Primeiramente, havia uma missa, da qual participavam as pessoas que iriam preparar o almoço; mais tarde, havia outra missa, a solene, da qual participavam principalmente

---

<sup>2</sup> “O termo *KERB* (pronuncia-se quérpe) tornou-se uma forma abreviada de *KIRCHMESSE*, *KERBFEST* ou *KIRCHWEIHFEST*, festa de inauguração da igreja” (LENZI, 1989, p. 16).

<sup>3</sup> O termo *Kirchweih* pode ser traduzido como sendo a inauguração do templo religioso.

os mais jovens e os convidados. No fim da cerimônia, com o repique dos sinos, o povo era recebido na porta da igreja pela bandinha ou por um grupo de músicos para conduzi-los ao salão onde à noite haveria o baile. Ao meio-dia, a festa deslocava-se para as casas das famílias, onde, após o almoço, se tomava chimarrão e aconteciam os jogos de carta, como o *Schafkoop*, *Siebenstich* ou outros, acompanhados de bebidas como a cerveja. À tarde, era servido um café com cucas<sup>4</sup>, pão com linguiça, nata, manteiga e *schmier*<sup>5</sup> e, muitas vezes, também havia tortas e bolos. À noite, ocorria o baile no salão da sociedade.

A segunda-feira era o dia de descanso, com menos visitas nas residências, e não havia baile à noite. Na terça-feira, as festas eram retomadas, quando à noite ocorria o grande baile. O que se pode perceber das festas de *Kerb* é que elas congregavam três entidades – a comunidade religiosa, a família e a sociedade recreativa. Schauen (2015) apresenta alguns exemplos de práticas culturais trazidas pelos alemães que se combinam com outras de diferentes matrizes culturais.

Os costumes trazidos pelos alemães estão largamente difundidos: comer cuca, galinha assada no forno, linguiça, assado de porco, batatinha e chucrute, além de beber cerveja, chopp e vinho. Todas essas iguarias se misturam com iguarias tipicamente originárias daqui, como o churrasco, a feijoada, o pão de milho e de mandioca. As bandinhas alemãs, ao lado de eventos como o “Kerb” e a “Oktoberfest”, conquistaram seu lugar no calendário turístico de muitas cidades. Viajando pelos mais diversos rincões do nosso estado e do Brasil, encontramos descendentes de colonos alemães frequentando centros de tradição gaúcha, usando bombachas e tomando chimarrão, numa perfeita integração de culturas. Muitos ainda falam o dialeto alemão do Hunsrück (SCHAUREN, 2015, p. 29)

Em Estrela, tem-se o Festival do Chucrute, que teve a sua primeira edição (baile) em 1966, dois anos após a fundação dos grupos de dança folclórica alemã no município. Com o intuito de atrelar tradições da culinária herdada dos colonizadores alemães, o baile do grupo de danças era antecedido por um jantar em que o prato típico chucrute<sup>6</sup> era servido. Esse festival atualmente é realizado no mês de maio, com duas semanas de festividades, que intercalam a data de aniversário do município – 20 de maio. O festival é promovido pela Comunidade Evangélica de Estrela (SCHIERHOLT, 2002).

---

<sup>4</sup> Cuca é uma massa feita com fermento biológico, trigo, açúcar, manteiga e ovos, aberta num tabuleiro e coberta com pedaços de frutas e *Streusel* (mistura esfarelada de açúcar, trigo e manteiga). E daí derivam variações; geralmente usa-se a fruta da época (SEYFERTH, 2015).

<sup>5</sup> Doce de frutas feito com melado de cana e com frutas da estação. Doce geralmente usado para passar sobre o pão.

<sup>6</sup> Conserva de repolho picado em vinagre e salmoura.

Nos festivais, independente da nomeação [...] ou da ênfase dada a outros traços da diferenciação cultural (música, roupas classificadas como típicas), a pauta gastronômica inclui aqueles pratos mais facilmente atribuídos à “tradição alemã” pelos “outros” (os visitantes): joelho de porco cozido ou defumado, costeleta de porco defumada, chucrute, salsichas diversas, salada de batatas, pato assado com repolho roxo. Nesses ambientes festivos, animados por música e dança, a cerveja paira incólume na condição de identificador étnico praticamente inevitável e, às vezes, objeto de crítica associada à desordem alcoólica (SEYFERTH, 2015, p. 153).

Esse festival, entre outros, característicos de municípios de origem alemã, configura um momento de afirmação da singularidade cultural. Essa é expressa através da música, da dança, da gastronomia, apresentando uma reedição de um “passado alegre”, ressaltando o convívio familiar e a sociabilidade cotidiana.

Além das festividades, os descendentes de imigrantes vão articulando, através da memória de um passado em comum dos habitantes de um território, estratégias para fortalecer e resgatar os vínculos locais, criando histórias de imagens míticas dos antepassados. Também evidenciam características que naturalizam e cristalizam as qualidades dos habitantes de um território, gerando lendas e credences ligadas ao processo de colonização alemã.

### Comida do dia a dia

Conforme Schierhorlt (2002), em relação à culinária das famílias de origem alemã que foi herdada de imigrantes, nos dias comuns servia-se o *Alltagsessen*, a comida de todos os dias. Já nos domingos, dias santos e de festividades, o cardápio era denominado de *Sontagsessen* (comida de domingo). “Alguns manjares permaneceram no seu original, como o *Riebelsuppe* (sopa de massa granulada), *Eierschmier* (*Schmier* de ovos), *Pfannkuchen* (panqueca), *Kartoffelsalat* (salada de batata) ou *Gekocht* (batata cozida)” (SCHIERHORLT, 2002, p. 277).

Entretanto, com a diversidade de alimentos da policultura, a culinária alemã foi incrementada e alterada, associando elementos “típicos” com os novos produzidos em terras brasileiras. Esses alimentos foram incorporados à gastronomia alemã: feijão, arroz, aipim, farinha de mandioca, chuchu, entre outros alimentos.

A questão de delimitar espacialmente uma cozinha não é simples. Além das fronteiras geográficas, ela implica os significados que são dados a certos pratos que a caracteriza. Para pensar sobre a comida “típica”, cabe refletir sobre o que seria essa denominação. Nesse sentido, Maciel (2001) aponta que:

A constituição de uma cozinha típica vai assim mais longe que uma lista de pratos que remetem ao “pitoresco”, mas implica o sentido destas práticas

associadas ao pertencimento. Nem sempre o prato considerado “típico”, aquele que é selecionado e escolhido para ser o emblema alimentar da região, é aquele de uso mais cotidiano. Ele pode, sim, representar o modo pelo qual as pessoas querem ser vistas e reconhecidas (MACIEL, 2001, p. 152).

Nesse contexto, percebe-se uma relação entre o que é denominado de típico e a comida servida nas festividades, essa que nem sempre é a mais presente no cotidiano. Seyferth (2015) esclarece que os hábitos alimentares dos imigrantes alemães e seus descendentes sofreram adaptações e foram conciliados com a tradição nacional brasileira e a produção obtida nas roças da colônia. Salienta-se que a comida é um código cultural que expressa a identidade. A principal característica de distinção da exploração camponesa é a policultura, elemento marcante da identidade dos colonos pela correlação da ideia de suficiência produtiva assegurada pelo trabalho familiar. Na atualidade, a policultura ainda é valorizada por garantir parte do abastecimento da unidade familiar (SEYFERTH, 2015).

Seyferth (2015) ressalta que a culinária é parte importante do *habitus* social<sup>7</sup>, sendo até mesmo um símbolo de pertencimento, que expressa uma diferença cultural valorizada, que foi aprendida na socialização primária e seus desdobramentos.

Na realização do trabalho de campo, ao se entrevistar e/ou conversar com membros da comunidade da região do Vale do Taquari, percebe-se um entendimento de que a comida cotidiana é “mista”, em que, além de reproduzir alguns pratos introduzidos pelos imigrantes alemães, ela combina distintas influências e realiza adaptações com o uso de equipamentos mais modernos.

Nesse sentido, tem destaque o assado de porco, que antes era realizado em forno a lenha e hoje em grande parte das residências esse processo ocorre no forno elétrico. O mesmo acontece com o pão e com a rosca; essa última era tradicionalmente assada sobre uma folha de bananeira no forno a lenha. Esses alimentos que fazem parte da memória afetiva não necessariamente foram introduzidos pelos imigrantes, pois o polvilho, que é a base da rosca, é oriundo da mandioca ou aipim, e os colonos alemães vieram a conhecer esse produto apenas no Brasil.

Nas propriedades rurais visitadas, a herança dos antepassados também está presente na preservação dos costumes<sup>8</sup> relacionados à culinária, o “saber fazer” no preparo dos alimentos. “A comida, ao mesmo tempo em que

---

<sup>7</sup> *Habitus* social é o saber incorporado que ao longo do tempo vai se transformando, apresentando um suposto equilíbrio entre continuidade e mudança (ELIAS, 1997).

<sup>8</sup> Costumes: “sugere práticas e comportamentos aceitos pelo grupo, associados a uma tradição, aprendidos no curso da socialização” (SEYFERTH, 2015, p. 138).



está alicerçada em razões práticas – é necessária para atender ao estômago –, também constrói seu universo simbólico – é necessária para atender à mente” (WOORTMANN, 2007, p. 178). A comida tradicional alemã sofreu adaptações devido ao impacto do turismo e da migração para áreas urbanas de descendentes dos colonos alemães.

Na consciência étnica dos teuto-brasileiros, a comida aparece como um dos marcadores culturais da identidade. Seyferth (2015) ressalta que os hábitos alimentares surgiram da conciliação de uma imaginada tradição nacional com a produção que era obtida nas roças da colônia. O mais marcante é a policultura, que até hoje é valorizada, mesmo nas propriedades pluriativas.

Entre os produtos em destaque há o pão e a cuca, que são feitos artesanalmente para o consumo próprio das famílias. Segundo Seyferth (2015), o pão é o mais valorizado dos hábitos alimentares, uma tradição mantida no decorrer do tempo. Apesar dos percalços, o pão foi reinventado pelos pioneiros de acordo com o que podia ser plantado e colhido nas roças. As conservas e compotas também são típicas entre os agricultores. Com elas busca-se armazenar e conservar as frutas e os legumes da época para serem consumidos posteriormente, geralmente durante o ano todo, seguindo a lógica de provisionamento dos colonos pioneiros.

A produção de melado<sup>9</sup> e de *schmier* também é comum nas propriedades, e geralmente o excedente dessa produção é comercializado na própria propriedade. Woortmann (2007) salienta a mudança dos hábitos no cotidiano, em que o melado e o açúcar mascavo, antes produzidos na moenda familiar, seriam substituídos pelo açúcar branco, comprado. Ocasionalmente, nos fins de semana, passou-se a produzir pequena quantidade de melado e de *schmier* para o consumo familiar, enquanto a maior parte seria destinada à comercialização. Seyferth (2015) destaca que era necessário usar o que o colono podia obter na própria propriedade – daí resulta a combinação inicial do melado com a polpa das frutas de cada época, evitando o desperdício.

Os derivados do leite também são importantes na alimentação desse grupo social. O queijo é um produto ainda fabricado artesanalmente pelos agricultores familiares. Ele é destinado majoritariamente ao consumo próprio. A nata e a manteiga também são produzidas por alguns agricultores e destinam-se principalmente ao autoconsumo.

A linguiça é um derivado de origem animal, ainda produzida nas propriedades; além dessa, os agricultores também identificaram a copa e o *bacon*

---

<sup>9</sup> Melado é um produto decorrente da cana-de-açúcar, e sua pasta é a base da *schmier*.

como outros produtos processados em sua propriedade, geralmente apenas para o consumo da família.

As bolachas artesanais de farinha, de manteiga, de melado ou de mel são também produtos mencionados pelos agricultores familiares como parte dos hábitos alimentares herdados dos antepassados e que ainda são produzidos na propriedade. As bolachas são gulodices que eram relacionadas pelos colonos imigrantes a datas comemorativas, como no dia de São Nicolau (6 de dezembro) e Natal (SEYFERTH, 2015). Além dessas, os entrevistados citaram as massas, que são feitas manualmente no dia a dia para seu consumo. Na Figura 2, é apresentado um mosaico com imagens que sintetizam o saber-fazer relacionado à alimentação cotidiana das famílias descendentes de imigrantes alemães.

**Figura 2:** Mosaico das produções artesanais relativas à culinária alemã



Fonte: A autora, 2016.

Alguns produtos os imigrantes trouxeram de sua terra de origem e continuaram a cultivar no Brasil, e uma grande variedade de novos alimentos e temperos eles conheceram aqui, o que os levou a adaptar, incrementar e enriquecer a sua culinária.

### Considerações finais

Considera-se, que no cenário regional atual, a urbanização e a modernização, em especial as da agricultura, vêm impondo significativas transformações ao território, e os descendentes dos imigrantes colonos têm respondido de formas diversas, associando as técnicas modernizantes na agricultura com as herdadas de seus antepassados ou combinando práticas socioculturais ligadas à tradição com o uso de inovações. Assim, é relevante considerar o passado/continuidades/permanências e o presente/descontinuidades/rupturas.

É perceptível uma lógica distinta na gastronomia das festividades para a cotidiana. A comida servida nas festas representa, muitas vezes, uma gastronomia “típica” ritual, apresentada como algo pitoresco. Nas festividades identificadas no Vale do Taquari, pratos típicos como o chucrute, o Joelho de Porco, as salsichas *bock* e outros foram identificados, e esses, muitas vezes, não fazem parte do cotidiano familiar dos descendentes de imigrantes alemães, representando mais uma tradição alemã aos olhos dos outros, dos visitantes.

No cotidiano, a alimentação tida como típica alemã confunde pratos e alimentos trazidos pelos imigrantes com a diversidade da produção agropecuária, com destaque para a policultura. A imaginação da tradição nacional é atrelada à produção nas roças da colônia, onde houve muitas adaptações alimentares. As diferenças de clima, relevo e solo entre o país de origem e o de destino levaram os imigrantes a se adaptar às culturas e práticas agrícolas viáveis.

Além da produção de alimentos, a comida entendida como hábito social tem um papel preponderante no seio familiar pela transmissão do saber fazer, que gera uma socialização, um sentimento de pertencimento e afetividade, baseado em uma memória gastronômica que valoriza e revaloriza a comida no âmbito familiar.

### Referências

DAHMER, Elio. **A Imigração alemã: por que os alemães colonizaram o Brasil?** A história da Colônia de Teutônia, Linha Frank e Linha Schmidt. Lajeado: Ed. da UNIVATES, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUARNIELLO, Norberto L. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, Kantor. **Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec, 2001. v. 2

HASENACK, W.; WEBER, E. **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, Centro de Ecologia, 2010. Escala 1:50.000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica Vetorial Contínua do Brasil ao milionésimo – BCIM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KNOB, Frei Pedro; KNOB, Darcísio. **Poço das Antas**: Primeiro lugar no ranking de alfabetização. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

LENZI, Zuleica M. **O Kerb em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC; Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado, 1989.

MACIEL, Maria E. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, 2001.

SCHAUREN, Décio A. A imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: GENEALOGIA/RS (Org.). **Famílias de Origem Alemã no Rio Grande do Sul**: Volume I. Porto Alegre: EST Edições, 2015. p. 16-29.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela**: ontem e hoje. Lajeado: O Autor, 2002.

SEMA – SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RS): **Base Cartográfica do Estado do Rio Grande do Sul**. Escala 1:25.000. Porto Alegre: SEMA, Divisão Cartográfica, 2018.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e Sabores da Colônia**: Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 133-160.

TEDESCO, João C.; ROSSETO, Valter. **Festas e Sabores**: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

WAGNER, Saionara A.; MARQUES, Flávia C.; MENASCHE, Renata. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 58-77.

WOORTMANN, Ellen F. Padrões Tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 177-196.

WOORTMANN, Klass A. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**, Brasília, 50, 1985.

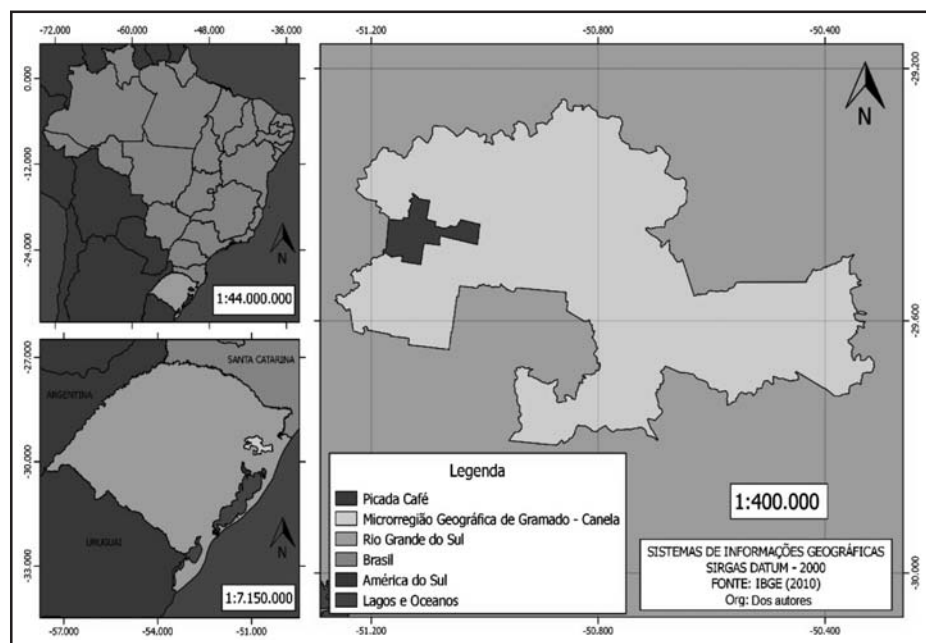
# As marcas culturais mediadas pela arquitetura alemã na paisagem do município de Picada Café/RS

*Ligian Cristiano Gomes  
Meri Lourdes Bezzi*

## Introdução

A presente pesquisa teve como laboratório de estudo o município de Picada Café/RS, localizado na encosta da Serra Gaúcha, o qual tem como característica marcante a presença expressiva de descendentes alemães tanto no espaço rural como no urbano. Salienta-se que a população da unidade territorial estudada mantém as tradições culturais de seus antepassados, as quais estão materializadas na paisagem, gerando as marcas culturais arquitetônicas dessa etnia na unidade territorial analisada (Mapa 1).

**Mapa 1:** Localização do município de Picada Café/RS/Brasil



Org.: Dos autores, 2019.

O objetivo desta investigação foi analisar as marcas culturais presentes na paisagem do município de Picada Café/RS/Brasil, enfocando a arquitetura típica germânica. Como objetivos específicos, a pesquisa visou: (a) resgatar o código material arquitetônico da cultura germânica evidenciado em Picada Café; (b) identificar as contribuições do código cultural arquitetônico presente em sua paisagem e (c) verificar as peculiaridades dessa etnia no cenário paisagístico da unidade territorial investigada.

Os processos migratórios e suas marcas na paisagem são uma temática fundamental para os estudos culturais. Indagar e interpretar os sentimentos de pertença, seguidos de inúmeros objetivos de vida dos imigrantes, permitem-nos compreender a história do grupo étnico, no caso específico desta pesquisa, as marcas culturais presentes na paisagem de Picada Café que remetem à colonização típica alemã.

### **Metodologia**

Para o desenvolvimento desta investigação, realizaram-se as seguintes etapas metodológicas. Primeiramente, realizou-se a operacionalização dos conceitos via levantamentos bibliográficos, o que permitiu aprofundar a temática em estudo, bem como estruturar a matriz conceitual da pesquisa, identificando os conceitos primordiais da investigação, como cultura e paisagem.

A segunda etapa constituiu-se em levantamentos de dados em fontes secundárias, tais como: Arquivos Históricos, entidades de pesquisas culturais, Prefeitura Municipal, Secretaria de Cultura, museus, entre outros. Essas fontes foram fundamentais, pois são detentoras de informações significativas para a realização da pesquisa.

Outra fase importante foi o trabalho de campo, o qual correspondeu à terceira etapa do trabalho. Esse permitiu verificar e evidenciar *in loco* os aspectos culturais presentes na paisagem, ou seja, aqueles que contêm as “marcas culturais”, expressas por meio do código cultural material germânico, arquitetura.

A quarta e última etapa refere-se à análise e interpretação dos resultados, que permitiram a compreensão das marcas culturais presentes na paisagem de Picada Café.

### **Caracterização dos aspectos inerentes ao processo de imigração alemã: Brasil/Rio Grande do Sul**

Para abordar a imigração alemã no Brasil, resgata-se um pouco de sua história. As peculiaridades resultantes desse processo propiciaram as organizações/reorganizações socioespaciais dos municípios que receberam esse gru-

po social. Durante o período que mediou esse processo de colonização, ocorreu a configuração da atual organização espacial do estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, ressalta-se que, em maio de 1824, o imperador Dom Pedro I foi responsável pela primeira leva de imigrantes alemães no Brasil. O início da viagem pelo Oceano Atlântico já estabelecia o princípio de uma aventura desgastante. Os imigrantes eram desembarcados em áreas próximas ao Rio de Janeiro no intuito de criar colônias agrícolas para abastecer a cidade (ASSMANN, 2009).

No entanto, foi durante o século XX que a maior parte dos imigrantes alemães chegou ao Brasil. Desembarcaram no país na década de 1920 mais de 70 mil alemães. A maior parte desses imigrantes não iria mais para as colônias rurais, mas para os centros urbanos. A cidade de São Paulo recebeu a maior parte dessa nova onda de imigração alemã; em 1918, viviam na cidade cerca de 20 mil alemães. Outros foram para Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Houve também grupos de alemães na década de 1940 que emigraram para o Brasil devido à Segunda Guerra Mundial (ASSMANN, 2009).

Todavia a imigração de alemães foi consequência de diversos motivos, entre eles as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da Europa. O desenvolvimento do capitalismo industrial e a consecutiva decomposição dos laços feudais estabeleciam um ambiente de aversão populacional à frente de uma fronteira aberta e diante de uma utopia de América.

A emigração alemã, como toda a emigração europeia, explica-se pelas grandes reorganizações sócio-político-econômicas que passou a Europa no século XIX. A consolidação do Estado nacional alemão foi primordial para o crescimento do fluxo emigratório. Acrescenta-se a isso o fato de que, no Brasil no século XIX, abriram-se excepcionais condições favorecendo a imigração europeia. Na segunda metade desse século, chegaram a São Paulo os imigrantes europeus com a finalidade de prover mão de obra para as lavouras de café e fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados pelo governo brasileiro (IBGE, 2019).

No ano de 1824, o estado do Rio Grande do Sul principia o processo de imigração europeia dos povos germânicos em seu território. Esse processo de imigração alemã ocorreu durante o movimento migratório no período correspondente aos séculos XIX e XX (IBGE, 2019).

Para entender a estruturação da imigração dos europeus, a formação das primeiras colônias e, posteriormente, a compreensão do processo de organização/reorganização socioespacial/cultural no Brasil devem destacar uma importante figura. Dessa forma, ressalta-se a precursora do processo de colonização de descendentes de origem germânica para o sul do país. A imperatriz

tinha como prioridade a colonização desse território por imigrantes de origem estreitamente alemã. Dessa forma, os alemães foram instigados pela conquista da terra e com uma expectativa de vida com prosperidade. Nesse sentido, inúmeros imigrantes deixaram o chamado Velho Mundo.

Os primeiros colonos alemães desembarcaram no Rio Grande do Sul a partir de 25 de julho desse mesmo ano. Estabeleceram as margens do rio dos Sinos, onde atualmente se encontra o município de São Leopoldo. Nesse primeiro momento, o grupo era composto por apenas nove famílias, totalizando 39 pessoas. Ao longo do período de 1824 a 1830, chegaram ao estado cerca de 5.350 imigrantes (ASSMANN, 2009).

O estado gaúcho passou por outras tentativas de colonização, sendo em locais de difícil acesso. Uma dessas tinha como objetivo enviar grupos de pessoas que estavam causando algum tipo de problema, tornando-os indesejáveis em São Leopoldo. Essa nova corrente migratória dirigiu-se para a região das Missões, à colônia de São João das Missões. A outra tentativa de colonização com imigrantes alemães ocorreu no litoral, na região de Torres, tendo como objetivo povoar a zona da mata entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Contudo as inúmeras tentativas falharam (FLORES, 1994).

As peculiaridades físicas e naturais do estado gaúcho contribuíram para a materialização cultural desses imigrantes na paisagem. O clima frio, característico da serra gaúcha, assemelha-se muito ao clima da Alemanha. Dessa maneira, os colonos continuavam exercendo algumas de suas funções, como as ligadas ao uso do solo para as atividades agropecuárias. Destaca-se também a conservação das formas de construção das casas típicas dessa etnia na paisagem do recorte espacial em estudo.

Outro ponto que se evidencia nessa fase diz respeito às características particulares das colônias, nas quais se encontravam grupos predominantemente da mesma etnia. Nas oficinas, tinha-se a preocupação de misturar elementos culturais de diversas origens.

Contextualiza-se que se torna notável a permanência do processo de colonização Brasil/Rio Grande do Sul, onde as características típicas dessa etnia encontram-se presentes e materializadas. Elas demonstram que o processo de colonização de imigrantes alemães no estado gaúcho foi bastante significativo para o desenvolvimento sulino.

### **Conceituações acerca de cultura e paisagem**

A Geografia tem como preocupação central analisar a interface natureza-sociedade em suas diversas nuances. A partir do momento em que a cultura passou a fazer parte de suas análises e estudos, originou-se um subcampo de



estudo, denominado de Geografia Cultural. Dessa forma, a cultura é um conceito fundamental, pois descreve a relação do homem e sua apropriação da natureza. Ou seja, investiga as distintas práticas sociais. A cultura mediada pelos códigos culturais é representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais, sendo responsável pela diversidade das paisagens culturais.

Embora a percepção seja individual, ela mantém ligação com o contexto geral, ou seja, como o comum age em relação às situações. Os códigos são passados de geração em geração como ensinamentos. Porém esses não são fixos no tempo e no espaço, pois as formas e as funções podem mudar de acordo com a dinâmica cultural (BRUM NETO; BEZZI, 2008).

Nessa perspectiva, Mikesell (2000, p. 91) ressalta que

Os estudos culturais contemporâneos nos ensinaram a reconhecer, acima de tudo, que as culturas são contestadas politicamente. A visão unitária da cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificadas de tempo e lugar. A cultura pode sempre ser representada como uma construção social e politicamente contestada.

A concepção de cultura visa, em sua essência, ser percebida e transmitida através de gerações, destacando a individualidade dos agentes que são responsáveis por sua perpetuação ao longo do tempo. Nesse sentido, os estudos referentes à cultura tornam-se fundamentais para orientar as relações inferidas ao espaço, materializando características distintas, salientando símbolos particulares de determinados grupos e, ao mesmo tempo, diferenciando os mesmos, formando, portanto, paisagens singulares e/ou particulares.

Segundo Claval (1999, p. 163), é importante considerar que

A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro. Os outros mundos dos alhures permitem julgar o presente e pensar o futuro: eles dão aos seres humanos o poder de julgar o real, de discernir entre o bem e o mal, de fazer escolhas e tomar decisões conforme as regras morais. Mas cada um constrói, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como a repetição do passado.

Dessa maneira, o estudo da cultura apresenta-se como uma das formas de interpretar e analisar a organização e/ou reorganização espacial, bem como explicar a relação natureza-sociedade. De acordo com Wagner e Mikesell (2003, p. 29), “[...] a cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente articulados até seres, objetos e lugares”.

Nessa perspectiva, com base em Gomes (2001, p. 93), afirma-se que

Há muitas formas possíveis de abordar e definir a cultura. Uma delas é vê-la como um conjunto de práticas sociais generalizadas em um determinado grupo, a partir das quais esse grupo forja uma imagem de unidade e coerência interna. O conjunto destas práticas exprime os valores e sentidos vividos por certo grupo social e a delimitação de suas diferenças em relação a outros grupos. Trata-se de um processo em que a aceitação de um patamar comum de comportamento é responsável pelas ideias de identidade e de patrimônio próprio. Neste sentido, cultura corresponde a certas atitudes, mais ou menos ritualizadas, por meio das quais se estabelece uma comunicação positiva entre os membros de um grupo.

A compreensão sobre a temática cultural está associada a qualquer ação humana estabelecida na superfície terrestre, evidenciando tanto os aspectos materiais como os imateriais de determinadas culturas. Os estudos nessa área visam compreender as relações de um determinado grupo social, considerando o seu passado e as interações e/ou relações com outros grupos étnicos.

Pode-se dizer, então, que a cultura é responsável por transmitir as peculiaridades de um grupo, as quais podem diferenciá-lo aumentando as suas individualidades perante outros – tornando a percepção sobre os mesmos única.

A identidade de uma cultura sobrevive ao tempo, mas não escapa da história, fazendo com que os povos que compartilham determinadas técnicas de comunicação apresentem traços comuns. Dessa forma, “[...] é através do estudo dos costumes, dos hábitos que se pode interpretar um determinado grupo social e perceber as disparidades regionais que orientam as análises espaciais do desenvolvimento” (BEZZI, 2004).

Nesse contexto, Chelotti (2008, p. 57) afirma que

Cada grupo social vai expressar no espaço geográfico um determinado gênero de vida. No entanto, o gênero de vida não é algo imutável, pois a introdução de um novo elemento numa determinada região cultural já é suficiente para modificar um velho gênero de vida, para dar a ele um novo dinamismo. Mas o gênero da vida permanece, só que agora com a incorporação de novos elementos e a eliminação de outros.

Enfatiza-se, então, que os grupos culturais são responsáveis por organizar o seu espaço de vivência de acordo com suas crenças e ideologias, criando formas espaciais específicas. Por meio da diferenciação das pessoas e dos lugares, através das características empregadas no uso e ocupação espacial, tem-se o incremento dos aspectos que irão identificar cada grupo social. Desse modo, a “[...] natureza oferecia possibilidades sobre as quais o homem faria sua opção e, como decorrência dessa escolha, materializaria, na paisagem, seus hábitos, costumes, cultura, economia, etc.” (BEZZI, 2004, p. 65).

Nesse sentido, aponta-se que a cultura caracteriza as peculiaridades viventes em cada espaço. Salienta-se que a cultura se tornou um conceito-chave para a ciência geográfica, explicando as diversas relações que o homem estabelece com a natureza e a sociedade na qual vive. Pode-se afirmar, então, que a cultura consiste em um conjunto de ações de um grupo social por meio de um sistema simbólico, responsável por sua identificação. Assim, formas e funções estão repletas de significados, os quais são verdadeiros legados culturais que testemunham a história dos lugares e representam o sistema cultural orientador dos arranjos socioespaciais (VOIGT, 2013).

Nesse contexto, pode-se dizer que a cultura é produzida pelos grupos sociais ao longo do tempo, considerando características típicas de cada indivíduo, enfatizando marcas históricas sob a paisagem. Tais perspectivas acabam por materializar cada grupo social, uma vez que os mesmos podem apresentar suas formas de pensar e agir sobre o espaço de vivência. Assim, os indivíduos assimilam ideias e valores semelhantes pela vida em sociedade, construindo sobre a paisagem marcas que se tornaram pertinentes e caracterizarão esse grupo.

Nesse sentido, pode-se dizer que as distintas expressões, formas e marcas presentes na paisagem são resultantes das ações do homem no espaço. Tal processo dinamiza a estrutura paisagística contemporânea atual. Nesse cenário, os elementos culturais possuem fundamental importância para entender o desenvolvimento da complexa configuração que o espaço/tempo/homem produzem.

No que tange aos estudos elaborados por Sauer, o conceito de paisagem contribuiu para investigar a distribuição humana pelo espaço geográfico e compreender como os grupos sociais se relacionavam com o ambiente no qual estavam inseridos, considerando as transformações e os impactos provenientes da ação antrópica. Assim, a paisagem era “[...] definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 1998, p. 22).

Contextualiza-se que as diferentes estruturas e elementos culturais proporcionam as diversas singularidades e peculiaridades de um recorte espacial. O entendimento da paisagem natural ou cultural demonstra as interações ao longo da história, conecta as civilizações, povos e gerações ao lugar e configura a sua identidade, pois a “[...] natureza oferecia possibilidades sobre as quais o homem faria sua opção e, como decorrência dessa escolha, materializaria, na paisagem, seus hábitos, costumes, cultura, economia, entre outros” (BEZZI, 2004, p. 65).

Para Sauer (1996, p. 256), é importante destacar que

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qua-

lidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana.

Portanto, ao estudar as marcas culturais, deve-se abordá-las na paisagem. Assim, torna-se fundamental valorizar os diversos aspectos culturais, os quais estão materializados tanto no espaço urbano como no rural, possibilitando sua visibilidade em escalas local e regional. Tais marcas configuram a paisagem, tornando evidentes na temporalidade distintos momentos da história das sociedades.

Dessa forma, salienta-se que, a partir de distintas perspectivas, a paisagem é conhecida e reconhecida pela sociedade. Seja através das pinturas rupestres, expressando memória e observação dos elementos da natureza, seja pelos jardins constituídos para simular oásis dentro das cidades ou ainda pela reprodução das formas naturais em pinturas, a humanidade busca compreender, registrar e adaptar os elementos naturais às suas necessidades (MAXIMIADO, 2004).

O conceito de paisagem trouxe novas compreensões e significações para a ciência geográfica, apresentando simultaneamente várias dimensões conforme a matriz epistemológica adotada. Ela tem uma dimensão morfológica, constituindo-se em um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana. A paisagem é produto da intervenção humana ao longo do tempo e apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Além disso, a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias, constituindo a dimensão simbólica (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998).

Pode-se destacar que tais compreensões quanto às diversas acepções sobre o que é paisagem encontram-se atreladas às inúmeras etapas da evolução da ciência geográfica. Assim, o conceito de paisagem acaba por estabelecer um dinamismo conceitual, em que a noção sobre os processos torna-se de fundamental importância para esses estudos.

Pontua-se que, mesmo considerando as ressalvas e cuidados a que esses estudos encontram-se atrelados, a paisagem está intimamente ligada à cultura e à ideia de que as formas são representadas por discursos e pensamentos dos grupos que nela habitam. Sob essa ênfase, a cultura desempenha um papel importante no comportamento das pessoas em relação ao ambiente, ou seja, as paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade singular. Em outras palavras, a cultura seria o elemento que, agindo sobre o meio natural, resulta na paisagem cultural (SAUER, 1998).

Dessa maneira, a busca por compreender a paisagem, além fornecer importância significativa à cultura e à intervenção humana na definição de sua morfologia, torna-se fundamental considerar o papel do tempo. A paisagem passa a ser vista como transtemporal, pois conecta objetos passados e presentes a uma construção complexa e dinâmica (SANTOS, 2002).

Nesse sentido, as paisagens configuram-se atreladas à cultura de distintos grupos sociais. As buscas pela compreensão dos fatores que distinguem as diversas paisagens acabam por colocar a cultura como detentora dos aspectos que identificam cada grupo. Assim, a paisagem acaba por apontar o modo de vida desses em determinado período histórico, revelando a cultura materializada por elementos culturais.

Pontua-se que Claval (1999) atribui ao homem a responsabilidade de transformar a paisagem, bem como de imprimir na mesma transformações diferenciadas, criando uma preocupação maior com os sistemas culturais do que com os elementos naturais da paisagem. A paisagem é humanizada não só pela ação humana, mas pelo modo de pensar. Dessa forma, a paisagem é concebida como uma representação cultural.

Salienta-se que as áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço (IPHAN, 2004).

Contudo a paisagem que se pode perceber atualmente é o resultado de uma acumulação desigual de tempos históricos (SANTOS, 1982). Portanto existem heranças que permanecem no presente, mas nem todas podem ser consideradas de valor patrimonial, ou seja, passíveis de um procedimento de valorização e de preservação.

Martinelli e Pedrotti (2001, p. 39) ressaltam que

A paisagem é o que vemos diante de nós. É uma realidade visível. É uma visão de conjunto percebida a partir do espaço circundante. Não tem, assim, uma existência própria, em si. Ela existe a partir do sujeito que a apreende. Cada pessoa a vê diferentemente de outra, não só em função do direcionamento de sua observação, como também em termos de seus interesses individuais.

Pode-se dizer então que algumas abordagens revelam uma preocupação em relação ao homem e à natureza, ou seja, busca-se a valorização da paisagem como documento histórico para sua preservação como o *locus* no qual se encontram elementos de diferentes tempos e onde a história pode ser lida. Nessa perspectiva, a paisagem tem seu valor principal como representação da materialização da memória (SCAZZOSI, 2003).

Apesar da relação entre a paisagem e a cultura sempre existir, o conceito de paisagem cultural é significativo e excepcionalmente comum. No que tange ao campo geográfico, esse conceito é utilizado para analisar a relação que o homem estabelece com a (re)construção da paisagem ou a relação da herança cultural dos indivíduos que se encontram materializadas simbolicamente na paisagem.

Portanto contextualiza-se que os elementos presentes em uma paisagem encontram-se culturalmente atrelados a uma forte relação espacial e simbólica entre si. Desse modo, percebe-se que o estudo da cultura caracteriza as formas de representação, interpretação, organização e reorganização da paisagem, buscando entender os seus aspectos, sejam esses naturais ou antrópicos.

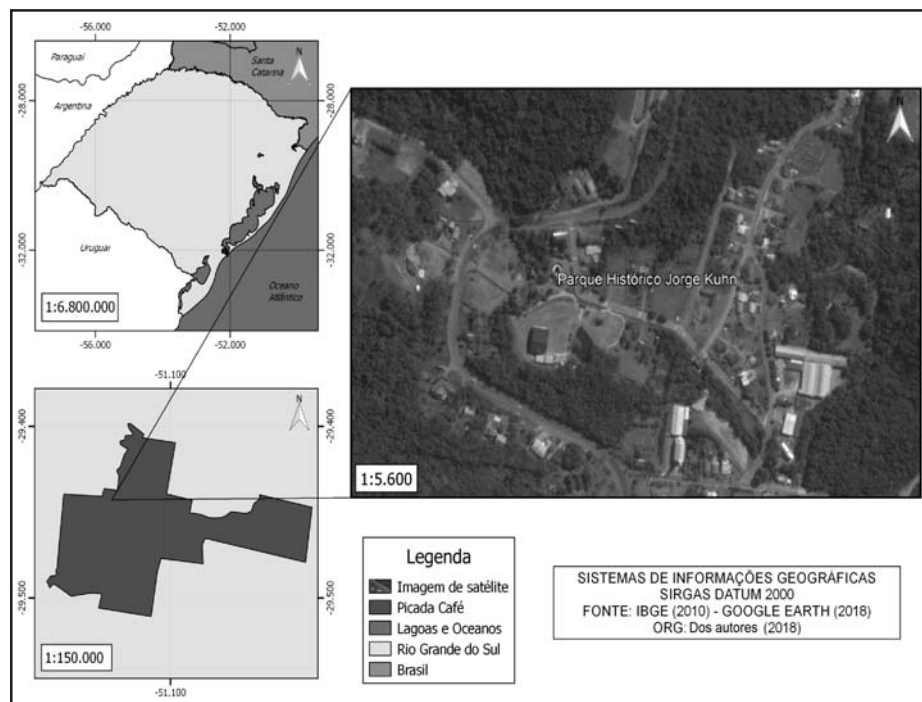
### **Marcas culturais evidenciadas na paisagem de Picada Café/RS**

O município apresenta um relevo montanhoso com vastas áreas de matas nativas, riachos que deságuam no rio Cadeia, afluente do rio Caí. Anteriormente à sua emancipação em 20 de março de 1992, Picada Café pertencia a Nova Petrópolis. Durante o processo de emancipação, recebeu áreas dos municípios de Dois Irmãos, Ivoti e Nova Petrópolis. Dessa maneira, totaliza a sua superfície com 83 km<sup>2</sup> em áreas cedidas e que deram origem ao município (FLORES, 2004).

Dois versões explicam o nome de Picada Café. A primeira conta que os tropeiros que passavam pela estrada próxima ao Parque Histórico Municipal Jorge Kuhn ali acampavam para tomar café e/ou pernoitar para seguir viagem no dia seguinte. A segunda versão destaca que os imigrantes receberam algumas mudas de café para serem plantadas em uma área localizada no município denominada Kaffeck (canto do café). Essa plantação não prosperou, mas a localidade manteve o nome (FLORES, 2004) (MAPA 2).

No município, encontramos diversos bairros que remetem ao processo de colonização germânica; entre eles podem-se destacar os bairros Joaneta, Jammerthal, Morro Bock, Quatro Cantos, Lichtenthal, Picada Holanda, Kaffeck. Durante o período de colonização de Picada Café, a grande maioria dos bairros apontados apresentava uma capela ou sala de orações e casas comerciais onde aconteciam os bailes, festas de casamento, competições esportivas, bolão, além das tradicionais festividades do Kerb. Essas atividades com características culturais alemãs atestam o contingente étnico de origem.

## Mapa 2: Localização do Parque Jorge Kuhn



Org.: Dos autores (2018).

A essência cultural que determina os saberes e fazeres de determinado grupo social configura-se materializada na paisagem através da arquitetura típica desse grupo. Todavia se estabelece uma simbologia moldada de formas e significados culturais concretizados. Dessa maneira, tais elementos caracterizam-se pelas formas específicas, evidenciando e transmitindo a materialização cultural dessa etnia na paisagem de Picada Café.

A herança cultural de um povo não é apenas fundamentada por elementos materiais, mas é constituída também de manifestações imateriais de sua cultura. Dessa maneira, fundamentar formas práticas e representações dos lugares estabelece a perpetuação e a transmissão cultural, que são fatores essenciais para a continuidade dos bens culturais e da imaterialidade da cultura.

Dessa forma, a arquitetura típica da etnia alemã salienta-se na paisagem do município. As fachadas de inúmeros prédios e as casas que circundam o Parque Municipal Histórico Jorge Kuhn imprimem na paisagem o estilo enxaimel de construção, em que a madeira é encaixada entre si, tornando-a um estilo arquitetônico único (Fotografia 1).

**Fotografia 1:** Construções presentes na paisagem de Picada Café que denotam o estilo arquitetônico germânico



Fonte: Trabalho de Campo (2017).

Org.: Dos autores (2019).

Ressalta-se que, na Alemanha, a construção enxaimel desenvolveu-se onde havia grande abundância de madeiras adequadas e com maior resistência, chamadas de lei, ou seja, por toda a planície germânica e planalto médio no centro da Alemanha. A madeira mais empregada era a do carvalho<sup>1</sup>, que nesse período ainda era encontrado em grandes quantidades nessas regiões. Mas o carvalho caracteriza-se por crescer lentamente, necessitando de um período que chega a 200 anos para poder ser abatido. Com sua utilização na construção das formas arcaicas, no decorrer do tempo foi gradativamente sendo substituído pela madeira de abeto<sup>2</sup> e de faia<sup>3</sup> (WEIMER, 2005).

<sup>1</sup> É a designação comum das espécies de árvores do gênero *Quercus* da família *Fagaceae*. O gênero é nativo do hemisfério norte e inclui tantas espécies caducas como perenes, que se estendem desde latitudes altas até a Ásia tropical e a América (FERREIRA, 1986).

<sup>2</sup> É o nome popular das diversas espécies do gênero *Abies*. São árvores coníferas da família das Pináceas, nativas de florestas temperadas da Europa, Ásia e América do Norte (FERREIRA, 1986).

<sup>3</sup> É o nome comum dado a diversas espécies de árvores, entre as quais o gênero *Fagus* (faiais euro-asiáticas e norte-americanas) (FERREIRA, 1986).



Como a cultura germânica sempre teve uma população aldeã muito sedentária e onde os contatos entre as diversas regiões eram difíceis e pouco frequentes, a difusão do enxaimel não foi linear. Tal situação demonstra a presença dessa marca cultural da etnia alemã na paisagem do município.

Assim, entendemos que as marcas desse grupo encontram-se evidenciadas no município, materializado pelo estilo das construções típicas. Estabelecido na paisagem de Picada Café, o estilo arquitetônico configura-se como um meio de preservação e perpetuação das características dos seus colonizadores, mantendo viva a memória cultural desse grupo étnico. Assim, as inúmeras formas passíveis de reconhecimento da cultura materializadas na paisagem estabelecem-se para melhor compreensão das marcas culturais dos imigrantes germânicos.

O Parque Histórico Municipal Jorge Kuhn encontra-se atualmente como um portal turístico do município e possui espaço ao ar livre, bosque e lago. No espaço estão localizados prédios históricos que datam mais de 100 anos, como um armazém, residência, cozinha, sala de refeições, açougue, galpões, estrebrias, chiqueiros e um matadouro (PREFEITURA MUNICIPAL, 2019). No parque estão a Biblioteca Municipal José Lutzemberguer e o prédio de uma antiga funilaria do município (Fotografia 2).

**Fotografia 2:** Estilo arquitetônico característico da cultura alemã em Picada Café



Fonte: Trabalho de Campo (2017).  
Org.: Dos autores (2019).

Nesse sentido, a representação arquitetônica típica desse grupo social está presente e materializada na paisagem de Picada Café. Esse fato pode ser observado nas fotos apresentadas no texto, sendo esse resultado do trabalho de campo realizado para esta pesquisa. Portanto tal fato proporcionou uma análise/compreensão dos fatores norteadores que estruturam a compreensão das marcas culturais da etnia germânica presentes na paisagem do município.

Mediante os aspectos analisados, pode-se afirmar que a materialização da cultura alemã no município de Picada Café tornou-se essencial para o desenvolvimento desse povo, uma vez que esses fatores moldam a paisagem e acabam por configurar as marcas típicas dessa cultura com a realidade local/regional/nacional/global.

### **Considerações finais**

A necessidade de preservação dos elementos culturais são questões relativamente recentes no Brasil. Dessa forma, as discussões sobre os aspectos inerentes que estruturaram o processo de imigração no território nacional estabeleceram marcas peculiares na paisagem.

Nesse sentido, mediante a realização do trabalho de campo em Picada Café, no estado gaúcho, foi possível identificar as contribuições culturais e a presença da etnia germânica materializada em sua paisagem, as quais acabam por configurar a imaterialidade da cultura desse grupo social.

Destaca-se que as manifestações culturais desse grupo étnico são responsáveis pelas marcas materializadas na paisagem do município, uma vez que tais características são herdadas de seus antepassados e preservadas na atualidade. Nesse sentido, os elementos culturais do povo germânico mantêm a singularidade espacial da unidade territorial, estabelecendo suas marcas culturais, preservadas e materializadas. Dessa maneira, modelam formas para organização e desenvolvimento, assim que evidencia a perpetuação desse grupo social e de seu modo de vida.

Salienta-se que, ao realizar o trabalho de campo, atrelado às peculiaridades presentes na paisagem, foi possível observar as marcas culturais dos imigrantes alemães, permitindo analisar e compreender os inúmeros elementos culturais que configuram as singularidades paisagísticas do município. As perpetuações de traços arquitetônicos remetem a marcas materiais específicas dessa cultura na arquitetura local.

Nesse sentido, a arquitetura típica alemã apresenta-se de forma materializada na paisagem de Picada Café, destacando-se o Parque Histórico Jorge Kuhn, o qual é reconhecido como um ponto turístico e histórico, onde é possí-

vel visualizar e conhecer a arquitetura típica dos povos germânicos, os costumes, a história e as crenças dos imigrantes na unidade territorial analisada.

A identificação das potencialidades culturais do município através das marcas culturais fica expressiva na arquitetura de Picada Café. Essas marcas se manifestam nas fachadas dos prédios e casas, deixando evidente a preocupação com a preservação dos traços culturais de seus colonizadores.

No término deste trabalho, foi possível perceber as marcas alemãs presentes na paisagem do município, bem como a análise e compreensão desse processo histórico/cultural teuto-brasileiro no contexto local, considerando a perspectiva cultural, sua contribuição e perpetuação na paisagem para o desenvolvimento socioespacial de Picada Café até a contemporaneidade.

### Referências

- ASSMANN, B. E. S. **Feliz ontem e hoje**. Porto Alegre: Corag – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2009.
- BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2004.
- BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. Regiões Culturais: A Construção de Identidades Culturais no Rio Grande do Sul e sua Manifestação na Paisagem Gaúcha. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, 2008.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 163-164.
- CHELOTTI, M. C. Região, cultura e gênero de vida: leituras “geográficas” sobre a obra Sagarana de João Guimarães Rosa. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 53-64, 2008.
- CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. p. 7-11.
- COSGROVE, D. E. **Social Formation and Symbolic Landscape**. London, Sydney: Croom Helm, 1984.
- FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 361.
- FLORES, H. A. H. **História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.
- GOMES, J. B. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 93.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Imigração dos colonos alemães no Rio Grande do Sul. **Brasil 500 anos**. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/#>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 408.

MARTINELLI, Marcello; PEDROTTI, Franco. A cartografia das unidades de paisagens: questões metodológicas. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, 2001, p. 39-46.

MIKESELL, M. P. Novos Interesses, Problemas não Resolvidos e Tarefas que Persistem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: Um século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p. 85-112.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICADA CAFÉ. Disponível em: <<http://www.feliz.rs.gov.br/web/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 67.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2014.

SAUER, C. O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (Org.). **Human Geography: An Essential Anthology**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 296-315.

\_\_\_\_\_. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROSENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998.

SCAZZOSI, L. **Le paysage, un document et un monument**. *Naturopa*, n. 99, 2003, p. 30-31.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertatand Brasil, 2003. cap. 03, p. 27-62.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VOIGT, E. **Paisagem e Diversidade Cultural: As Identidades Culturais das Distintas Etnias em Santa Maria/RS (Santa Maria-2013)** 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria.

# A cultura italiana no município de Serafina Corrêa/RS: sua (i)materialidade no espaço

*Ricardo Stedile Neto*

*Meri Lourdes Bezzi*

## Introdução

Uma das principais características da ciência geográfica é a constante procura em reler seus conceitos e seus paradigmas. Essa dinâmica é a que caracteriza todas as ciências, em especial a Geografia, sendo fundamental para que o pensamento científico possa acompanhar as transformações que o meio técnico-científico-informacional impõe à sociedade. Esse processo de releitura da Geografia possibilita a obtenção de respostas que condizem com a atual dinâmica da natureza/sociedade. Pode-se dizer, então, que a Geografia possui como desafio principal o acompanhamento das transformações complexas no mundo de hoje.

Atualmente, a Geografia Cultural tem sido foco de atenção pelos geógrafos, destacando-se como uma temática reflexiva, a qual explica a diversidade dos grupos sociais e suas distintas formas de organização espacial. O fato de os estudos culturais inserirem o modo de vida no espaço privilegia o entendimento das diferentes formas de sua ocupação e reorganização, ou seja, os grupos sociais, através de suas simbologias e representações, organizam e reorganizam o seu espaço por meio de suas marcas culturais. Segundo Wagner e Mikesell (2014, p. 28), essa organização espacial proveniente dos diferentes grupos sociais é resultante “[...] da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos”.

Cabe destacar que os estudos culturais começaram na Europa, no final do século XIX, com Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e difundiram-se para os Estados Unidos na primeira metade do século XX com Carl Sauer (1889-1975). Apesar de ser um campo da Geografia com mais de cem anos de estudos, a forma como a Geografia Cultural é analisada na atualidade, considerando a subjetividade dos grupos étnicos, só foi aprofundada pelos pesquisadores após a Segunda Guerra Mundial no movimento chamado de “A Renovação da Geografia Cultural” (CLAVAL, 2002).

No Brasil, as pesquisas de Geografia Cultural aprofundaram-se principalmente com os estudos dos processos migratórios a partir do século XIX.

Vindos da Europa em busca de melhores condições de vida, os imigrantes alemães e italianos, principalmente, foram se reterritorializando no estado gaúcho e organizando de acordo com seus códigos culturais bem como com a disponibilidade de recursos naturais encontrados, formando paisagens culturais singulares e diversificadas.

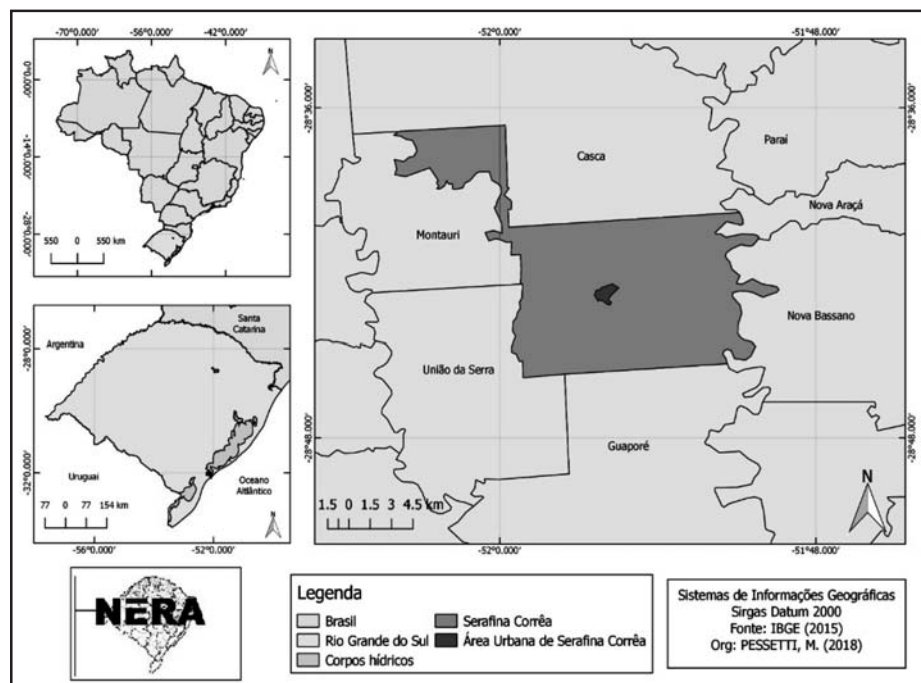
A imigração italiana para o Rio Grande do Sul iniciou oficialmente na década de 1870 (SAQUET, 2002). Os colonos que chegaram trouxeram seus costumes, os quais caracterizaram muitos municípios do estado sulino até os dias atuais. Os códigos culturais que foram sendo inseridos gradativamente pelos imigrantes italianos auxiliaram na construção da identidade cultural de seus descendentes, os quais cultuam-na hodiernamente. A materialização cultural pode ser presenciada principalmente nos municípios da região da Serra Gaúcha, os quais são quase em sua totalidade de colonização italiana, como é o caso de Serafina Corrêa, recorte espacial desta pesquisa.

A escolha de Serafina Corrêa como recorte espacial de estudo justifica-se por ser esse município característico da presença do grupo social italiano e de suas marcas culturais presentes no mesmo. Colonizado quase que exclusivamente por italianos, sua realidade socioeconômica está vinculada às representações, saberes e fazeres desses imigrantes. A oralidade destaca-se entre essas marcas culturais, pois é considerada uma segunda língua oficial: o Talian. Esse dialeto é falado entre os mais antigos e passado às gerações. Com a valorização do dialeto, Serafina Corrêa é considerada a capital nacional do Talian. Também têm destaque as festas, a arquitetura, a religião, a gastronomia, a música, a dança, vestimentas e artes, que podem ser visualizadas no município. Dessa forma, a simbologia italiana demonstra a identidade ítalo-brasileira presente nesta unidade territorial.

Serafina Corrêa insere-se na Microrregião Geográfica de Guaporé (MRG 13), a qual pertence à Mesorregião do Nordeste Rio-Grandense e está localizada na latitude sul 28°42'42" e longitude 51°56'06" a oeste de Greenwich. Apresenta como limites: ao norte, o município de Casca; ao sul, o município de Guaporé; a leste, o município de Nova Araçá, e a oeste, o município de União da Serra (Mapa 1).

A implantação de um distrito industrial na unidade territorial foi responsável por mudanças recentes no cenário econômico do município. A inserção de atividades externas, como a produção de industrializados embutidos, os quais não estão vinculados à tradição italiana, reflete diretamente na nova dinâmica econômica local. Tal fato indicou mudanças significativas que influenciaram a cultura da unidade territorial em análise.

**Mapa 1:** Localização do município de Serafina Corrêa/RS



Fonte: (IBGE, 2010). Org.: PESSETTI, M. 2018.

Nesse sentido, a pesquisa teve como problemática central analisar a (i)materialidade da cultura frente às dinâmicas socioespaciais de Serafina Corrêa. Sua proposta demonstra a relevância e justifica sua execução, pois traz como eixo principal a cultura e a forma como a mesma influenciou a consolidação socioeconômica do município. Tal fato pode ser demonstrado através da simbologia específica trazida pelos imigrantes italianos, que chegaram e se alocaram nas terras gaúchas e que, frente às novas perspectivas locais encontradas, foram responsáveis pela gradativa hibridização cultural.

### **A Geografia Cultural renovada e suas contribuições**

Os estudos da Geografia estão diretamente ligados à história da humanidade. Muito antes de o homem possuir o conhecimento científico, a Geografia já estava presente em suas vivências. Isso se elucidava principalmente quando historiadores descobriam os mapas utilizados pelas grandes navegações, além dos saberes que os povos detinham sobre clima e solo, pos-

sibilitando a concretização de práticas agrícolas ao longo da história da humanidade. Porém somente a partir do século XIX a Geografia surgiu como ciência, a qual tratou a mesma como uma disciplina (BEZZI; MARAFON, 2005).

Inicialmente, os estudos da Geografia estavam voltados para as práticas locacionais e de descrição do ambiente. A Geografia assumiu a visão empírica e descritiva como primordial nos seus estudos. Essa fase estendeu-se até meados do século XIX com o surgimento das escolas francesa e alemã, que começaram a analisar a concepção de que o homem é um agente formador do espaço e do lugar, não apenas um integrante da superfície terrestre.

As escolas europeias de Geografia contribuíram para tornar os estudos culturais como uma das áreas da ciência geográfica. Entre os precursores desse conceito estão Friedrich Ratzel (1844-1904) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Esses autores foram responsáveis por disseminar os conceitos de Geografia Cultural pelo mundo até meados do século XX. E o geógrafo humanista Carl Sauer (1889-1975), fundador da escola americana, foi o responsável pela identificação plena do conceito de Geografia. Juntamente com os autores europeus, Sauer foi responsável pela sistematização da Geografia Cultural (CLAVAL, 2007).

De acordo com Voigt (2013, p. 26), destaca-se ainda que, “se a Geografia Cultural tem um berço europeu, o seu desenvolvimento e a sua força resultam das contribuições norte-americanas. Foi com Sauer que a Geografia Cultural se consolidou como um ramo da Geografia”.

Sauer teve forte influência da escola alemã, principalmente de Ratzel, e como tal ignorava os princípios subjetivos da cultura. A Geografia de Sauer estava diretamente alicerçada na historicidade ao explicar como os grupos humanos se organizavam no espaço e como se relacionavam com o meio físico. Claval (1999, p. 31) destaca que, apesar de Sauer seguir seus contemporâneos europeus, o autor avançou nos estudos da temática, pois

Como seus contemporâneos, Sauer vê a cultura, primeiramente, como o conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior, mas vai mais longe [...]: a cultura é também composta de associações de plantas e de animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo. Estas transformações não são inocentes. Desde que conduzidas sem prudência, ameaçam o equilíbrio profundo da natureza e conduzem a catástrofes ecológicas. A aptidão para gerenciar com sabedoria o ambiente é, para Sauer, um dos traços maiores segundo os quais as culturas devem ser julgadas.

Pode-se dizer então que as escolas alemã e norte-americana seguiram a mesma corrente de concepções teóricas acerca dos estudos culturais. As duas



escolas caracterizavam-se pelo estudo da parte material da cultura, negligenciando os saberes e valores culturais (VOIGT, 2013).

O período pós-Segunda Guerra Mundial marcou uma época em que pouquíssimos estudos acerca do cultural foram realizados.<sup>1</sup> Geógrafos mais jovens, os quais não se identificavam com os antigos conceitos trabalhados, possibilitaram uma profunda reformulação da Geografia Cultural.

Isso ocorreu juntamente com os estudos das novas correntes norteadoras da Geografia, inicialmente com a Nova Geografia e a partir da década de 1970 com a Geografia Crítica. Essa nova corrente buscou entender as relações do homem com o meio, buscando a subjetividade dos fenômenos (BECKER, 2006).

A forma de ler os objetos geográficos alicerçou-se, principalmente, no método fenomenológico, o qual possibilitava ao pesquisador chegar na essência do sujeito em análise, estando livre de observações pré-definidas. Tal fato auxiliou no desenvolvimento da Geografia Cultural, transformando-a em um importante campo da Geografia.

Cosgrove e Jackson (2000, p. 15) destacam que

O interesse pelo campo da Geografia Cultural renovou-se na década de 1970, com o surgimento de diversas novas perspectivas. Em 1978, Cosgrove previa a cooperação vantajosa entre a Geografia cultural humanista e a Geografia social marxista, “através de uma investigação sobre o mundo do homem e as Geografias da mente”.

Claval (2002), em seu artigo que trata da renovação do cultural na Geografia, temporaliza os estudos da Geografia Cultural e destaca que foi a partir da década de 1970 que o conceito deixou de ser uma subárea da Geografia Humana e assumiu um patamar de conceito próprio, como a Geografia Política, Geografia Econômica, entre outros.

Outro fator que foi motivo de crítica e uma das principais causas da reformulação da Geografia Cultural foi a dificuldade que a mesma enfrentava para atender e explicar os problemas sociais que se apresentavam devido às transformações ocorridas no espaço. Essas transformações, que foram ocasionadas principalmente pelo capital, fizeram com que os geógrafos buscassem caminhos, objetos, abordagens e conceitos diferentes dos trabalhados até então com o intuito de enriquecer a ciência geográfica (BEZZI, 2004).

---

<sup>1</sup> O período pós 2ª Guerra Mundial marcou o início de uma nova escola geográfica, a Nova Geografia, a qual priorizava os estudos lógicos da Geografia. As técnicas utilizadas eram as da quantificação, apropriando-se de dados estatísticos para seus estudos. Esse fator foi responsável pela diminuição dos estudos culturais durante esse período (BEZZI; MARAFON, 2005).

A preocupação com essa nova forma de organização do espaço geográfico com o advento da globalização e da influência cada vez maior do capital buscou preservar as particularidades de cada grupo social de cada região. Essa nova forma de espacialização dos fatores formadores do espaço causou receio de que as culturas originais se perdessem. Corrêa e Rosendahl (2007, p. 12) destacam que

O processo de renovação se fez no contexto de valorização da cultura; a denominada “virada cultural”. Na década de 1980, um conjunto de mudanças em escala mundial ressalta a dimensão cultural dos processos em ação. Mitchell (2000) aponta essas mudanças, das quais indicaremos algumas: as mudanças na esfera econômica, o fim da denominada Guerra Fria, a ampliação dos fluxos migratórios da periferia para os países centrais, o movimento ecológico, novas formas de ativismo social e a crescente consciência da necessidade de novos modos de se construir e entender a realidade, até então calcada no racionalismo moderno, no raciocínio científico e na celebração técnica.

Seguindo essa linha de perspectiva teórica, durante a década de 1990, geógrafos da França, Inglaterra e Brasil criaram periódicos para a consolidação e divulgação da Geografia Cultural renovada. Com a criação do periódico *Espaço e Cultura*, a Geografia Cultural concretizou-se em âmbito nacional e possibilitou o aumento de estudos na área, disseminando-se por diversas instituições de ensino superior brasileiras. Segundo Corrêa e Rosendahl (2005), a Geografia Cultural constitui um subcampo plenamente estabelecido no país.

Os estudos culturais realizados no Brasil procuraram refletir sobre a mediação do cultural no espaço, pois, de acordo com as palavras de Corrêa e Rosendahl (2005, p. 98),

A Geografia Cultural está implantada no Brasil. Como tal, entende-se aquelas Geografias de matriz saueriana, influenciada pela denominada nova Geografia Cultural e pelo *approche culturel* de Claval. A sua implantação gerou polêmicas, pois, afinal, o que é visto como novo pode desafiar o *establishment* geográfico. No entanto, os adeptos da Geografia Cultural brasileira são, por definição, adeptos de uma heterotopia geográfica, sem a ascendência de nenhum grupo.

Pode-se dizer que a “virada cultural”, de acordo com Mondana e Södertröm (2004, p. 134), “permitiu que a Geografia Cultural analisasse e compreendesse melhor, de um lado, as relações entre cultura, espaço e sociedade e, de outro, as condições de produção do saber geográfico”.

## **Conceituações acerca de cultura, códigos culturais e identidade cultural**

O termo cultura é utilizado desde os povos antigos com diferentes conceitos e significados. Oriundo do latim *colere*, o qual remonta ao processo de cultivar/ cuidar do campo. Os romanos já utilizavam a palavra cultura para destacar a educação aprimorada de um indivíduo, remetendo ao grau de interesse pelas artes, ciência, ou seja, por tudo aquilo que o homem produzia ao longo de sua história (CALDAS, 2005).

Com o passar do tempo surgiram novos significados para o termo cultura, a qual começava a diferenciar as diferentes populações mundiais. Cuche (1999, p. 21) afirmava que “a cultura passa a ser vista como a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história”.

As principais contribuições teóricas acerca do conceito de cultura foram desenvolvidas por Alemanha, França e Estados Unidos. Com isso o mesmo tornou-se um conceito-chave para os estudos das ciências sociais e humanas, ganhando destaque na Geografia.

Segundo Brum Neto e Bezzi (2008a, p. 139):

[...] o resgate das bases teóricas que norteiam a concepção de cultura é imprescindível para o entendimento desse conceito, considerado amplo e complexo, uma vez que transita em uma área fronteiriça entre a Geografia e as Ciências Sociais, sendo abordado também pela Antropologia e História.

Piccin (2009) destacou que a utilização da abordagem cultural na Geografia Humana referia-se à humanidade na sua integralidade, em que os diferentes grupos que a compunham interagem e se modificavam com o decorrer do tempo.

É relevante ressaltar que a construção da cultura é composta por instrumentos materiais e imateriais, os quais organizam o espaço. Para Saquet (2007, p. 73), é importante trabalhar a (i)materialidade da cultura, pois a mesma “[...] não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais; nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo [...]”.

Essa (i)materialidade trabalhada através dos códigos culturais foi conceituada por Brum Neto (2007, p. 38):

Os códigos constituem-se na simbologia responsável pela visualização da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros

códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções (BRUM NETO, 2007, p. 38).

Para os estudos culturais, os códigos culturais são divididos em materiais, os quais são perceptíveis na paisagem, como por exemplo a arquitetura, as festividades, o vestuário típico, as artes, a gastronomia. Nos imateriais, têm-se as ideologias, as crenças, os valores e as convenções que existem nos grupos, como a oralidade. Essa relação entre os códigos materiais e imateriais é que compõe a (i)materialidade da cultura.

Desse modo, pode-se afirmar que a (re)produção da (i)materialidade é mediada pela consciência e sustentada pela produção simbólica. De acordo com Cosgrove (1993, p. 103), “toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação”.

É correto afirmar, baseado na concepção das simbologias impressas pelos indivíduos através da cultura, que todo comportamento do homem é um comportamento simbólico, bem como todo comportamento simbólico é comportamento do homem. Apesar disso, essas simbologias não imprimem apenas um significado, pois é subjetiva para cada indivíduo (SANTOS, 2005).

O lugar é considerado como o suporte essencial da identidade cultural de um indivíduo. O lugar estudado pela Nova Geografia Cultural é uma parte carregada de sentido e valor pela subjetividade dos indivíduos e dos grupos (BOSSÉ, 1999). Constata-se, então, que o lugar é uma parte integrante de uma territorialidade simbólica, pela qual os grupos afirmam e reivindicam sua identidade cultural e política em relação a seu lugar próprio.

Le Bossé (2004, p. 166) discursa sobre a importância da identidade cultural na Geografia Cultural renovada:

A identidade assume então um alcance geográfico novo pela mediação conceitual do sentido de lugar, porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos. O lugar influencia, e até mesmo constrói tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais.

Para Cucho (1999, p. 176), a identidade “[...] remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas”. Ou seja, através das características culturais – códigos culturais – é possível distinguir um grupo cultural através do contraste, originando a identidade cultural.

A cultura pode ser vista e abordada de diversas formas. Uma das principais é vê-la como um conjunto de práticas sociais generalizadas em um determinado grupo. O conjunto dessas práticas é responsável pela formação da identidade do indivíduo. Essas práticas são responsáveis pela criação das

particularidades de cada grupo social. O processo de formação da identidade cultural trata-se de um processo de aceitação de um patamar comum de comportamentos, sendo responsável pelas ideias de identidade e patrimônio (GOMES, 2001).

Segundo Brum Neto (2007), a cultura e a identidade cultural estão relacionadas. Enquanto a cultura consiste no âmago de um grupo social, a identidade cultural tem a capacidade de classificar esse grupo. E é essa que delimita o mesmo. A identidade vem como um sentimento, o qual atribui o pertencimento ou não do indivíduo ao grupo.

### **A (i)materialidade da cultura italiana no município de Serafina Corrêa/RS**

O município de Serafina Corrêa, assim como os demais municípios da Serra Gaúcha, foi colonizado quase que exclusivamente por imigrantes europeus, que receberam incentivos por parte do governo federal para instalar-se na região. Tal fato aconteceu, principalmente, durante o final do século XIX e início do século XX. Essas dinâmicas foram responsáveis pela criação de particularidades que caracterizam as unidades territoriais da área serrana hodiernamente.

A chegada dos imigrantes italianos à região iniciou, oficialmente, na década de 1870 com a criação das primeiras colônias italianas. Ligada a esse fato está a implantação dos principais meios econômicos e símbolos culturais desse grupo étnico, os quais foram sendo passados pelas gerações e encontram-se presentes através de simbologias até hoje.

Com o intuito de consolidar-se no seu novo local de moradia, os imigrantes italianos trouxeram seus saberes e fazeres tradicionais, pois através deles tornavam-se possíveis a reconstrução de seu lugar e a afirmação de sua identidade cultural. Esse fator foi responsável por tornar a unidade territorial em estudo destaque na região, pois a mesma tornou-se referência da identidade ítalo-brasileira no Rio Grande do Sul. Através de sua (i)materialidade a cultura trazida pelos colonizadores é mantida e incentivada até hoje, o que auxilia o desenvolvimento socioeconômico do município (TRABALHO DE CAMPO, 2018).

Com base nos dados que foram obtidos durante os trabalhos de campo, em que se fez um levantamento junto aos órgãos públicos municipais sobre a origem dos moradores, percebeu-se que, na atualidade, cerca de 55% dos habitantes ainda são de descendência italiana. Os seus antepassados vieram da Itália e se instalaram na região da Serra Gaúcha. Desses colonizado-

res, cerca de 90% são oriundos da região do Vêneto e caracterizam a forma como interagem entre si (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA, 2017).

É possível perceber, através dos trabalhos de campo e das entrevistas realizadas durante o mesmo, que os principais códigos culturais que caracterizam a (i)materialidade da cultura italiana no município são: a oralidade, a gastronomia, a religiosidade e a arquitetura. Essas são responsáveis pela mediação da dinâmica espacial do município atualmente.

#### *Código cultural: Oralidade*

A fala é a principal forma de comunicação que a humanidade possui. A ação de dialogar torna os seres humanos animais racionais e que necessitam interagir com outros indivíduos. O Talian consiste em um dialeto que é considerado o “vêneto brasileiro”. Foi trazido pelos imigrantes e mantido pelas novas gerações. Segundo dados da secretaria de cultura do município, estima-se que no Brasil existem, atualmente, cerca de 500 mil pessoas que usam o dialeto no seu dia a dia. Em algum município, como é o caso de Serafina Corrêa, o mesmo foi oficializado como língua.

Após o período da campanha da nacionalização e com os estudos culturais avançando no Brasil, os descendentes e agentes públicos notaram a importância que o Talian tinha para o patrimônio imaterial do país. Desde 2015, o mesmo é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, título esse dado pelo Ministério da Cultura (MinC).

Serafina Corrêa destaca-se novamente e faz com que o mesmo seja de extrema importância para a manutenção dos costumes italianos no Brasil. O município é considerado a Capital Nacional do Talian, onde aproximadamente 90% da população utilizam o dialeto como língua oficial (Figura 1) (TRABALHO DE CAMPO, 2017).

**Figura 1:** Mosaico fotográfico sobre o Talian no município



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. Org.: STEDILE NETO, R. 2018.

No ano de 2000, a partir de esforços do professor Darcy Luzzatto<sup>67</sup>, em parceria com o governo municipal, foi publicado o primeiro Dicionário de Talian. Nesse livro encontram-se mais de 40 mil verbetes. Os responsáveis pela secretaria de cultura destacaram que está em trâmite, para aprovação, um projeto desenvolvido em conjunto com a secretaria de educação que visa tornar obrigatório o ensino da língua Talian em todas as escolas de educação básica da rede municipal. Com essa política espera-se que a língua se dissemine entre os mais jovens e também entre os que não são descendentes de italianos.

### *Código cultural: Gastronomia*

A gastronomia é um dos principais códigos culturais que identificam os descendentes de italianos. Suas produções coloniais de queijos, salames e vinhos caracterizam e tornam os municípios de origem italiana destaque em cenário nacional devido à alta qualidade de seus produtos.

Serafina Corrêa não está distante dessa realidade, porém, em sua área territorial, esses produtos são produzidos em baixa escala se compararmos com os municípios próximos e de semelhante colonização. Os descendentes italianos mantêm os costumes gastronômicos. É possível confirmar tal fato nos domingos, quando, tradicionalmente, as famílias se reúnem e preparam

<sup>2</sup> O professor Darcy Loss Luzzatto é o maior escritor em língua taliana no Brasil, tendo mais de dez livros publicados na referida língua.

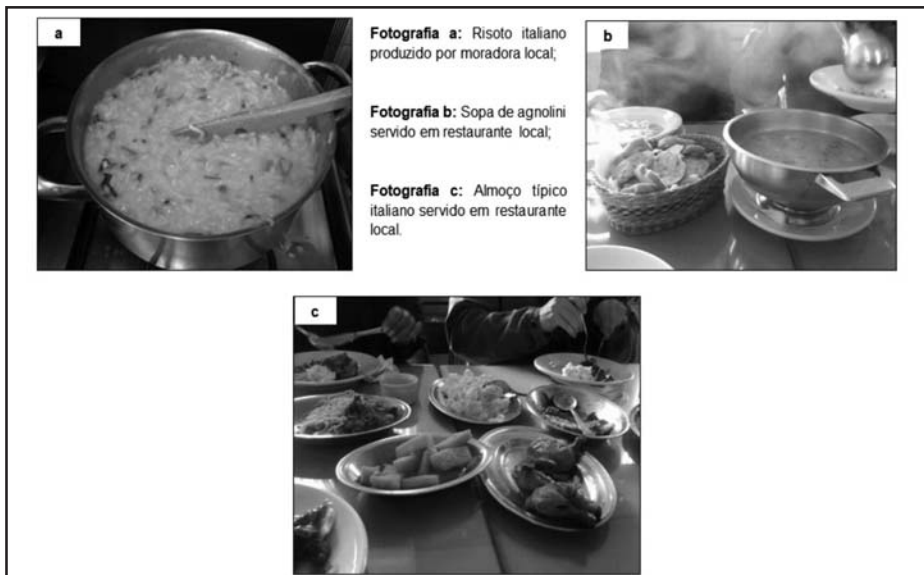
pratos típicos, como risoto, polenta, massas, sopa de agnolini, acompanhados de vinho, salame e queijo colonial. Ademais, nota-se que essa culinária italiana se mistura com a gaúcha, pois encontramos também na mesa o churrasco, mostrando essa dualidade identitária dos descendentes de italianos que nasceram no estado sulino (TRABALHO DE CAMPO, 2018) (Figura 2).

As tradições gastronômicas foram responsáveis por identificar o colono italiano desde os tempos da colonização, quando os mesmos se reuniam com seus semelhantes para celebrar as novas terras, além de recordar sua “terra mãe”. Dessa forma, a manutenção desse código cultural foi responsável por consolidar a identidade ítalo-brasileira, principalmente nos municípios da serra gaúcha.

Com o intuito de manter a forma de produção colonial sobre a qual a gastronomia serafinense está alicerçada, foram criadas políticas públicas para que incentivassem os mais novos a desenvolver o hábito da produção dos ingredientes e da confecção dos pratos típicos.

Para desenvolver esse pensamento, em 2011, os empresários e o poder público criaram a Festipizza, que consiste em um festival de pizzas produzidas de modo artesanal e que são servidas na mão a seus clientes. Além de pizzas, os frequentadores podem degustar vinhos, sucos e espumantes produzidos na região e desfrutar da presença das soberanas do município, além de músicas típicas italianas e gauchescas.

**Figura 2:** Mosaico fotográfico sobre a gastronomia de Serafina Corrêa



Fonte: Trabalho de Campo, 2018. Org.: STEDILE NETO, R. 2019.

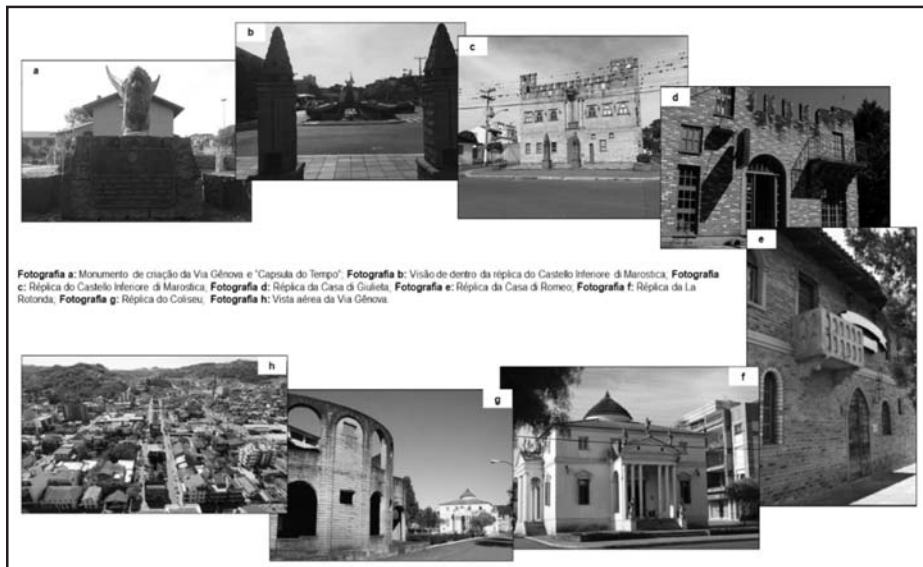


*Código cultural: Arquitetura*

A arquitetura local apresentou uma hibridização com o decorrer do tempo. Inicialmente, era possível encontrar os grandes casarões de pedra e madeira com porões para o armazenamento dos produtos de subsistência das pequenas propriedades. Posteriormente, com a chegada da indústria no município, as residências foram sendo renovadas com outro estilo arquitetônico, havendo uma significativa quantidade de edifícios e casas com arquitetura moderna. Tal fato reflete a entrada do capital externo no município, que proporcionou a dinâmica espacial que organizou o espaço de Serafina Corrêa.

Com o intuito de preservar a arquitetura do local e destacar por meio desse código cultural a cultura italiana, na década de 1990, a prefeitura municipal criou um projeto arquitetônico para a construção de réplicas de monumentos históricos localizados na Itália. Entre essas réplicas, a prefeitura eleger seis monumentos com importante relevância para a história do país europeu, os quais foram: Castello Inferiore di Marostica; Casa di Romeo; Casa di Giulietta; La Rotonda; o Coliseu e a Torre di Pisa (Figura 3).

**Figura 3:** Mosaico fotográfico da Via Gênova



Fonte: Trabalho de Campo, 2017. Org.: STEDILE NETO, R. 2019.

Como é possível perceber, a arquitetura presente no município é muito rica, pois apresenta marcos clássicos da arquitetura colonial junto com a inserção da arquitetura moderna, a qual foi trazida durante o processo de reorgani-

zação espacial que o município apresentou após a chegada dos agentes externos. Além disso, percebe-se que os moradores buscam manter as técnicas clássicas nas edificações mais recentes.

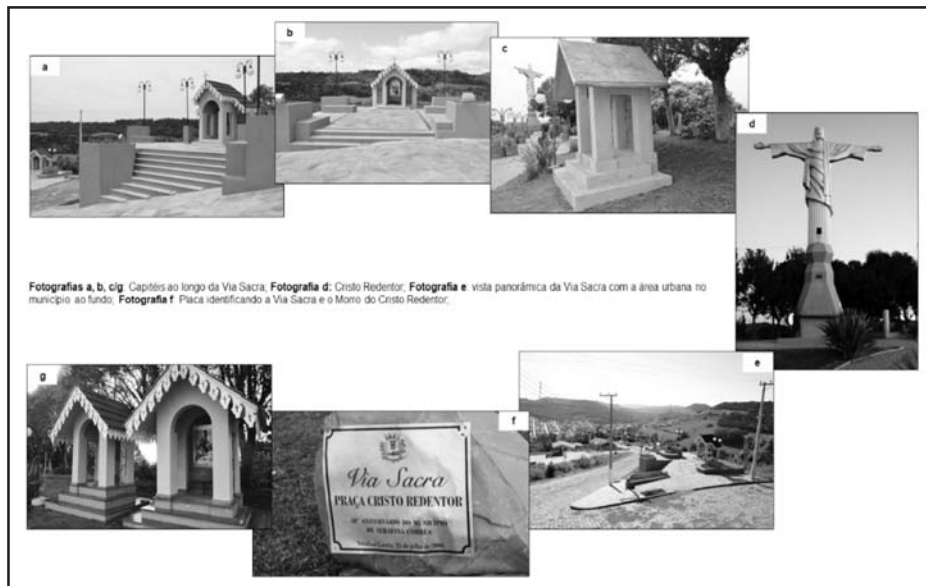
*Código cultural: Religiosidade*

O grupo étnico italiano é caracterizado pela presença significativa da religiosidade entre os seus códigos culturais. As crenças em santos e divindades são tidas como verdade absoluta para os integrantes desse grupo social. Nesse sentido, as imagens sacras, as igrejas, as capelas, os capitéis estão materializados na paisagem cultural do município.

Nota-se que os códigos culturais da religiosidade e da oralidade estão interligados, pois algumas celebrações religiosas acontecem na língua Talian, como as missas diárias. Esse fato remonta à imaterialidade cultural que Serafina Corrêa possui e destaca-a dos demais municípios de origem italiana.

É importante destacar que a religiosidade contribuiu para o turismo e para o desenvolvimento da economia e infraestrutura do município. As romarias, as festividades em datas especiais, juntamente com o monumento do Cristo Redentor e da Via Sacra, a qual foi construída no caminho até o monumento, atraem milhares de fiéis todos os anos (Figura 4).

**Figura 4:** Mosaico Fotográfico do Cristo Redentor e Via Sacra



Fonte: Trabalho de Campo, 2018. Org.: STEDILE NETO, R. 2019.

Com base nas informações coletadas no trabalho de campo, tornou-se possível perceber a importância que o código cultural religiosidade tem para a construção da identidade cultural e da construção do lugar dos descendentes de italianos. A manutenção da fé e das crenças que esse grupo étnico transmitiu às novas gerações é de suma importância para a (i)materialidade cultural que forma a paisagem ítalo-brasileira de Serafina Corrêa.

### **Considerações finais**

O município de Serafina Corrêa teve sua formação histórica no final do século XIX, mais precisamente durante as décadas de 1870 e 1880. Sua ocupação deve-se quase que exclusivamente ao processo de colonização vinculado aos imigrantes italianos. Esses colonos trouxeram suas convenções, técnicas, saberes, fazeres e valores e os materializaram no município, construindo sua identidade cultural. Nesse sentido, imprimiram as simbologias e códigos que caracterizaram o grupo étnico italiano e reorganizaram o espaço da região da serra gaúcha e, especificamente, dessa unidade territorial até os dias atuais.

Esta investigação científica buscou compreender como aconteceram as relações culturais rurbanas em temporalidades distintas, ou seja, desde sua colonização até a atualidade, enfatizando os impactos ocorridos em sua economia, as quais foram responsáveis pelo processo de reorganização resultante de dinâmicas espaciais e econômicas locais. Com tal finalidade analisaram-se os principais códigos culturais que ainda hoje estão presentes no município e que se constituem na sua (i)materialidade cultural.

A reterritorialização espacial permitiu que os imigrantes implantassem seu modo de produção baseado na agricultura familiar, voltado inicialmente para a subsistência. Devido às condições edáficas favoráveis, e sua semelhança com as do seu local de origem na Itália, a produção agrícola desenvolveu-se e colocou o município em estudo no cenário econômico regional.

Na atualidade, o recorte espacial em análise teve seu desenvolvimento alicerçado nas técnicas das quais os imigrantes italianos já eram detentores como agricultores na Itália. Tal fato fez com que a principal economia do município até meados da década de 1970 fosse a agricultura, caracterizada por pequenas unidades familiares, onde o milho e a uva eram os principais cultivos. As relações culturais do município estavam alicerçadas na identidade ítalo-gaúcha, em que os integrantes da sociedade local se relacionavam a partir das convenções desse grupo étnico.

Pode-se afirmar que o município possui um grande potencial turístico, que auxilia no desenvolvimento econômico. A exploração das particularida-

des e/ou singularidades culturais que essa unidade territorial possui proporciona benefícios para toda a região. No entanto cabem ao poder público ações necessárias para planejamentos e incentivos a fim de estimular o desenvolvimento local através do turismo. Além do viés cultural, a região detém certa potencialidade natural e cênica para a implantação de roteiros turísticos com a temática colonial, remetendo os visitantes à época da chegada dos imigrantes italianos.

Serafina Corrêa, apesar da gradativa hibridização cultural, apresenta marcas culturais expressivas; para tanto, é necessária a implantação de políticas e ações para a preservação da mesma, pois constitui um riquíssimo patrimônio cultural. Nesse sentido, a pesquisa disponibiliza informações que podem direcionar o poder público a conhecer a forma como o espaço do município está estruturado, auxiliando na valorização dos códigos culturais e da (i)materialidade da cultura local.

## Referências

- BECKER, E. L. S. **História do pensamento geográfico**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.
- BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.
- \_\_\_\_\_; MARAFON, G. J. **Historiografia da ciência geográfica**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2005.
- BRUM NETO, H. **Regiões Culturais: A Construção de Identidades Culturais no Rio Grande do Sul e sua Manifestação na Paisagem Gaúcha**. 2007. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, RS.
- \_\_\_\_\_; BEZZI, M. L. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, 2008a.
- CALDAS, W. **Cultura**. Coleção para entender. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- CLAVAL, P A **Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Gugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- \_\_\_\_\_. A volta do cultural na geografia. **Mercator**, ano 01, n. 01, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 9-18.
- COSGROVE, D. A ideia de cultural: uma resposta a Don Mitchell. **Espaço e Cultura**, 8, p. 59-61, 1993.

\_\_\_\_\_. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. p. 92-123.

\_\_\_\_\_; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p. 15-32.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

GOMES, J. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA**. São Paulo: Renovar, 2001.

LE BOSSE, M. As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004.

MONDANA, L.; SÖDERSTRÖM, O. Do texto à interação; percurso através da Geografia Cultural contemporânea. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 133-156. (Coleção Geografia Cultural).

PICCIN, E. **O código cultural religião como uma das manifestações da identidade cultural da quarta colônia de imigração italiana/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. 2002. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998 [1925]. p. 12-74.

VOIGT, E. **Paisagem e Diversidade Cultural: As Identidades Culturais das Distintas Etnias em Santa Maria/RS (Santa Maria-2013)** 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-62.

# Geografia Cultural e a poesia musical gaúcha: a construção da paisagem cantada de Santa Maria/RS

*Deise Caroline Trindade Lorensi  
Elsbeth Leia Spode Becker  
Meri Lourdes Bezzi*

## **Introdução**

Ao longo das experiências humanas, a sociedade adquiriu novos conhecimentos, hábitos e costumes que particularizaram as diferentes culturas existentes no espaço geográfico. Assim, a cultura constitui-se em um importante campo de pesquisa para a Geografia, visto que investiga os diferentes modos de vida, as apropriações, as representações e as simbologias que influenciam a organização do espaço a partir da intervenção do homem.

Os processos culturais estabelecidos pelos diferentes grupos sociais na organização do espaço resultam “[...] da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos” (WAGNER; MIKESELL, 2014, p. 28), formando uma rede complexa de códigos culturais e práticas que os identificam. Logo o estudo das manifestações culturais contribui para distinguir os tais grupos e suas particularidades (valores, costumes, tradições, crenças religiosas, práticas artísticas, entre outras), que influenciam a paisagem e as relações e os comportamentos sociais.

Nesse sentido, a tradição gaúcha, como forma de manifestação cultural, é produto de sua formação histórica, da posição geográfica e estratégica. A consolidação cultural ocorreu por meio dos conhecimentos e da vivência dos diferentes povos que colonizaram o estado do Rio Grande do Sul. No primeiro momento, pela incorporação de hábitos e costumes dos índios e dos colonizadores (portugueses e espanhóis) e, no segundo, a partir da influência dos imigrantes (açorianos, alemães, italianos, poloneses, japoneses, entre outros), construindo uma identidade que se manteve até a contemporaneidade.

Na atualidade, ainda permanecem características marcantes das culturas de origem nas regiões de colonização e/ou migração. Entretanto existem hábitos e costumes usuais entre a população sul-rio-grandense, como o do chimarrão, do churrasco, do arroz carreteiro, das danças, da música, entre

outros, que foram disseminados através da convivência e do contato permanente das distintas etnias que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, criando uma identidade cultural em comum no estado.

Dessa forma, o estudo do espaço geográfico a partir dos aspectos culturais revela que a prática de diferentes tradições interfere na paisagem geográfica. Essa manifestação ocorre através dos códigos culturais. De acordo com Claval (2007), cada cultura possui distintos códigos, que permitem transmitir as informações, organizar as experiências, apreender as regularidades ou as relações de sucessão, moldar os utensílios e estruturar as relações entre os homens. Além disso, contribuem na construção de identidades, estabelecendo o sentimento de pertencimento sociocultural a um determinado recorte espacial.

Nesse sentido, a música gaúcha é um código cultural que apresenta as manifestações de ideias, sentimentos e situações que enaltecem o Rio Grande do Sul. As vivências do povo gaúcho despertam o interesse do geógrafo devido à inserção de aspectos históricos, geográficos e culturais da sociedade nas composições musicais, denotando nas mesmas a identidade cultural gaúcha.

A relação da música com outros códigos culturais e simbologias constitui-se em um sistema de ações e representações que funciona como uma fonte de identidade geográfica, retratando o vínculo dos compositores (letristas) com a paisagem. Além disso, é através das canções que os gaúchos, individual ou coletivamente, manifestam sentimentos comuns de pertencimento e exaltam suas crenças, valores, hábitos e costumes, contribuindo para o sentido e o entendimento dessa herança cultural, sua preservação, sua importância e sua adaptação na atual sociedade.

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou identificar os principais códigos e os elementos culturais materializados na paisagem de Santa Maria (RS) e compreender a importância desses no processo de criação poético-musical, verificando a relação existente entre os artistas (letristas, compositores, intérpretes e músicos) e a paisagem na construção da paisagem cantada.

Dessa maneira, é primordial a compreensão da paisagem cantada e dos códigos e/ou elementos que a formam, pois essa arte é fruto da conexão entre o artista e a paisagem cultural. É nesse palco que as relações se estabelecem, em que as imagens, as formas, as cores, os sons, os odores e sabores caracterizam e dão vivacidade às relações.

A paisagem cantada é fruto dos sentimentos que a paisagem cultural desperta nos letristas e que se constitui na fonte de inspiração poética, os quais manifestam suas afeições e emoções. Para melhor compreensão da paisagem cantada, é necessária a compreensão de que essa é formada por uma relação

dialógica música-artista, em que os letristas e músicos utilizam essa expressão artística para expor seus sentimentos, suas sensações e percepções, compondo músicas que revelam suas vivências e seu apego a determinadas paisagens. De acordo com Silva (2016, p. 71), “[...] essa relação só será legítima se for dialógica, isto quer dizer, se contiver vida, se nos trazer algo novo, como uma surpresa”.

### **Referencial teórico**

O interesse pela música nos trabalhos geográficos não aparece exclusivamente na década de 1970 com a retomada da Geografia Cultural. Os primeiros registros são atribuídos a Ratzel e seu discípulo Leo Frobenius (1873 – 1938), que era um etnólogo e arqueólogo. Assim, na busca por uma gênese do interesse da Geografia moderna pela música, pode-se considerar Ratzel o princípio inspirador dessa discussão, bem como Frobenius, que incentivou o desenvolvimento teórico da mesma (PANITZ, 2010).

Entretanto o interesse dos geógrafos pela música adquiriu expressividade a partir da década de 1970 com a (re)teorização da Geografia Cultural, uma vez que se passou a privilegiar, em seus estudos, a imaterialidade da cultura com a denominação de Geografia Cultural Renovada, a qual resgatou e ampliou as bases epistemológicas desenvolvidas pela Geografia Cultural de Sauer e dos geógrafos europeus.

Considerando a preocupação da Geografia Cultural Renovada, ao priorizar as obras humanas notabilizadas na superfície terrestre, que são dotadas de impressões e significados ao observador, pode-se salientar que as pesquisas recentes foram aprofundando o temário dos estudos culturais, incluindo em suas análises a dimensão da imaterialidade da cultura e a valorização da subjetividade (CORRÊA, 1998).

Nesse contexto, estabeleceu-se uma maior aproximação da Geografia com outras ciências sociais e introduziram-se, nas pesquisas, as expressões artísticas. A abertura para essas novas abordagens de análise da dimensão geográfica da cultura contemplou estudos referentes à religião, às representações sociais, à percepção ambiental e à interpretação de texto (literatura, cinema, fotografia, pintura e música).

Essas temáticas são dotadas de aspectos que interferem nas singularidades paisagísticas e revelam a prática dos diferentes grupos sociais, pois são entendidas como representações espaciais capazes de revelar novas concepções e geografias.

No que se refere à trajetória dos estudos geográficos e da música, pode-se afirmar que esse interesse aprofundou-se a partir da publicação do artigo de



Peter Hugh Nash, *Music Regions and Regional Music*, em 1968. Apesar de ser uma tradição relativamente longa, ela permaneceu praticamente restrita à Geografia norte-americana (CASTRO, 2009). Entretanto, nas últimas décadas, a música vem despertando o interesse dos geógrafos, pois apresenta vários significados que expressam tanto a dimensão espacial como a humana (sentimentos, vivências, valores, apegos, entre outros).

A inserção da música na ciência geográfica auxilia na análise e interpretação das abordagens culturais e suas manifestações na paisagem, ou seja, as canções possibilitam o entendimento das identidades e são carregadas de valores e significados inerentes aos homens e delineadas nas paisagens em que habitam.

Além disso, por intermédio da análise das letras das canções, “[...] é possível desvelar todo um universo social construído através do imaginário coletivo da sociedade, que nos auxilie a melhor compreender quem somos no contexto de nossa contemporaneidade” (MESQUITA, 1997, p. 33).

Dessa maneira, pode-se salientar que a música gaúcha possibilita, principalmente através das suas letras, a identificação dos aspectos físico-naturais, socioeconômicos e histórico-culturais, característicos do Rio Grande do Sul, evidenciando as distintas paisagens do estado.

A esse respeito, Carney (2007, p. 147) afirma que “[...] a música específica de um lugar está carregada de sentidos reais e simbólicos que podem ter significado para seus moradores e até para os não moradores”. Ou seja, a música gaúcha, como forma de expressão cultural, possui uma dimensão espacial, que é composta em diferentes contextos e se difunde no tempo e no espaço. Assim, descreve as características socioespaciais e firma as identidades culturais.

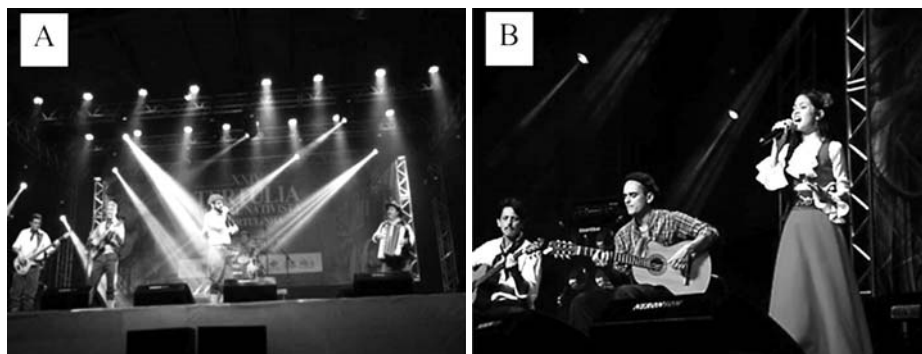
O caráter simbólico da música gaúcha revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem, enfatizando as relações entre o simbólico e os aspectos do real. Essas relações são reveladas pelos códigos culturais exaltados nas letras (gastronomia, crenças, lendas, entre outras), bem como pelos elementos paisagísticos e pelas atitudes/vivências pessoais e coletivas.

No que tange à musicalidade de Santa Maria (RS), pode-se afirmar que essa foi impulsionada pela criação dos festivais nativistas, em especial da Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria, que é o festival mais expressivo da região central do Rio Grande do Sul.

A Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria foi criada em 1980 e manteve suas atividades ininterruptamente até 1999. Até esse período, foi promovida pela Associação Tradicionalista Estância do Minuano. Desde 2011, passou a ser organizada pela Secretaria da Cultura do município e com apoio da 13ª Região Tradicionalista (Figura 1 A).

Cabe salientar que, juntamente com esse festival, a partir de sua retomada em 2011, realiza-se paralelamente a Tertulinha, a qual se encontra na terceira edição e incentiva as crianças e jovens a interpretar canções gauchescas, bem como procura descobrir novos talentos no cenário musical (Figura 1 B).

**Figura 1:** Fotos da XXIV Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria e da III Tertulinha, em 2016



Fonte: Secretaria de Cultura de Santa Maria (2016).

No princípio, as músicas inscritas no festival nativista apresentavam temáticas políticas, destacando-se por romper o conservadorismo ideológico presente na maioria dos festivais nativistas. Tal fato apresenta duas explicações: a primeira relacionada com a característica universitária do município de Santa Maria e a segunda marcada pelo momento histórico vivido, ou seja, o final do período da ditadura militar (IGTF, 2011).

Embora, na atualidade, a Tertúlia Musical Nativista receba verbas da Prefeitura Municipal e é organizada pela Secretaria da Cultura do município, não há uma padronização da produção musical, pois ela recebe canções de músicos de diferentes municípios do Rio Grande do Sul com identidades distintas e que possuem liberdade para compor suas canções.

Em relação aos músicos que residem atualmente no espaço urbano de Santa Maria, esses apresentam vínculos e utilizam as vivências do rural como inspiração poético-musical. Resgatam as particularidades do município, apresentando suas vivências, o cotidiano e outros códigos culturais e elementos paisagísticos que se constituem em fonte de inspiração para os compositores, uma vez que são reflexos dos sentimentos de pertencimento e consecutivamente de apego às paisagens nas quais estão inseridos.

Assim, a paisagem cantada de Santa Maria está representada principalmente pelas músicas nativistas apresentadas nesse festival, abordando te-

mas referentes aos costumes e à tradição gaúcha, a descrição da paisagem físico-natural, o espaço rural e o processo histórico. São temáticas pouco frequentes em suas letras as questões sociais e as problemáticas urbanas.

Dessa forma, as músicas gaúchas, provenientes dos festivais nativistas, “[...] não contêm apenas devaneio poético e imaginação, mas também expressões concretas e representações da realidade de cada região. Há uma estreita correlação entre elas e as estruturas sociais de cada sociedade” (GONÇALVES; MENDONÇA, 2016, p. 195).

Além disso, a musicalidade pode ser considerada o combustível da emoção, que se reflete nos valores e nos sentimentos e que atribui significados ao espaço natural e social. Além disso, as canções constituem-se em poemas musicados, um gênero textual normalmente em versos (e mais raramente em prosa), que se forma através da expressão estética, da linguagem, dos ritmos e das melodias.

Para tal finalidade, utiliza elementos e simbologias para a composição poética e melódica das canções, bem como se apropria de marcas culturais e sociais da paisagem que as compõe. Todos esses fatores contribuem para a construção poética e são fontes de inspiração para os letristas, os quais utilizam as simbologias que estão inseridas em seu cotidiano como fonte de inspiração para compor as canções gaúchas, pois, ao se apropriarem da paisagem, transformam essa Geografia em poesia, com o poder de transportar os ouvintes para lugares onde nunca estiveram presentes apenas pela narrativa dos artistas e da poesia.

O letrista adentra as tramas que permeiam os processos culturais, a historicidade, as experiências de vida, a cotidianidade e a paisagem que o circunda, a fim de transmitir sua mensagem e despertar os sentimentos dos sujeitos, assumindo significância para os sujeitos que também estão inseridos na mesma paisagem que o letrista.

Como exemplificação da relação dos artistas com a paisagem, principalmente do letrista, pode-se utilizar as canções apresentadas na Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria, as quais apresentam os códigos e elementos paisagísticos e culturais apropriados pela musicalidade local.

### **Análise e resultados**

No coração do Rio Grande/ um dia eu fui morar / lá encontrei muito amor/  
lá aprendi a amar. / Naqueles pagos chegados/ qual aconchego de um lar/  
domei a força gaudéria/ e me apeguei ao lugar [...]. Nas entranhas do Rio  
Grande/ a cultura, a tradição/ os valores se entrelaçam/ em confraterniza-  
ção/ lá eu vi a gauchinha/ vi também o velho peão/ a cantar a prenda mi-

nha/ a cantar a prenda minha/ com sua canha e o chimarrão. / No coração do [...] (MEDEIROS, 1981).

“No Coração do Rio Grande” tornou-se um clássico da música gaúcha, pois, além de ser uma declaração de amor pelo município em qualquer ocasião ou local que seja executada, projeta valores de amizade, de fraternidade e do culto às tradições do santa-mariense, como pode ser observado em sua letra.

Essa canção é do compositor catarinense Osvaldo Medeiros, que residiu em Santa Maria nas décadas de 1970/1980, e foi apresentada pela primeira vez em 1981 na II Tertúlia Musical Nativista, tendo como intérprete o Grupo Terra Santa, formado basicamente pela família Medeiros. Após, popularizou-se no Rio Grande do Sul ao ser gravada pelo cantor e acordeonista alagoense Élio da Rosa Xavier, conhecido pelo nome artístico de Porca Veia. Esse artista tem expressão na música gaúcha, uma vez que contribui na sua divulgação e na materialização em shows, festivais e bailes, entre outros.

A canção também demonstra as experiências vividas pelo compositor em Santa Maria, revelando suas afeições pela paisagem local, a qual assume a categoria de lugar, bem como revela o saudosismo do artista após sua partida. O significado simbólico expresso na letra da música contribui para a assimilação da relação topofílica entre o artista e o município.

O compositor utiliza uma expressão no início da canção “Coração do Rio Grande” que é utilizada para designar o município devido à sua localização no centro geográfico do Rio Grande do Sul. A compreensão da letra através do seu contexto social, cultural e ambiental corrobora ao lugar uma referência identitária (PANITZ, 2010).

Além dessa expressão utilizada pelo artista, outras são utilizadas para referir-se ao município, como “Santa Maria da Boca do Monte”, a qual serviu de inspiração para a composição interpretada por Nenito Sarturi e os Campeadores, em 1995, na XV Tertúlia Musical Nativista, como se pode observar nos versos “chegando a Boca do Monte, livro meu flete<sup>1</sup> nos pastos/ e redesenho horizontes/ que me conduz a seus braços [...] Buscando atalhos me aprumo/ das lutas do dia a dia/ e sempre encontro o meu rumo/ no chão de Santa Maria”. Outras expressões identitárias, como “Cidade Ferroviária” e “Cidade Universitária”, atribuídas em diferentes períodos históricos, são utilizadas para referir-se ao município de Santa Maria.

---

<sup>3</sup> Flete é um termo regional utilizado para designar o cavalo de bela estampa e arreado com luxo.

Além disso, as músicas gaúchas que formam a paisagem cantada de Santa Maria apresentam elementos paisagísticos específicos, que, na maioria das vezes, possuem simbologias e significados para os ouvintes inseridos nessas paisagens.

Entre os principais elementos presentes na paisagem cantada de Santa Maria estão os relacionados ao passado ferroviário do município. Esses são percebidos pela utilização de termos linguísticos que se referem à ferrovia, como Gare, Estação, apito, trem, vagões e Vila Belga.

Essas expressões despertam maior afeição e sentimentos nos sujeitos que tiveram a chance de andar de trem ou que residiram nas proximidades das linhas férreas. Atualmente, o que resta para os sujeitos é o patrimônio histórico proveniente desse período, a saudade do último trem de passageiros e as experiências vividas.

A estação da Gare é evidenciada na maioria das canções e constitui-se na principal expressão de saudosismo dos artistas. Como pode ser percebido na letra da canção de Genro e Brum (2012): “Solidão, Gare vazia/ saudade apita pra mim! / Lá na Avenida Rio Branco,/ minha viagem chega ao fim./ As velhas locomotivas/ e vagões abandonados,/ parecem com trens fantasmas/ assombrando meu passado”.

A Gare da Estação é símbolo do desenvolvimento econômico oportunizado pela vinda da viação férrea para o interior do estado. De acordo com Flôres (2007), no início do século XX, o município foi o mais importante centro ferroviário do Rio Grande do Sul, e por longos anos Santa Maria foi chamada de “Cidade Ferroviária”. A chegada da ferrovia entre 1885 e 1905 permitiu a integração de Santa Maria com outros municípios, encurtando as distâncias, favorecendo o comércio local e a urbanização, o que fez com que a cidade apresentasse um grande desenvolvimento econômico (Figura 2 A).

A evolução histórica de Santa Maria, especialmente durante o século XX, decorreu da movimentação gerada pelos trens, com suas mercadorias e passageiros, e a manutenção da principal estrutura operacional da rede ferroviária concentrada na cidade. Com isso, houve a inversão de capitais diretos e indiretos na municipalidade ao longo de todo esse período. De uma pequena comuna passou a ser um polo regional de referência na parte central do estado do Rio Grande do Sul (FLÔRES, 2007, p. 139).

Entretanto o sonho do progresso, vindo pelos trilhos, entrou em decadência. “A cidade de tradição ferroviária, de forte contingente militar e importância regional nos setores do comércio, educação e prestação de serviços, precisava buscar novos caminhos” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 22). Sendo assim, restou uma Gare abandonada e depredada, como a canção

relata “parecem com trens fantasmas/ assombrando meu passado” (GENRO; BRUM, 2012).

Outro importante elemento paisagístico cantado é a Vila Belga, que foi o primeiro conjunto habitacional de Santa Maria. Foi construída para abrigar os operários da companhia belga *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* (Companhia Auxiliar de Estradas de Ferro no Brasil), os quais eram responsáveis pela manutenção e ampliação das estradas de ferro no Rio Grande do Sul (Figura 2 B).

Dessa maneira, a Vila Belga constitui-se também como uma fonte de inspiração para a musicalidade gaúcha, como podemos perceber nos versos: “Nas ruas da Vila Belga as marcas da história deste rincão/ O trem que deixou saudades partiu no trilho da evolução. Um dia deixei o pago, me fui em busca de outra vertente/ No coração do Rio Grande, plantei amigos, vinguei sementes” (PÉRICLES, 2016).

**Figura 2:** A) Estação Ferroviária de Santa Maria (Gare); B) Vila Belga: primeiro conjunto habitacional de Santa Maria



Fonte: Trabalho de campo (2017).

O compositor apresenta, através dessa canção, o processo de urbanização do município, que influenciou a organização da paisagem e continua impactando as vivências dos sujeitos, dos moradores, dos frequentadores e dos turistas.

Assim, o intenso tráfego de trens de carga transformou a paisagem cultural de Santa Maria devido à intensa vida social, econômica e cultural. No auge da viação férrea, ou seja, no início do século XX, foram fundados vários clubes sociais, jornais, associações de classes, bancos, igrejas, hotéis, restaurantes, hospitais, escolas particulares de oficiais, cinemas, abertura de novas ruas e avenidas.

Devido ao crescimento da população, ao avanço do comércio e ao promissor desenvolvimento da ferrovia, a cidade desenvolveu-se em várias direções, determinando o surgimento de novos bairros, como o Bairro Itararé, o qual foi habitado principalmente pelos funcionários da Viação Férrea de Santa Maria. O processo de urbanização também foi marcado pela construção da Vila Belga e pela ampliação da Avenida Progresso, que, desde 1907, passou a ser chamada de Avenida Rio Branco (BELÉM, 2002).

Essa avenida é fruto do progresso do município, do desenvolvimento da rede de hotelaria e do comércio, que alimentava o sonho dos santa-marienses e hoje as lembranças da ferrovia.

Lá no fim da avenida,/ existe um sonho sonhado!/ Persiste um grito calado,/ lá no fim da avenida! [...] Almejo um tempo dissipado pelo tempo/ De encantamentos, esculpidos nas retinas/ Vejo neblinas ofuscando os descasos/ No triste ocaso lá no fim da avenida. [...] Lá no fim da avenida,/ onde mora o desencanto./ Hoje ecoa o meu canto,/ feito um clamor pela vida! (FIALHO; MAURO; RASCOPE, s/d).

Na letra da canção, os compositores apresentam um sentimento de tristeza encontrada no final da avenida, pois é lá que se localiza a Gare da Estação. Tais sentimentos surgem das relações estabelecidas e/ou vivenciadas pelos poetas/compositores, sendo particulares a cada sujeito.

As músicas gaúchas que compõem a paisagem cantada de Santa Maria são portadoras de saudosismo, poetizando verdades ocultas, aflorando sentimentos, despertando paixões, articulando a memória e a imaginação.

Outro importante elemento presente na paisagem cantada do município é o Colégio Estadual Manoel Ribas, chamado carinhosamente de “Maneco”, que embala as emoções do artista, como pode ser percebido na letra da canção: “Eu fiz promessa nos olhos de uma morena:/ Um dia desses, nós vamos 'juntá' os 'tareco'!/ Num peito moço só o coração é quem fala, / vivia matando aula no Noturno do “Maneco” (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHO, 2012) (Figura 3).

**Figura 3:** Colégio Estadual Manuel Ribas – Maneco



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Assim, a música é dotada de significados e sentimentos, que, na maioria das canções, são subjetivas do compositor, que insere nas letras toda a sua alma e emoções. Para Reich (1970 apud KONG, 2009, p. 133), a música proporciona “uma compreensão do mundo e dos sentimentos de outras pessoas incrivelmente maior do que outros meios têm sido capazes de expressar”. Assim, as canções são as consequências das experiências vividas na paisagem em que o poeta/compositor está inserido.

O cotidiano e as vivências da população são incentivos para as composições. Isso nos mostra que não são somente as simbologias e as materialidades que possibilitam a criação poético-musical, mas também a influência da sociedade, dos seus sujeitos e suas particularidades, uma vez que é o palco das relações estabelecidas.

Assim, o hábito de matear (beber mate ou chimarrão) está expresso na paisagem cantada através da cotidianidade dos sujeitos. Como podemos verificar nos versos “fim de semana, salto cedo pra barragem,/ matear nas margens do ‘véio’ Vacacaí” (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHO, 2012). Nesse tre-



cho da canção, evidencia-se a rotina de parte da população que frequenta a Barragem do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), onde os sujeitos se reúnem para matear e apreciar os treinos de canoagem e outros esportes aquáticos desenvolvidos no local.

As músicas gaúchas também demonstram outros hábitos cotidianos da população local, como as vivências no Calçadão, uma das principais ruas do município, o carnaval na Avenida Liberdade e as caminhadas no Centro Desportivo Municipal Miguel Sevi Vieiro, batizado pela população de Farrezão. Tal relação pode ser verificada nos versos “Na primavera, é lindo ver as gurias/ nas caminhadas na volta do Farrezão; [...] Santa Maria dos mates no Calçadão! Da Liberdade nas noites de carnaval! / Maria Santa que nasceu do acampamento, / Um quadro lindo lá da estrada do Perau” (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHO, 2012).

Dessa forma, Carney (2007, p. 133) salienta que é na rua que se estabelecem as diversas funções nas experiências musicais de uma pessoa, pois é na rua que ocorrem as reuniões, os encontros e as festas populares, bem como são nos locais públicos que os sujeitos trocam experiências e partilham os seus saberes.

A Universidade Federal de Santa Maria é outro importante elemento identificado na musicalidade de Santa Maria, como evidenciado na expressão “Marianinho deixou pra sempre um legado, / farol de vida pra quem busca educação. / Dos quatro cantos, vieram filhos pra esta terra, / pelo Planalto e pelos trilhos da estação” (RIBEIRO; SOUZA; CARVALHO, 2012), que faz referência a Mariano da Rocha Filho, responsável pela fundação e instalação da Universidade Federal de Santa Maria na década de 1960. Exalta, assim, a função educacional que a “Cidade Universitária” desempenha no interior do Rio Grande do Sul (Figura 4 A).

O código da religiosidade é um tema recorrente nas canções, principalmente associado ao catolicismo, expresso pela Nossa Senhora da Medianeira. Os versos “na Medianeira o sino que anuncia / a fé que guarda a tua Romaria / Quem chega para sempre, sem ter messe / quem parte com certeza não te esquece” (PÉRICLES, 2011) evidenciam a relação religiosa (Figura 4 B).

Também são explorados o imaginário lendário e as credences da cultura gaúcha, em especial as lendas e mitos locais. Assim, o mito fundador de Santa Maria é uma constante na paisagem cantada, como podemos constatar nos versos da canção “tem a paixão de Morotin por esta terra / e todo o amor de Imembuy por este chão” (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHO, 2013).

**Figura 4:** A) Pórtico principal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); B) Santuário Basílica da Medianeira



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Os poetas também exploram a lenda de Imembuy e Morotin, mesclando os saberes, as crenças e os sentimentos, resgatando as memórias despertadas pelo imaginário lendário, o qual procura explicar a formação territorial e social da cidade, simbolizando a constituição multirracial de sua gente.

A versão original dessa lenda foi escrita por Cezimbra Jaques em 1912 e foi recontada pela escritora Aristilda Rechia em 2008. De acordo com essa lenda, Santa Maria teve sua origem no amor que uniu uma índia, Imembuy, da tribo dos Minuanos, com um branco Morotin, bandeirante, nas margens do Arroio Itaimbé, que foi canalizado sob o calçamento do Parque Itaimbé na área central da cidade (BECKER, 2014).

Além dessa lenda, também podemos citar o vento norte, uma vez que esse apresenta características únicas na região devido às rajadas intensas. Entretanto o que é explorado nas canções é o imaginário lendário, como pode ser observado nos versos: “sei o segredo e a força do vento norte/ que venta forte feito o engate de um vagão” (SOUZA; RIBEIRO; CARVALHO, 2013). A presente lenda, de origem indígena, retrata a prisão de um bandeirante pelos índios Tapes, o qual foi amarrado em cima do lombo do cavalo e solto em disparada para longe da tribo. O bandeirante rogou uma praga: que daquele dia em diante nunca viveriam em paz e seriam atormentados por um vento quente e insuportável, que tiraria a tranquilidade do local.

Como exemplo da materialização do imaginário lendário, temos o monumento Vento Norte, localizado no Largo da Locomotiva, em frente à Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide, escultura da artista Ana Norogrande (Figura 5).

**Figura 5:** Monumento Vento Norte, um símbolo característico de Santa Maria



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Ambas as lendas são exploradas pelos artistas no intuito de complementar os versos, como podemos observar na canção de Péricles (2011) “nasce a lenda de Imembuy; nas águas do riacho Itaimbé./ Minuanos que enfrentaram até a morte/ peleando no calor do vento norte”. O interessante é que as lendas locais despertam inspirações poéticas, de identificação com o processo cultural, e esses se materializam na paisagem através de monumentos e, consecutivamente, estimulando a curiosidade dos sujeitos.

Nessa perspectiva, os códigos e elementos paisagísticos e culturais que formam a paisagem cantada do município de Santa Maria são dotados de valores e significados para os poetas/compositores e para os ouvintes. Além disso, possuem uma tendência de estar materializados na paisagem. Os temas e conteúdos das canções apresentam uma estética ferroviária, marcada pelo sau-

dosismo, como temática recorrente na musicalidade local. Mas também registram a beleza natural, principalmente dos morros e dos rios, e as vivências cotidianas dos sujeitos, ou seja, os cenários paisagísticos locais.

Entretanto, na XXIII Tertúlia Musical Nativista em 2015, o letrista e compositor Evandro Zamberlan levou ao palco do festival uma inovação musical, fora dos parâmetros que foram feitos até o momento e que voltou a se repetir em 2016: de apropriar-se da materialidade cultural como fonte de inspiração poético-musical.

A música “Uma canção para Santa Maria” foi interpretada por Wilson Paim. O poeta nos conduz pela paisagem do município, sem citar os nomes dos locais, utilizando apenas algumas palavras-chave que nos reportam.

Santa Maria, Santa Maria, Santa Maria de todos nós./ Santa Maria, das praças e montes,/ ressorges, tão bela, a cada manhã./ Trazendo esperança, mostrando horizontes,/ Aos filhos que buscam construir o amanhã./ De braços abertos, abraço de tantos/ És mãe protetora, verdade e razão./ Santa Maria receba este canto/ de todos que amam teu jeito, teu chão!/ Santa Maria, nas asas do vento/ viajam os versos da nossa canção./ Seara do hoje, nos rastros do tempo,/ estrada de sonho, de fé e oração./ Nas curvas do mundo nos sirva de guia,/ não deixe teus filhos andarem a sós!/ És fonte de vida de paz e alegria,/ És luz no caminho de todos nós!/ Santa Maria, Santa [...] Na magia dos anos, o canto e a rima,/ na senda dos dias, ternura e paixão./ Santa Maria, senhora menina,/ feliz de quem mora no teu coração!/ Nos trilhos da vida, no novo e no antigo,/ tua história ecoa numa só voz/ na voz de um povo que canta contigo/ pois Santa Maria somos todos nós (ZAMBERLAN, 2015).

O poeta faz referência à função educacional do município no verso “aos filhos que buscam construir o amanhã”, ao vento norte com “nas asas do vento”, aos aspectos religiosos em “estrada de sonho, de fé e oração” e ao processo ferroviário com o trecho “nos trilhos da vida, no novo e no antigo,/ tua história ecoa numa só voz”. Essa canção nos faz viajar pela paisagem de Santa Maria, pois chama atenção pela estética, pela rima e pela melodia.

Assim, as músicas gaúchas que formam a paisagem cantada de Santa Maria são apresentadas na Tertúlia Musical Nativista, bem como a relação do homem (artistas) com a paisagem que vivencia. A interação artista-paisagem não ocorre apenas pela visualização da materialidade, mas é estimulada pelos sentidos, emoções e sentimentos, símbolos e significados.

E que poder arrebatador possui a música, quanta emoção podem nos provocar algumas harmonias, ritmos e acordes. Muitas vezes parece que somos transportados de onde nos encontramos para outras paisagens e lugares, até mesmo a outras estâncias temporais. [...] Outras vezes a música nos desperta sensações distintas, sentimentos afloram veloz, ininterrupta, visceralmente (PAZETTI, 2016, p. 325).

Nesse sentido, a paisagem cantada de Santa Maria apresenta uma simbologia singular, que enaltece o processo histórico e de urbanização do município, conferindo uma identidade urbana à musicalidade local. Também desperta em seus habitantes emoções, apresentando uma paisagem na qual estão inseridos e que descreve através da poesia musical suas belezas e significados demonstrados pelos ritmos das canções.

### **Considerações finais**

A partir do exposto, pode-se inferir que a música é uma maneira interessante de conhecer os grupos sociais, sua cultura e sua simbologia. É através da musicalidade que os indivíduos manifestam sentimentos de pertencimento cultural e exaltam suas crenças, valores, hábitos e costumes, contribuindo para a construção da identidade cultural na atual sociedade.

Entretanto a exposição dos significados através da musicalidade é plausível de múltiplas interpretações, pois requer adentrar o universo pessoal do compositor e tentar relacionar seus sentimentos, suas vivências e suas expectativas ao espaço de análise. Cabe ao geógrafo o desenvolvimento de mecanismos conceituais e de análise a fim de melhor abordar a relação entre a ciência geográfica e a música.

Os códigos e, conseqüentemente, os elementos paisagísticos e humanos que formam a paisagem cantada de Santa Maria englobam a visão do letrista em relação à paisagem de forma literal ou através de metáforas. Assim, a investigação da paisagem cantada significa dar destaque à materialização da cultura expressa na paisagem cultural, assim como para os significados atribuídos pelo artista, que marcam suas ações e vivências.

O conjunto arquitetônico proveniente do desenvolvimento férreo, a religiosidade, principalmente o catolicismo, e a oralidade são os principais códigos culturais apropriados pela música gaúcha e que se materializam na paisagem cantada de Santa Maria. Além disso, a música nativista que homenageia o município está atrelada a uma simbologia própria, dotada de significados, que enaltecem o processo de urbanização do município, conferindo uma identidade urbana à musicalidade local.

Por fim, as vivências dos artistas, expressas nas canções, foram primordiais para o estudo, pois possibilitaram uma maior percepção acerca da relação entre a música gaúcha e a paisagem cantada, uma vez que são conseqüências das experiências e dos sentimentos adquiridos em dados momentos, os quais são estímulos para a construção poético-musical.

## Referências

- BECKER, E. L.S. Geografia e turismo: uma introdução ao estudo de suas relações. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 6, n. 1, p. 52-65, 2014.
- BELÉM, J. **História do município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2002.
- CARNEY, G. O. Música e lugar. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 123-150.
- CASTRO, D. de. Geografia e música: a dupla face de uma relação. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 7-18, 2009.
- CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- CÔRREA, R. L. Geografia Cultural: uma bibliografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 67-71, 1998.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FLÔRES, J. R. A. **Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense**. Santa Maria, RS: Pallotti, 2007.
- FIALHO, J.; MAURO, P.; RASCOPF, R. **Lá no Fim da Avenida** (s/d). Disponível em: <<http://guascaletas.blogspot.com.br/2014/11/la-no-fim-da-avenida.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- GENRO, S.; BRUM, T. Gare. In: **XX Tertúlia Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Secretaria Municipal de Cultura, 2012. 1 CD. Faixa 2.
- GONÇALVES, R. J. de A.; MENDONÇA, M. R. Vislumbres do sertão e representações do cerrado na música de Goiás. In: SUZUKI, J. C.; COSTA, E. B.; STEFANI, E. B. (Orgs.). **Espaço, sujeito e existências: diálogos geográficos da arte**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. 8, p. 181-210.
- INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE. **40 anos dos festivais de música nativista**. Porto Alegre: IGTF, 2011.
- KONG, L. Música popular nas análises geográficas. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Cinema, música e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009. 5, p. 129-175.
- MARCHIORI, J. N. C; NOAL FILHO, V. A. **Santa Maria: relato de impressões de viagem**. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 1997.
- MEDEIROS, O. No coração do Rio Grande. In: **II Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Estúdio Bobby Som, 1981. 1 LP. Faixa 5 (lado A).
- MESQUITA, Z. A geografia social na música do prata. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 33-41, 1997.
- PANITZ, L. M. **Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina**. 2010. 201 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LORENSI, D. C. T.; BECKER, E. L. S.; BEZZI, M. L. • Geografia Cultural e a poesia musical gaúcha: a construção da paisagem cantada de Santa Maria/RS

PAZETTI, H. A. A geografia do médio Tietê – SP e sua poesia cururueira. In: DOZE-NA (Org.). **Geografia e música: diálogos**. Natal: Ed. da UFRN, 2016. p. 324-348.

PÉRICLES, E. Na Boca do Monte o sonho voa. In: **XIX Tértulia Musical Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Secretaria de Cultura, 2011. 1 CD. Faixa 5.

\_\_\_\_\_. Santa-mariense. In: **XXIV Tértulia Musical Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Secretaria de Cultura, 2016. 1 CD. Faixa 4.

SARTURI, N. (intérprete). Na Boca do Monte. In: **XV Tertúlia Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Estúdio Bobby Som, 1995. 1 CD. Faixa 12.

SAUER, C. O. Geografia cultural. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-7, jan. 1997.

SILVA, G. H. de A. **A paisagem musical rondoniense: poéticas de uma urbanidade beradera**. 2016. 189 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SOUZA, S. F. de; RIBEIRO, L. T.; CARVALHO, M. Voltando pra casa. In: **XX Tertúlia Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Secretaria Municipal de Cultura, 2012. 1 CD. Faixa 4.

\_\_\_\_\_. Terra do meu coração. In: **XXI Tertúlia Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Secretaria Municipal de Cultura, 2013. 1 CD. Faixa 2.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 27-62.

ZAMBERLAN, E. Uma canção para Santa Maria. In: **XXIII Tertúlia Nativista de Santa Maria**. Santa Maria: Secretaria Municipal de Cultura, 2015. 1 CD. Faixa 4.

# Olhar sobre a Região Turística Central do Rio Grande do Sul na perspectiva da identidade territorial

*Mirele Milani da Silva*

## **Introdução**

A partir de 1990, intensificou-se no Brasil e renovaram-se os estudos culturais através dos pesquisadores e das temáticas, entre elas a preocupação de compreender o sentido da diversidade das identidades dos lugares, das regiões e dos grupos sociais entrelaçados no espaço e no tempo das sociedades.

A ciência geográfica é dinâmica e contempla diversidades de estudos e temas, entre eles os culturais. Os enfoques teóricos culturais são abordados na Geografia Cultural, associados ao campo de pesquisas da Geografia Humana. Para Claval (2002, p. 19), “a Geografia Cultural, ou mais precisamente o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais, nasceu na mesma época da Geografia Humana, final do século dezenove”.

Cientificamente, a pesquisa busca colaborar com estudos culturais emergentes, relacionados à Geografia Cultural e à categoria analítica da região. Socialmente, a mesma possibilitará o fornecimento de informações aos gestores públicos no que tange ao planejamento, à organização e reorganização espacial mediada pela identidade territorial, caracterizada por meio dos marcadores territoriais. Nesse sentido, visa contribuir para o planejamento e o desenvolvimento local e regional.

A questão regional aporta a relevância nas heterogeneidades culturais marcadas e expressas simbolicamente nos municípios do Rio Grande do Sul através de atributos históricos, costumes, arquiteturas, espaços de sociabilidades, religiosidades, entre outros, caracterizando distintos grupos sociais, moldando sua(s) identidade(s) territorial(ais) no espaço geográfico. Esses espaços de referências vivenciados pelos grupos como suporte para sua construção identitária propiciam, muitas vezes, o fortalecimento de uma identidade coletiva, que é, acima de tudo, territorial (HAESBAERT, 2006).

A cultura é o conceito-chave da Geografia Cultural, capaz de esclarecer a relação que o homem estabelece com seu meio e sua influência na materialidade do espaço. Dessa forma, através da cultura, por meio de elementos, sím-

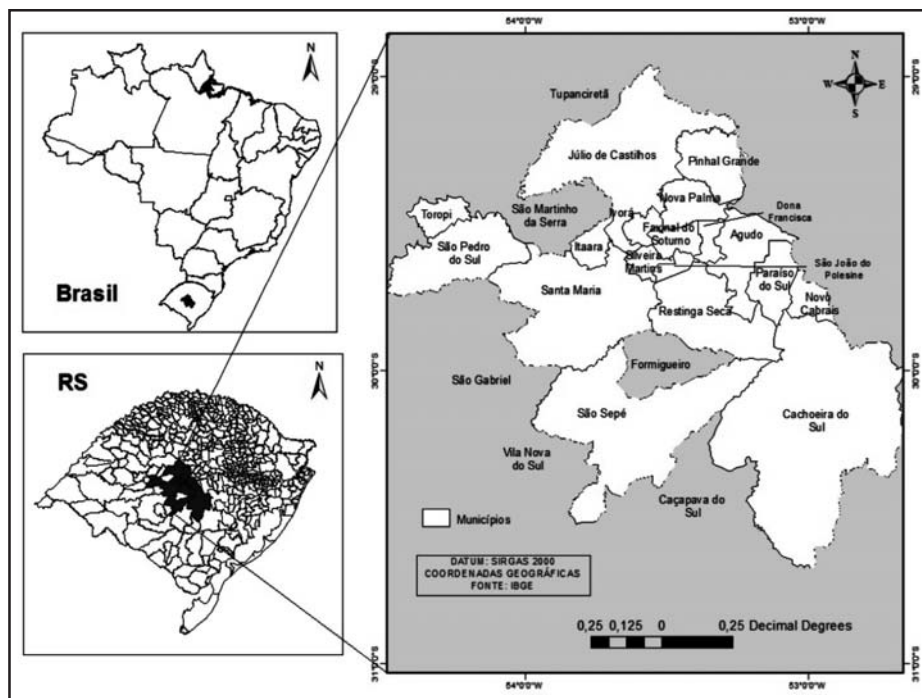


bolos e marcas, os grupos sociais são caracterizados e identificados, representando, assim, a sua identidade territorial, que produz as suas relações entre as pessoas e com o espaço emoldurado no tempo, os quais marcam o encontro do passado com as relações sociais, culturais, históricas e econômicas na contemporaneidade da sociedade. “A cultura existe, a identidade classifica, pois a partir dessa ocorre a inclusão ou exclusão do grupo social” (BRUM NETO, 2007, p. 32).

Nesse sentido a configuração dos grupos sociais no espaço e sua organização territorial através da cultura são objeto de interesse geográfico. Os aspectos relacionais da abordagem cultural, a identidade, enquanto produto sociocultural, individualizam as disposições territoriais configurando as singularidades espaciais. A Geografia humanístico-cultural procura analisar de que modo os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico nos recortes regionais (BEZZI, 2004).

Com o objetivo de identificar a(s) identidade(s) na perspectiva territorial, construída a partir das distintas marcas territoriais produzidas pelos grupos sociais no espaço, ou seja, os marcadores territoriais, a pesquisa possui as seguintes questões centrais: Qual é a identidade territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul? Essa identidade é única? Ela é homogênea?

A região estudada é a Região Turística Central do Rio Grande do Sul, formada através da regionalização proposta pelo Ministério do Turismo no ano de 2017. As 18 unidades territoriais que integram a referida Região Turística são: Agudo, Cachoeira do Sul, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Novo Cabrais. Paraíso do Sul, Pínhai Grande, Restinga Seca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi (Figura 1).

**Figura 1:** Localização da Região Turística Central do Rio Grande do Sul

Org.: SILVA, M. M.; NETTO, T. A. (2018).

Para responder e compreender as inquietações desta pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar o processo de formação e organização territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul e paralelamente identificar os marcadores territoriais dos municípios integrantes a fim de compreender a(s) identidade(s) territorial(ais).

O recorte temporal estabelecido para a pesquisa é o período que compreende os anos de 1996 a 2017. Justifica-se tal opção, pois foi no ano de 1996 que ocorreu a criação da Política Nacional do Turismo (BENI, 2001), sendo esse o marco do ordenamento e da gestão da política pública nacional do turismo, a qual posteriormente determinou o Programa de Regionalização do Turismo, que gerou as regiões turísticas em todas as unidades federativas do Brasil.

A pesquisa utiliza a abordagem qualitativa e fundamenta-se no princípio de que os grupos sociais existem num determinado espaço, cuja formação é específica. Além disso, ela visa apresentar e compreender características particulares do fenômeno estudado. Seu campo de investigação situa-se

nas esferas da subjetividade e do simbolismo, fortemente inseridas no contexto social e situacional (PAULILO, 1999).

Os instrumentos alicerçantes foram a pesquisa bibliográfica para a formulação e elaboração dos conceitos teóricos, a pesquisa documental através de informações obtidas por meio de leis, portarias, programas, decretos, atas, memórias de reuniões, site e folheteria regional, além de análises em livros, artigos científicos, teses de doutorado e dissertações de mestrado; o trabalho de campo foi o diário de campo, registro fotográfico e georreferenciamento dos marcadores territoriais citados nas entrevistas e pesquisados em órgãos públicos e sites das prefeituras municipais, bem como, aplicação de entrevistas semiestruturadas direcionadas a agentes públicos municipais das secretarias de turismo e cultura das unidades territoriais.

Paralelamente, no trabalho de campo, foi realizada a observação participante em 2017 e 2018, pois a pesquisadora compartilha atividades de planejamento e gestão com os agentes públicos de turismo e cultura dos municípios da base territorial em estudo, por meio da participação em reuniões da Associação dos Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul (AM Centro) e do Fórum Regional de Turismo da Região Turística Central do RS.

### **Região, regionalização e turismo**

Em relação à categoria analítica, optou-se pela região, visto que o universo empírico são os municípios agregados em uma região turística, indo ao encontro da regionalização do turismo como política pública territorial descentralizada.

A partir de 1970, surge uma nova abordagem regional no âmbito da incorporação de “novos paradigmas à Geografia, o conceito de região reaparece fundamentado no materialismo histórico e dialético, nas geografias humanista e cultural” (CORRÊA, 2001, p. 187).

Dessa forma, a “Geografia humanístico-cultural procura analisar de que modo os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico e nos recortes regionais” (BEZ-ZI, 2004, p. 206).

A regionalização, no sentido epistemológico, visa ao recorte analítico do espaço através de critérios propostos pelo investigador ou, no caso de planejamento estatal, pelo planejador (HAESBAERT, 2010). Portanto a região, enquanto uma “espécie de unidade espacial definida a partir de uma determinada articulação de relações socioespaciais [...], é sempre defendida

a partir de sua especificidade, diferenciação ou contraste” (HAESBAERT, 2010). A região é um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade (BEZZI, 2004).

Analisar uma região é entender a dialética do mundo, considerando o constante conflito entre o velho e o novo na organização e reorganização do espaço (BRUM NETO, 2007). A região é um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade (BEZZI, 2002). Para tanto, torna-se imprescindível, em qualquer estudo científico referente à região e à regionalização, a compreensão do espaço geográfico planejado e organizado.

A partir das contextualizações expostas, pode-se compreender que, na contemporaneidade, a dinâmica que orienta a temática da regionalização possui caráter global, dinamizando múltiplas abordagens e reflexões sobre os recortes regionais, ou seja, natural, cultural, social, político e administrativo, onde há variações epistemológicas conforme o intuito e os critérios do pesquisador e/ou planejador.

A organização dos municípios em regiões turísticas, proposta pelo Ministério do Turismo como uma política pública nacional a partir do Programa de Regionalização do Turismo e do instrumento do Mapa do Turismo Brasileiro, vai ao encontro do entendimento de região defendida por Bezzi (2002, p. 55) como “um recorte espacial (subespaço) dinâmico que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo”.

A percepção geográfica do turismo tem sido estudada com base na geografia humanística e valoriza as experiências do homem em seu meio ambiente (XAVIER, 2007). O espaço do turismo envolve os centros emissores, os núcleos receptores e as vias ou fluxos estabelecidos entre os locais de emissão e recepção, por meio dos quais o homem mantém complexas formas de relacionamento com a natureza e com os grupos humanos (XAVIER, 2007). Então, o turismo, assim como outras atividades, é um elemento atuante e transformador dos espaços e lugares já existentes e na criação de novos.

Pode-se relacionar o turismo com o espaço geográfico que, conforme Santos (2002, p. 38), refere-se ao espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Para o autor, os objetos constituem as redes técnicas (ruas, avenidas, estradas, prédios, casas, cidades, zonas rurais, etc.) e o substrato físico-natural, os quais servem de suporte à vida das sociedades, bem como às ações que compõem o trabalho, a

produção e o consumo de mercadorias, além das práticas sociais cotidianas e não cotidianas dos povos (SANTOS, 2002).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil foi reformulado em 2013, sendo uma política pública em âmbito territorial de forma descentralizada e participativa, incluindo os estados e municípios brasileiros. A participação de um município na regionalização faz com que ele seja reconhecido turisticamente.

Dessa forma, ele participa de ações integradas e tem acesso a oportunidades como a captação de recursos para projetos nas instâncias estadual e federal, bem como a participação em eventos e nos materiais institucionais com vistas à promoção e divulgação de seus atrativos e produtos turísticos. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe diretrizes políticas e operacionais para orientar o processo do desenvolvimento turístico com foco na regionalização, além de promover a integração e cooperação intersetorial com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade (BRASIL, 2007).

O referido programa apresenta-se como um eixo norteador nacional e tem como propósito a interação das ações com os demais programas e setores que conformam a gestão descentralizada do turismo (BRASIL, 2013). Como principal meta do referido plano está o desenvolvimento turístico em escala regional através de critérios (Figura 2).

Dessa forma, o governo federal instituiu o Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) através da Portaria Federal nº 313, de 03 de dezembro de 2013, e da Portaria Federal nº 144, de 27 de agosto de 2015, as quais estabeleceram a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.

O Mapa do Turismo Brasileiro define a área – o recorte territorial – que deve ser trabalhada prioritariamente pelo ministério. Ele é atualizado periodicamente e conta com versões de 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017 e 2019.

**Figura 2:** Critérios para o município aderir à regionalização do Ministério do Turismo em 2017

EXIGÊNCIAS MÍNIMAS	COMPROMISSOS	RECOMENDAÇÕES
1) Possuir órgão responsável pela pasta de turismo (Secretaria, Fundação, Coordenadoria, Departamento, Diretoria, Setor ou Gerência); 2) Destinar dotação para o turismo na lei orçamentária anual vigente; 3) Apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal ou dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado no sistema, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.	1) Indicar um representante municipal, responsável pela interlocução do programa e por participar ativamente da Instância de Governança Regional; 2) Destinar, anualmente, recursos orçamentários para o turismo; 3) Constituir ou reativar o colegiado/conselho de turismo; 4) Apoiar o desenvolvimento do turismo regional de forma cooperativa; 5) Elaborar um Planejamento Estratégico Integrado à Região Turística, caso ainda não o possua; 6) Participar ativamente da Instância de Governança Regional, caso exista.	1) Se um município está vinculado a uma região por sua importância turística, pelo fornecimento de produção associada ao turismo ou de serviços de apoio ao turismo, sugere-se mantê-lo no mapa. Integram-se à região apenas por serem limítrofes, sem caracterizar qualquer atividade vinculada ao desenvolvimento do turismo na região; sugere-se que sejam excluídos do mapa.

Fonte: BRASIL, 2017. Org.: SILVA, M.M, 2018.

Na primeira versão do Mapa do Turismo Brasileiro em 2004, o Brasil possuía 3.203 municípios regionalizados e divididos entre as 219 regiões turísticas. No Rio Grande do Sul, havia nove regiões, Porto Alegre e região metropolitana e mais oito zonas (Zona do Litoral Norte, Zona da Serra, Zona das Hidrominerais, Zona das Missões, Zona do Pampa, Zona Central, Zona dos Vales e Zona Sul) e 467 municípios regionalizados. Nessa primeira versão do MTB, o estado gaúcho estava organizado em zonas e não em regiões. Posteriormente, a partir da edição de 2007, ele se adequou à nomenclatura de regiões turísticas.

No ano de 2017, foi realizada a sexta edição do MTB. Para essa atualização foram realizadas oficinas e reuniões regionais em todas as 27 Unidades Federativas (UFs), e a validação do mapa foi concretizada pelos estados e pelo Distrito Federal em seus respectivos Fóruns e/ou Conselhos Estaduais do Turismo.

Na já referida edição do Mapa do Turismo Brasileiro, o país possuía 328 regiões turísticas, distribuídas nas 27 unidades federativas, abrangendo 3.285 municípios. Nessa perspectiva, o Rio Grande do Sul encontrava-se dividido em 27 regiões turísticas, distribuídas em 371 municípios regionalizados, sendo que cada região possui suas semelhanças e peculiaridades.

## **Os marcadores territoriais e a identidade da Região Turística Central do Rio Grande do Sul**

As categorias de análise que nortearam o trabalho de campo foram as apresentadas pela pesquisadora Isabel Castro Henrique, professora do Departamento de História da Universidade de Lisboa/Portugal, no trabalho intitulado “A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)”, exposto em “Textos de História”, volume 12, nos 1 e 2 de 2004. Esse trabalho enfoca a “vertente da materialização da cultura que permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios” (HENRIQUE, 2004, p. 12).

São cinco categorias de marcadores consideradas pela autora: marcadores vivos, marcadores religiosos/sagrados, marcadores fabricados, marcadores históricos e marcadores musicais. Nesta pesquisa, são analisadas três categorias de marcadores territoriais – marcadores religiosos, marcadores fabricados e marcadores históricos – como escolha teórica.

A pesquisadora considerou, nesta investigação, como marcadores históricos os monumentos, as praças públicas, os pórticos e os museus históricos/culturais por ser espaços de memória e socialização criados, idealizados e/ou organizados por grupos sociais.

A identidade construída a partir da organização e/ou reorganização espacial, tanto simbólica como concreta, é, neste estudo, compreendida como identidades territoriais. Em relação à identidade, enfatiza-se a abordagem territorial sob a ótica cultural, em que “a mesma não exclui as demais dimensões, uma vez que os homens são seres sociais que realizam atividades econômicas e políticas sobre a base natural” (BRUM NETO; BEZZI, 2017).

Na perspectiva de Castells (2006, p. 22), a identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(os) qual(quais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. O território identitário não é apenas ritual e simbólico; é também o “local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se firmam e vivem as identidades” (BOSSÉ, 2004, p. 169). Para Saquet (2003), a identidade é construída pelas múltiplas relações territoriais que são estabelecidas no cotidiano, envolvendo as obras e marcas materiais e imateriais que produzimos.

Na abordagem territorial, Haesbaert (1999, p. 178) considera a identidade territorial como “uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para a sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”. Uma das características mais importantes da identidade territorial é que ela recorre a uma dimensão histórica do

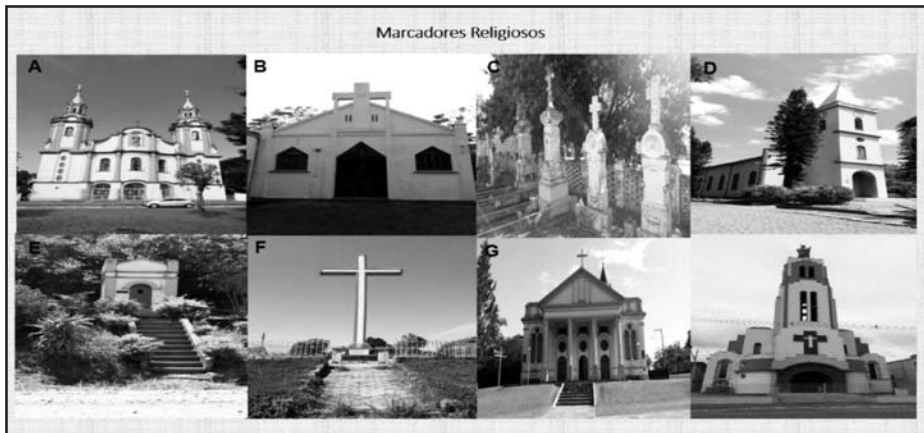
imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo (HAESBAERT, 1999). “A relação da sociedade a seus espaços, lugares e territórios é acompanhada de um poderoso sentimento de identidade” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 45).

Nesse contexto, pode-se compreender que os marcadores territoriais são elementos espaciais e simbólicos materializados que contribuem para o reconhecimento identitário representado no espaço e tempo vivenciados socialmente. É a “vertente da materialização que permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios” (HENRIQUE, 2004, p. 12). Assim, “as identificações e relações de pertencimento constantemente estão sendo alteradas a partir do visível, ou seja, através da fabricação de marcadores territoriais” (PINTO, 2015, p. 48).

Portanto, segundo Bonnemaïson (2012), as marcas são elementos que contribuem para a interpretação da realidade, uma vez que dão sustentação à produção dos territórios de vida, convivialidade e enraizamento social.

Os marcadores religiosos, também denominados de sagrados, referem-se a um “marcador simbólico que permite vários suportes e desempenha diferentes funções em relação ao homem e à religiosidade” (HENRIQUE, 2004, p. 16). Nesse entendimento, a arte e as crenças profano-religiosas produzem sentidos aos espaços sociais (PINTO, 2015). E, como exemplos, as igrejas, capelas, capitéis, templos e espaços sagrados, monumentos religiosos, grutas, entre outros (Figura 3).

**Figura 3:** Mosaico de fotografias dos marcadores religiosos na Região Turística Central do RS



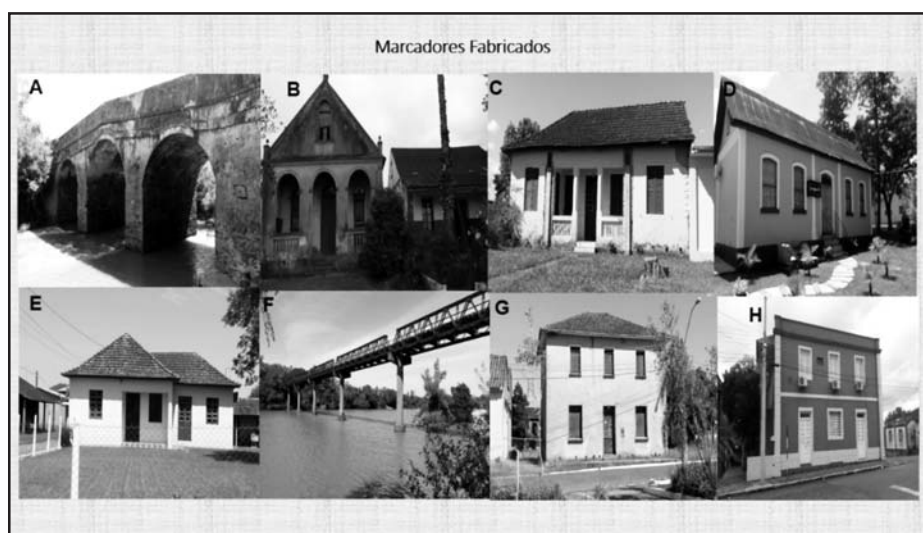
Legenda: (A) Igreja Santo Antônio em Cachoeira do Sul; (B) Igreja católica em Novo Cabrais; (C) Cemitério germânico em Paraíso do Sul; (D) Igreja luterana em Agudo; (E) Capitel em Dona Francisca; (F) Cruz luminosa em Restinga Seca; (G) Igreja Corpus Christi em São João do Polêsine; (F) Igreja Matriz em São Pedro do Sul.

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018. Org.: SILVA, M. M. (2017/2018).



Os marcadores fabricados dizem respeito aos “espaços de habitação dos homens com suas múltiplas construções, além das marcas que integram os caminhos que sinalizam os territórios” (HENRIQUE, 2004, p. 17 e 18). Henrique (2004) refere-se às arquiteturas civis, públicas e às pontes que facilitam a circulação dos homens. Esses marcadores são autênticos e são fabricados no espaço regional (Pinto, 2015, p. 47). Como exemplos, a arquitetura das casas, prédios públicos e as pontes que facilitam a circulação dos homens (Figura 4).

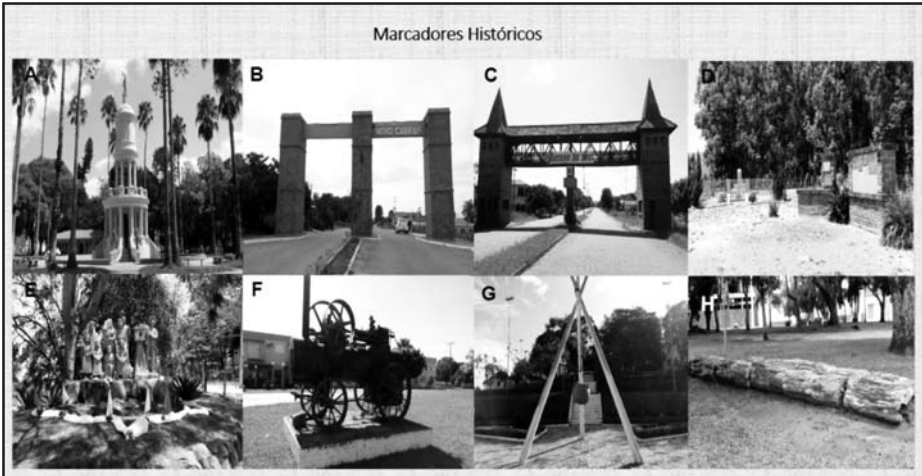
**Figura 4:** Mosaico de fotografias dos marcadores fabricados na Região Turística Central do RS



Legenda: (A) Ponte de Pedra em Cachoeira do Sul; (B) Arquitetura em Novo Cabrais; (C) Arquitetura em Paraíso do Sul; (D) Arquitetura em Agudo; (E) Arquitetura em Dona Francisca; (F) Ponte do Império em Restinga Seca; (G) Arquitetura em São João do Polêsine; (H) Arquitetura em São Pedro do Sul. Fonte: Trabalho de campo, 201/2018. Org.: SILVA, M. M. (2017/2018).

Os marcadores históricos “constituem elementos naturais e também fabricados, que implicam a mobilização dos grupos sociais que os organizam, assegurando a socialização do espaço e da natureza e dos lugares de memória” (HENRIQUE, 2004, p. 23). Servem como exemplo os monumentos, museus históricos, memoriais, pórticos, praças públicas, bustos, entre outros (Figura 5).

**Figura 5:** Mosaico de fotografias dos marcadores históricos na Região Turística Central do RS



Legenda: (A) em Cachoeira do Sul; (B) Pórtico em Novo Cabrais; (C) Pórtico em Paraíso do Sul; (D) Monumento ao Imigrante em Agudo; (E) Monumento da Imigração em Dona Francisca; (F) Locomotiva em Restinga Seca; (G) Monumento da Polenta em São João do Polêsine; (F) Fóssil Vegetal (madeira petrificada) em São Pedro do Sul.

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018. Org.: SILVA, M. M. (2017/2018).

### Considerações finais

Como conclusões parciais desta investigação, expõe-se que foi realizado o trabalho de campo em oito municípios das 18 unidades territoriais. Os marcadores territoriais identificados no trabalho de campo remetem às identidades territoriais compartilhadas e diversificadas, sendo heterogêneas, materializadas através de monumentos, cemitérios, pórticos, arquitetura das casas e dos prédios públicos, igrejas, capitéis, pontes, praças públicas, museus históricos e culturais. Essas marcas possuem significações simbólicas atreladas, em sua maioria, à formação étnica espacial regional, nesse caso, expressivamente, prevalecendo as descendências de colonizações alemã e italiana.

Considerando a diversidade cultural, histórica, geográfica e turística, propõe-se repensar a denominação da nomenclatura “central” da região turística estudada. A denominação da região turística “central” expõe a localização geográfica dos municípios que a compõem, mas não remete a uma identidade territorial definida e/ou constituída.

Assim, pretende-se sugerir uma nova denominação no recorte espacial estudado a partir das características culturais singulares dos municípios que

integram a região turística, bem como dos marcadores territoriais identificados nas unidades territoriais.

Para tal finalidade, é necessário que o trabalho de campo esteja finalizado em todos os municípios para que se possa analisar os dados de campo, contextualizando com a teoria.

Embora tenha ocorrido, no ano de 2019, a sétima edição do Mapa do Turismo Brasileiro, a Região Turística Central do Rio Grande do Sul manteve sua caracterização territorial, pois, houve algumas modificações em relação à saída de alguns municípios que optaram por não participar do MTB e portanto não aderiram à Regionalização do Turismo proposta pelo Ministério do Turismo em 2019. E, dessa forma, não se alteram as percepções e objetivos desta pesquisa, que se encontra em andamento e em fase de finalização.

### Referências

BENI, M. C. A política de turismo. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo**: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, 2001. p. 177-202.

BEZZI, M. L. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2012. v. 1.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 157-179.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo. **Mapa do turismo brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013, 2017.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. (Org.). **Estudos sobre geografia cultural no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

BRUM NETO, H. **Regiões Culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 358 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CASTELLS. M. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- CORRÊA, R. L. **Trajétórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CLAVAL, P. “A Volta do Cultural” na Geografia. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/192>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L’espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.
- HAESBAERT, R. **Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. Território, Poesia e Identidade. In: HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006. cap. 8, p. 143-158.
- \_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.
- HENRIQUE, I. C. **A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)**. Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Brasília: UnB, 2004. v. 12, n. 1-2, p. 9-41.
- PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, jul./dez.1999. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm)>. Acesso em: 20 de jan. de 2018.
- PINTO, M. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas Reduções Jesuítica – Guarani**. 2015. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da Colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

# Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul

*Helena Brum Neto*

## **Introdução**

Abordar o território sob a ótica cultural é fundamental para compreender as relações territoriais estabelecidas pelos imigrantes e seus descendentes, especificamente as territorialidades e os processos de identificação. Desse modo, a cultura constitui-se em uma dimensão essencial devido à amplitude de suas características norteadoras, pautadas em um sistema simbólico que permite identificar e analisar a gama de códigos responsáveis pela identificação e diferenciação dos grupos sociais.

A relação território-cultura é central nessa abordagem. Buscou-se, dessa forma, repensar tal relação com ênfase na análise dos processos de identificação territorial, visando refletir e compreender as principais características econômicas e culturais dos territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande Sul.

Os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais envolvidos na formação territorial do Rio Grande do Sul resultaram num conjunto de recortes territoriais internos complexos sob o ponto de vista cultural. Tal complexidade deve-se à diversidade étnico-cultural materializada pelos diversos grupos sociais que se inseriram no extremo sul do Brasil, formando territórios singulares, pautados em distintos processos de identificação cultural e econômica. Justifica-se a abordagem das etnias alemã e italiana devido a seu caráter inovador no contexto econômico, ao inserir efetivamente a atividade agrícola em pequena propriedade em um território dominado pela pecuária bovina de corte, desenvolvida em grandes propriedades rurais. E, também no contexto cultural, ao territorializar novos códigos culturais, distintos dos existentes no Rio Grande do Sul até o século XIX.

Os caminhos teóricos e metodológicos que permitiram analisar os processos de identificação nos territórios em estudo partem da compreensão dos conceitos centrais: território e cultura. Salienta-se que, concomitantemente ao resgate teórico, realizou-se também a coleta de dados relativos à inserção cultural no espaço gaúcho. Para tanto, estabeleceu-se uma cronologia básica para guiar a construção de um banco de dados. A cronologia se-

guiu a ordem de inserção de etnias no Rio Grande do Sul até a sua atual configuração sociocultural, tendo como base as Unidades Territoriais. Esses dados foram coletados junto a órgãos específicos, detentores de tais informações, como a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), com dados relativos à evolução populacional do estado, dinâmica espacial, criação e limites municipais, além dos dados referentes à etnia que fundou cada município, a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e, junto às Prefeituras Municipais, as Secretarias de Cultura (trabalho de campo).

A partir desses dados, realizou-se uma regionalização cultural do Rio Grande do Sul para identificar onde estão localizadas as culturas alemã e italiana, bem com os fluxos populacionais em direção a outras porções do espaço intrarregional e inter-regional, na medida em que a busca por novas “frentes pioneiras” se fez necessária. Para tanto, foi utilizado o *software Arc View GIS* mediante a inserção dos dados referentes à relação município-etnia predominante. Para realizar essa etapa da pesquisa, utilizou-se como critério a cultura, isto é, a presença de um grupo como *fundador* do município ou *grupo majoritário*, considerando a composição étnica *superior* a 50% da população total.

Mediante a delimitação prévia das unidades territoriais de origens alemã e italiana foram coletados dados *in loco* sobre a territorialização dos imigrantes e seus descendentes no território gaúcho. Nesse sentido, utilizou-se um roteiro para a realização das entrevistas como instrumento de pesquisa com questões relativas à problemática investigada. Com isso evidenciou-se *onde* se localizam as áreas mais expressivas das referidas imigrações, bem como *quando* e *como* os processos aconteceram, identificando “marcas territoriais” expressas na paisagem através das características das etnias selecionadas, ou seja, onde e como as culturas em estudo se territorializaram.

Ressalta-se que os códigos culturais e os dados econômicos são essenciais para a identificação das principais características da territorialização dos alemães, italianos e de seus descendentes. Com o objetivo de viabilizar a pesquisa em campo, tendo em vista o expressivo número de municípios que compõem o recorte espacial do trabalho, foram traçados alguns critérios para sua realização, principalmente na seleção das unidades territoriais a serem estudadas. Foram tomados como base os municípios que se destacam e servem como referência das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Consideraram-se como referências os municípios que têm sua origem e seu desenvolvimento atrelados à colonização com as referidas etnias no Rio Grande do Sul, especificamente ex-colônias implantadas pelos governos imperial,

provincial e por empresas de colonização, as quais foram identificadas mediante pesquisa bibliográfica previamente realizada.

A seleção dos municípios teve como fio condutor a sua *expressividade* mediante o *processo de povoamento, colonização e a importância histórica* para o estado. Também se justifica a escolha dos locais em virtude da melhor *infraestrutura* em relação à compilação de dados, ou seja, municípios que possuem centros culturais de pesquisa etnográfica, genealógica e museus sobre as imigrações alemã e italiana. Salienta-se que essa etapa teve caráter central para a pesquisa, pois permitiu a identificação, a caracterização e a compreensão das características da territorialização das culturas em estudo. Outrossim, a coleta de dados em campo embasou a geração dos mapas temáticos que individualizaram os territórios das imigrações alemã e italiana.

Desse modo, as atividades pautaram-se na coleta de dados (entrevistas com informantes qualificados, os quais detêm as informações referentes a essa temática, como: Centros Culturais, Museus e Secretarias de Cultura), nos municípios-sede da implantação das colônias, a partir dos quais se originaram os demais municípios. Ressalta-se que esses municípios se constituem como a base das colonizações alemã e italiana e serviram de referência para a realização dessa etapa do trabalho de campo. Considerando os dados coletados no decorrer do trabalho de campo, realizou-se a análise dos mesmos para compreender a territorialidade das culturas alemã e italiana no Rio Grande do Sul, bem como suas manifestações na paisagem.

### **Território, cultura e os processos de identificação territorial no Rio Grande do Sul: os territórios das imigrações alemã e italiana**

Ao propor a compreensão da dinâmica territorial rio-grandense, particularmente dos territórios originários das imigrações alemã e italiana, é que se procurou relacionar *território e cultura*. O caminho escolhido para compreender a referida relação perpassa a compreensão do conceito de território. A busca teórica, pressuposto essencial para a construção da pesquisa, balizou ideias, concepções e obstáculos encontrados nos estudos territoriais teóricos e empíricos. Considerando as leituras e as análises realizadas, pode-se considerar que o território evidencia-se, na atualidade, através da profusão de estudos em diversas áreas do conhecimento, originando a disseminação de termos análogos a ele, expressando movimento, dinâmica e transformação. Tais desdobramentos teóricos contribuem para a construção e a transformação epistemológica do conceito.

Em sua obra *Abordagens e concepções de território*, Saquet (2007) indaga-se: De que território falamos? O autor instiga a reflexão na medida em que, na atualidade, esse conceito está em evidência não só nos estudos geográficos, mas também em outras ciências que trabalham com questões espaciais, com destaque para as teorias e sua aplicação na prática, principalmente quando se priorizam o planejamento e o desenvolvimento territorial.

Ao abordar os territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul, tornou-se fundamental refletir sobre o território no campo conceitual para compreender as principais vertentes teóricas e metodológicas vigentes na atualidade. A abordagem adotada converge para questionamentos e reflexões sobre o território multidimensional, escalar e temporal, concebido a partir da perspectiva crítica, atrelando teoria e prática. Pode-se dizer que as abordagens efetivadas a partir dessa perspectiva inseriram novos elementos e agregaram “valor” ao conceito de território. A multiplicidade de dimensões, escalas e de relações está implícita no território e se efetiva mediante relações de poder, seja proveniente do Estado, de grupos sociais/culturais, conforme se procurou explicitar neste estudo, ou mesmo do capital em suas distintas faces de apropriação, o qual perpassa fronteiras nacionais e se insere nas mais diversas porções dos territórios.

Hoje, pode-se explorar o território mediante suas várias dimensões, considerando a E-P-C-N (economia, política, cultura e natureza) de forma ampla, o que não se constitui em uma tarefa fácil, pois se observa que, geralmente, há ênfase para uma dessas dimensões em detrimento das demais. Porém tal abordagem, em conjunto, proporciona uma “visão” ampla do território, demonstrando suas diversas faces – singularidades e similaridades materializadas com o acúmulo de tempos sobre a base territorial, constituindo identidades simbólico-culturais.

Nessa perspectiva, marcados pelos processos de identificação, os territórios das imigrações alemã e italiana do Rio Grande do Sul apresentam diversas faces econômicas desenvolvidas sobre bases culturais semelhantes, porém não homogêneas, pois apresentam vicissitudes de crenças e valores. A abordagem econômica e cultural procurou identificar os principais marcos territoriais que atuam no processo de identificação dos territórios e, a partir disso, analisar as relações de apropriação da herança dos imigrantes (dimensão cultural) vinculada ao capital (dimensão econômica).

Desse modo, compreendeu-se o território como uma construção histórica e dinâmica, materializada nas mudanças e nas permanências engendradas a partir dos movimentos de desreterritorialização, de desconstrução e de reconstrução. A gênese dos territórios em estudo está atrelada ao processo de



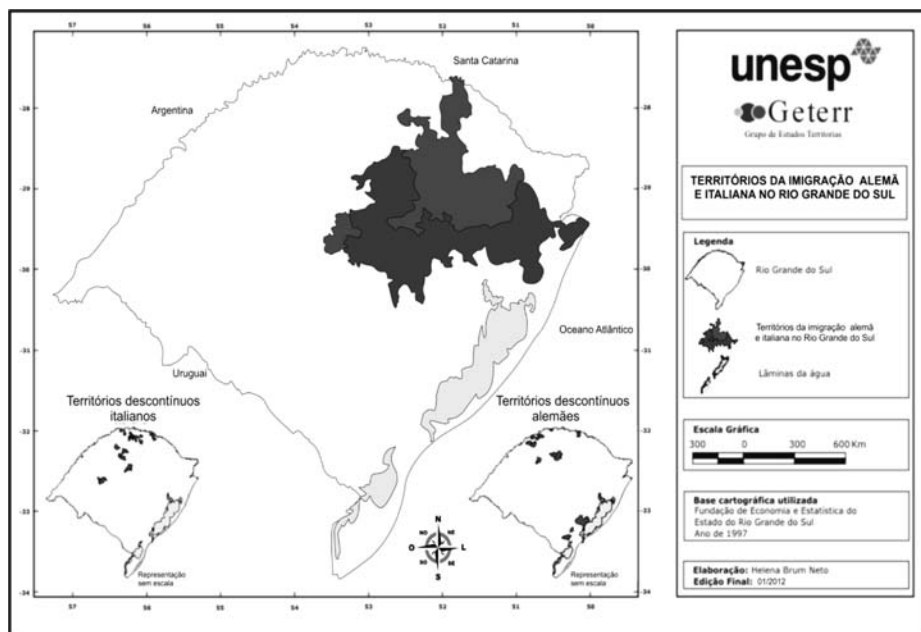
imigração/colonização ocorrido no Rio Grande do Sul a partir de 1824 (alemães) e 1875 (italianos) (ROCHE, 1969). As transformações iniciais estão pautadas na saída dos territórios de origem na Europa e, sobretudo, na necessidade de reconstrução no sul do Brasil. Os fluxos migratórios articularam essa gênese, dotando o Rio Grande do Sul com descontinuidades, fluidez, movimento, simbologias e identidades múltiplas com culturas diversificadas, condicionantes da atual caracterização e das paisagens.

Tendo como base a perspectiva multidimensional, escalar e temporal, abordou-se a dimensão simbólica como fonte de identidade e de economia para os territórios das imigrações alemã e italiana de forma conjunta e comparativa. Objetivou-se analisar a atual configuração dos territórios formados pelos dois maiores contingentes populacionais inseridos no Rio Grande do Sul através do processo de colonização, ou seja, compreender como seus descendentes conduziram o movimento de renovação e reconstrução que resultou nas diferenças e semelhanças entre os territórios.

A expansão das colônias alemãs e italianas configurou territorialidades distintas e delineou as fronteiras dos territórios da imigração no Rio Grande do Sul. A forma e a dimensão territorial foram definidas através da dinâmica política e econômica, que permitiu aos imigrantes e seus descendentes se reterritorializarem. A partir de novas inserções étnicas, outras culturas motivadas economicamente se territorializaram, estabelecendo espaços de convivência, diferenças e identidades.

Delimitaram-se os territórios conforme o Mapa 1. Porém suas fronteiras não “separam”, apenas marcam um espaço de transição entre os agentes que o constroem e os demais grupos sociais que compõem o Rio Grande do Sul. Constitui-se como uma unidade na diversidade, ou seja, uma parte integrante do contexto regional gaúcho de forma diferenciada, marcada e identificada cultural e economicamente.

**Mapa 1:** Os territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul



Org.: BRUM NETO (2012).

A reterritorialização das culturas alemã e italiana no território rio-grandense construiu paisagens típicas através da materialidade de códigos culturais inseridos e transformados pelos imigrantes e seus descendentes. Esse sistema simbólico tornou-se único, pois se constitui em um *híbrido* entre os códigos de origem dos imigrantes e a transformação acarretada no decorrer da reterritorialização. Não são os mesmos, ditos originais, pois se metamorfosearam, compondo a complexidade cultural rio-grandense.

Há simbologias identificadoras, como o estilo das edificações, a fala, a gastronomia, as festividades, a musicalidade e a religiosidade, que se relacionam com as questões econômicas através de um determinado produto. Nesse sentido, destaca-se a uva, principal produto da agropecuária dos territórios da imigração italiana e que se constitui em um elemento de identificação territorial ao atrelar cultura e economia.

A tradição do cultivo de uva pelos italianos e seus descendentes encontra alguns argumentos que procuram explicá-la nos seus territórios de origem. Como esses imigrantes eram provenientes de localidades como *Vêneto*, *Friuli*, *Lombardia* e *Trento*, em sua maioria, já tinham conhecimentos em relação à

produção de uva e à vitivinicultura, pois essas regiões eram reconhecidas como tradicionais áreas de produção vinícola da Itália (DENIS, 1951; ROCHE, 1969; FORTES, 1981). Essa tradição pode ser constatada no decorrer da evolução da produção da uva e do vinho nas colônias e, posteriormente, nos municípios originários dela.

O crescimento da produção de uva nos territórios de imigração italiana possibilitou a criação e a expansão da indústria vitivinícola. Tal fato acarretou a consolidação de territorialidades múltiplas, centradas na economia, na cultura e na política, pois foi através da viticultura e da expansão das vinícolas que ocorreu a ordenação territorial dessa porção do espaço gaúcho. A viticultura inseriu a economia local em âmbitos regional e nacional não apenas pela agricultura e pela indústria, mas também pela criação de paisagens típicas, que demonstram as várias faces da territorialidade italiana no Rio Grande do Sul. A produção de vinho passou por um processo de aperfeiçoamento, que iniciou com a produção artesanal durante a implantação das colônias, culminando com o uso de equipamentos de alta tecnologia, utilizados pelas vinícolas na atualidade, buscando controle de qualidade.

A década de 1970 tornou-se um marco temporal para a produção vitivinícola com a modernização da agricultura e a inserção de empresas internacionais como Chandon, Maison Forestier, Martini, Chateau Lacave, entre outras. A partir disso, a disseminação do uso de tecnologias aumentou gradativamente e, na década de 1990, disseminou-se no setor, atingindo também as pequenas vinícolas (GOBBATO, 2002; MANFROI, 2001; IOTTI, 2010).

A produção vinícola é a principal “marca” da agricultura construída pelos imigrantes italianos, a qual se perpetuou no território gaúcho. A materialidade cultural e econômica está materializada nas vinícolas que compõem o Vale dos Vinhedos, situado entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Essa denominação deve-se à paisagem local, coberta por extensos parreirais e pela presença das vinícolas.

O Vale dos Vinhedos tornou-se um atrativo turístico devido à materialização da identidade italiana, atrelada à economia vitivinícola no Rio Grande do Sul. Assim, não é somente a produção de uva e vinho que gera renda aos produtores, mas também atividades complementares que agregam a gastronomia típica, as festividades, a natureza, enfim, a composição de uma paisagem multidimensional.

A busca pela paisagem típica construída no Vale, e também em outras porções do território em estudo, remete a uma “viagem no tempo” para resgatar e vivenciar temporalidades passadas reterritorializadas no Rio Grande do Sul. Na paisagem referida, há elementos culturais e econômicos que se eviden-

ciam no cotidiano local. E a sociedade desse lugar soube utilizar a potencialidade cultural em favor da economia, tanto nas atividades tradicionais, voltadas à agropecuária e à indústria, como na sua identidade, voltada à exploração turística. O Vale dos Vinhedos conquistou o selo de procedência de vinhos, que atesta a qualidade e a origem do produto local.

Fala-se do Vale dos Vinhedos para explicitar o desenvolvimento de uma ação bem-sucedida, que agrega economia e cultura. Porém, essa não é a realidade da maioria dos produtores rurais que se destinam à produção de uvas. Normalmente, esse cultivo ocorre em pequenas propriedades rurais que vendem sua produção para as vinícolas, estando, portanto, subordinados às cooperativas ou às empresas particulares que processam a uva e fabricam o vinho e outros derivados. As formas de organização da produção e de associação entre os produtores representaram a ampliação do uso de tecnologias e de assistência técnica, voltadas à produção da uva e à fabricação do vinho. A produção se relaciona, atualmente, aos interesses da indústria, pautados, exclusivamente, na busca de índices de produtividade, qualificação da produção e lucratividade.

Porém, a viticultura não é uma atividade exclusiva da porção leste dos territórios da imigração italiana, embora tenham a melhor infraestrutura e organização da produção em moldes tecnológicos mais avançados. Alguns municípios ainda mantêm a produção de vinho fora dessa “região” tradicional, como é o caso de Jaguari e de alguns municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Apesar de não estar no mesmo nível tecnológico de processamento da uva que a indústria vinícola da Serra Gaúcha, os municípios de Jaguari, Ibarama, Pinhal Grande, Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá mantêm a produção de vinho como uma herança mantida no tempo e materializada no território. Dos municípios supracitados, apenas Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá não possuem vinícolas, sendo que, nos demais, o processamento da uva já é realizado em nível local, nas oito vinícolas existentes (SILVA, 2008). O vinho colonial e a *graspa*, de fabricação caseira, acompanha as refeições e constitui-se como um dos produtos identificadores dos descendentes de imigrantes. Embora a tecnologia tenha transformado substancialmente a produção de vinhos no Rio Grande do Sul, ainda há famílias que mantêm a produção artesanal para consumo próprio e para comercialização.

A produção de uvas e a vitivinicultura nos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul constituem-se como uma atividade importante do ponto de vista cultural e econômico, por manter a tradição trazida pelos imigrantes italianos no que se refere à manutenção das práticas e a sua reterritoria-

lização. Observa-se que se trata de uma produção heterogênea quanto às formas de organização, financiamento e estruturação, pois coexistem no território formas de produção artesanal e altamente tecnificadas, demonstrando as várias fases da evolução produtiva.

No contexto produtivo dos territórios em estudo, pode-se dizer que a especialização da produção coexiste espacialmente com outros produtos, considerados secundários na economia das pequenas propriedades, mas que compõem a renda familiar, principalmente o milho (disseminado no espaço produtivo de forma generalizada, principalmente por ser utilizado para a fabricação de farinha e ração) e os produtos derivados da pecuária (suína, bovina de leite e avícola), os quais são transformados nas agroindústrias familiares e comercializados no mercado local (feiras e festividades típicas) (FEE, 1981, 2010; IBGE, 2011).

A comercialização dos produtos das colônias tornou-se uma característica das festividades típicas alemãs e italianas, atrelando crenças, gastronomia e musicalidade como expressões culturais. Nos territórios da imigração italiana, a gastronomia é um atrativo devido à busca por pratos especializados, como *macarrão*, *carpaccio*, *risoto*, *canelone*, *tortei*, *bruschetta*, *sopa de agnoline*, salames, queijos, cucas, polentas, entre tantos outros. Em relação à gastronomia típica alemã, destacam-se como pratos: *Eisbein* (joelho de porco, assado ou cozido e servido com batatas e salsicha), *Himmel und Erde* (purê de batatas, maçãs e linguiça grelhada), *Schweinebraten* (assado de porco), entre outros encontrados nas refeições familiares, restaurantes étnicos especializados, festividades e cafés coloniais.

Os locais de venda de produtos coloniais também experimentaram uma expansão, tornando-se pontos de comercialização, onde podem ser encontrados queijos, salames, copas, geleias, bolachas, cucas, aguardente, vinho, torresmo, entre outros produtos que se tornaram especialidades dos territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Para a população local, o consumo dos referidos produtos faz parte do cotidiano, e para os visitantes tornou-se uma oportunidade de experimentar a culinária típica.

Há que se destacar que a reterritorialização acarretou algumas transformações na culinária típica através de adaptações, principalmente em relação à disponibilidade dos ingredientes utilizados na sua preparação. Por conseguinte, pode-se dizer que existe uma culinária tipicamente *teuto* e *italo-gaúcha* como aportes da expressão cultural dos territórios analisados. A especialização dos pontos de comercialização da gastronomia típica contribui para a valorização cultural e para a disseminação e a expansão dos pontos de comercialização e de eventos culturais.

Ao se abordar a gastronomia, ressaltam-se também as convenções que estão atreladas a ela e à sua função na manutenção das normas sociais. O

valor da família é enfatizado nas refeições, quando as pessoas se reúnem ao redor da mesa e realizam um ritual que inicia com a oração de agradecimento pelo alimento, seguido da degustação dos pratos típicos e de conversas que consagram o encontro familiar. Os encontros de famílias, organizados periodicamente, no intuito de reunir os parentes que residem longe espacialmente tornaram-se eventos festivos. A divulgação de tais eventos na mídia local, em sites próprios e em redes sociais é comum e convida para um dia de confraternização com homenagens aos antepassados, resgate histórico da família e celebrações religiosas. A família é uma instituição social presente para os descendentes de imigrantes e contribui para as ações de preservação do patrimônio cultural, sobretudo nos municípios de menor porte, onde os laços sociais são mais estreitos.

Considerando a relevância da dimensão cultural nos territórios das imigrações alemã e italiana, há que se destacar que muitas ações de preservação e de dinamização econômica aproveitam-se dos atributos culturais para promover o desenvolvimento local/regional. Dessa forma, criaram-se espaços de valorização cultural voltados à exploração econômica dos territórios em estudo, de forma heterogênea e pontual, originada por políticas públicas e parcerias privadas. Fala-se em heterogeneidade porque tais ações não ocorrem em todo o território, ou seja, são pontuais e dinamizam economicamente alguns pontos que se utilizaram dos atrativos culturais e naturais para criar um espaço de consumo voltado sobretudo ao turismo.

Os aspectos culturais são utilizados como um atrativo, um fator para viabilizar a identidade local, a diferença. Pode-se citar como exemplo o contato entre etnias diversificadas, que dotou o Rio Grande do Sul de peculiaridades linguísticas, configurando as diferentes *formas de falar* do gaúcho. E os territórios das imigrações alemã e italiana contribuem para tal diversificação. Essas distintas formas de falar do gaúcho resultam da mistura entre a língua-mãe dos imigrantes e o português. Assim, considera-se que surgiu uma “nova” linguagem, oriunda da variação entre o alemão e o português e o italiano e o português. Nesse sentido, pode-se observar que, ao se reterritorializarem, os imigrantes alemães e italianos criaram formas de comunicação que transformaram seu dialeto original em um dialeto *teuto-gaúcho* e *italo-gaúcho*, inexistente até então, considerando as influências da língua portuguesa e das particularidades do vocabulário praticado no extremo sul do Brasil. Assim, surgiram novos termos, transmitidos através das gerações e que são falados em família na atualidade.

O referido falar dos imigrantes e seus descendentes perdura até a atualidade, e os termos de linguagem modificados ainda exprimem as emoções, os sentimentos, tanto nos territórios da imigração alemã como nos dos italia-

nos. O sotaque característico denuncia a origem étnica e a “mistura” linguística transmitida através das gerações. Ao se inserir nos territórios da imigração, a fala é um dos primeiros códigos identificadores com que o visitante tem contato e expressa os híbridos culturais decorrentes da territorialidade dos imigrantes, preservados pelos seus descendentes. Contribuições relativas à linguagem praticada nos territórios em estudo são encontradas nas considerações de Cunha (2003), Frosi; Faggion; Dal Forno (2008) e Tornquist (2003).

Tornquist (2003) salienta que o termo “ilha linguística” define o falar alemão no Rio Grande do Sul, principalmente se for considerado o espaço rural, onde a prática da língua materna se manteve presente até a atualidade. Além disso, a língua materna está ligada à visão de mundo, pois é através dela que se transmitem e se constroem os ensinamentos, os valores e as crenças.

A religiosidade desempenhou um papel fundamental na preservação do dialeto através do ensino religioso praticado na língua materna e da criação de associações recreativas e culturais que agregaram os grupos sociais em torno de objetivos culturais, econômicos e religiosos comuns. A crença dos imigrantes e de seus descendentes foi essencial para transpor os obstáculos iniciais e as adversidades, bem como para manter a unidade do grupo social no decorrer do processo de reterritorialização. A relação entre religião e ensino aprofundou-se com a criação de diversas escolas católicas e protestantes nos municípios que compõem os territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul, as quais valorizaram significativamente os preceitos religiosos no contexto educacional, tornando o ensino religioso um componente curricular importante, e a pregação das ideologias de cada confissão. A expansão dessas escolas ocorreu também fora dos territórios em estudo (em cidades de médio e grande portes), aproveitando-se do *slogan* “qualidade e excelência no ensino”, suprimindo as lacunas deixadas pelo sistema público, carente e deficitário de infraestrutura (SEIDL, 2008).

Ainda hoje, a religiosidade constitui-se como uma “permanência”, pois se trata de um dos códigos orientadores dos descendentes de imigrantes que vivem nos territórios em estudo. Além disso, sua representatividade é atestada através dos múltiplos símbolos territorializados, espaços destinados à fé e à reflexão, como templos, capelas, ermidas, capitéis, grutas e igrejas. A presença da população nos cultos ainda é significativa e, nas reuniões familiares, o sagrado se faz presente através das orações.

Os templos dedicados à fé nos territórios da imigração alemã revelam sua devoção ao protestantismo (evangélico luterano) e à confissão católica (em menores proporções de fiéis), ocupando lugar de destaque na paisagem. As atividades religiosas imprimem no espaço transformações atreladas aos

aspectos culturais das comunidades (ROSENDAHL, 1995). Embora os territórios da imigração alemã apresentem, na atualidade, uma pluralidade religiosa, tradicionalmente é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) que os caracteriza historicamente, por ser essa a confissão da maior parcela populacional, a qual foi transmitida através das gerações.

Nos territórios de imigração italiana, a fé manifesta-se de diferentes formas, materializando-se através de capelas, grutas, capitéis e cruzeiros, com destaque para a igreja, que se constitui em um templo destinado às manifestações de fé e exerce centralidade na paisagem. A centralidade da igreja justifica-se por ter se constituído no ponto central de reunião da antiga colônia, que posteriormente se tornou vila e município.

Embora transformações tenham sido verificadas, a Igreja Católica Apostólica Romana ainda exerce polaridade nos municípios oriundos do processo colonizador italiano, localizadas geralmente na praça central, a partir da qual se expandiu o núcleo urbano (SAQUET, 2003; MANFROI, 2011; COSTA, 2010). Nas igrejas, concentram-se as celebrações e se realizam reuniões, confissões, batizados, casamentos e demais festividades ligadas ao sagrado.

Em relação ao catolicismo, o protestantismo apresenta menor diversificação de espaços sagrados, tendo em vista que não há culto aos santos, imagens, etc. No catolicismo, há rotas religiosas, peregrinações, grutas, santuários, entre outros espaços sagrados e simbólicos de manifestação da fé. Mas, nem por isso, os praticantes do protestantismo são menos religiosos. Não se objetiva, neste estudo, emitir julgamentos de valor em relação à fé, ou seja, julgar maior ou menor devoção em cada religião. O que se faz é uma análise da territorialização da religiosidade e de suas implicações na construção da paisagem dos territórios em estudo.

A simbologia faz parte da cultura e dos processos de identificação dos territórios da imigração, nos quais a religiosidade constitui-se como um dos principais códigos orientadores. Partilhar das mesmas crenças torna os indivíduos que compõem um grupo social mais próximos na medida em que se identificam, criando tradições que se perpetuam através das gerações. Nesse sentido, a religiosidade agrega-se a outros códigos e permite realizar as interpretações acerca dos aspectos materiais e imateriais que permeiam a organização dos territórios em análise.

A composição das paisagens culturais está repleta de aspectos materiais, como por exemplo o estilo das edificações. Tendo em vista a multiplicidade de estilos arquitetônicos na atualidade, a preservação das casas construídas pelos imigrantes é pouco significativa, predominando na paisagem as técnicas construtivas contemporâneas. As edificações que marcam a permanência têm sua



significância atrelada à preservação do patrimônio histórico e, geralmente, abrigam funções comerciais e não mais de residência.

A técnica enxaimel, característica da imigração alemã no Rio Grande do Sul, ainda é encontrada em alguns locais, como nos municípios de Nova Petrópolis (Aldeia do Imigrante), Ivoti, Dois Irmãos, Taquara, Estrela, Novo Hamburgo, Sapiranga, Igrejinha, Sinimbu, Santa Cruz do Sul, Teutônia, Lajeado, Estrela, entre outros. Assim, pode-se verificar que ainda há exemplares de casas preservadas compondo a paisagem, embora sejam raras. Para Weimer (2005), esses exemplares estão preservados com maior frequência no espaço rural.

Em relação às edificações típicas da colonização italiana, ressalta-se que poucas casas de madeira ainda estão preservadas devido à falta de conservação das mesmas. A durabilidade e a manutenção constituíram-se nos fatores que contribuíram para a disseminação das casas de “pedra” (construídas com basalto, rocha comum na região) ou de tijolos, visando à durabilidade. Caracteristicamente, as casas típicas italianas apresentavam algumas particularidades, principalmente as relacionadas à sua funcionalidade, com a presença de espaços destinados ao depósito de materiais ou adega no porão e o entorno da casa, onde se situavam a horta, o pomar e o forno. As casas que possuíam dois andares tinham na parte inferior a cozinha e a sala e, na superior, os quartos. O acesso à parte superior ocorre através de uma escada de madeira, material utilizado para fazer o assoalho também, sendo que, nos primórdios da colonização, esse era feito de chão batido ou de pedra.

A arquitetura italiana abordada materializou-se a partir do período correspondente à implantação (1875), tendo sofrido alterações significativas de acordo com o progresso econômico e industrial. A análise realizada, enfatizando o “típico”, pautou-se na simbologia das formas contidas nas construções remanescentes, que revelam as fases construtivas e também econômicas. Conforme os imigrantes obtinham ganhos financeiros, havia uma melhora nas suas condições de vida e, por consequência, da estrutura da residência.

Distintamente das casas construídas durante a colonização italiana, as quais atualmente abrigam comércios e outras funções distintas da residência, as casas alemãs ainda abrigam residências ou outras utilidades para seus moradores, como galpões. Tal fato ocorre principalmente no espaço rural, tendo em vista que nas cidades sua utilização está vinculada também ao uso comercial. A importância histórica e o detalhamento aparente das construções revestem as edificações de significados culturalmente atribuídos à imigração, exercendo apelo turístico na paisagem.

Dessa forma, criaram-se espaços de preservação da memória, de recordação ou, como enfatizou Claval (1999), os espaços memoráveis. Esses

espaços são delineados historicamente, formando paisagens típicas, rurais e urbanas. A busca pelo rural não significa que esse espaço esteja “congelado” no tempo, que seja imutável. Pelo contrário, pois se transformou sobretudo tecnologicamente, proporcionando a inserção de novas dinâmicas pautadas no mercantilismo. O que ocorre é a busca pelas tradições, as quais, aparentemente, estão mais preservadas no espaço rural. Tal fato justifica-se diante da rapidez das transformações e do modo de vida nas cidades de médio e grande portes.

Ainda hoje, é possível encontrar aspectos das tradições culturais alemã e italiana nos municípios de pequeno porte com a preservação de códigos culturais identificadores dessas etnias, com destaque para a materialidade das edificações, da gastronomia, das festividades e na imaterialidade do sotaque, das crenças e dos valores. O fato de permanecerem unidos territorialmente e de haver pouca interferência externa, ou seja, de outras culturas, tal como ocorre nas maiores cidades, contribuiu significativamente para essa preservação.

Por outro lado, têm-se os municípios de médio e grande portes, que, mesmo tendo sediado as primeiras colônias, tanto alemãs como italianas, experimentaram um expressivo crescimento urbano, o qual afetou a permanência dos traços culturais característicos de sua origem. A transformação ocorreu devido ao crescimento populacional ocasionado pela busca de emprego, tal como ocorreu em Novo Hamburgo e São Leopoldo (origem alemã), bem como em Caxias do Sul e Bento Gonçalves (origem italiana). O fator econômico serviu como atrativo para pessoas de distintas localidades, principalmente da Região Metropolitana de Porto Alegre, ocasionando um crescimento da cidade em detrimento do espaço rural e a multiplicidades de costumes e crenças distintas.

De modo geral, destaca-se que tal configuração é identificada sobretudo nos municípios onde há concentração industrial, a qual serve como um atrativo populacional, como no Vale do Rio dos Sinos, cujo centro polarizador é Novo Hamburgo (setor coureiro-calçadista), no Vale do Rio Pardo (com a concentração da indústria fumageira em Santa Cruz do Sul), em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e seu entorno (produção de uvas voltadas à indústria vinícola) e em municípios que concentram o setor moveleiro, como Tupandí, São Pedro da Serra, São Vendelino e Gramado (FAMURS, 2011; IBGE, 2011; FEE, 2011).

Observa-se que o setor industrial é representativo na economia dos territórios da imigração e encontra-se setorizado de acordo com especialidades, além de dinamizar os fluxos populacionais (atração e repulsão). As crises em alguns setores, como o coureiro-calçadista, transformaram produtivamente esse

território na busca de novas alternativas de geração de emprego e renda, com destaque para o polo de Novo Hamburgo. Enquanto isso, o setor metalomecânico expandiu-se através da desconcentração espacial, aproveitando-se da proximidade das regiões agrícolas (onde há consumidores), da oferta de mão de obra especializada e dos menores custos de produção em municípios situados no noroeste rio-grandense.

Caracteristicamente, os territórios em estudo têm como marca central a atividade agrícola realizada em pequenas propriedades rurais. Desse modo, no contexto territorial analisado, individualizaram-se produtos agrícolas identificadores, como o fumo no caso dos *teuto-gaúchos* e a uva em relação aos *italo-gaúchos*. Entretanto esses produtos coexistem no espaço com outras atividades que buscam suprir as lacunas econômicas e aumentar a renda dos pequenos produtores rurais, os quais se encontram subjugados às respectivas indústrias que regulam os setores fumageiro e vitivinícola.

Fala-se em polo produtivo de Santa Cruz do Sul devido à tradição e à concentração das indústrias de beneficiamento nesse município, pois, atualmente, o maior produtor nacional de fumo é Venâncio Aires. Esse município reestruturou sua matriz produtiva mediante investimento no fumo, alicerçado no retorno financeiro obtido com as lavouras, embora se cultivem também milho, arroz, mandioca e soja (FEE, 2011). Tal fato demonstra a importância do capital e a demanda do mercado como agente de reordenamento territorial, em detrimento da tradição cultural, pois Venâncio Aires tem sua identidade atrelada à erva-mate.

Também se identificam tais transformações no município de Silveira Martins, *la cuna dell'immigrazione italiana* na porção central do Rio Grande do Sul, conhecida como a terra da batata-inglesa, cuja festa anual da batatinha atrai uma série de visitantes ao pequeno município em busca de gastronomia, festividades, musicalidade, entre outros códigos identificadores da cultura italiana.

Nesse sentido, a relação cultura-economia torna-se complexa ao permitir a permanência de festividades ligadas a um produto que não se configura como hegemônico na economia local, pois cedeu lugar para outro. No entanto a permanência também está atrelada à economia, e não exclusivamente à preservação cultural, pois movimenta o turismo através da cultura e da tradição. Verifica-se que, na atualidade, a cultura tornou-se um agente de dinamização econômica.

Em termos gerais, pode-se relacionar a questão cultural à econômica, tendo em vista que a cultura se configura como um fator atrativo para a implantação de atividades voltadas à exploração econômica. São múltiplas as

possibilidades de abordagem da questão cultural nos territórios das imigrações alemã e italiana, como a criação de rotas turísticas, as redes hoteleiras, a gastronomia, os produtos típicos e, mais especificamente, a paisagem típica.

Os códigos culturais orientadores, pensados sob a lógica econômica, encontram meios de revitalização e valorização através de eventos como festividades típicas, que se tornaram amplas, como, por exemplo, a *Oktoberfest*, realizada em Santa Cruz do Sul e Igrejinha, ou a Festa da Uva, em Caxias do Sul, além de outras festividades realizadas em outros municípios que compõem os territórios em estudo. A amplitude refere-se ao público-alvo, pois não atrai somente descendentes de imigrantes alemães e italianos, constituindo-se como festividades integradoras da comunidade regional e não apenas local. Nesse sentido, pode-se considerar que muitas pessoas participam de tais eventos sem ter relação com a cultura de origem ou mesmo sem saber a origem e o objetivo da mesma.

Torna-se fundamental uma reflexão sobre as “marcas” impressas no território pelos imigrantes alemães e italianos e seus descendentes em âmbito material e imaterial, seja através de edificações, linguagem, religião, gastronomia, economia, usos e costumes, crenças e valores. As referidas *marcas* são essenciais para que se entendam as desreterritorializações ocorridas nos territórios estudados, suas mudanças e permanências, ou seja, a dinâmica dos processos de identificação, responsáveis pela configuração dos territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul.

Arelada às festividades e à musicalidade, a fé manteve-se como um baluarte espiritual, uma ideologia que reveste e é revestida pelos laços familiares, pelo suporte ao trabalho, valor de importância significativa para os imigrantes e seus descendentes. Torna-se fundamental explicitar a revalorização de outros códigos identificadores na atualidade, como a gastronomia e as festividades, resgatadas em empreendimentos comerciais (gastronômicos) e datas comemorativas (Dia do Colono e do Motorista, *Oktoberfest*, datas alusivas à fundação de municípios e a produtos típicos locais, como a Festa do Porco no Rolete, entre outras), as quais agregam valor à economia local periodicamente.

Embora a linguagem experimente transformações frequentes no decorrer do tempo como um processo natural de evolução cultural, alguns aspectos da fala dos imigrantes mantiveram-se nos territórios em estudo, contribuindo para a permanência do hibridismo linguístico abordado anteriormente. Sob essa configuração, procurou-se identificar e analisar a relação território-cultura por meio da territorialidade dos imigrantes alemães e italianos e de seus descendentes, bem como alguns dos principais elementos constituintes da iden-

tidade territorial na atualidade mediante a comparação entre temporalidades e territorialidades, passadas e presentes.

As características culturais não estão separadas das demais dimensões. Apenas referiu-se separadamente a cada código e a cada aspecto organizacional no intuito de identificá-los para reconstruir a realidade, ou seja, como o território se expressa na atualidade através da (i)materialidade e da paisagem. Nesse contexto, pode-se considerar que os processos sociais se objetivam no território e na paisagem, gerando mudanças e permanências, ou seja, transformações e continuidades que são reproduzidas pelos descendentes de alemães e italianos. Há, portanto, um híbrido, inovações, identidades que caracterizam aspectos da vida moderna nos territórios estudados.

### Considerações finais

A abordagem territorial sob a ótica cultural não exclui as demais dimensões, uma vez que os homens são seres sociais que realizam atividades econômicas e políticas sobre a base natural, que se torna cada vez mais transformada e territorializada pela ação humana. As teorias vigentes apontam para um território híbrido, fruto da apropriação, da dominação, enfim, das relações de poder instauradas pelos grupos sociais.

Considerar o território múltiplo, multidimensional e processual é essencial para falar no *povo gaúcho*. Salienta-se que abordar o gaúcho através de termos comuns utilizados em algumas porções do seu território é minimizar a complexidade cultural presente no contexto formador do Rio Grande do Sul para simplificar a imagem, a diferenciação e para forçar a criação identitária. É mais coerente tratar de identidades, no plural, do que de identidade, no singular. Embora grande parte da sociedade rio-grandense se reconheça pela denominação gaúcha, muitas vezes designando o habitante do Rio Grande do Sul, sem vínculos com a questão tradicionalista, pode-se salientar que há identidades plurais arraigadas em bases culturais diferenciadas. Partindo da complexidade identitária explicitada, optou-se por analisar os territórios das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul, componentes do mosaico étnico-cultural gaúcho.

É nessa perspectiva que se analisaram os *territórios das imigrações alemã e italiana*, visando compreender os elementos centrais que os originaram, bem como as principais temporalidades e territorialidades que se constituem na atualidade. Na busca pelo entendimento da origem, da formação e da expansão dos territórios das imigrações alemã e italiana, ressalta-se que a dimensão política evidenciou-se como motivação central na criação dos territórios,

materializando o interesse do Governo Imperial em colonizar efetivamente o Rio Grande do Sul. A colonização atingiu sua meta central – implantar a atividade agrícola –, mas também as metas implícitas, contrapondo o latifúndio pastoril.

As diversidades culturais, econômicas e políticas dos grupos sociais que formaram o Rio Grande do Sul são responsáveis pela configuração territorial atual, pautadas na negação do velho transformado em novo, sejam crenças, hábitos, valores ou formas de produção, organização e dinamização econômica. A partir de construções territoriais iniciais, identificaram-se diversos tempos de transformação que conferem dinamicidade à historicidade rio-grandense. Os grupos sociais que compuseram historicamente o Rio Grande do Sul transformaram a base territorial natural em espaços produtivos diversificados, rurais e urbanos, com paisagens culturais diferenciadas, frutos da interação sociedade-natureza.

Não há homogeneidade cultural e econômica. São territórios dinâmicos que atravessam fases distintas, compostas por mudanças e permanências, identidades e diversidades. Cultura e economia encontram-se em ampla vinculação nos territórios das imigrações alemã e italiana, na medida em que a cultura tornou-se um fator atrativo para atividades voltadas à prestação de serviços, por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que a cultura mercantilizou-se, está em evidência mediante a sua importância como fonte de lucro via exploração dos aportes culturais dos grupos sociais locais.

A relação entre economia e cultura configura-se como uma estratégia de reprodução através de práticas culturais passíveis de serem comercializadas. Nesse caso, não há preservação da memória pela importância histórica da cultura. Vende-se uma paisagem típica, pautada no *falar*, na gastronomia, nas crenças e nos valores, nas edificações, enfim, na vivência de um contexto cultural diferenciado que pode ser consumido.

Por fim, cabe evidenciar que a análise territorial sob a ótica cultural instaura a dificuldade de identificar, analisar e compreender os significados dessa complexa relação existente entre os processos sociais-multiterritoriais. A partir da apropriação de um espaço natural, os imigrantes alemães e italianos originaram seus territórios, pautados em uma base cultural que apresentava singularidades (dialetais, religiosas, crenças) e em processos econômicos e políticos também específicos durante o século XIX e a primeira metade do século XX, período de maior preservação cultural e de menor complexidade nas transformações econômicas, conforme se mencionou anteriormente.

## Referências

- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- COSTA, Rovílio. **Do religioso ao social: as igrejas nas colônias italianas**. Disponível em: <[http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/igreja\\_colonias\\_italianas.pdf](http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/igreja_colonias_italianas.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2010.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, língua, educação**. CUNHA; J. L.; GÄRTNER, A. (Orgs.). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.
- DENIS, Pierre. A colonização do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, n. 99, p. 235-242, 1951.
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – FAMURS. **Informações municipais**. Disponível em: <[http://www.famurs.com.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=111](http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=111)>. Acesso em: 10 out. 2011.
- FORTES, Amyr Borges. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.
- FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Montovani. Prestígio e estigmatização: dialeto italiano e língua portuguesa da região de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2, p. 139-167, 2008.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: Ed. da FEE, 1981.
- \_\_\_\_\_. FEE Dados. **Anuário Estatístico 1990, 1996, 2000, 2006**. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso: 10 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. FEE Dados. **Anuário Estatístico 1990, 1996, 2000, 2006**. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso: 05 jul. 2011.
- GOBBATO, Celeste. **O colono italiano e sua contribuição ao desenvolvimento da indústria rio-grandense**. Tradução: Mário Gardelin. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento. Alemães**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>>. Acesso em: 01 jul. 2011.
- IOTTI, Luiza Horn. **Os italianos no Rio Grande do Sul: 130 anos de história**. Disponível em: <[http://www.viapolitica.com.br/sonhos/11\\_os\\_italianos.php](http://www.viapolitica.com.br/sonhos/11_os_italianos.php)>. Acesso em: 22 ago. 2010.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia da religião: uma proposta. **Espaço e Cultura**, a. I, p. 45-74, out. 1995.

SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do catolicismo imigrante. **Pensamento Plural**, v. 3, p. 77-104, 2008.

SAQUET. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os tempos e os territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul: o desenvolvimento econômico da colônia de Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SILVA, Bruno Freitas da. **Organização vitivinícola na região central do RS: implicações socioespaciais das diferentes formas de produção**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. Linguagem e mentalidade entre teuto-gaúchos. In: CUNHA, J. L. da; GÄRTNER, A. (Orgs.). **Imigração alemã do Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003. p. 159-185.

WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.





## Sobre os autores e as autoras

### **Carmen Rejane Flores**

Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (1987). Especialização em Pensamento Político Brasileiro pela Universidade Federal de Santa Maria (1988). Especialização em Interpretação de Imagens Orbitais e Suborbitais pela Universidade Federal de Santa Maria (1990). Doutorado em Geografia e Ciências dos Territórios pela Universidade de Córdoba – Espanha, UCO. É professora e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria, orientando no Mestrado e no Doutorado. Tem experiência em Geografia, atuando nos seguintes temas: agricultura familiar, agroecologia e educação do campo.

E-mail: carmenrejanefw@gmail.com

### **Cláudia Aresi**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade de Passo Fundo (2004). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) na linha de análise territorial (estudos agrários e culturais). Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal Sul Riograndense/*Campus* Passo Fundo (2011). Especialista em Políticas e Gestão da Educação pela Universidade de Passo Fundo (2014). Professora da rede pública estadual de ensino desde maio de 2009, Assessora Pedagógica da 7ª Coordenadoria Regional de Educação de Passo Fundo/RS de 2015 a 2019. Atualmente, é professora de Geografia do NEEJA (20 horas), Coordenadora Pedagógica da EEEF Jerônimo Coelho (20 horas). Professora do curso de Geografia da Universidade de Passo Fundo.

E-mail: claudiaaresi@upf.br

### **Daniela Feyh Wagner**

Graduação em Geografia (2017) pela Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Chapecó. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem interesse em Geografia, com ênfase em: geografia urbana, econômica, trabalho e pesca.

E-mail: danielafeyhwagner2@gmail.com

**Daniéli Uliana**

Graduação em Geografia (2017) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem interesse na área de Geografia, atuando nos seguintes temas: produção agropecuária e circuitos espaciais, criminalidade e geografia urbana.

E-mail: danieliuliana95@hotmail.com

**Deise Caroline Trindade Lorensi**

Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Franciscana (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2017), cuja dissertação denomina-se “Geografia Cultural e Música Gaúcha: a construção da paisagem cantada da 13ª Região Tradicionalista do Rio Grande do Sul”. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, nas seguintes linhas de pesquisa: organização do espaço, geografia cultural e ensino de geografia.

E-mail: dct11@hotmail.com

**Denise Lenise Machado**

Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM). Professora substituta do Instituto Federal Farroupilha – *Campus Alegrete/RS*.

E-mail: denisegeomachado@gmail.com

**Elsbeth Leia Spode Becker**

Graduação em Geografia (1994) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrado em Engenharia Agrícola (1999) pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutorado em Agronomia (2008) pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora da Universidade Franciscana e do Instituto São José de Santa Maria. Atua nos seguintes temas: geografia, turismo, ensino, antropologia, história natural e educação ambiental.

E-mail: elsbeth.geo@gmail.com

**Elvis Ricardo Fengler da Rosa**

Graduação em Geografia (2014) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM. Tem interesse em Geografia, com ênfase em Geografia Urbana. Membro do Laboratório de Espacialidades Urbanas (UFSM).

E-mail: elvisrosa2009@hotmail.com

### **Helena Brum Neto**

Graduada em Geografia Licenciatura Plena (2005) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Geografia (2007) pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita Filho/UNESP – Presidente Prudente. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: organização do espaço, espaço agrário, região, desenvolvimento regional, território e territorialidade. Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Professora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), *campus* São Vicente do Sul e coordenadora dos Programas Educacionais do IFFar.

E-mail: [helena.neto@iffarroupilha.edu.br](mailto:helena.neto@iffarroupilha.edu.br)

### **Ivani Belenice Dallanôra**

Graduação em Geografia pela Universidade Franciscana (2008). Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Professora das redes municipal e estadual de ensino. Tutora do curso de Pedagogia EAD da Universidade Federal de Santa Maria.

E-mail: [ivanidallanora@yahoo.com.br](mailto:ivanidallanora@yahoo.com.br)

### **Janete Webler Cancelier**

Graduação em Geografia – Licenciatura (2003) e Bacharelado (2007) pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Especialização em Formação para o Ensino Superior de Geografia pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM). Tem experiência em Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando nos seguintes temas: espaço urbano, meio ambiente, agricultura familiar, geografia agrária e educação do campo. E-mail: [janetewc@gmail.com](mailto:janetewc@gmail.com)

### **João Henrique Zöchler Lemos**

Graduação em Geografia (2019) pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela UFFS – *Campus* Chapecó. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre

Região, Urbanização e Desenvolvimento – NERUD. Tem interesse na Geografia, com ênfase nos seguintes temas: urbanização, cidades médias e pequenas, transporte rodoviário, fluxos migratórios e políticas de reapropriação territorial, geografia cultural e histórica, SIG e geoprocessamento.

E-mail: [jhzl.force@gmail.com](mailto:jhzl.force@gmail.com)

### **Jonas Marcelo Meltzer**

Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na modalidade de Graduação Sanduíche na Michigan State University, Estados Unidos.

E-mail: [jonasmeltzer@gmail.com](mailto:jonasmeltzer@gmail.com)

### **Juliana Cristina Franz**

Graduação em Geografia – Licenciatura e Bacharelado (2013) pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2020). Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM) do Grupo de Estudos Agrários e Ambientais (UFPel) e do Grupo Território, Desenvolvimento e Agricultura (USP).

E-mail: [julianafranz@gmail.com](mailto:julianafranz@gmail.com)

### **Luciane Rodrigues de Bitencourt**

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando nos seguintes temas: espaço rural, espaço urbano, população, desenvolvimento regional; ensino de geografia e geotecnologias. Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento Aplicado a Mapeamentos Ambientais (UFU). Professora titular do curso de Geografia na Universidade de Passo Fundo.

E-mail: [lrb@upf.br](mailto:lrb@upf.br)

### **Ligian Cristiano Gomes**

Bacharel em Geografia (2018) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM. Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM), Grupo de Es-

tudos de Geografia, Trabalho e Ambiente (UFSM) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento Aplicado a Mapeamentos Ambientais (UFU). Tem interesse nos seguintes temas: geografia cultural, espaço agrário, região e regionalização, desenvolvimento local/regional.

E-mail: ligiangomes53@gmail.com

### **Lilian Hahn Mariano da Rocha**

Graduação em Geografia (1985) pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre (1993) e Doutora (2011) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência em Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando nos seguintes temas: planejamento urbano, geografia regional e organização espacial.

Email: lillianlhrocha@yahoo.com

### **Mateus Pessetti**

Licenciado em Geografia (2018) pela Universidade de Passo Fundo. Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM. Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM) e do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM). Professor de Geografia da rede privada de Passo Fundo/RS. Tem interesse nos seguintes temas: organização espacial, região e regionalização, espaço rural, desenvolvimento local/regional e ensino de geografia.

E-mail: mateuspessetti84@gmail.com

### **Mirele Milani da Silva**

Graduação em Turismo pela Universidade Franciscana (2007). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2013). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul, sendo representante da Região Turística Central do RS.

E-mail: mireleturismo@yahoo.com.br

### **Maria Medianeira dos Santos**

Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria (2008). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015), com período de Estágio Sanduíche na

Universidade de Barcelona (Espanha – UB). Área de atuação: geografia humana, geografia urbana e geografia cultural. É professora da Rede Municipal de Santa Maria/RS.

E-mail: medyageo@gmail.com

### **Meri Lourdes Bezzi**

Graduada em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/Imaculada Conceição – Santa Maria (1981). Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1982). Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (1983). Mestre (1986) e Doutora (1997) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP – Rio Claro. É Professora Titular, atuando nos cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura e no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM. Líder do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários, CNPq – NERA – UFSM. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Regional, atuando principalmente nas seguintes linhas: organização do espaço, região e regionalização, dinâmica regional, geografia cultural, desenvolvimento local/regional, geografia agrária.

E-mail: meribezzi@yahoo.com.br

### **Ricardo Stedile Neto**

Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2019). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM) e do Grupo de Estudos de Geografia, Trabalho e Ambiente (UFSM).

E-mail: rickstedile@gmail.com

### **Sandra Ana Bolfe**

Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1988). Mestre (1998) e Doutora (2003) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora e Coordenadora dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência em Geografia, com ênfase em Geografia e Ensino, atuando nos seguintes temas: ensino de geografia, cidades e cidadania, espaço urbano e transformações socioespaciais.

E-mail: sabolfe@hotmail.com

**Thales Silveira Souto**

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU/*Campus* Pontal. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geoprocessamento Aplicado a Mapeamentos Ambientais e do Grupo de Estudos e Pesquisas Geotecnologias e Dinâmica Espacial.

E-mail: thales.souto@hotmail.com



Nesta obra, com seus olhares sobre o agrário, aborda-se temas como expansão das áreas agroexportadoras e seus impactos, políticas agrárias destinadas às comunidades indígenas, dinâmicas socioeconômicas intermunicipais, diversificação e organização da agricultura familiar e importância do trabalho feminino no campo. No que tange aos olhares sobre o urbano, trata-se das articulações urbanorregionais do transporte de passageiros, da articulação das cidades com as atividades turísticas, da moradia popular e da expansão urbana. O livro fecha em seus olhares sobre o cultural, com diferentes aspectos materiais e imateriais desta temática, que vão da abordagem conceitual até fatores decorrentes da colonização, passando pelo turismo, pela gastronomia, música e sua territorialidade.

*Antonio Paulo Cargnin*

